



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO – LET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO – POSTRAD**

**TRADUTORES-INTÉRPRETES NO AFGANISTÃO E NO IRAQUE
(2002-2017):
A NARRATIVA DOS JORNAIS *THE NEW YORK TIMES* E *THE
GUARDIAN***

LÍVIA AGUIAR SALOMÃO

**BRASÍLIA - DF
DEZEMBRO/2017**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO – LET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO – POSTRAD

TRADUTORES-INTÉRPRETES NO AFGANISTÃO E NO IRAQUE
(2002-2017):
A NARRATIVA DOS JORNAIS *THE NEW YORK TIMES* E *THE
GUARDIAN*

LÍVIA AGUIAR SALOMÃO

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Helena Rossi

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO

BRASÍLIA - DF
DEZEMBRO/2017

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

SALOMÃO, Livia A. **Tradutores-Intérpretes no Afeganistão e no Iraque (2002-2017): a narrativa dos jornais The New York Times e The Guardian**, 2017, 182 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pela autora à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. A autora reserva para si os outros direitos autorais de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

SSA174t

Salomão, Livia A. **TRADUTORES-INTÉRPRETES NO AFEGANISTÃO E NO IRAQUE (2002 2017): A NARRATIVA DOS JORNAIS *THE NEW YORK TIMES* E *THE GUARDIAN*** / Livia Aguiar Salomão. Orientadora: Ana Helena Rossi. Brasília, 2017. 182 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Estudos de Tradução) - Universidade de Brasília, 2017.

1. Tradutores e intérpretes. 2. Zonas de conflito. 3."Guerra ao Terror". 4. Afeganistão e Iraque. 5. Narrativas jornalísticas.

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO – LET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO – POSTRAD**

**TRADUTORES-INTÉRPRETES NO AFGANISTÃO E NO IRAQUE (2002-2017): A
NARRATIVA DOS JORNAIS *THE NEW YORK TIMES* E *THE GUARDIAN***

LÍVIA AGUIAR SALOMÃO

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA AO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA
TRADUÇÃO, COMO PARTE DOS REQUISITOS
NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM
ESTUDOS DA TRADUÇÃO.**

Aprovada por:

**Prof^a. Dr^a. Ana Helena Rossi – Universidade de Brasília – UnB
(Orientadora)**

**Prof^a. Dr^a. Alessandra R. de Oliveira Harden – Universidade de Brasília – UnB
(Examinador Interno)**

**Prof^a. Dr^a. Maria Jandyra Cavalcanti Cunha – PPGCOM – FAC – UnB
(Examinador Externo)**

**Prof. Dr. René Gottlieb Strehler – Universidade de Brasília – UnB
(Suplente)**

Brasília, 11 de dezembro de 2017

RESUMO

Em que pese a existência de registros da atuação de tradutores e intérpretes em zonas de conflito desde épocas bastante remotas, como o Egito Antigo, no século XV a.C., o interesse acadêmico por esse assunto é relativamente recente, remontando aos anos 2000. Assim, considerando tratar-se de um campo ainda pouco estudado, desenvolvemos uma pesquisa que visa buscar informações sobre os tradutores e intérpretes que desempenharam atividades linguísticas durante os eventos bélicos intitulados como “Guerra ao Terror”. Iniciada após os atentados às Torres Gêmeas nos EUA em 2001, esta guerra foi encabeçada pelos países participantes da Otan e teve como palco especialmente o Afeganistão e o Iraque, arrastando-se de 2001 a 2016. Durante este período, foi necessária a contratação de diversos civis originários das zonas de guerra para prestar serviços linguísticos aos vários grupos em atividade nas zonas de conflito, como jornalistas, exércitos e organizações humanitárias. A fim de descobrir quem foram essas pessoas contratadas localmente nas zonas de conflito e traçar um perfil a seu respeito, buscamos dados publicados nos dois principais jornais circulantes nas sociedades dos países mais importantes da coalizão da Otan: o *New York Times* (NYT, dos EUA) e *The Guardian* (GU, da Inglaterra). Foram colhidas setenta e uma (71) matérias jornalísticas publicadas entre 2002 e 2017, sendo 32 artigos do NYT e 39 do GU. Nosso estudo foi realizado, assim, com base em narrativas jornalísticas, de modo que nos servimos dos trabalhos das sociólogas Margaret Somers e Gloria Gibson, para entender como as narrativas são o principal meio de construção de nossa realidade pela mídia e, dessa forma, são responsáveis por moldar o agir humano, assim como a compreensão dos acontecimentos nas sociedades. Aplicando a sistemática desenvolvida por Mona Baker com base nos trabalhos dessas estudiosas, buscamos analisar como os dois jornais estudados constroem, em suas narrativas, as histórias sobre os T/Is no Afeganistão e no Iraque, bem como modelam a forma como esses personagens são vistos e tratados pela comunidade internacional que acompanha as publicações do NYT e GU. Para além dos tradutores e intérpretes, estas narrativas jornalísticas constroem uma cosmovisão a respeito da guerra que impacta sobre a opinião pública destes países.

PALAVRAS-CHAVE: *Afeganistão; Iraque; “Guerra ao Terror”, narrativas; tradutores; intérpretes, conflitos.*

ABSTRACT

Despite the records of translators' and interpreters' acting within conflict zones since quite remote times, such as the Ancient Egypt, in the 15th century b.C., the academic interest for this subject is relatively recent, dates back to the 2000s. Thus, whereas it constitutes an insufficiently researched field, we developed a research which aims to gather information about the translators and interpreters who carried out linguistic activities throughout the war situations called "The War on Terror". This war, which began after the Twin Towers attacks in the USA in 2001, has been led by NATO countries and took place mainly in Afghanistan and Iraq, through 2001 to 2016. During this period, several civilians from the war zones were hired to provide linguistic services to the various groups developing activities within the conflict zones, such as journalists, armies and humanitarian organizations. In order to figure out who these locally hired people were and to profile them, we have searched data published in the two lead newspapers circulating within the societies from the most important NATO coalition countries: The New York Times (NYT, from the USA) and The Guardian (GU, from England). We collected seventy-one (71) news articles published between 2002 and 2017: 32 news articles were collected from the NYT and 39 were collected from the GU. Then, our research was based on journalistic accounts, so that we have used the research of sociologists Margaret Somers and Gloria Gibson in order to understand how the narratives are the main means to construct our reality through the media and, this way, they are responsible for shaping the human action, as well as the understanding of the events within societies. Applying the system developed by Mona Baker, based on the Somers' and Gibson's research, we aim to analyze how both newspapers build, in their accounts, the histories about translators and interpreters in Afghanistan and Iraq, as well as the way they shape how these characters are perceived and treated by the international community that read the NYT's and GU's publications. Surpassing the translators and interpreters, those journalistic narratives build a cosmovision regarding the war which creates an impact on the public opinion in those countries.

KEY WORDS: *Afghanistan, Iraq, "War on Terror", narratives, translators, interpreters, conflicts.*

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES, GRÁFICOS E TABELAS

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa do Afeganistão	23
Figura 2: Mapa do Iraque	24
Figura 3: Conquista/Atahualpa inca está en la ciudad de Cajamarca em su trono...47	
Figura 4: Foto da reportagem <i>Allies in Combat, Now Unwanted</i> , do <i>NYT</i>	116

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de artigos, por jornal	16
Gráfico 2: Profissões dos T/Is antes dos conflitos.....	25
Gráfico 3: Profissão dos autores dos artigos, por jornal	27
Gráfico 4: Elementos culturais nos títulos dos 29 artigos em relação aos 2 Jornais	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: % dos artigos, por jornal	163
Tabela 2: % sobre contratantes de T/Is, por jornal	163
Tabela 2.1: % totais sobre contratantes de T/Is	16
Tabela 3: % sobre referências aos T/Is nos artigos	21
Tabela 3.1: % sobre profissões dos T/Is antes dos conflitos em relação à totalidade dos artigos	164
Tabela 3.2: % sobre profissões dos T/Is antes dos conflitos, por jornal.....	164
Tabela 3.3: % totais sobre as profissões dos T/Is antes dos conflitos em relação à totalidade dos artigos	22
Tabela 3.4: % sobre gênero dos T/Is	26
Tabela 3.5: % sobre motivações dos T/Is para desempenharem essa função, em relação aos dois jornais	165
Tabela 3.6: % sobre motivações dos T/Is para desempenharem essa função, em relação aos artigos que mencionam a informação, por jornal	166
Tabela 3.7: % sobre motivações dos T/Is para realizarem essa função, em relação à totalidade dos artigos que mencionam a informação	166
Tabela 4: % sobre profissões dos autores dos artigos, por jornal	167
Tabela 4.1: % sobre profissões dos autores dos artigos, no total	167
Tabela 5: % sobre elementos culturais presentes nos títulos dos artigos	167
Tabela 5.1: % totais sobre elementos culturais presentes nos títulos dos artigos .	167
Tabela 5.2: Elementos culturais presentes nos títulos dos artigos, por jornal	168
Tabela 5.3: Elementos culturais presentes nos títulos, em relação aos dois jornais.....	168

Tabela 6: % sobre local dos conflitos, por jornal	169
Tabela 6.1: % sobre local dos conflitos, em relação à totalidade dos artigos.....	169
Tabela 7: % sobre o posicionamento dos jornais a respeito dos T/l's, em relação a cada jornal	169
Tabela 7.1: % sobre o posicionamento dos jornais a respeito dos T/l's, em relação à totalidade do corpus	169
Tabela 7.2: % de palavras-chaves constante do corpus de 62 artigos, no jornal NYT	169
Tabela 7.3: % de palavras-chaves constante do corpus de 62 artigos, no jornal GU	170
Tabela 7.4: % totais de palavras-chaves constante do corpus de 62 artigos.....	170
Tabela 8: % sobre a faixa etária dos T/l's, por jornal	171
Tabela 8.1: % totais sobre a faixa etária dos T/l's	171
Tabela 9: % sobre a concessão de vistos aos T/s, por jornal	171
Tabela 9.1: % totais sobre a concessão de vistos ao T/l's	171
Tabela 9.2: % sobre o número de artigos que abordam a questão dos vistos, por jornal	172
Tabela 9.3: % totais sobre o número de artigos que abordam a questão dos vistos.....	172
Tabela 10: % sobre o número de artigos que abordam a questão dos assassinatos de T/l's, por jornal	172
Tabela 10.1: % totais sobre o número de artigos que abordam a questão do assassinato de T/l's	172
Tabela 11: % sobre como o T/l se sente, segundo o <i>NYT</i>	173
Tabela 11.1: % sobre como o T/l se sente, segundo o <i>GU</i>	173

SUMÁRIO

RESUMO.....	v
ABSTRACT	vi
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	vii
LISTA DE GRÁFICOS.....	vii
LISTA DE TABELAS	vii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - METODOLOGIA E ANÁLISE DO CORPUS.....	3
1.1 TEMA DA PESQUISA	4
1.2 JUSTIFICATIVA	8
1.3 OBJETIVOS	10
1.4 HIPÓTESES DE TRABALHO	11
1.5 CONSTRUÇÃO DO CORPUS	12
1.5.1 Análise inicial do <i>corpus</i>	15
1.5.2 Quem contrata os T/lis.....	16
1.5.3 Profissões dos T/lis antes dos conflitos: desconhecidas	21
1.5.4 Motivações e Gênero dos T/lis	26
1.5.5 Jornalistas: os autores das narrativas.....	27
CAPÍTULO 2 - TRADUTORES E INTÉRPRETES EM CONTEXTOS HISTÓRICOS	34
2.1 T/IS NA HISTÓRIA COMO MEDIADORES DE CULTURA.....	36
2.2 TRADUÇÃO/INTERPRETAÇÃO COMO OBJETO DE UMA FORMAÇÃO ESPECÍFICA	59
2.3 T/IS E A COMPETÊNCIA LINGUÍSTICA.....	64
2.4 T/IS E A MEDIAÇÃO LINGUÍSTICA EM ZONAS DE CONFLITO	76
CAPÍTULO 3 - CONSTRUÇÃO DA REALIDADE E TEORIAS NARRATIVAS APLICADAS AO CORPUS.....	96
3.1 NARRATIVA SEGUNDO SOMERS, GIBSON e BAKER: A VISÃO OCIDENTAL DA GUERRA	102
3.2 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DAS NARRATIVAS IDENTIFICADOS NOS ARTIGOS DO <i>GU</i> E DO <i>NYT</i>	113
3.2.1 Temporalidade	114
3.2.2 Relação	123
3.2.3 Envolvimento causal	129
3.2.4 Apropriação seletiva: o autóctone apagado	139
4 CONCLUSÃO	143
5 BIBLIOGRAFIA.....	146
5.1 REFERENCIAL TEÓRICO	146
5.2 CORPUS	155
6 ANEXOS	163
6.1 TABELAS UTILIZADAS NA DISSERTAÇÃO.....	163

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado tem como objeto de estudo a figura dos tradutores e intérpretes contratados localmente no Afeganistão e no Iraque, no contexto da “Guerra ao Terror”, para prover serviços linguístico-culturais aos diversos atores internacionais participantes deste conflito, a saber: as forças de ocupação coordenadas pela Otan, os jornalistas que cobriram a guerra e as organizações humanitárias. O acesso às histórias desses personagens foi realizado por meio dos artigos jornalísticos a seu respeito publicados pelos jornais *The New York Times*, dos EUA, e *The Guardian*, do Reino Unido, duas importantes instituições jornalísticas localizadas nos dois países ocidentais mais atuantes no contexto da guerra em comento.

A fim de estudar o objeto acima identificado, nosso trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, explicitamos a metodologia aplicada à constituição do corpus e realizamos uma análise acerca dos dados encontrados nos textos jornalísticos sobre os tradutores e intérpretes afegãos e iraquianos. Isto é, são analisadas as informações disponíveis sobre as profissões desses personagens anteriormente aos conflitos, seu gênero e suas motivações para desempenharem atividades de tradução e interpretação em uma zona de conflito. Também são analisados elementos sobre os artigos jornalísticos em si, como por exemplo, quem os escreveu, a forma de sua elaboração e os títulos dados às reportagens.

No segundo capítulo, realizamos uma retrospectiva histórica acerca dos eventos bélicos nos quais encontramos a atuação de tradutores e intérpretes ao longo da História. Neste sentido, partimos do Egito Antigo, no século XV a.C., e passamos por vários conflitos, como a Guerra Sino-Holandesa, a Guerra do Ópio, a I e a II Guerras Mundiais até chegar ao último caso: a Guerra da Croácia. Durante todo este capítulo, que cobre cerca de 36 séculos, buscamos as semelhanças e diferenças da situação desses tradutores e intérpretes da antiguidade em relação aos que estudamos no caso da “Guerra ao Terror”. Ou seja, pesquisamos, entre outros aspectos, se estes personagens recebiam treinamento para exercer atividades de tradução e interpretação em zonas de conflito; se recebiam salários; se esta era, de fato, uma profissão; como essas figuras eram tratadas por seus contratantes e pela população da qual eram parte; como se sentiam

desempenhando a atividade de intermediação linguístico-cultural; de qual extrato social eram provenientes etc. Ou seja, buscamos informações ao longo da História que nos possibilitassem criar paralelos entre a identidade do tradutor/intérprete em zonas de conflito de outrora e da atualidade.

Considerando que as histórias e/ou dados sobre os tradutores e intérpretes afegãos e iraquianos foram acessadas por meio de artigos jornalísticos e que, para fins deste trabalho, esses artigos foram considerados narrativas jornalísticas, dedicamos o terceiro e último capítulo ao estudo da forma pela qual as narrativas constroem a realidade que nos cerca e moldam o agir humano por meio das histórias circulantes em determinada sociedade. Neste sentido, baseando-nos nos trabalhos das pesquisadoras Margaret Somers, Gloria Gibson e Mona Baker, aplicamos a parte do corpus quatro características da narrativa propostas pelas referidas pesquisadoras, a saber: temporalidade, relação, envolvimento causal e apropriação seletiva. Desta forma, foi possível detectar como as narrativas jornalísticas foram concebidas para privilegiar certos aspectos a serem contados e outros a serem silenciados acerca da situação dos tradutores e intérpretes afegãos e iraquianos e da própria “Guerra ao Terror”.

CAPÍTULO 1 - METODOLOGIA E ANÁLISE DO CORPUS

1.1 TEMA DA PESQUISA

Com base na teoria da narrativa desenvolvida por Margaret Somers e Gloria Gibson (1993), nos termos revisitados por Baker (2006)¹, nossa proposta é estudar como a narrativa jornalística constrói os tradutores e intérpretes² que trabalharam no Afeganistão e Iraque durante a chamada “Guerra ao Terror” (BUSH, 2001), encabeçada pelos EUA em uma coalizão militar da OTAN (DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA, 2002). As pesquisadoras acima citadas definem a narrativa a partir do ponto de vista sociológico como sendo as histórias contadas aos indivíduos, as quais lhes fornecem explicações sobre os eventos que os cercam, seu lugar no mundo e moldam o seu agir em comunidade. De acordo com Somers e Gibson (1993), os estudiosos em sociologia postularam algo substancial sobre a narrativa:

*(...) a vida social é, ela mesma, historiada e que a narrativa é uma condição ontológica da vida social. A pesquisa desses estudiosos está nos mostrando que as histórias guiam a ação; que as pessoas constroem identidades (embora múltiplas e em mutação) ao se localizarem ou ao serem localizadas dentro de um repertório de histórias em um enredo; que a ‘experiência’ é **constituída por meio das narrativas**; que as pessoas entendem o que aconteceu ou está acontecendo com elas ao tentar reunir ou, de alguma forma, integrar esses acontecimentos dentro de uma ou mais narrativas; e que as pessoas são guiadas a agir de determinadas maneiras, e não de outras, com base nas projeções, expectativas e memórias advindas de uma multiplicidade de repertórios, mas, em última análise limitados, acerca das narrativas sociais, públicas e culturais disponíveis. (SOMERS; GIBSON, 1993, p. 2)³⁴ (grifo nosso)*

Em outras palavras, para as autoras acima referidas, as pesquisas mostram que as sociedades se organizam apoiadas em um número de narrativas disponíveis, as quais fornecem aos seres humanos diversas explicações sobre os acontecimentos sociais e a qual lugar ou grupo cada pessoa pertence. Logo, também fornecem explicações sobre como cada um deve agir segundo seu

¹ cf. capítulo 3.

² Doravante denominados T/Is.

³ Trecho original: “(...) social life is itself *storied* and that narrative is an *ontological condition of life*. Their research is showing us that stories guide action; that people construct identities (however multiple and changing) by locating themselves or being located within a repertoire of emplotted stories; that “experience” is constituted through narratives; that people make sense of what has happened and is happening to them by attempting to assemble or in some way to integrate these happenings within one or more narratives; and that people are guided to act in certain ways, and not others, on the basis of the projections, expectations, and memories derived from a multiplicity but ultimately limited repertoire of available social, public, and cultural narratives.”

⁴ Todas as citações realizadas a partir de idioma estrangeiro foram traduzidas pela autora desta dissertação.

enquadramento como pertencente a determinada comunidade. As memórias, os repertórios, as experiências, as identidades das pessoas são todos constituídos alicerçados no pertencimento de dada pessoa a uma comunidade específica, na qual circulam narrativas próprias daquela localidade.

Dessa forma, considerando-se a importância fundamental das narrativas na construção da realidade que nos é apresentada e, mais ainda, levando em conta que é com base nelas que o agir humano é moldado, envidaremos esforços no sentido de analisar a construção das narrativas acerca dos tradutores e intérpretes (T/Is) feitas por dois jornais de grande circulação nos dois principais países da coalizão: o estadunidense *The New York Times* (NYT) e o britânico *The Guardian* (GU). Estudaremos mais adiante⁵ o argumento de que a exposição do homem aos ambientes e às narrativas molda sua identidade, o seu entendimento e o seu agir no mundo, assuntos pesquisados em sociologia. Por meio da investigação dos artigos jornalísticos que compõem o corpus desta pesquisa, buscamos identificar como as narrativas jornalísticas constroem temas como a identidade dos T/Is, o olhar do contratante sobre eles, ou dos habitantes do local do conflito ou dos próprios T/Is. Também tentaremos identificar quais são as consequências psicológicas dessas atividades, que dizem respeito a uma mediação linguístico-cultural de alta complexidade em um ambiente de guerra⁶.

Dragovic-Drouet (2007), ao estudar os pressupostos da teoria da interpretação propostos por Danica Seleskovitch, destaca os seguintes pré-requisitos para o desempenho adequado dessa atividade: conhecimento técnico, conhecimento linguístico-cultural e ambiente adequado para ser realizada. Empreender tais funções em um ambiente tenso, como as zonas de conflito, regiões onde não se encontram T/Is qualificados em número suficiente para atender à demanda dos atores no conflito (forças armadas diversas, ONGs, Médicos Sem Fronteira, jornalistas etc.), e, às vezes, com conhecimento idiomático da língua, é tarefa desafiadora. Isto é, a probabilidade de que os três pré-requisitos acima referidos para o desempenho das atividades de tradução e interpretação sejam atendidos em ambientes de guerra é praticamente nula: o contexto de tensão devido ao conflito impede a concentração mental por parte do intérprete; o T/I pode não ter

⁵ cf. capítulo 3.

⁶ As informações encontradas em nosso corpus sobre este assunto aparecem ao final deste trabalho, nas Tabelas 11 e 11.1, em relação às narrativas do NYT e do GU, respectivamente.

o conhecimento do idioma estrangeiro em profundidade ou da terminologia demandada (por exemplo, a terminologia militar) em virtude de ter assumido esta atividade recentemente em ocasião da alta demanda; ou pode estar sofrendo ameaças de morte por oferecer seus serviços a estrangeiros.

As zonas de conflito oferecem diversos perigos físicos aos T/Is porque são o palco onde guerras se desenvolvem. Estes perigos podem se intensificar caso o T/Is trabalhe diretamente para militares em patrulhas em linhas de frente, onde passa a experimentar todos os riscos aos quais as forças armadas também estão expostas, embora os T/Is não tenham o treinamento militar adequado para reagir frente a tais perigos. Além disso, como é possível verificar ao longo do material que compõe a contextualização histórica da atuação de T/Is em zonas de conflito⁷, bem como ao longo das matérias jornalísticas constantes do corpus⁸, os T/Is são estigmatizados pela população local que vive nas regiões palco dos conflitos. Em função de sua avaliação política frente ao conflito, alguns autóctones, segundo as narrativas, veem seus conterrâneos que prestam serviços linguísticos aos estrangeiros como traidores, por utilizarem seu idioma como arma contra seu próprio país e sua população. Por essa razão, os T/Is nos locais estudados são caçados e mortos, pois são vistos como pertencentes ao lado do inimigo.

Diante do quadro de guerra e do perigo que envolve os T/Is, a informação a respeito deles ou por eles produzida é pouca, por razões óbvias envolvendo questões de segurança pessoal. Pelo motivo da escassez de informação referente aos T/Is em zonas de conflito, escolhemos realizar esta pesquisa construindo o nosso corpus por meio das narrativas publicadas pelos jornais *NYT* e *GU*. Ademais, como esta é uma guerra dada por encerrada em 2016, ainda não existe material histórico e estudos suficientes para entendê-la. Outrossim, como esta pesquisa dá-se de maneira quase que concomitante ao desenrolar do conflito, esta proximidade histórica torna impossível o acesso a materiais documentais e estudos que eventualmente existam sobre a questão. Se pensarmos no acesso a arquivos, observamos que são protegidos em todos os países por uma legislação muito específica que mantém em sigilo diversas informações sobre o conflito, o que dificulta as pesquisas sobre este tema. Nos Estados Unidos, por exemplo, a

⁷ cf. capítulo 2.

⁸ cf. capítulo 3.

regulamentação vem por meio de documento do Executivo. O Presidente Obama assinou a *Executive Order* 13526 em dezembro de 2009, a qual estabelece sigilo de 25 anos para os documentos mais sensíveis, que pode ser prorrogado por mais 25 anos. O prazo pode ser superior a 50 anos apenas se a informação identificar uma fonte humana confidencial, ou uma fonte de inteligência humana ou for o projeto de alguma arma de destruição em massa (EUA, 2009). No Brasil, a Lei 12.527, de 2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), estabelece exatamente os mesmos prazos do decreto americano para os documentos ultrassecretos, considerados dessa forma aqueles que digam respeito à segurança nacional e assuntos de natureza militar, por exemplo (BRASIL, 2011). No Reino Unido, a regulamentação está prevista na Lei dos Registros Públicos (*Public Records Act* (REINO UNIDO, 1958)), que anteriormente estabelecia o prazo de 30 anos para divulgação de documentos sigilosos, mas que foi alterada em 2017, reduzindo esse prazo para 20 anos.

Apesar dessa dificuldade de acesso às informações relativas às guerras, os conflitos têm se tornado objeto de interesse do mundo acadêmico na área dos Estudos da Tradução por proporcionarem um novo viés de pesquisa acerca das atividades de tradução e interpretação. Os autores que estudaremos em seguida (Baker (2014); Chang (2016); Luo (2016); Palmer (2008); Stahuljak (2000))⁹, analisando diferentes épocas históricas (século XVI, século XX e século XXI), conseguiram organizar dados e corpus de pesquisa a partir dos quais eles acessaram as narrativas dos T/Is. Um desses pesquisadores, Chang (2016), credita tal interesse à ocorrência de conflitos interétnicos ou internacionais que se prolongam em demasia na atualidade e, portanto, acarretam maior possibilidade de criação de dados, baseados em entrevistas e artigos de jornais. No caso dos estudos que analisam a atuação dos T/Is em zonas de conflitos em períodos históricos remotos (como o Egito, a Grécia e a Roma Antigos), o acesso aos dados torna-se bem mais complicado na medida em que os registros pertinentes a estes casos, segundo Chang (2016), foram perdidos ou são escassos, fragmentados, periféricos e indiretos. No século XX, por exemplo, a maior quantidade de fontes sobre a atuação de T/Is em zonas de conflito aborda o período da I Guerra Mundial

⁹ Desenvolveremos no capítulo 2 um estudo mais específico a partir da visão desses diferentes pesquisadores e de diversos outros.

(1914-1918) e especialmente da II Guerra Mundial (1939-1945). Isto em razão de terem sido publicadas biografias escritas pelos intérpretes dos líderes das nações do Eixo e dos Aliados, os quais ficaram em evidência devido à sua atuação enquanto intérpretes consecutivos e simultâneos nos julgamentos de Nuremberg. Como exemplos, podemos citar o livro *Silent Missions*, de Vernon Walter (intérprete dos presidentes americanos Harry Truman e Dwight Eisenhower, anos 1940 e 1950) e *Memoirs of an Interpreter*, de Arthur Birse (intérprete de Churchill para o russo, na década de 1940). No entanto, observa-se que ainda há poucos estudos sobre este tema. No próximo item, apresentaremos as justificativas para a realização deste trabalho.

1.2 JUSTIFICATIVA

O desejo de estudar este tema surgiu da junção de dois campos de nosso interesse: Relações Internacionais, área do conhecimento que envolve política, conflito, relações entre países, administração de situações adversas, diplomacia e na qual nos graduamos em 2006; e os Estudos da Tradução, outra área que nos atrai, especialmente no tocante às pessoas que realizam o manejo dos idiomas em situações de crises diplomáticas e conflitos armados.

Um exemplo desta interligação entre as relações internacionais e os estudos da tradução pode ser observado a partir da Paz de Westphalia (1648). Este acontecimento histórico, segundo Vizentini (2002), colocou um fim à Guerra dos Trinta Anos (1618-48) entre católicos e protestantes, e possibilitou o surgimento de uma nova era nas relações internacionais. Foi a partir desse momento que o conceito de soberania estatal e não intervenção nos assuntos desses estados surge. Mais ainda, os idiomas de cada Estado se tornam estabelecidos e os governantes tornam-se cientes da necessidade de possuir representantes seus nos países estrangeiros (os diplomatas). A possibilidade de utilizar seu próprio idioma nos negócios internacionais (embora o francês fosse a língua padrão utilizada nas relações diplomáticas) também passa a existir em 1714, de acordo com Rosendo e Persaud (2016). Para Delisle e Woodsworth (2012), a interpretação e a diplomacia sempre tiveram a tendência de se sobreporem e quanto mais se volta no tempo, mais difícil se torna separá-las, pois a atuação de T/Is nem sempre era claramente

mencionada em negociações internacionais, em razão de motivos estratégicos. Percebemos, assim, que as Relações Internacionais são também as relações que entrelaçam idiomas e culturas. Relações Internacionais e Estudos da Tradução são, pois, áreas que se inter-relacionam e que nos provocam grande interesse.

Outra justificativa para este trabalho é a carência de estudos sobre o tema. A partir da I Guerra Mundial, os registros sobre a atuação de T/Is em questões diplomáticas e bélicas fica mais visível, segundo Pagura (2010). Tanto que este autor cita nominalmente alguns intérpretes que atuaram neste momento, contribuindo para o desenvolvimento embrionário da profissão de intérprete de conferência. São eles: Jean Herbert, que atuou como intérprete quando da assinatura do Tratado de Versalhes e na Liga das Nações; Paul Mantoux, que interpretava nos idiomas inglês e francês, e foi intérprete de David Lloyd George, Primeiro Ministro do Reino Unido durante a I Guerra e do Primeiro Ministro francês Georges Clemenceau, também durante a I Guerra, para citar apenas alguns. Entretanto, a atuação de T/Is nos momentos finais dos conflitos armados, ou seja, nas negociações de paz como nos casos acima, não é o aspecto que mais nos interessa, e sim no momento em que o conflito irrompe e enquanto se desenrola. Isto remete à dificuldade acima mencionada referente à escassez das fontes, devido às evidentes estratégias político-militares. Esta carência de fontes levou-nos a organizar nossa pesquisa de maneira a constituir um corpus baseado em conflitos que terminaram recentemente (Iraque em 2012, Afeganistão em 2016), mas cujas narrativas estudadas foram escritas enquanto a guerra ainda acontecia. Logo, analisamos as narrativas jornalísticas sobre os T/Is em zonas de conflito atuais (Afeganistão e Iraque, a partir de 2001 até 2017), buscando elementos que nos esclareçam como a narrativa jornalística constrói a realidade sobre os T/Is. Esta pesquisa se propõe a integrar as reflexões já expostas, expandido um conhecimento sobre a atuação dos T/Is durante um conflito que estava em andamento.

Em nosso trabalho, percebemos que a atividade desses T/Is está inserida no bojo das narrativas jornalísticas e da “Guerra ao Terror”. Assim, pretendemos identificar, com base nas narrativas dos dois jornais escolhidos (*NYT* e *GU*) juntamente com os dados colhidos na contextualização histórica, os seguintes pontos: os T/Is atuando em zonas de conflito vêm sendo identificados desde a alta antiguidade egípcia e deste momento ao presente possuem um estatuto de

precariedade como mediadores de conflitos; são tratados como objetos nas estratégias militares para vencer as guerras; gozam de pouca segurança em campos de batalha; não possuem a qualificação específica para desempenhar atividades de tradução e interpretação; e, por outro lado, as narrativas jornalísticas constroem uma identidade do T/I que nos foi possível identificar, e cujas características são a fragmentação do tempo narrado, o envolvimento causal, a relação e a apropriação seletiva.

1.3 OBJETIVOS

Com base nos jornais *NYT* e *GU*, constitui nosso objetivo geral: a presença da figura do T/I no interior de inúmeros conflitos das sociedades humanas (do século XV a.C. até o século XX d.C.) nos mostra que essa figura exerce uma função de mediadora dos conflitos, e nesse sentido, as narrativas jornalísticas a respeito dos T/Is nos conflitos do Afeganistão e do Iraque, estudados neste trabalho, confirmam estas características.

Constituem nossos objetivos específicos:

- 1) Identificar a permanência da figura do T/I dentro de um tempo histórico longo (do século XV a.C. ao século XX d.C.);
- 2) Avaliar como a narrativa jornalística narra esses T/Is (como vítimas, traidores, pessoas que querem ajudar seu país a se reerguer da guerra) pelos participantes do conflito, como as forças armadas, os jornalistas e a população local;
- 3) Identificar como a narração constrói aspectos psicológicos dos T/Is, ao experimentar os riscos de guerra e, ao mesmo tempo, a sensação de que se está traindo seu país ao trabalhar para forças de ocupação;
- 4) Identificar se nessa construção identitária dos T/Is existe alguma referência a tipo de proteção (coletes à prova de balas, capacetes, normas para atuação em zonas de conflito, etc.).

1.4 HIPÓTESES DE TRABALHO

No âmbito desta pesquisa, temos três grandes hipóteses:

- 1) A análise do corpus indica alguns dados sobre os T/Is contratados localmente no Afeganistão e no Iraque, no contexto da “Guerra ao Terror”: são majoritariamente homens, na faixa dos 20 aos 30 e poucos anos; foram contratados sem possuírem o conhecimento específico das atividades de tradução e interpretação; seus principais contratantes foram as forças armadas de ocupação desses países; diversos desses T/Is sofreram ameaças de morte ou foram assassinados em virtude de sua associação com as forças de ocupação.
- 2) O estudo acerca da atuação dos T/Is em conflitos ao longo da História mostrou que estes personagens existem desde o século XV a.C., não sendo, portanto, um produto das guerras do século XX ou XXI; as pesquisas indicam que os T/Is são, geralmente, arregimentados nos extratos menos abastados das sociedades humanas, recebem pouco por seu trabalho, quando chegam a receber, sofrem desconfiança por parte de quem os contrata e por parte de seus conterrâneos, ocupando uma posição de quase invisibilidade na História.
- 3) Também temos por hipótese que a maioria das narrativas constrói os T/Is de maneira positiva, retratando-os como vítimas da guerra, de “insurgentes” e do descaso de seus contratantes, dos governos locais e dos países participantes da coalizão. Esse posicionamento favorável pode ter o objetivo político de esconder que a guerra na qual estavam imersos era ilegal, haja vista que, para muitos, o caso específico do Iraque tratou-se da invasão de um estado soberano, sob o argumento falso de que o país possuía armas de destruição em massa. As narrativas descrevem este personagem na zona de conflito sem proteção alguma, onde poderia morrer a qualquer momento em virtude das atividades de guerra que desempenhava junto das forças armadas; que não dispunha de qualquer tipo de seguro contra acidentes ou morte; que não poderia sequer revelar para sua família a sua ocupação, sob pena de também colocá-la em perigo e que, em sua maioria, não conseguia visto para sair de seu país e

pretender uma vida livre de ameaças e tentativas de assassinatos. Ou seja, a nossa hipótese é que se trata de alguém que possui um status (SANTOS, 2001) totalmente precário segundo as narrativas dos dois jornais. Ou, para citar Delisle e Woodsworth (2012), são pessoas que não têm direitos, apenas obrigações.

1.5 CONSTRUÇÃO DO CORPUS

A constituição do corpus deu-se da seguinte maneira: coletamos informações aleatórias partindo de buscas de palavras-chaves/expressões na internet, tais como: *translator, interpreter, interpreters/translators killed, interpreters/translators murdered, conflict/battle/war zone(s)*. A busca foi feita em língua inglesa para alcançar os artigos jornalísticos produzidos pelos países patrocinadores do conflito, considerando-se a atual universalidade deste idioma no cenário internacional.

Desta pesquisa, identificamos que os artigos jornalísticos encontrados se referiam à atuação de T/Is no Afeganistão (de 2001 a 2016, período de duração da guerra (TAYLOR, 2014)) e no Iraque (de 2003 a 2012, período de duração da guerra (TAYLOR, 2014)). Considerando-se a discussão referente à escassez das fontes no que diz respeito a um conflito em andamento, adotamos, assim, como objeto de estudo, as narrativas jornalísticas sobre a atuação dos T/Is nos conflitos no Iraque e no Afeganistão no século XXI, sendo que a figura do T/I aparece desde a alta antiguidade, não sendo, portanto, uma figura que desponta no presente século.

A título de contextualização, do ponto de vista político-militar, foi em 2001 que os Estados Unidos iniciaram uma ofensiva contra o Afeganistão e, posteriormente, contra o Iraque (2003), após o atentado no *World Trade Center*, em Nova York, na batalha que ficou conhecida como “Guerra ao Terror”. De acordo com o website do Departamento de Estado americano (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2001), a referida guerra teve como propósito destruir o grupo al-Qaeda, suas operações mundiais e fontes de financiamento, campos de treinamento e livrar o povo afegão do reinado do terror; quanto ao Iraque, a justificativa para a sua invasão em 2003 foi a suposta crença de que o país possuía armas de destruição em massa (BRITANNICA, 2016) e que seu governo apoiava grupos terroristas, como o grupo al-Qaeda (AMADEO, 2017).

Após o ataque às Torres Gêmeas, cerca de 30 países (dados de março de 2003) juntaram-se em uma coalizão (“coalition of the willing” (LORENZ, 2003)) com o objetivo de ajudar os EUA a combater o terrorismo no mundo. Entre os participantes que ofereceram ajuda mais significativa – ou seja, ajuda mais substancial que a assinatura de carta de apoio e apoio político público – estão: Japão (ofereceu assistência para reconstrução dos países invadidos pós-conflito), Países Baixos (enviaram tropas não combatentes e armamentos), Espanha (ofereceu bases em Rota e Morón, e enviou tropas não combatentes), Dinamarca (ofereceu entre 50 e 100 soldados de operações especiais e equipamentos militares), Reino Unido (enviou 42.000 soldados, além de aviões e navios) e Austrália (forneceu 2.000 soldados, 14 jatos de combate *Hornet* e navios de transporte), conforme Lorenz (2003). De acordo com dados mais atualizados do Departamento de Estado dos EUA, o país que mais colaborou foi o Reino Unido (U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2002), tendo sido o primeiro a enviar representantes militares para a Central de Comando.

Para Lorenz (2003), não houve uma massiva aprovação dos países participantes da coalizão para entrarem na guerra contra Saddam. Além do mais, as nações que integraram a força tarefa o fizeram não com objetivo de ajudar na democratização e bem-estar da população iraquiana, mas por interesse próprio:

(...) embora os membros da coalizão possam ter tido fortes objeções à invasão em algum nível, existem pressões externas que pesaram mais forte sobre esses países e que os fizeram juntar-se à coalizão. Veremos que, como na maioria dos assuntos internacionais, a política e a economia desempenham papéis muito fortes. Poucos desses países, se é que há algum, podem ter agido altruisticamente. (LORENZ, 2003)¹⁰

Ainda de acordo com o trabalho de Lorenz (2003), cada país participante da coalizão tinha claramente algo a ganhar com esta parceria. São destacados como motivos: assistência dos EUA para que o país se tornasse membro da Otan; obtenção de simpatia política por parte dos EUA; recuperação de investimentos perdidos ou tornar-se parte nos espólios de paz; recepção de ajuda econômica

¹⁰ Trecho original: “while the members of the coalition may have had very strong objections to the invasion at some level, there were external pressures that weighed more heavily upon these countries that caused them to join the coalition. We shall see that, as with most international issues, politics and economics played very strong roles. Few, if any, of these countries can be considered to have acted altruistically.”

adicional dos EUA; fomento de laços de segurança com os EUA ou apenas a prática de bons negócios ao não irritar um dos maiores países consumidores do mundo.

Diante do exposto acima, selecionamos os dois primeiros critérios para a coleta dos artigos constituintes do corpus: 1) esses artigos deveriam retratar a atuação de T/Is no Afeganistão e no Iraque no contexto da “Guerra ao Terror”; 2) como os principais países participantes da coalizão da Otan eram EUA e Reino Unido (GARDINER, 2007), os artigos deveriam ser provenientes de jornais circulantes nesses países.

Já para selecionar os jornais da pesquisa, levou-se em conta quais os mais importantes nos dois países acima mencionados, com base nos seguintes critérios: 1) jornal com maior número de publicações ao longo dos anos e periodicidade das publicações; 2) número de exemplares vendidos; 3) página eletrônica com maior número de acessos, notoriedade, reconhecimento e tradição, como veremos abaixo; e 4) os jornais deveriam possuir uma seção internacional, a fim de que contemplassem os conflitos ao redor do mundo. Em razão dos critérios acima, a pesquisa concentrou-se no jornal americano *The New York Times* (NYT) e no inglês *The Guardian* (GU). Nos próximos parágrafos, esboçaremos uma rápida perspectiva histórica dos jornais acima mencionados, a fim de demonstrar que ambos estão institucionalizados em seus países, possuindo sólida tradição no meio jornalístico. Isso nos permite, no âmbito desta pesquisa, utilizar suas narrativas como elementos que compõem a opinião pública em seus respectivos países, ou seja, as narrativas jornalísticas publicadas por esses jornais constroem a opinião pública nos EUA e no Reino Unido. Em seguida, analisaremos alguns dados do corpus.

O NYT é publicado há 166 anos, tendo sido fundado em 18 de setembro de 1851 pelo político e jornalista norte-americano Henry Jarvis Raymond e pelo banqueiro, editor e jornalista norte-americano Georges Jones (THE NEW YORK TIMES, 2017). Há muito, o jornal, que tem publicação diária pela *The New York Times Company* e já ganhou mais de 122 Prêmios Pulitzer, vem sendo considerado uma referência nacional e internacional (THE PULITZER PRIZES, 2017). De acordo com dados de abril de 2016, a tiragem total do jornal (incluindo a parte impressa e digital) era de 655.343 exemplares de segunda a sexta-feira e de 1.119.112 exemplares aos domingos (THE NEW YORK TIMES, 2016). A página eletrônica do jornal tem mais de 20 milhões de acessos por mês, sendo que a população dos EUA, em 2017, é de

cerca de 325 milhões de habitantes (UNITED STATES CENSUS BUREAU, 2017), números que nos levam a concluir que se trata de jornal com bastante circulação nacional.

O jornal *The Guardian* está em funcionamento há 196 anos, e foi fundado por John Edward Taylor, sua primeira publicação foi em 5 maio de 1821 e era um periódico semanal liberado aos sábados. A partir de 1855 passou a ter publicação diária. O jornal começou a ter reconhecimento nacional e internacional durante o comando de CP Scott, o editor que ficou no cargo por 57 anos. A orientação do jornal, segundo o que consta de sua página eletrônica, é a de independência de seus princípios (THE GUARDIAN, 2002). Em março de 2001, mais de 2,4 milhões de usuários acessavam a página eletrônica do *The Guardian*, fazendo deste o *website* de jornal mais popular no Reino Unido (THE GUARDIAN, 2002), que contava, em 2015, com uma população de 65,1 milhões de habitantes, conforme o *Office for National Statistics* (2017).

No próximo tópico, iniciaremos as primeiras análises do corpus extraído desses dois jornais acima mencionados.

1.5.1 Análise inicial do *corpus*

O corpus é composto por 71 artigos jornalísticos, sendo 32 artigos do *NYT*, ou 45,07% do corpus, e 39 do *GU*, ou 54,92% do corpus. As matérias foram publicadas entre 10 de novembro de 2002 e 29 de janeiro de 2017, cobrindo, portanto, um período de cerca de 15 anos.

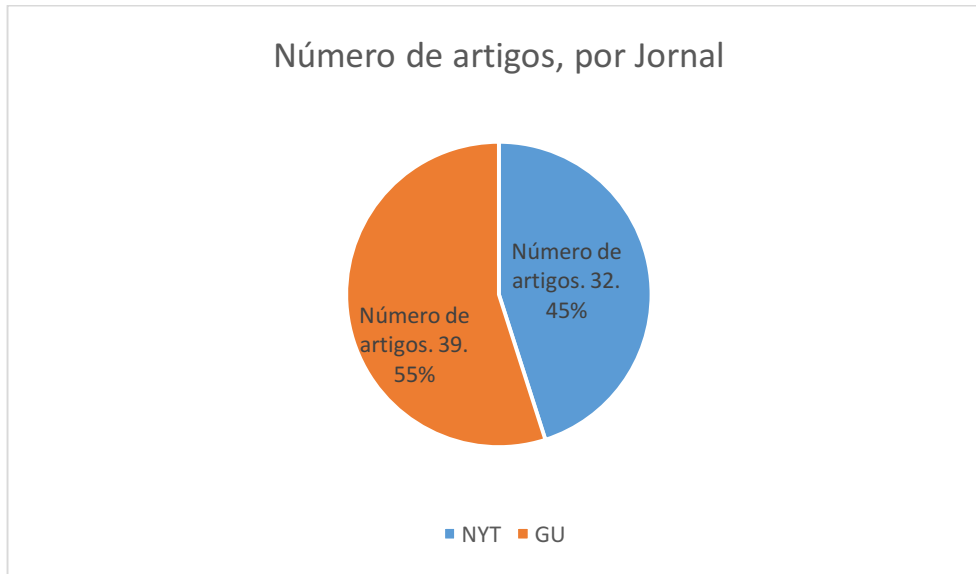


Gráfico 1¹¹: Fonte: 2017. Gráfico elaborado por Livia Salomão, no âmbito deste trabalho, extraído da Tabela 1.

1.5.2 Quem contrata os T/l's

Uma análise preliminar do corpus sugere que, segundo a maioria das narrativas do *NYT* (24 artigos sobre 32, ou 75%), as forças armadas constituem o primeiro empregador de T/l's nas zonas de conflito. Em segundo lugar, com uma enorme diferença, aparecem os jornalistas como contratantes de T/l's (4 artigos sobre 32, ou 12,5%). No caso do *GU*, a situação não é diferente, sendo as forças armadas também o principal contratante de T/l's (34 sobre 39 artigos, ou 87,17%), seguidas dos jornalistas (4 artigos sobre 39, ou 10,25%). Os percentuais sobre os contratantes de T/l's, considerando-se a integralidade do corpus, podem ser observados consoante tabela abaixo:

Tabela 2.1: % totais sobre contratantes de T/l's

Contratantes	Percentual	Número de artigos
Forças armadas	81,69%	58
Jornalistas	11,26%	8
Não menciona/Não se aplica	4,22%	3
Outros	2,81%	2
ONGs	1,40%	1

Fonte: 2017. Tabela elaborada por Livia Salomão, no âmbito deste trabalho

¹¹ A numeração dos gráficos e das tabelas nesta pesquisa obedece a uma lógica de construção do corpus que se desenvolveu no decorrer do tratamento e análise dos dados. Por isto, ao longo dos capítulos, a referida numeração aparece descontínua. As tabelas utilizadas neste trabalho encontram-se elencadas a partir da página 163.

Isso nos leva a observar que os principais interessados na contratação de T/Is eram as forças armadas, e a nossa premissa, nesse sentido, é que os militares compreenderam a importância do papel exercido pelo T/I, é por meio dele que conseguiram chegar à população local e obter as informações de que precisavam. Não apenas isso: o acesso à população local era fundamental para neutralizar ataques contrários à ocupação, para aumentar a segurança na região e para estabilizar politicamente os países em comento.

Sheehan (2011) assevera que as guerras são uma parte essencial das relações entre os povos, tendo ocorrido mais de 14.400 guerras registradas ao longo da história, as quais mataram mais 3,5 bilhões de pessoas. Entretanto, para o referido autor, o caráter da guerra vem sofrendo alterações, especialmente após o advento da globalização, quando diversos atores não nacionais ingressam nas relações internacionais, e torna-se difícil identificar os partícipes nos eventos bélicos, bem como a guerra em si torna-se mais difícil de ser explicada.

A definição clássica da guerra mais empregada é a de Clausewitz (1989), no sentido de que a guerra é um ato de força que tem como objetivo compelir nossos oponentes a realizarem nossa vontade, sendo a guerra a continuação das relações políticas com uma mistura de outros meios.

Ao final da Guerra Fria, a preponderância de atores estatais nas relações internacionais diminuiu, dando lugar aos atores não estatais (mídia, ONGs, grupos terroristas etc.), que passam a participar da guerra. Por essa razão, Sheehan (2011) defende que a definição clássica de Clausewitz deve ser substituída pela de Wright (1964), no sentido de que a guerra é um conflito entre grupos políticos, especialmente estados soberanos, realizada por forças armadas de notável magnitude, por um período de tempo considerável. Identificamos, no caso da “Guerra ao Terror”, a atuação dos atores não estatais acima referidos: a mídia, participando ativamente com vasta publicação jornalística cobrindo os dois cenários do conflito (Afeganistão e Iraque); organizações prestando serviços humanitários, como os Médicos Sem Fronteiras (MÉDICOS SEM FRONTEIRAS, 2015); e grupos que resistiram à presença estrangeira em seus territórios, os quais são geralmente descritos pelas narrativas como “terroristas”, “militantes” ou “insurgentes”. Outra

característica partilhada com o novo conceito de guerra definido por Wright (1964)¹² é a duração dos conflitos (Afeganistão: 15 anos; Iraque: quase 9 anos, conforme Taylor (2014)) até agora e os indicativos de que os EUA continuarão investindo recursos orçamentários na “Guerra ao Terror” (AMADEO, 2017).

Para Sheehan (2011), o nascimento do nacionalismo dos Estados durante o período da modernidade os tornou centralizados e burocratizados. Com essas características, os Estados passaram a servir-se de suas enormes populações para fomentar guerras nas quais eram empregados exércitos volumosos. De acordo com o mesmo autor, os produtos da industrialização eram utilizados nessas guerras e as populações convencidas de que deveriam se sacrificar em favor de seus estados e que não deveria haver misericórdia para com a população dos estados inimigos.

Entretanto, conforme afirma Clausewitz (1989), cada guerra tem as características de seu próprio tempo. Como já mencionado anteriormente, os novos atores internacionais alteraram a configuração das guerras atuais. De acordo com Sheehan (2011), as guerras contemporâneas são lutadas parcialmente na televisão, onde também existe a narrativa jornalística que descreve um lado ganhador e outro perdedor, enquadrando o ponto de vista dos telespectadores. Comprovamos que foi dada uma ampla cobertura às guerras por meio dos diversos artigos jornalísticos publicados sobre a atuação dos T/Is no Afeganistão e no Iraque, bem como por meio da presença de vários jornalistas nesses países fazendo as reportagens. As frequentes coberturas de guerras narram os eventos bélicos como algo rotineiro, o que torna as populações acostumadas às desgraças provocadas pelos conflitos, sobretudo os prolongados. Assim, a superexposição a essas narrativas faz com que sejam revertidos os questionamentos morais das pessoas sobre as guerras, sobre o uso indiscriminado de armas inclusive contra civis e crianças, sobre o enorme contingente de refugiados que passarão diversos anos sem futuro em decorrência da destruição de suas sociedades etc.

Nas guerras atuais, especialmente pela participação de outros agentes que não os estados soberanos, percebemos a não observância da regulamentação sobre o que é ou não permitido em combate. Há, por exemplo, diversas crianças sendo arrematadas como integrantes de exércitos nas guerras, especialmente em

¹² Este trabalho apresenta uma classificação dos conflitos armados que apareceu durante a pesquisa, mas que não foi possível desenvolver.

países africanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2017). Observamos, assim, uma alteração nas características das guerras ao longo dos anos. Sheehan (2011), assinala que o período moderno (meio do século XVIII ao fim do século XX) foi caracterizado pelo sistema de estados surgido com Westphalia. A guerra lutada consoante esse sistema tem como característica o conflito armado entre estados opositores, lutada por homens uniformizados e organizados em corporações, as quais eram reguladas por atos formais, como declarações de guerra, leis e tratados de paz. As guerras da atualidade, por outro lado, têm como contendores grupos paramilitares, milícias, entre outros. Outra característica das guerras contemporâneas, especialmente das travadas por estados que dispõem de grande poder tecnológico e bélico, é que elas evoluem para conflitos não convencionais ou assimétricos, como explica Sheeran:

por causa do poder de combate extremamente superior da coalizão [da Otan], as fases de batalha desses conflitos assimétricos foram bem rápidas e produziram relativamente poucas mortes em combate comparadas ao período da Guerra Fria. Entretanto, nas fases de insurgência pós-convencionais no Iraque e no Afeganistão, a assimetria produziu um conflito no estilo de guerrilha contra a superioridade tecnológica das forças de coalizão.¹³ (SHEEHAN, 2011, p. 217).

O próprio exército americano classifica a “Guerra ao Terror” como não convencional, no sentido de que se trata de uma guerra longa, no decorrer da qual as forças militares constroem relações com as milícias e as treinam em táticas de inteligência, sabotagem e subversão (para serem utilizadas contra o inimigo). As forças armadas americanas admitem que se serviram desse expediente para derrubar o Talibã no Afeganistão (U.S. ARMY, 2017).

As narrativas jornalísticas do corpus contêm diversas informações no sentido de que a população civil estava ativamente envolvida nas guerras no Afeganistão e no Iraque, fosse apoiando a ocupação, fosse lutando contra ela. Isto é, o envolvimento maciço das populações locais na guerra significava que o conflito não era travado apenas nos campos de batalha com armamentos. Ter vantagem nesse tipo de guerra envolve ter acesso às camadas sociais, penetrá-las a fim de obter

¹³ Trecho original: “Because of the extreme superiority in combat Power of the coalition, the battle phases of these asymmetric conflicts have been fairly brief and have produced relatively few combat deaths compared to the cold war period. However, in the post-conventional insurgency phases in Iraq and Afghanistan, the asymmetry has produced guerrilla-style conflict against the technological superiority of the coalition forces.

informações de inteligência e de convencer esses autóctones a se juntarem a um dos lados do conflito, ou a darem as devidas informações que ajudariam as decisões estratégicas dos exércitos. Nesse sentido, o esforço de T/Is para obter informações julgadas estratégicas da população local foi imprescindível. Dessa forma, os T/Is não passaram de instrumentos utilizados pelos militares para ter o acesso cultural de que precisavam para atuar em uma guerra não convencional. Os T/Is estavam inseridos na estratégia militar, da mesma forma que as narrativas produzidas pelo *NYT* e *GU* também podem ser entendidas como favorecendo a estratégia militar, uma vez que constroem a figura do T/I como um personagem negligenciado e sofrido, que desempenha valorosos serviços às forças de ocupação.

Entretanto, não apenas a população civil participa das guerras da atualidade. Sheehan (2011) também salienta o importante papel da mídia nas guerras atuais, como já mencionamos logo acima. Os veículos jornalísticos envolvem-se ativamente nas guerras, conforme podemos depreender de alguns artigos que compõem nosso corpus (por exemplo: *When Reporting is Dangerous*; *In Iraq, Violence as Propaganda Tool* e *Conflict Reporting in the Post-Embed Era*, todos no *NYT*). Assim, é possível verificar que a mídia causa um impacto na maneira como uma guerra é narrada e percebida pelas comunidades internacionais, o que significa identificar a construção da narração jornalística. Sheehan (2011) conclui que, assim como as guerras modernas foram fomentadas pela produção industrial, as guerras da pós-modernidade refletem o modo da informação. Em outras palavras, os meios de comunicação são um dos importantes atores surgidos com a globalização e eles impactam ativamente a configuração do mundo atual por meio das narrativas que produzem, as quais moldam o agir humano. No caso concreto aqui estudado, a superexposição às narrativas sobre a guerra tem como consequência a formação de uma opinião pública que, em sua grande maioria, a defende, ou pelo menos, não se opõe a ela. Nos sistemas democráticos, a formação da opinião pública é fundamental para manter ou não a guerra, como ocorreu nos EUA, no caso da Guerra do Vietnã, conforme veremos nas próximas páginas.

Assim, sabendo que existem regras para a confecção de artigos jornalísticos¹⁴, perguntamo-nos por que as narrativas produzidas sobre os T/Is no Afeganistão e no Iraque se calam a respeito de relevantes informações (como dados mais concretos

¹⁴ cf. item 1.5.5.

sobre as pessoas que realizam as atividades de tradução e interpretação nesses locais). A resposta a esta pergunta encontra-se na análise das narrativas que constroem uma visão do T/I, que responde a interesses outros. Observamos, por exemplo, que das 32 narrativas do *NYT* que compõem nosso corpus, apenas 15 referem-se a T/Is de maneira específica, relatando seus nomes (ainda que parcialmente ou pseudônimos), a profissão que possuíam antes dos conflitos, dados sobre suas famílias, o que mudou em suas vidas após o trabalho como T/I em uma zona de guerra etc.; outras 14 narrativas mencionam T/Is de maneira genérica e 3 narrativas mencionam os T/Is apenas incidentalmente. No caso do *GU*, das 39 narrativas, 18 abordam T/Is de maneira específica, 20 abordam de maneira genérica e 1, de maneira incidental. Com isso, temos que 46,47% do corpus, isto é, menos da metade das narrativas, fornecem informações específicas sobre os T/Is, sendo que a maioria delas omite dados a seu respeito; há, na realidade, uma falta de informação sobre os T/Is. Temos por premissa que isso possa ser justificado pela necessidade de se proteger a identidade dessas pessoas, mas também pode ser um indício de descaso da mídia para com suas histórias, haja vista serem, ao que parece, apenas instrumentos na estratégia militar. Os dados numéricos acima citados podem ser distribuídos na tabela que segue, para facilitar a compreensão:

Tabela 3: % sobre referências aos T/Is nos artigos

Jornais	Mencionam os T/Is	Percentual	Não mencionam os T/Is	Percentual	Mencionam genericamente os T/Is	Percentual
The Guardian	18	25,35%	1	1,40%	20	28,16%
The New York Times	15	21,12%	3	4,22%	14	19,71%

Fonte: 2017. Tabela elaborada por Livia Salomão, no âmbito deste trabalho

1.5.3 Profissões dos T/Is antes dos conflitos: desconhecidas

As profissões dos T/Is antes dos conflitos segundo os artigos são: professor, estudante universitário, soldado, jornalista, bacharel em língua inglesa e administrador de empresas, mas a grande maioria das narrativas dos dois jornais (62 artigos) não menciona as profissões. Os T/Is cujas profissões são citadas

pertencem à população letrada e escolarizada dos países e têm o domínio da língua inglesa, o que significa muito em locais como esses, cujas culturas são oralizadas e nos quais as taxas de analfabetismo são extremamente elevadas. A este respeito, elaboramos a tabela abaixo com os percentuais de artigos que mencionam a ocupação do T/I antes do desenrolar dos conflitos:

Tabela 3.3: % totais sobre as profissões dos T/Is antes dos conflitos em relação à totalidade dos artigos

Profissões	Percentual	Número de Artigos
Não menciona	87,32%	62
Professor	4,22%	3
Universitário	2,81%	2
Jornalista	2,81%	2
Soldado	1,40%	1
Bacharel em língua inglesa e pós-graduado em administração de empresas	1,40%	1

Fonte: 2017. Tabela elaborada por Livia Salomão, no âmbito deste trabalho

De acordo com dados da Unesco (2017) de 2015, o Afeganistão tem uma das maiores taxas de analfabetismo do mundo, sendo que, à época, apenas 31% da população acima de 15 anos era alfabetizada (em 2015, o Afeganistão tinha uma população de 32,53 milhões de pessoas). No caso das mulheres, apenas 17% eram alfabetizadas, sendo que dessas, a maior taxa de escolaridade estava na capital, Cabul (34,7%), e as taxas mais baixas de alfabetização feminina estavam nas províncias do sul do Afeganistão (1,6%). No caso masculino, 45% da população era alfabetizada, sendo que desse percentual, a maior taxa de escolaridade também estava em Cabul (68%) e a menor em Helmand (41%). Cabul e Helmand (o reduto dos Talibãs) foram os principais locais onde a guerra se desenrolou no Afeganistão (BBC, 2017). Em seguida, mapa do Afeganistão, contendo as localidades acima:



Figura 1: Mapa do Afeganistão. Fonte: <<http://www.maninranks.com/wp-content/uploads/2011/07/map1.png>>. Acesso em 25 ago. 2017

No caso do Iraque (população de 36,42 milhões de pessoas em 2015), a situação era diferente. Ainda de acordo com dados da Unesco (2017), o país possuía altos índices de alfabetização até 1987. A partir desse momento, as guerras com o Irã (1980-88) e a Guerra do Golfo (1990-1991) minaram os investimentos do país em educação (GUSTERSON, 2011), mas não apenas isso, tiveram como consequência a desorganização do país. Atualmente, chega a 30% a taxa de analfabetismo entre a população rural; 22% da população adulta nunca foi à escola e apenas 9% da população adulta terminou o ensino médio. No Iraque também há grande disparidade entre a educação masculina e feminina, sendo que o analfabetismo feminino beira 47% em algumas áreas. Nesse país, os principais locais de guerra foram a cidade de Basra, localizada no sul do país, a capital, Bagdá, as cidades de Kirkuk e Mosul, no norte, e a cidade natal de Saddam Hussein, Tikrit, que era a maior fortaleza do regime (BRITANNICA, 2016). Em seguida, mapa do Iraque:

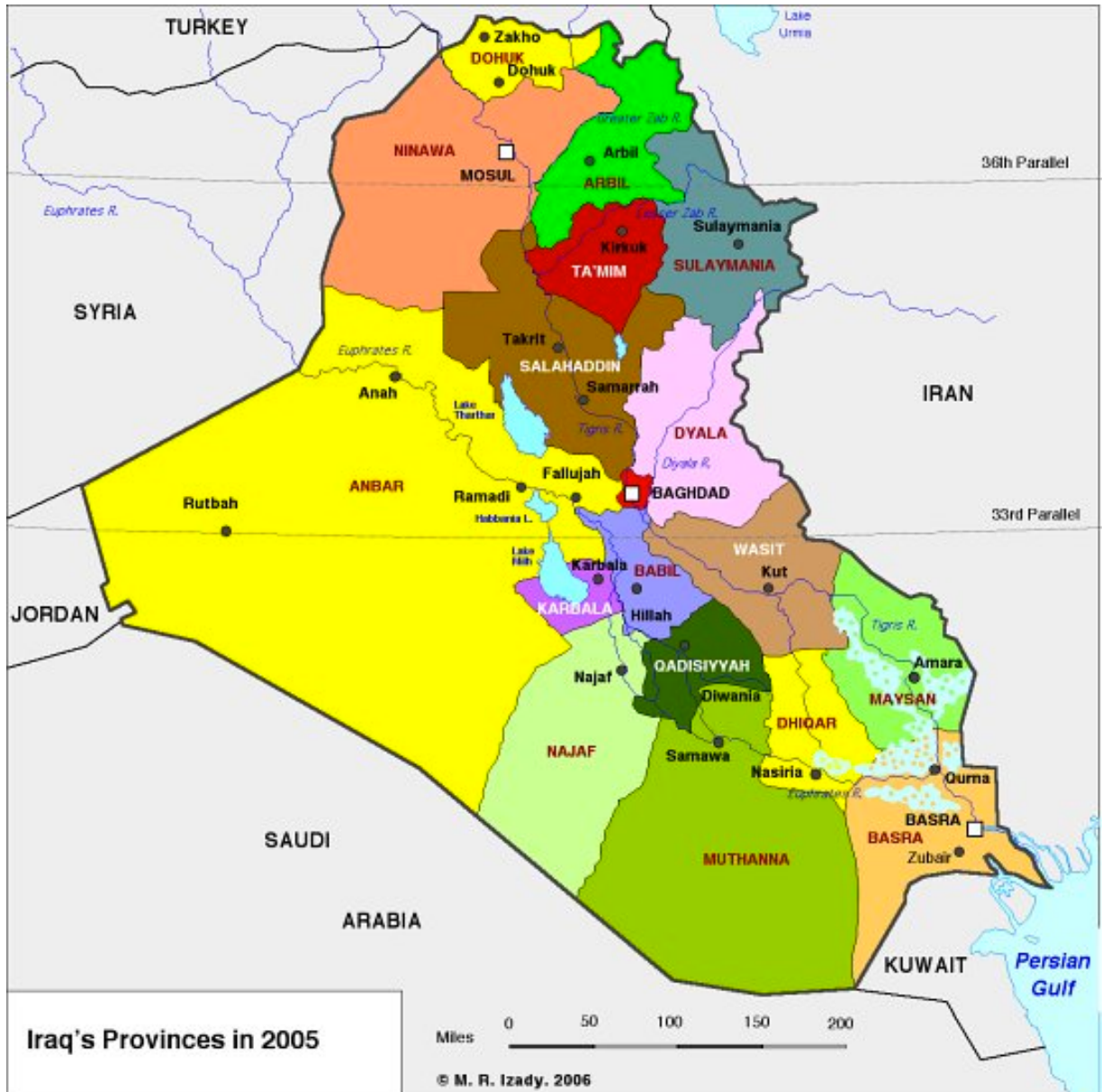


Figura 2: Mapa do Iraque. Fonte: < <https://usiraq.procon.org/view.additional-resource.php?resourceID=002424>>. Acesso em: 9 nov. 2017.

Na sequência, apresentamos gráfico contendo as informações sobre as profissões dos T/Is anteriormente ao conflito, discriminadas por jornal. Este gráfico apresenta informações que nos ajudam a traçar o perfil das pessoas que desempenham as atividades de tradução e interpretação nos conflitos em tela, de acordo com as narrativas jornalísticas. Veremos que os T/Is pertencem à faixa da população que recebeu uma educação formal e que teve condições de ir à escola. Portanto, segundo a narrativa, estes T/Is são pessoas que tiveram acesso à educação ocidentalizada, ou pelo menos, ao aprendizado da língua inglesa, de algum modo.

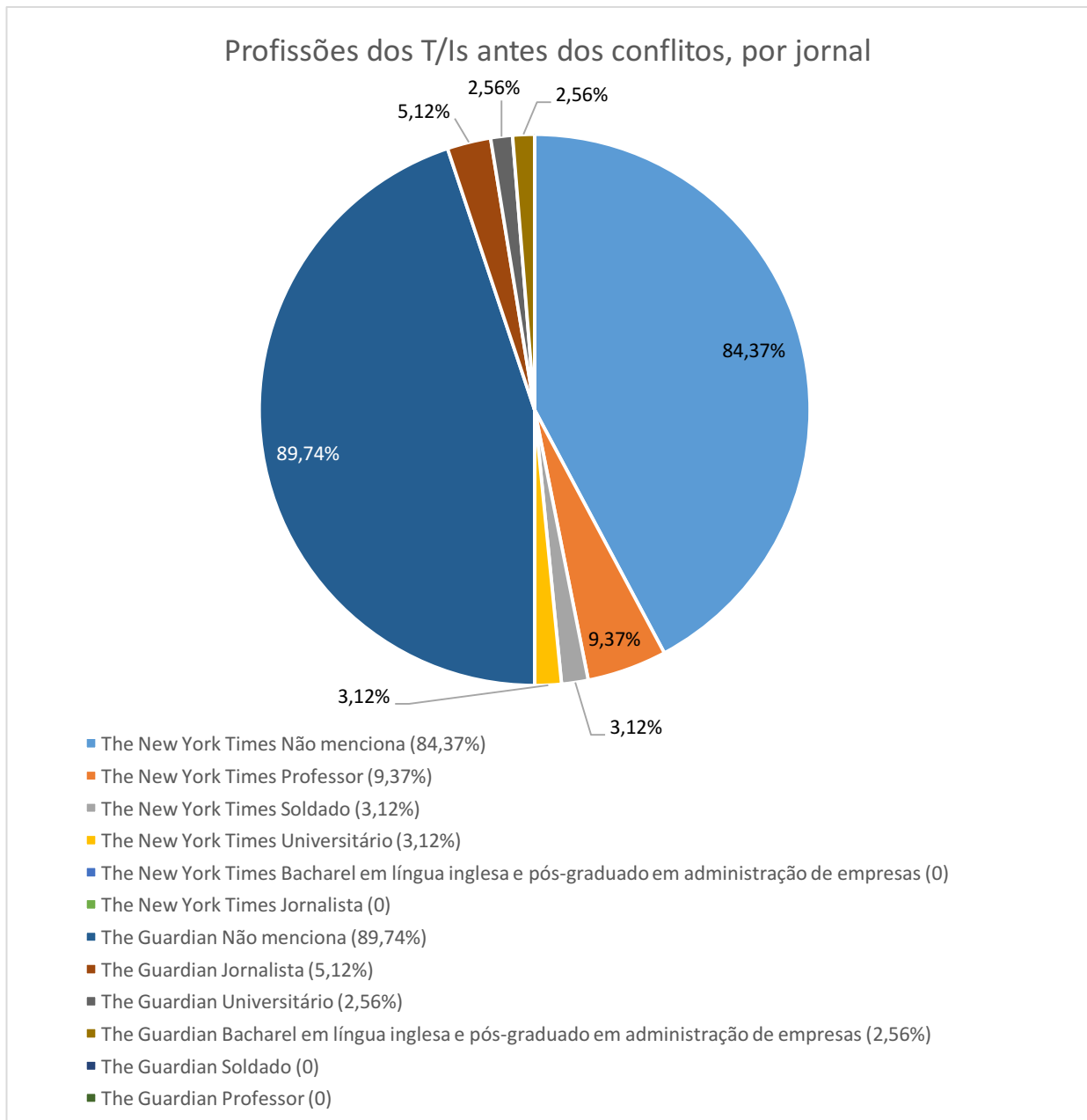


Gráfico 2: Fonte: 2017. Gráfico elaborado por Livia Salomão, no âmbito deste trabalho, extraído da Tabela 3.2.

Dessa forma, observamos que, em relação à totalidade das narrativas jornalísticas, 62 artigos (27 do *NYT* e 35 do *GU*), ou seja, 87,32%, não informam as profissões¹⁵ dos T/Is anteriormente aos conflitos; 3 artigos do *NYT* (4,22%) mencionam que a ocupação anterior era professor; 2 artigos (1 do *NYT* e 1 do *GU*) totalizando 2,81% mencionam que era universitário, 2 artigos do *GU* (2,81%)

¹⁵ Este resultado oriundo da análise do corpus de pesquisa nos mostrou que a nossa primeira intenção, a de estudar as profissões dos T/Is inseridos nos conflitos, não tinha dados suficientes para tal.

mencionam que era jornalista, 1 artigo do *NYT* (1,40%) menciona soldado e 1 artigo do *GU* (1,40%) menciona bacharel em língua inglesa e pós-graduado em administração de empresas. Assim, constata-se que a narrativa da maior parte dos artigos não menciona as profissões dos T/Is antes do conflito, sendo que se observa pequena diferença entre os dois jornais do corpus. Logo, fica evidente a escassez de informação disponível sobre este tema. Portanto, faremos aqui, nesta pesquisa, algumas sondagens sobre o corpus que nos permitam delinear melhor nosso objeto de estudo.

1.5.4 Motivações e Gênero dos T/Is

Ainda sobre os artigos que narram os T/Is de maneira específica (33 narrativas sobre 71), há referência a 20 intérpretes do sexo masculino e a 4 do sexo feminino pelo *NYT*. O *GU* faz menção a 20 intérpretes do sexo masculino e a 1 intérprete do sexo feminino, conforme percentuais abaixo.

Tabela 3.4: % sobre gênero dos T/Is

Jornais	Masculino	Percentual	Feminino	Percentual
<i>The New York Times</i>	20	83,33%	4	16,66%
<i>The Guardian</i>	20	95,24%	1	4,76%
Total	40	88,88%	5	11,11%

Fonte: 2017. Tabela elaborada por Livia Salomão, no âmbito deste trabalho

Assim, a maioria absoluta dos T/Is que atuaram nas zonas de conflito abordadas são homens, conforme a narrativa dos dois jornais.

Em relação ao corpus, poucas narrativas jornalísticas apontam os motivos apresentados pelos T/Is para o desempenho da função. Entre os motivos indicados estão: necessidade de dinheiro para sustento próprio e familiar (2 artigos do *NYT* e 2 do *GU*), necessidade de dinheiro para fugir de perseguições políticas/religiosas (1 artigo do *NYT*) e desejo de mudança política em seu país (3 artigos do *NYT* e 2 do *GU*). Entretanto, na grande maioria das narrativas, não há menção sobre este tópico, o que dificulta delinear um perfil dos T/Is. Tendo em vista o alto número de artigos onde não há menção sobre isso, indagamos se não há uma orientação nessa ausência de informação.

1.5.5 Jornalistas: os autores das narrativas

Em relação à totalidade dos artigos, 58 foram escritos por jornalistas, 8 por militares, 2 por ativistas humanitários, 1 por conselheiro político, 1 por padre/jornalista e 1 por cineasta/jornalista. O fato de a maior parte dos artigos ser produzida pelos dois segmentos que mais contrataram (e mais dependiam de) os T/l's locais pode ter resultado na construção de uma narrativa favorável aos T/l's. Vejamos abaixo esses números discriminados por jornal:

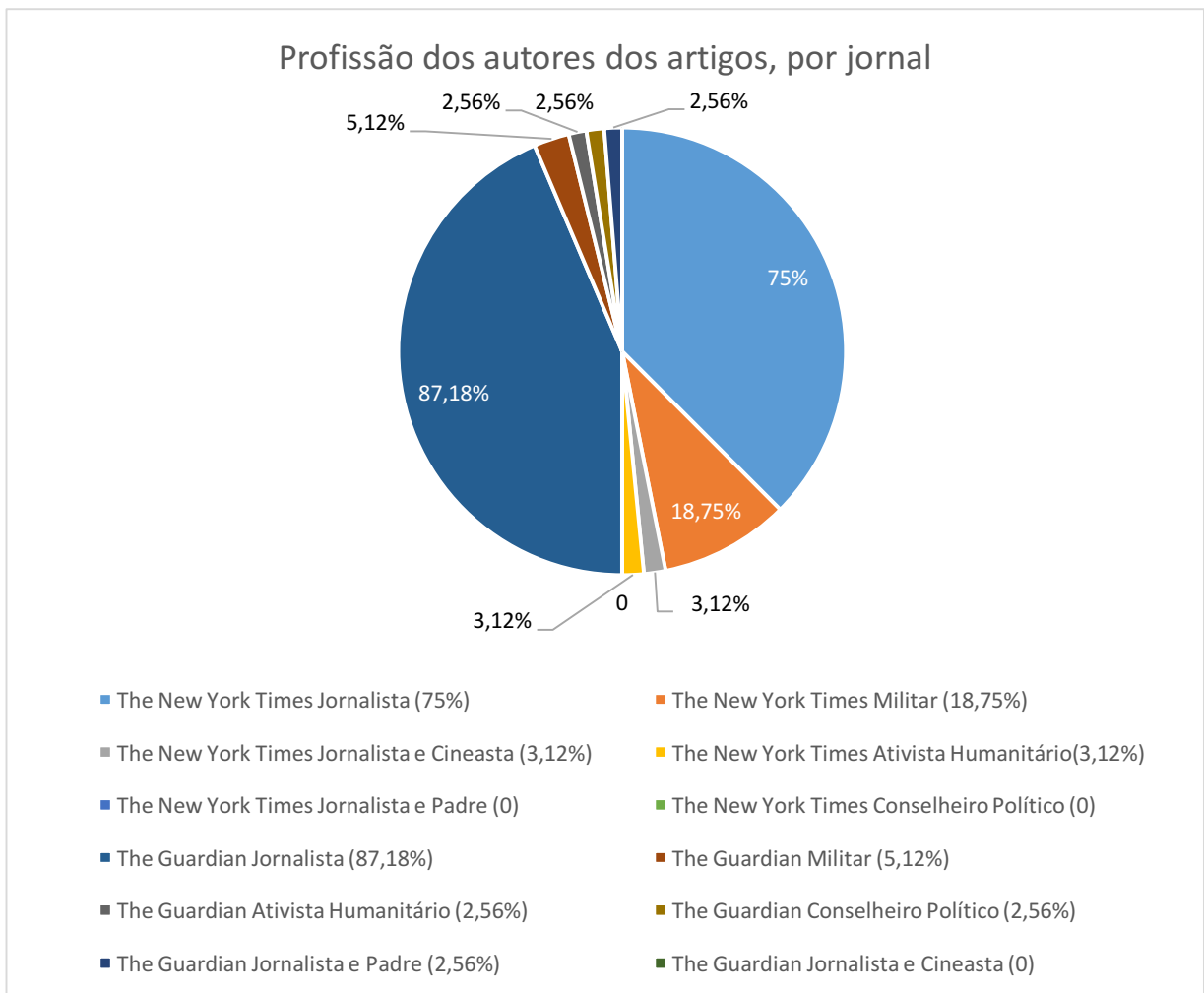


Gráfico 3: Fonte: 2017. Gráfico elaborado por Livia Salomão, no âmbito deste trabalho, extraído da Tabela 4.

Observamos que a vasta maioria das narrativas foi escrita por jornalistas, os quais entraram em contato com os T/l's para coleta de dados para as matérias. Existe uma relação entre o T/l e o jornalista no sentido de que o primeiro utiliza o segundo para, por meio da narrativa jornalística e de seu impacto no país consumidor daquele jornal, sair do local do conflito em razão dos riscos corridos.

Notamos, ainda, que no jornal *NYT*, há mais presença de artigos escritos por militares (6 artigos) que entre os artigos do *GU* (2 artigos). Considerando-se a totalidade do corpus, 40,84% dos artigos abordam o Afeganistão, dos quais 7,04% são do *NYT* e 33,80% são do *GU*; 47,88% abordam o Iraque, dos quais 32,39% são do *NYT* e 15,49% são do *GU*; 7,04% abordam essas duas zonas de conflito ao mesmo tempo, dos quais 2,81% são do *NYT* e 4,22% são do *GU* e outros 4,22% das narrativas abordam zonas de conflito de modo geral, especialmente a Síria, dos quais 2,81% são do *NYT* e 1,40% são do *GU*¹⁶.

O *New York Times* apresenta quase que majoritariamente narrativas jornalísticas sobre o conflito no Iraque (71,87% das narrativas deste jornal). Já o *The Guardian*, apesar de apresentar um equilíbrio maior que o *NYT* em relação à quantidade de artigos que cobrem cada um dos conflitos (56,41% dos artigos do *GU* são sobre o Afeganistão e 33,33% são sobre o Iraque), dá maior destaque às narrativas sobre o Afeganistão.

Um pressuposto para o fato do *NYT* priorizar a cobertura no Iraque é a necessidade de influenciar a opinião pública norte-americana no sentido de convencê-la a ser favorável à guerra, já que esta fomenta diversos setores da economia, desde as empresas fabricantes de armas às de engenharia, que prestarão serviços de reconstrução aos países devastados. O apoio da população é fundamental nos empreendimentos bélicos, como podemos perceber no caso da guerra dos EUA contra o Vietnã (1965-1975). Depois de dez anos de conflito, milhões de dólares gastos e quase 60.000 combatentes americanos mortos (SPECTOR, 2017), a opinião pública posicionou-se contra o conflito (NEWPORT; CARROLL, 2005), o que foi decisivo para a retirada das tropas americanas do Vietnã. A guerra contra o Iraque tem características semelhantes às do Vietnã, como o tempo prolongado do conflito, a enorme quantidade de dinheiro aplicado no esforço de guerra, na produção/compra de armamentos e nos projetos de reconstrução do país (no caso do Iraque) e a quantidade de vidas americanas perdidas, especialmente após o início da fase não convencional do conflito. Além disso, essa guerra foi considerada ilegal por diversos atores internacionais, inclusive pelo próprio Secretário-Geral da ONU à época, Kofi Annan (BBC NEWS, 2004). Para Annan, a decisão sobre a invasão do Iraque não poderia ter sido tomada

¹⁶ cf. Tabelas 4 e 4.1.

unilateralmente pelos EUA, mas deveria ter sido decidida pelo Conselho de Segurança da ONU. Por esses motivos, temos por pressuposto que o *NYT* privilegia a cobertura da guerra no Iraque de um ponto de vista particularmente favorável aos T/Is para sensibilizar a opinião pública a apoiar estes personagens sem os quais o conflito (nos moldes não convencionais) não se desenvolveria. Especialmente após a divulgação de torturas perpetradas pelas tropas americanas contra prisioneiros em Guantánamo, a população ficou ainda mais contrária a esta guerra. Por esta razão, temos como pressuposto que privilegiar as narrativas sobre as concessões de vistos de imigrantes aos T/Is iraquianos que estiveram do lado americano na guerra seja uma tentativa de apelar para a consciência dos leitores e para os valores americanos.

Como se vê no último gráfico, 75% das narrativas jornalísticas do *NYT* bem como 87,18% das narrativas do *GU* foram escritas por jornalistas. A escrita jornalística apresenta características próprias e lança mão de estratégias diversas para chamar a atenção do público como, por exemplo, a elaboração de títulos interessantes. Observamos que 29 narrativas ou 40,84% do corpus, apresentam elementos culturais em seus títulos. Por elementos culturais entendemos títulos de livros, filmes, músicas, álbuns musicais, novelas, provérbios, dentre outros, conforme gráfico abaixo:

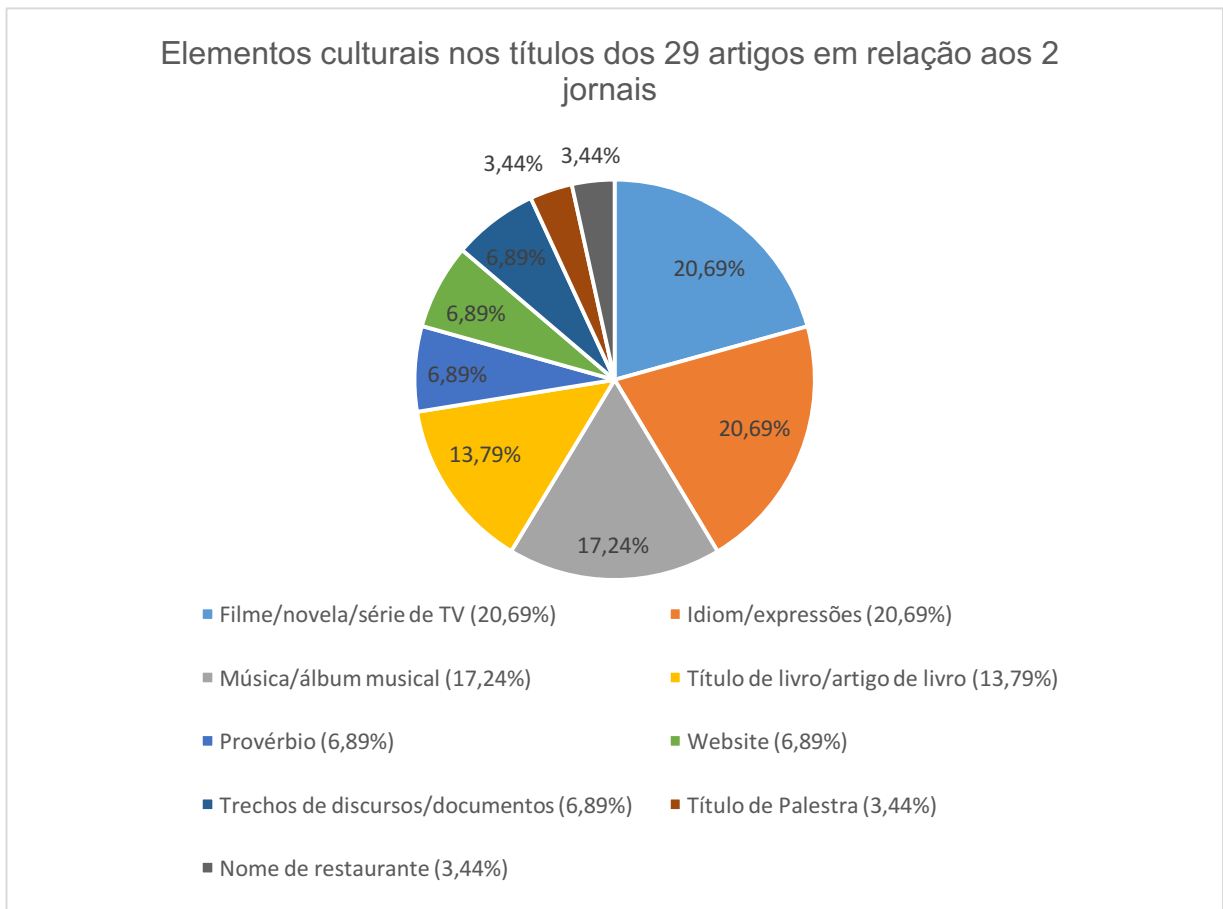


Gráfico 4: Fonte: 2017. Gráfico elaborado por Livia Salomão, no âmbito deste trabalho, extraído da Tabela 5.3.

A presença de nomes de filmes, novelas, séries, músicas, provérbios, etc nos títulos das matérias jornalísticas, além de serem chamativos, criam uma aproximação entre os eventos da guerra e os que permeiam a vida cotidiana, o que explicaria a aceitação da guerra pela opinião pública, tornando-a um processo familiar culturalmente.

A respeito das características da escrita jornalística, é importante salientar que as narrativas jornalísticas seguem um padrão de elaboração bastante conhecido nesse meio. Segundo Nordquist (2017), credita-se ao retórico Thomas Wilson (1524-1581) a criação da fórmula dos 5 W's + H (*Who?*, *What?*, *When?*, *Where?* *Why?*, and *How?*), desenvolvida a partir do estudo da retórica medieval. De acordo com Robertson (1946), a fórmula original possuía 7 Ws: who, what, when, where, why, in what way, by what means. Posteriormente, esta metodologia foi aplicada às pesquisas em geral, investigações policiais e também ao jornalismo, para que as

matérias que circulam na mídia sejam constituídas de um tecido narrativo que contenha as peças capazes de conferir sentido às histórias.

Servindo-se dos 5 Ws + H, os jornalistas devem, ao escrever suas matérias, buscar respostas aos questionamentos acima quando realizam entrevistas, observam e pesquisam fatos para coletar dados para suas histórias. De maneira geral, em uma narrativa, o *who* refere-se ao personagem principal da história; o *what*, ao enredo; o *when*, à ordem cronológica em que os fatos narrados ocorreram; o *where*, aos locais, comunidades, ambientes onde as histórias ocorrem; o *why*, ao tema ou conflito de uma história; e o *how* pode ser a resposta a como uma fonte sabe de determinada informação, ou quantas pessoas foram mortas em determinado evento, ou a forma como malfeitores se organizaram para perpetrar determinado crime, etc (NORDQUIST, 2017). Veremos, na sequência, como foram abordadas nas narrativas jornalísticas constantes de nosso corpus algumas dessas questões.

Buttry (2011) lecionou que, para responder ao questionamento *who*, o jornalista deve se certificar de como escrever corretamente o nome das pessoas envolvidas na reportagem, qual o papel dessas pessoas na história, seus relacionamentos, experiências, perspectivas e motivações. Para Buttry, “em uma narrativa, *who* torna-se um personagem. Precisa-se mais que a identificação básica da pessoa. Revele alguma motivação e ajude o leitor a conhecer a pessoa: suas aspirações, motivações, emoções, senso de humor, histórico” (BUTTRY, 2011).

Buttry destaca que, entre as perguntas acima mencionadas, o *who* é a mais importante e que o jornalista deve ser relutante ao concordar em não informar a identificação de uma pessoa. Os ensinamentos deste professor aos jornalistas vão de encontro ao que os jornalistas do *NYT* e do *GU* fizeram em relação aos T/Is que analisamos em nosso trabalho, o que levanta dúvidas sobre a objetividade da escrita jornalística. Como vimos pelos dados acima, quase 85% das narrativas do *NYT* e quase 90% das do *GU* omitem informações sobre as profissões dos T/Is antes dos conflitos. Ademais, apenas 33 das 71 narrativas apontam dados pessoais sobre os T/Is. Ainda assim, os dados apresentados são deficientes, não contêm os nomes completos dos T/Is, apenas algumas narrativas apontam suas idades, ou contêm informações sobre a vida pregressa desses personagens, ou seus motivos para trabalharem como T/Is em zonas de conflito, ou o seu gênero, por exemplo. Ou seja,

um dos elementos mais importantes na construção das narrativas jornalísticas (responder quem são os personagens narrados) foi negligenciado pelos jornalistas, conforme podemos depreender no nosso corpus. O que poderia explicar essa ausência de dados mais concretos sobre estes personagens talvez fosse a questão da preocupação com a segurança dos T/Is, haja vista que continuariam expostos aos perigos da guerra. Dentro da lógica da nossa análise, pode-se supor também que não interessa à narrativa informar sobre a figura do T/I, já que a própria construção da narrativa jornalística obedece a critérios de seletividade e de fragmentação, dentre outros.

A segunda pergunta é *what*. Buttry salienta que, em uma narrativa, o *what* refere-se, geralmente, ao enredo da história. Logo, o jornalista deve explicar o que os personagens fizeram ou o que aconteceu a eles. Cerca de 70% das narrativas aborda a questão da concessão de vistos especiais de imigrantes ao T/Is. Logo, as narrativas dão destaque ao T/I como integrante da categoria de “imigrante”, existindo nas narrativas mais como um solicitante de vistos, sendo que pouco se apresenta sobre ele antes de ele pleitear esta condição. Dessas, apenas 34,69% das narrativas apresentaram uma resposta positiva ao pedido de visto. As narrativas não abordam o que aconteceu com os T/Is que não conseguiram visto (65,30% dos casos).

A respeito da terceira pergunta, *why*, esta também é uma tentativa de se entender os motivos dos personagens da narrativa, conforme postula Buttry. Como mencionamos acima, apenas 33 dos 71 artigos apresentam alguns dados pessoais sobre os T/Is. Destes 33 artigos, 25, ou seja, 75,75% não apresentam o motivo do T/I para aceitar realizar atividades de tradução e interpretação na zona de conflito respectiva. Isto é, a pergunta *why*, acima mencionada, não encontra resposta nesta construção jornalística. Outro dado importante que não foi abordado por jornalistas de formação trabalhando em jornais consagrados nos EUA e no Reino Unido. Certamente, existe um propósito para a veiculação das narrativas da forma como estão. Como a maior parte dos artigos foi escrita por jornalistas de formação, não faz sentido supor que tenham acidentalmente omitido informações relevantes sobre os personagens principais retratados e suas motivações para aceitarem participar da guerra. Essa negligência parece ser proposital, com o provável intuito de não salientar aspectos negativos da colaboração de T/Is com a coalizão e para que a

opinião pública continuasse apoiando uma guerra favorável a diversos setores da economia, como o de produção de armas, o de exploração do petróleo e os de engenharia e reconstrução, em razão da devastação provocada pelas guerras.

Finalizada esta breve análise acerca do corpus¹⁷, examinaremos a contextualização histórica da atividade de T/Is em zonas de conflito.

¹⁷ cf. item 3.2 do capítulo 3, para análise pormenorizada acerca da construção das narrativas.

CAPÍTULO 2 - TRADUTORES E INTÉRPRETES EM CONTEXTOS HISTÓRICOS

Este segundo capítulo discute a presença de T/Is dentro de um período histórico que se inicia com os antigos egípcios e vai até o início do século XXI, isto é, 36 séculos, um longo recorte temporal. Veremos que desde que começam os primeiros registros históricos sobre as civilizações, há exemplos da atuação de T/Is como mediadores de culturas, o que nos fornece elementos para discutir a situação dos T/Is nos conflitos relativos à “Guerra ao Terror” a partir das semelhanças e diferenças que os antecederam.

De acordo com nossas pesquisas, coletamos informações acerca das atividades de tradução e interpretação em 14 conflitos de variadas durações desde o Egito Antigo, no século XV a.C., quando do empreendimento de guerras para a ampliação de territórios, bem como nas campanhas de ampliação dos territórios gregos (356 a.C. – 323 a.C.) e romanos (século IV a.C.). Temos, ainda, a presença de T/Is na guerra entre mouros e cristãos em Granada, no século XVI; na América (séculos XV e XVI), quando da chegada de Colombo e da conquista dos indígenas maias, astecas e incas pelas expedições espanholas; na Guerra Sino-Holandesa (1661-1662); nos registros de Napoleão sobre a campanha no Egito e na Palestina (1798-1801); no Império Otomano (1806); na Guerra do Ópio entre Grã-Bretanha e China (1839-1842); na I Guerra Mundial (1914-1918); na Guerra Civil Espanhola (1936-1939); na II Guerra Mundial (1939-1945); no Teatro China-Burma-Índia (1941-1945), conforme definido por Luo (2016) e terminamos esta digressão com a participação dos T/Is na Guerra da Croácia, entre 1991 e 1995¹⁸.

Estas referências ao longo da História nos são importantes porque mostram que a atividade do T/I em conflitos remonta a tempos faraônicos e perpassa todos os momentos da vida humana em que empreendimentos bélicos ocorreram fora das fronteiras entre países falantes de idiomas diferentes. A seguir, examinamos os registros da participação de T/Is apenas nos combates acima mencionados, pois consideramos que seria impossível abarcar todos os conflitos existentes em um mundo forjado por guerras. Entretanto, com base nos exemplos que abordamos, é possível perceber o quanto a atuação dos T/Is é digna de poucos registros, em que pese o papel fundamental que esta população desempenha.

¹⁸ Todos os exemplos da atuação de T/Is em zonas de conflito acima mencionados serão discutidos nos itens 2.1 a 2.4 e ao longo do capítulo apresentaremos as informações bibliográficas pertinentes.

2.1 T/IS NA HISTÓRIA COMO MEDIADORES DE CULTURA

Iniciaremos a análise discutindo os casos de T/Is na História como uma maneira de perceber relações com os T/Is do século XXI, e seguiremos uma ordem cronológica do mais remoto para o mais moderno, objetivando encontrar elementos que mostrem semelhanças e diferenças sobre o exercício de atividades de tradução e interpretação em zonas de conflito. Buscaremos dados sobre se houve evolução ou involução acerca do treinamento dos T/Is para enfrentarem sua missão em zonas de conflito, bem como no tratamento a eles dispensado por seus contratantes e populações que habitam o palco de guerra. Cabe ressaltar que estes 14 casos são oriundos de pesquisa baseada em fontes históricas. O nosso trabalho, por outro lado, começou a ser elaborado na vigência da “Guerra ao Terror”, ou seja, baseou-se em fontes produzidas concomitantemente ao desenrolar dos conflitos.

Kurz (1985) já havia detectado a existência de intérpretes no Egito há 3.000 a.C., conforme inscrições nas paredes das tumbas dos príncipes de Elefantina, nas quais há registros dos acordos comerciais entre egípcios da sexta dinastia e núbios, bem como registros da existência de intérpretes para mediar a atividade comercial. Logo, a atividade de T/I não está restrita apenas a guerras e conflitos, mas aparece também na mediação entre culturas e atividades comerciais. Daremos destaque, aqui, à atuação de T/Is em zonas de conflito.

Em termos de contextualização histórica acerca do trabalho de T/Is em zonas de conflito, encontramos registros que remontam ao século XV a.C., quando os egípcios iniciaram a formação de seu império sobre a região da Palestina e da Síria e sobre a região sul da Núbia. Galán (2011) assevera que a formação desse império se deu tanto por meio de relações diplomáticas e comerciais, quanto pelo emprego da força militar, que impunha o domínio do rei do Egito:

No século XV a.C., após a expulsão dos “hicsos” do delta e a unificação do Alto e Baixo Egito sob a autoridade do governante de Tebas, começou-se a forjar o denominado “império egípcio” sobre a região da Palestina e sul da Síria ao norte, e sobre a região da Núbia ao sul. Os mecanismos empregados foram de diversas naturezas, abarcando desde o estabelecimento de relações diplomáticas que materializavam o reconhecimento mútuo, estabeleciam um pacto de irmandade e levavam a intercâmbios comerciais e presentes entre os governantes, até o emprego da força militar que impunha a autoridade de um governante (o rei do Egito) sobre o outro, forçava uma relação de vassalagem e tinha como resultado

final a arrecadação de um tributo anual e, em caso de resistência, a captura de despojos de guerra e prisioneiros. (GALÁN, 2011, p.301)¹⁹

Pelas imagens gravadas no templo de Amón, em Karnak, por exemplo, há a transcrição das palavras supostamente pronunciadas pelos chefes sírios quando de sua rendição e tem-se aí uma interpretação, já que pronunciadas em idioma distinto do falado pelos egípcios.

O mesmo autor, analisando as relações entre o rei de Mitani (império que se estendia do noroeste e nordeste da Mesopotâmia, passando pelo noroeste da Síria e norte do Iraque) e o faraó do Egito, à época Amenhotep IV (século XIV a.C.), destaca que as relações entre esses dignitários eram intermediadas por comissários, os quais eram enviados a uma e outra corte e eram bem considerados, respeitados e recebidos no palácio anfitrião. Eles não eram considerados meros mensageiros, mas eram tidos como os embaixadores do rei.

Rosendo e Persaud (2016) afirmam, no entanto, que os T/Is egípcios eram contratados pela corte para realizarem a intermediação cultural em relações comerciais e militares, o que fez com que fossem reconhecidos como um dos sete extratos da população egípcia, mas não pertenciam às altas classes e eram, geralmente, recrutados entre as classes menos abastadas.

*Apesar do reconhecimento da profissão, os intérpretes eram considerados de baixa hierarquia no Egito Antigo e seu status era semelhante ao de um marinheiro ou comerciante. **Consequentemente, não eram muito respeitados socialmente, apesar de possuírem valiosas habilidades linguísticas** (grifo nosso). (...) a maioria dos intérpretes deste período era proveniente de classes baixas, escravos ou homens livres (...) Apesar do baixo status social do intérprete de maneira geral, e do fato de os egípcios geralmente considerarem outras nações e seus idiomas como bárbaros, os egípcios tinham ciência da impossibilidade de ignorar idiomas estrangeiros ao realizarem negócios ou operações militares. Portanto, eram obrigados a trabalhar com intérpretes. (ROSENDO; PERSAUD, 2016, p. 6)²⁰*

¹⁹ Trecho original: “En el siglo XV a.C., tras la expulsión de los “hicsos” del delta y la unificación del alto y Bajo Egipto bajo la autoridad del gobernante de Tebas, se comenzó a forjar el denominado “imperio egipcio” sobre la región de Palestina y sur de Siria al norte, y sobre la región de Nubia al sur. Los mecanismos empleados fueron de diversa naturaleza, abarcando desde el establecimiento de relaciones diplomáticas que materializaban el reconocimiento mutuo, establecían un pacto de hermandad, y desembocaban en intercambios comerciales y regalos entre gobernantes, hasta el empleo de la fuerza militar que imponía la autoridad de un gobernante (el rey de Egipto) sobre el otro, forzaba una relación de vasallaje y tenía como resultado final la recaudación de un tributo anual y, en caso de resistencia, la captura de botín y prisioneros.”

²⁰ Trecho original: “Despite this recognition of the profession, interpreters were considered of low rank in Ancient Egypt, and their status was similar to that of a seaman or a merchant. Consequently, they were not much respected socially, despite possessing valuable language skills. (...)most interpreters in this period were of lower-class birth, slaves or freed men(...)Despite the generally low social status of interpreters and the fact that the Egyptians usually regarded other nations and their languages as

Posteriormente, segundo Rosendo e Persaud (2016), a importância da interpretação cresceu e o Faraó Psamético II (630 a.c. - 595 a.C.) decidiu criar uma classe de intérpretes e enviá-los à Grécia para aprender o idioma do local. Este exemplo dos egípcios nos mostra que embora alguns intérpretes fossem bem considerados, como veremos nos exemplos seguintes em outros momentos históricos, a maioria não o era. Nesta maioria, incluem-se os T/Is atuando no Afeganistão e Iraque.

Ainda em relação às guerras de anexação de territórios e conquistas, Delisle e Woodsworth (2012) abordam a atuação de intérpretes militares nas expedições de Alexandre, o Grande (356 a.C. – 323 a.C.), na Ásia. De acordo com esses autores,

As primeiras referências claras aos intérpretes militares são encontradas na literatura grega pertencente às campanhas de Alexandre, o Grande, na Ásia, que o levaram até a Índia. No curso dessas campanhas, ele teve de confiar várias vezes em intérpretes para se comunicar com os diversos povos que conquistou ou que se tornaram seus aliados. Os romanos, posteriormente, utilizariam intérpretes para os mesmos fins. (DELISLE; WOODSWORTH, 2012, p. 266)²¹

Ainda de acordo com Delisle e Woodsworth (2012), a língua franca (língua adotada como a comum por grupos sociais que falam, cada um, uma língua diferente dos demais (GUIMARÃES, 2017)) aparece como meio de comunicação em diversos momentos na história. De acordo com esses autores, isso aconteceu com o latim para assuntos religiosos, científicos e também para a diplomacia ao final do século XVII e posteriormente aconteceu ao francês, na Europa e mesmo ao francês, ao inglês, ao espanhol e ao português com os impérios coloniais. Fora dos locais geográficos de utilização das línguas francas, os tradutores e intérpretes continuaram sendo bastante necessários.

Assim que exércitos, comerciantes, exploradores ou missionários começaram a ir além desses confins, os intérpretes tornaram-se necessários. Os romanos, por exemplo, serviam-se de intérpretes na

barbarian, Egyptians were aware of the impossibility of ignoring foreign languages when engaging in trade or military operations. They were thus compelled to work with interpreters.”

²¹ Trecho original: “The earliest clear references to military interpreters are found in Greek literature pertaining to Alexander the Great’s campaigns in Asia, which took him as far as India. In the course of these campaigns, he had to rely time and again on interpreters to communicate with the various peoples he conquered or who became his allies. The Romans later uses interpreters for similar purposes.”

administração de seus territórios conquistados e em campanhas nas fronteiras de seus impérios. (DELISLE; WOODSWORTH, 2012, p. 248)²²

Rosendo e Persaud (2016) relembram que o Império Romano, pela sua vastidão, tinha natureza poliglota e que os romanos falavam, pelo menos, dois idiomas: o latim, para dominar os assuntos políticos, e o grego para os assuntos culturais, mas, assim como os antigos egípcios, consideravam os povos e línguas estrangeiros como bárbaros. Afirmam essas autoras que os intérpretes romanos trabalhavam o dia todo e seus serviços eram pagos pelo tesouro nacional. Entretanto, a profissão de intérprete militar só foi reconhecida pelos romanos no século V e este profissional também figurava abaixo na hierarquia:

Apesar da baixa hierarquia e do baixo status dos intérpretes, a interpretação ainda era considerada uma importante profissão. Embora os intérpretes romanos trabalhassem o dia todo e fossem considerados fiéis aos seus patrões, eles não possuíam comissão vitalícia, mas, em vez disso, formavam relacionamentos temporários com seus clientes. (ROSENDO; PERSAUD, 2016, p. 10)²³

A literatura recente sobre a atuação de T/Is em zonas de conflito destaca três categorias de T/Is nesses ambientes: 1) os intérpretes militares; 2) os contratados locais; 3) os que trabalham com organizações de assistência humanitária. Nesse sentido, podemos considerar que houve alteração no status do T/I militar romano para o do século XXI, já que o T/I militar romano perdia comissão e laços com os clientes, enquanto que o T/I militar da atualidade é parte da corporação, usa uniforme e recebe permanentemente por seus serviços. No quesito lealdade ao patrão, no entanto, a situação não se alterou no caso dos intérpretes não militares prestando ou não serviços aos militares, pois, de maneira geral, continua a haver dúvidas a respeito de sua fidelidade. No caso do intérprete militar da atualidade, não há que se falar em lealdade, pois ele é membro de um regimento militar, logo, sua atuação é sempre parcial.

²² Trecho original: “As soon as armies, traders, explorers or missionaries went beyond these confines, interpreters were needed. The Romans, for example, used interpreters in the administration of their conquered territories and in campaigns on the frontiers of their empire.”

²³ Trecho original: “Despite the low rank and position of interpreters, interpreting was still considered an important profession. Although Roman interpreters worked full time and were considered faithful to their patrons, they did not hold life-long commissions, but rather formed temporary relationships with their clients.”

Rosendo e Persaud (2016) apontam outro momento na História em que houve larga utilização de T/Is em zonas de conflito: as Cruzadas. De acordo com as autoras, o objetivo das Cruzadas (1096-1272) era controlar Jerusalém e impedir que a cidade, considerada sagrada pelas três religiões monoteístas (Cristianismo, Judaísmo e Islamismo), caísse nas mãos dos sarracenos. Para as autoras, as tropas multiétnicas formadas para o combate eram compostas por falantes de quase 15 nacionalidades diferentes, motivo pelo qual a intermediação cultural e linguística certamente foi uma necessidade. No mesmo sentido, veremos adiante quando do estudo dos T/Is na I e II Guerras Mundiais, Baigorri-Jalón confirma a dificuldade de comandar tropas multiétnicas.

Merino (2005), ao estudar a atuação de intérpretes no período mourisco (1501-1568), quando cristãos e mouros lutavam nas fronteiras de Granada, assevera que a referida fronteira, mais que lugar de enfrentamento, era um local de encontro. Assim, a presença de indivíduos que conheciam os idiomas em contato era um “fenômeno característico e esperado, já que na luta era necessário conhecer a língua do outro, do inimigo (...)” (MERINO, 2005, p. 10). Exatamente como observamos na recente “Guerra ao Terror”, na qual se empregaram táticas “não convencionais” de batalha, o conhecimento do idioma do inimigo é fundamental para o acesso à população autóctone, às informações importantes que possuem sobre este inimigo e o seu municionamento para que ajude na guerra. Em Granada, segundo a referida autora, havia um cargo de intérprete municipal, e, quando sua presença era necessária, ela se faz constar dos documentos. Ademais, nas leis de Granada de 1500, consta que o intérprete “deveria passar por uma prova e que recebia um salário de 2000 maravedis” (MERINO, 2005, p. 13).

Merino (2005), entretanto, esclarece que a documentação por ela analisada deixa claro que o mais comum é que o intérprete não apareça ou o faça de maneira anônima. Ela chega à conclusão de que o tradutor ou intérprete não tem como ofício essa atividade, mas a desempenha por boa vontade ou pelas circunstâncias. Nas próprias palavras da autora,

[o] mais comum (...) é que o intérprete não apareça ou o faça de maneira anônima; celebramos como um acontecimento as poucas ocasiões em que o intérprete é o tema principal do enunciado nestes tipos de testemunhos nesta parte do reino. Por meio dessas informações, podemos aprofundar um pouco mais sobre o seu perfil, tanto profissional quanto pessoal. Também é verdade que, em muitos desses casos, o tradutor não atua como

sendo esta sua profissão, mas por boa vontade ou por casualidade, o que também lança uma informação valiosíssima. (MERINO, 2005, p. 21)²⁴

Esta informação de Merino sobre a carência de dados acerca dos intérpretes no período mourisco ainda é bem verdade para o caso dos T/Is atuando nas recentes Guerras do Afeganistão e Iraque. O gráfico por nós elaborado²⁵, por exemplo, evidencia que 87,32% dos artigos que compõem o corpus simplesmente não narra qual a profissão do T/I antes do conflito, o que implica em uma similitude a respeito da falta de informação sobre os T/Is no século XVI e no século XXI. Ademais, como já mencionado²⁶, apenas 46,47% (ou menos da metade) dos artigos narram T/Is de maneira específica, ou seja, citando seus nomes ou pseudônimos, suas idades, quais os motivos que apresentam para a realização da atividade de tradução/interpretação, como se sentem ao desempenhar essas funções em uma zona de conflito etc²⁷. Dessa forma, ainda hoje é difícil colher dados sobre os T/Is atuando em zonas de conflito.

A análise da atividade de T/Is em situações de guerra ou conflito também nos conduziu a obras que abordaram a chegada de Colombo à América quando pensava estar chegando à Índia. Para Chaverri (1992),

a empresa de Colombo, a partir do seu equívoco e imprevisão do mundo americano, coloca em contato realidades diferentes e línguas estranhas que requerem intérpretes e tradutores. A América, então sem seu nome europeu, também começa a “nascer” da atividade de interpretação/tradução detectável em uma escritura que a aponta e a reconstrói na palavra e na lógica do “civilizado”. (CHAVERRI, 1992, p. 111)²⁸

De acordo com o diário de Colombo estudado por Chaverri (1992), o conquistador estava aborrecido pelo fato de o desconhecimento do idioma indígena estar retardando seus avanços na dominação dos índios. Colombo acreditava que

²⁴ Trecho original: “Lo más frecuente (...) es que el intérprete no aparezca o lo haga de forma anónima, por ello, las contadas ocasiones en que pasa a ser el tema principal del enunciado las celebramos como todo un acontecimiento por lo inusitado de este tipo de testimonios en esta parte del reino. A través de esta información podemos profundizar un poco más en su perfil, tanto profesional con personal. Aunque también es cierto que en la mayoría de estos casos el traductor no lo es de oficio, sino por buena voluntad o por casualidad, lo que también arroja una valiosísima información.”

²⁵ cf. item 1.5.3.

²⁶ cf. item 1.5.1.

²⁷ cf. Tabelas 3.5, 3.6, 3.7, 11 e 11.1.

²⁸ Trecho original: “La empresa de Colón, a partir de su equívoco e imprevisión del mundo americano, pone en contacto realidades diferentes y lenguas extrañas que requieren de intérpretes y de tradutores. La América, entonces sin su nombre europeo, también empieza a «nacer» de la actividad de interpretación/ traducción detectable en una escritura que la apunta y la reconstruye en la palabra y en la lógica del «civilizado».”

os indígenas eram dóceis e tudo o que lhes mandasse fazer seria atendido. Logo, era apenas questão de se aprender o idioma para que eles fossem convertidos ao Cristianismo e submetidos ao domínio da coroa espanhola:

Aprender a língua... descobrir os significados dos sons singulares e, com seu conhecimento, submeter-lhes ao poder temporal dos reis espanhóis e à lei eterna de sua Santa Igreja Católica, Apostólica e Romana. Para o genovês, unicamente se necessita “saber a língua e mandar-lhes, porque tudo o que lhes mandarem fazer farão sem contradição alguma”; o indígena mostra uma natureza particularmente dócil; é fácil objeto de dominação e o meio perfeito para submetê-los foi detectado por Colombo: o poder da palavra. (CHAVERRI, 1992, p. 117)²⁹

De determinado momento em diante, as referências às dificuldades linguísticas somem do diário de Colombo, segundo Chaverri (1992). Este autor acredita que isso ocorreu porque a atividade de tradução/interpretação entre as línguas e culturas tornou-se corriqueira. De acordo com Rosendo e Persaud (2016), quando os navios de Colombo retornaram para a Europa, Colombo levou consigo seis indígenas para aprenderem espanhol e serem úteis a ele em futuras expedições. Deste exemplo, extraímos que os intérpretes da conquista das Américas foram pessoas arregimentadas dentro da comunidade que recebia os estrangeiros (exatamente como ocorreu com os T/Is no caso analisado em nosso corpus) e que muitas vezes desempenhavam esta atividade contrariamente à sua vontade por haverem sido capturados. Wyler (2003) mostra que esta realidade não foi diferente no caso do “achamento” do Brasil. Esta autora afirma que na Carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, de 1500, há a informação de que portugueses e índios se entenderam, em seu primeiro encontro, por meio de gestos. Ademais, esclarece a autora que os portugueses preferiram não sequestrar os habitantes da terra encontrada para aprender com eles seu idioma e preferiram deixar um degredado (Afonso Ribeiro), primeiro intérprete europeu, ou língua, a aprender o idioma indígena. Nas palavras de Wyler:

²⁹ Trecho original: “Aprender la lengua ... descubrir los significados de esos sonidos singulares y, con su conocimiento, someterles al poder temporal de los reyes españoles y a la ley eterna de su Santa Iglesia Católica, Apostólica y Romana. Para el genovés, únicamente se necesita «saber la lengua y mandarles, porque todo lo que se les mandare harán sin contradicción alguna»; el indígena muestra una naturaleza particularmente dócil; es fácil objeto de dominación y el medio perfecto para someterlos ha sido detectado por Colón: el poder de la palabra.”

Vemos, assim, que no momento mesmo de sua instauração, o poder colonial define quem é intérprete – o degredado – e como deve atuar para facilitar o intercâmbio entre os diferentes grupos que participarão do sistema. Ao primeiro degredado vieram se juntar outros línguas, como os náufragos aqui encontrados, Diogo Álvares Correia (o Caramuru), o bacharel de Cananeia, João Ramalho e outros que muito ajudaram os portugueses nos contatos com as tribos indígenas e na exploração inicial da terra. Aos degredados coube a comutação de sua pena e, aos náufragos, títulos e privilégios. (WYLER, 2003, p. 37).

Isto é, tanto em Roma quanto no Brasil, aqueles que exerceram as primeiras atividades de tradução e interpretação pertenciam a subcastas ou eram apenados, demonstrando o baixo perfil atribuído a estas atividades pelos conquistadores. No caso da “Guerra ao Terror”, esta atividade é desempenhada como forma de sustento pelos autóctones.

Outro momento importante da utilização de T/Is em conflitos foi a época da conquista da América espanhola. Araguás e Jalón (2004) esclarecem que a informação sobre os T/Is é geralmente escassa nas fontes históricas tradicionais, o que é um dado interessante se pensarmos que os T/Is estão atuando em zonas de conflito desde o Egito Antigo. Isto talvez seja uma decorrência do papel marginal conferido aos T/Is e à política linguística em momentos de conflito. Araguás e Jalón, assim como Merino, anteriormente citada, explicitam algo que também encontramos como verdadeiro sobre os T/Is em análise em nosso trabalho: as fontes sobre eles são escassas. Logo, a proposta desta dissertação mostra-se importante no sentido de lançar luz sobre a identidade desses personagens que realizam atividades de tradução e interpretação em zonas de guerra em diferentes contextos históricos. Araguás e Jalón (2004) afirmam que

o encontro, a conquista, a colonização e a aculturação de dezenas de pessoas ocorreram, particularmente durante o século XVI, apenas graças às habilidades culturais e linguísticas de mediadores de ambos os lados. Entretanto, na maioria das vezes, os intérpretes não são notados e estão ausentes das fontes. (ARAGUÁS; JALÓN, 2004, p. 129)³⁰

Esta é uma premissa que também se mostra verdadeira para o caso dos T/Is no século XXI, atuando no Afeganistão e no Iraque, pois apenas 33 dos 71 artigos do corpus³¹ apresentam narrativas com alguns poucos dados mais concretos,

³⁰ Trecho original: “(...) the *encounter*, the conquest, the colonization and the acculturation of scores of peoples took place, particularly during the 16th century, only thanks to the linguistic and cultural skills of mediators from both sides. However, most of the time interpreters are not newsworthy and are absent from the sources.”

³¹ cf. Tabela 3.

específicos, com depoimentos dos T/Is sobre sua situação; elementos que nos ajudam a entender um pouco mais sobre essas pessoas.

Diante da falta de referências sobre os T/Is na conquista das Américas, Araguás e Jalón (2004) resolveram estudar sua atuação baseando-se em pinturas que retratam o período, por meio das quais, segundo eles, é possível identificar tanto o ponto de vista do artista quanto de quem paga pelas obras. Em comparação com os referidos autores, também nós fomos estudar a atuação dos T/Is no século XXI a partir de narrativas jornalísticas em virtude da escassez de material sobre eles. A respeito das condições de trabalho e da forma como uma pessoa se tornava intérprete, eis o que destacam Araguás e Jalón (2004):

*Podemos dizer que a tarefa do intérprete era extremamente desafiadora, que eram frequentemente selecionados por casualidade (captura, naufrágio, etc.), que recebiam pouco treinamento, se é que recebiam algum, e que, não obstante todas essas circunstâncias, eles realizaram seu trabalho e provocaram a comunicação. Sua importância foi reconhecida pelas autoridades políticas, jurídicas e religiosas e a partir do início do século XVI, **um corpus detalhado de regulamentação começou a ser esboçado para estabelecer ética ou regras sobre as condições de trabalho** (grifo nosso). (ARAGUÁS e JALÓN, 2010, p.2).³²*

O que consta da citação acima sobre os T/Is na conquista das Américas também se repete para os T/Is afegãos e iraquianos cerca de cinco séculos depois. Isso demonstra uma homogeneidade nas situações que envolvem o T/I, seja em casos de conflito, guerra ou conquista. As narrativas jornalísticas do *NYT* e do *GU* apontam que por causa da repentina grande demanda por T/Is em virtude da guerra e da falta de pessoal treinado para acompanhar jornalistas e forças armadas, diversos civis afegãos e iraquianos foram automaticamente convertidos em tradutores e intérpretes. As narrativas também mostram que ao contratarem T/Is autóctones, os empregadores pagavam baixos salários, além de não terem despesas com seguros de vida ou saúde para essas pessoas. Isto é, a situação é muito semelhante à da conquista das Américas, apesar do tempo que passou.

Conforme dito acima, Araguás e Jalón trabalham com base na análise de obras de arte para estudar a atuação de T/Is na conquista das Américas, pois

³² Trecho original: “We can say that their task was indeed extremely challenging, that they were often selected by happenstance (capture, shipwreck, etc.), that they received little, if any, training and that, notwithstanding all these circumstances, they performed their job and sparked communication. Their importance was recognized by the political, judicial and religious authorities and, from the beginning of the 16th century, a detailed corpus of regulations began to be drafted to establish ethics or rules on working conditions.”

consideram que os T/l's dessa época são praticamente invisíveis. Afirmam que apenas recentemente foi possível gravar as vozes dos intérpretes enquanto realizam seu trabalho nas cabines de interpretação simultânea e que o intérprete do século XVI era inaudível. O estudo por meio das obras de arte é uma saída para encontrar mais elementos sobre esses personagens. As obras de arte também se tornam importante fonte de pesquisa porque, segundo os autores, no período por eles estudado, a transmissão de cultura era praticamente oral em virtude do grande número de pessoas analfabetas tanto na Europa quanto na América. Logo, as imagens eram um meio de comunicação que as pessoas comuns eram capazes de compreender.

Nesse sentido, seis obras de arte foram analisadas. Em duas delas, a intérprete em destaque era Malinche, a intérprete de Hernán Cortéz, com quem ele teve um filho, o qual é considerado o primeiro mexicano. Em duas outras obras, o intérprete é Felipe ou Felipillo, que, quando criança, foi levado para a Europa para aprender o idioma e retornou à América na juventude para ser intermediador linguístico. Segundo os autores, suas interpretações são notórias por não serem fidedignas e por haver deliberadamente provocado a morte do imperador inca Atahualpa, ao produzir uma interpretação incorreta a Francisco Pizarro, pois Felipe era apaixonado por uma das concubinas do imperador inca. Nas palavras dos autores:

Não podemos ignorar que Felipe, ou Felipilo, como ele era conhecido, foi uma das crianças capturadas em uma expedição anterior para que lhe fosse ensinado o idioma na Espanha e usado como um intérprete em futuras viagens. Todas as fontes, incluindo Guaman Poma de Ayala, consistentemente descrevem seu desempenho na interpretação como extremamente inadequado, particularmente no que diz respeito à sua absoluta e desavergonhada falta de ética. Ele interpretou de forma errada as palavras do Inca de propósito com a intenção de obter uma de suas mulheres. É amplamente conhecido que todo o romance resultou na morte de Atahualpa, com a queda do Império Inca nas mãos dos espanhóis. (ARAGUÁS; JALÓN, 2004, p. 139)³³

³³ Trecho original: "We cannot ignore that Felipe, or *Felipillo* as he was known, was one of the children captured in a previous expedition so that he could be taught the language in Spain and used as an interpreter in future voyages. All sources, including Guaman Poma de Ayala, consistently describe his interpreting performance as extremely inadequate, particularly as regards his absolute and shameless lack of ethics. He wrongly interpreted the words of the Inca on purpose with the intention of obtaining one of his women. It is widely known that the whole affair resulted in Atahualpa's death, with the Inca Empire falling into the hands of the Spaniards"(Kurz, 1995, p.4).

A proposital má interpretação de Felipe ou Felipilo nos mostra a poderosa arma que o T/I tem em suas mãos: a comunicação. Ainda assim, comparativamente às demais armas de guerra, é negligenciada e manejada frequentemente por pessoas não devidamente habilitadas. Vale acrescentar que este poder é diretamente proporcional ao número de T/Is desenvolvendo a atividade de intermediação linguístico-cultural no conflito. Felipilo era só um e apenas ele manejava os idiomas em contato, de modo que ele era o único veículo da comunicação. No caso da Guerra da Croácia, que veremos adiante, como existiam diversos T/Is, este poder se fragmenta, e cada T/I, individualmente, perde importância.

Abaixo, segue imagem extraída do artigo de Araguás e Jalón, intitulada *Conquista/Atahualpa inca está en la ciudad de Cajamarca em su trono* (ARAGUÁS; JALÓN, 2004). Os personagens retratados são os espanhóis Pizarro, Almagro e Irmão Vicente, o inca Atahualpa e diversos de seus súditos e Felipilo. De acordo com Araguás e Jalón (2004), o intérprete Felipilo é maior que o resto dos principais personagens e o artista segue a convenção de representá-lo com a mão e o braço estendidos e o dedo apontando, como um símbolo da interpretação. O intérprete está localizado em posição privilegiada, para ouvir e ser ouvido.



Figura 3: Fonte: ARAGUÁS; JALÓN, 2004, p.151.

Importante destacar que, segundo Delisle e Woodsworth (2012), no primeiro momento de atuação dos intérpretes de Cortés e mesmo de Colombo, o objetivo era espalhar o Cristianismo e convencer os indígenas a não resistirem ao domínio dos conquistadores, conforme dito por Chaverri (1992)³⁴. Delisle e Woodsworth (2012) também afirmam que, na conquista das Américas, as pessoas que conseguiram aprender o idioma espanhol, ainda que com dificuldade, e se colocaram a serviço de um mestre colonizador, foram promovidas a intérpretes e receberam um status oficial dentro do sistema administrativo colonial. A hipótese de Araguás e Jalón (2004), assim como a de Merino (2005) e de Delisle e Woodsworth (2012) fortalecem as nossas hipóteses enunciadas anteriormente. Isto é, a tradução e a interpretação em contextos de conflito continua sendo realizada por pessoas que não exerciam essas atividades antes dos eventos bélicos começarem e, geralmente, são recrutadas em meio à população que vive no palco de conflito, sobretudo para atender àqueles que dispõem de exércitos e estão dominando territórios. É o caso

³⁴ cf. páginas 41 e 42.

dos egípcios conquistando núbios, de Alexandre, o Grande, conquistando territórios asiáticos, dos romanos conquistando territórios europeus, asiáticos e africanos, dos espanhóis e portugueses conquistando as Américas, e das forças da Otan ocupando Iraque e Afeganistão³⁵.

Outro registro da participação de T/Is em zonas de conflito pode ser encontrado na Guerra Sino-Holandesa ocorrida entre 1661-1662. O prelúdio desta guerra foi nos anos 1620, quando a Companhia da Índia Oriental Holandesa tentava forçar a Dinastia Ming da China a abrir seu mercado para o comércio. Neste momento inicial, os holandeses foram vencidos e empurrados para Taiwan. Chang (2016) afirma que, antes da chegada dos holandeses em 1620, Taiwan era uma terra de ninguém, habitada por algumas tribos indígenas e colonos chineses. Para conquistar a ilha, os holandeses precisaram de intérpretes, algo comum na colonização europeia da época. De acordo com Chang (2016), as primeiras gerações de intérpretes eram principalmente nativos cativos e, com a chegada dos holandeses à ilha, alguns chineses que lá moravam e podiam falar algumas línguas formosas foram contratados tanto pelos holandeses quanto pelas comunidades formosas para facilitar as negociações, sendo que foram poucos os cativos forçados a fazer interpretação.

Observamos, neste ponto, uma diferença em relação aos T/Is da época da conquista da América, os quais, de acordo com nossas pesquisas, foram obrigados a prestar serviços de tradução e interpretação e, em sua maioria, não recebiam por isso. Em relação aos T/Is do século XXI, foco de nosso estudo, as semelhanças são que também foram convertidos em T/Is em virtude da necessidade e receberam salários para o desempenho da função. De acordo com Chang (2016), havia diferença nas funções dos T/Is *ad hoc* e dos T/Is oficiais utilizados na conquista e aculturação de Taiwan pelos holandeses. Os *ad hoc* tinham empregos regulares como homens do clero, professores, soldados ou chefes tribais. Os oficiais serviam como mensageiros, enviados ou deputados, status também gozado por alguns T/Is no Egito Antigo e alguns poucos na América espanhola, conforme vimos acima. Chang (2016) salienta que os T/Is em Taiwan não foram passivos à utilização de seu

³⁵ Isto pode ser depreendido dos dados da Tabela 3.1 e do gráfico intitulado “Profissões dos T/Is antes dos conflitos, por jornal”.

trabalho pelos holandeses e que quando se rebelavam, os últimos abstinham-se de castigá-los para evitar perder seu trabalho:

O que particularmente vale a pena mencionar é que a resistência dos intérpretes locais às autoridades holandesas não era tão passiva ou sem poder como parecia ser o caso de algumas outras colônias europeias, nas quais os intérpretes nativos tinham pouca opção a não ser servir como instrumento para a colonização de seu próprio povo, devido à disparidade das relações de poder entre o colonizador e o colonizado. Em vez disso, é frequentemente conhecido que as autoridades holandesas faziam concessões ou mostravam leniência à resistência dos intérpretes locais. (...) por medo de que os intérpretes locais desprezados parassem de trabalhar para eles ou mesmo instigassem descontentamentos civis. (CHANG, 2016, p. 54-55)³⁶

Percebemos que a instrumentalização do T/I para conquista do colonizador ou, no caso concreto de nosso estudo, dos ocupadores, não é recente, sendo ainda pior para os T/Is do século XXI, pois além de instrumentos de dominação, são narrados como vítimas dos ataques perpetrados pelas populações locais. Chang (2016) apresenta um dado importante sobre a necessidade de se angariar mais intérpretes quando a demanda aumenta. Nesse caso, qualquer um que saiba falar os idiomas em contato é automaticamente convertido em T/I, o que fortalece nossa hipótese sobre o perfil dos T/Is nas zonas de conflito. Segundo esse autor, a região de Taiwan, à época, tinha grande diversidade étnica e linguística e os T/Is oficiais e *ad hoc* já trabalhavam por lá. Com o início da guerra Sino-Holandesa, os T/Is profissionais próximos ao campo de batalha continuaram prestando serviços para ambos os contendores. Entretanto, devido à larga escala e duração da guerra, muitos T/Is *ad hoc* foram necessários, tanto pessoas ocupando cargos administrativos na Companhia da Índia Oriental Holandesa, quanto escravos, mensageiros ou soldados. Também nessa guerra, os T/Is acabaram realizando tarefas distintas da tradução e da interpretação, como negociações entre os lados contendores. No caso dos T/Is no Afeganistão e Iraque, Palmer (2007) deixa claro

³⁶ Trecho original: “What is particularly worth mentioning is that the resistance of local interpreters to the Dutch authorities was not as passive or powerless as what appeared to be the case in some other European colonies, where native interpreters had little choice but to serve as an instrument for colonizing their own people due to unequal power relationships between the colonizer and the colonized (Lefevere et al., 1995, p. 148). Instead, it is often found that the Dutch authorities made concessions or showed leniency to the resistance from local interpreters. (...) for fear that displeased local interpreters might stop working for them or even instigate civil disturbance (Chang, 2002/1995, pp. 123–124).”

que as atividades desses personagens iam muito além de traduzir ou interpretar. Nas épocas mais perigosas no Iraque, por exemplo, eles realizavam todo o trabalho de campo dos jornalistas, coletavam informações e selecionavam os entrevistados, os quais eram levados para hotéis, para concederem entrevistas em locais seguros à mídia internacional. Isso pode ser um indício do motivo pelo qual as narrativas jornalísticas analisadas não foram escritas respeitando as normas jornalísticas padrão dos 5Ws + H anteriormente estudadas³⁷. O padrão não é seguido porque as matérias, em tese, foram praticamente escritas por não jornalistas. Os dados eram coletados pelos T/Is, que corriam todos os riscos pela exposição ao ambiente de guerra e que não recebiam como jornalistas. Os jornalistas ocidentais, de fato, recebiam as informações e realizavam algumas entrevistas com pessoas previamente selecionadas pelos T/Is, editavam a matéria conforme orientação de seu conselho editorial, assinavam os artigos e recebiam pelo trabalho. Por realizarem diversas outras funções que não apenas as linguísticas e resolverem várias outras questões para seus contratantes, estes T/Is foram apelidados de *fixers*. Isto é mencionado, inclusive, em alguns artigos no nosso corpus³⁸.

Chang (2016) também analisa a questão da bagagem cultural do T/I contratado localmente. A depender dos laços étnicos do T/I, ele pode ou não ser considerado um mediador linguístico-cultural confiável. Veremos isto com mais detalhes no item 2.3 abaixo, quando analisarmos o trabalho de Footitt e Kelly (2012) sobre os T/Is na II Guerra Mundial. No caso estudado por Chang (2016), a bagagem cultural do T/I o tornava um personagem confiável na negociação que realizava entre holandeses e chineses. No caso dos T/Is no Iraque, conforme seus vínculos religiosos, se sunita ou xiita, este T/I tinha maior ou menor acesso às áreas locais para conseguir fontes de entrevistas mais variáveis aos jornalistas, conforme afirma Palmer (2007). Chang (2016) também salienta que os T/Is trabalhando para o lado holandês do conflito recebiam melhor tratamento que os que trabalhavam para o lado chinês. Os holandeses tinham consciência da importância do papel desempenhado por seus T/Is, tanto que os recompensavam financeira ou politicamente, além de mostrar leniência para com suas eventuais desobediências em não querer traduzir para não ser um instrumento de colonização de seu próprio

³⁷ cf. item 1.5.5 desta dissertação.

³⁸ Por exemplo, o artigo jornalístico do *NYT*, intitulado *After the war, occupation: Iraqis keep working for allies, but danger makes them fearful*.

povo. Já os chineses, desde tempos imemoriais, consideram possuir superioridade linguística e cultural em relação aos povos estrangeiros, também por esta civilização considerados bárbaros. Dessa forma, os chineses que sabiam línguas estrangeiras eram tidos, em certa medida, como traidores e, por este motivo, eram destratados. Veremos isto melhor, quanto às consequências desta postura no desenrolar do conflito, quando da análise da atuação dos T/Is na Guerra do Ópio, na sequência. Estas questões sobre lealdade, fidelidade e traição do T/I continuam presentes na atualidade, quando os T/Is do Afeganistão e do Iraque são considerados traidores de seu povo e pagam com suas vidas por isso. Chang (2016) acredita que o que permanece similar entre os T/Is da Guerra Sino-Holandesa e os T/Is da atualidade é o desempenho de tarefas alheias à tradução e à interpretação, como já abordamos previamente e que a habilidade linguística não é o primeiro requisito observado pelo contratante de T/Is autóctones, mas questões relacionadas à lealdade e à confiança. Isto é bem verdade para os casos dos T/Is que estudamos, pois vários dos artigos do corpus, sobretudo os escritos por militares, destacam que a característica mais valiosa do T/I é o fato de o contratante poder confiar nele, às vezes, com a própria vida, como afirmou o militar americano Matt Zeller³⁹.

Entre os anos de 1789-1801, com base nos registros de Napoleão sobre sua campanha no Egito e na Palestina, também é possível encontrar apontamentos sobre a atuação de T/Is em zonas de conflito, os quais falavam o francês e o árabe, conforme afirmam Rosendo e Persaud (2016). Ainda de acordo com estas estudiosas, a figura do *dragoman* surge mais ou menos nesse mesmo período no Império Otomano. De acordo com a definição do *Merriam-webster dictionary*, o *dragoman* (ou drogomano, em português) é o intérprete principalmente do árabe, turco ou persa empregado especialmente no Oriente Próximo (MERRIAM-WEBSTER DICTIONARY, 2017). Para Abbasbeyli (2015), quando um estado desejava estabelecer relações diplomáticas com outro estado, os diplomatas precisavam da ajuda dos mediadores linguísticos que, no caso do Império Otomano, eram os drogomanos, sendo que sua história está ligada ao início das relações entre os países ocidentais e o Império Otomano. Ainda de acordo com Abbasbeyli (2015), havia dois tipos de drogomanos: os que trabalhavam diretamente com o Sultão ou o

³⁹ cf. artigo escrito pelo próprio militar: "The US promised a visa to my Afghan interpreter. Now it's been revoked." (ZELLER, 2013).

Grão-Vizir (*Dragomans of the Sultan's Imperial Divan*) e os que serviam em embaixadas e consulados. A primeira categoria de drogomanos realizava tarefas de tradução e interpretação similares às dos T/l's que acompanham os presidentes e ministros do mundo moderno (interpretações em reuniões diplomáticas e de negociações, traduções de documentos oficiais, redação de minutas de documentos, por exemplo). A segunda categoria servia nas embaixadas e consulados de países ocidentais localizadas no Império Otomano e esses drogomanos eram recrutados dentre a minoria cristã, já que os muçulmanos consideravam que era impuro aprender as línguas ocidentais e proibiam o seu estudo. Em virtude de os ocidentais serem considerados infiéis pelos muçulmanos, as primeiras embaixadas otomanas no ocidente demoraram a ser estabelecidas, só começando a surgir no século XIX. Os drogomanos desta segunda categoria viviam nas embaixadas e consulados e traduziam documentos, além de realizar interpretações em reuniões. Abbasbeyli (2015) afirma que, com o aumento das relações entre otomanos e ocidente no século XVI, a quantidade de drogomanos foi insuficiente para atender a demanda e cada país começou a adotar suas próprias providências. Além disso, eram pessoas provenientes de classes sociais mais modestas ou pobres:

A partir de 1551, Veneza enviou crianças jovens a Constantinopla para que fossem treinadas como drogomanos. A República de Ragusa, a Polônia e a França seguiram o mesmo exemplo. Em 1626, os Capuchinhos franceses estabeleceram uma escola em Constantinopla para ensinar francês, turco, latim, italiano e grego vulgar. A escola treinou o primeiro grupo de drogomanos para servir a França. Em 1669, Colbert criou a escola para drogomanos em Constantinopla, a escola para "jeunes de langue". A escola era gratuita, a mensalidade era paga pela Câmara de Comércio de Marseille. Seu objetivo era evitar ter de recrutar drogomanos apenas de famílias locais. Os drogomanos "locais" eram submetidos ao Sultão e como tal sua lealdade era algumas vezes questionada. (ABBASBEYLI, 2015)⁴⁰. (grifo nosso).

⁴⁰ Trecho original: "Beginning in 1551, Venice sent young children (*Giovani di lingua*) to Constantinople to train them as dragomans. The Republic of Ragusa, Poland and France followed suit. In 1626, French Capuchins set up a school in Constantinople to teach French, Turkish, Latin, Italian and Vulgar Greek. The school trained the first group of dragomans to serve France. In 1669, Colbert created a school for dragomans in Constantinople, the school for "*Jeunes de langue*". The school was free, tuition being paid by the Marseille Chamber of Commerce. Its goal was to avoid having to recruit dragomans only from local families. "Local" dragomans were subjects of the Sultan and as such their loyalty was sometimes questioned."

Mais uma vez, a questão das fidelidades do T/I quando recrutado localmente aparece, mostrando ser este ponto uma recorrente preocupação de seus contratantes quando pertencem a culturas distintas, algo presente nos artigos que compõem nosso corpus a respeito dos T/Is iraquianos e afegãos. Como exemplos, podemos citar os artigos *Caught in Rebel's Cross Hairs: Iraqis Working for Americans* e *Lost in Translation*, ambos do *NYT*; e os artigos *This Veterans Day, we must remember the Iraqi interpreters* e *Afghan interpreters who fell in love with US soldiers struggle in visa limbo*, do *GU*. Abaixo, um trecho extraído da narrativa *Lost in Translation*, escrita por um militar, sobre a questão da fidelidade do T/I:

*Sem um intérprete, nosso pessoal está, essencialmente, cego ao que acontece ao seu redor. Os militares não sabem se a discussão no mercado é por causa do preço do tomate ou uma ameaça de assassinato. E pelo fato de, em geral, contratarmos iraquianos locais para superar o obstáculo do idioma, os americanos sequer sabem se podem confiar em seus próprios intérpretes. (HAMMES, Thomas X. "Lost in Translation". *The New York Times* [Nova York, NY] 24 de agosto de 2005).⁴¹*

Wong (2007) fornece um ponto de vista sobre a atuação de T/Is durante a Guerra do Ópio entre Grã-Bretanha e China (1839-1842) ao observar que as duas nações conferiam tratamento exatamente oposto aos seus T/Is. O autor destaca que os T/Is que trabalharam para os britânicos realizavam muito mais que um trabalho imparcial de conversão de um idioma em outro. Eles coletaram e forneceram informações para a inteligência militar. Por isso, eram estimados pelo governo inglês, receberam altos salários e postos na administração britânica em Hong Kong. Trata-se, então, de situar a figura do T/I dentro de uma estratégia militar das forças armadas, justamente a premissa que temos para os T/Is afegãos e iraquianos atuando para as forças da Otan, isto é, de que são instrumentalizados para agir em uma guerra “não convencional”, conforme já definido anteriormente. Por outro lado, os T/Is chineses, segundo Wong, eram considerados precários. Ademais, sua profissão era estigmatizada na sociedade chinesa, que considerava que qualquer um com laços com o estrangeiro era um traidor ou malfeitor, conforme visto na página 51.

⁴¹ Trecho original: “Without an interpreter, our people are essentially blind to what is happening around them. They cannot tell if the loud argument in the market is over the price of tomatoes or a threat of murder. And because in general we hire local Iraqis to surmount the language hurdle, Americans don't even know if they can trust their own interpreters.”

Diferentes papéis e status eram conferidos aos tradutores e intérpretes nos campos opostos. Como os britânicos tinham consciência de que seus tradutores forneciam inteligência militar e conselhos indispensáveis, eles eram altamente considerados e bem recompensados, além de receberem trabalhos em postos administrativos. (...) Em nítido contraste, do início à metade do século XIX, os tradutores e intérpretes do lado chinês eram precários, para dizer o mínimo. Sua tragédia reside não apenas em sua incompetência, mas no baixo status que a profissão ocupava na sociedade e na cultura chinesas. Quase que por definição eles eram considerados traidores ou malfeitores (...) (WONG, 2007, p. 54)⁴²

Wong acredita que, se os chineses tivessem consciência da importância da atividade desenvolvida pelos T/Is, provavelmente o futuro da guerra seria outro. Esta premissa de Wong nos leva a pensar que talvez estejamos testemunhando uma mudança estratégica no comportamento das forças armadas, o segmento que mais contratou T/Is nos conflitos no Afeganistão e Iraque, nosso objeto de estudo. Pode-se pensar que as forças armadas pertencentes à coalizão, ao perceber a importância de se conseguir chegar à população local para travar uma batalha em nível de guerra civil, na qual os autóctones estavam atuando tanto quanto as forças armadas, concluíram que esta luta não seria possível sem a comunicação com a população local e, portanto, sem os T/Is. Ademais, a própria característica desta “Guerra ao Terror” - considerada pelo exército americano como “não convencional” - já eleva a importância do papel do T/I como um agente necessário para a transmissão de estratégias de guerra e inteligência às milícias e população autóctone. Em certa medida, é como Wong (2007), citado acima, afirma que os ingleses agiram em relação aos seus T/Is chineses quando da Guerra do Ópio. Eles perceberam a importância estratégica do T/I na Guerra e os valorizaram com bons salários e bons postos de trabalho.

Nisto se diferenciam dos governos britânico e americano atuais, que, de acordo com as narrativas jornalísticas, oferecem baixos salários e aparentemente se preocupam pouco com a segurança do T/I que permanece na zona de conflito após a retirada das tropas do palco de guerra. Nesse sentido, é interessante observar que

⁴² Trecho original: “Translators and interpreters in the opposing camps were given very different roles and status. As the British were well aware that their translators provided indispensable military intelligence and advice, they were regarded highly, were rewarded well and were given administrative posts. (...) In sharp contrast, in the early to mid Nineteenth century translators and interpreters on the Chinese side was precarious, to say the least. Their tragedy lay not in their incompetence, but in the low status that the profession occupied in Chinese society and culture. Almost by definition they were taken to be traitors or evil-doers (...)”

as narrativas jornalísticas enfaticamente abordam a questão da concessão de vistos especiais de imigrantes aos iraquianos e afegãos que realizaram atividades de tradução e interpretação às forças de ocupação. Cerca de 69% do corpus é formado por artigos que narram a questão da concessão de vistos⁴³, supostamente em reconhecimento ao importante papel que desempenharam e aos riscos que correm por terem proporcionado a comunicação entre invasores e invadidos.

Outro momento histórico de conflito no qual é noticiada a participação de T/Is é a I Guerra Mundial e o trabalho de Pagura (2010), relativo à interpretação de conferências no Brasil apresenta elementos sobre isto. O referido autor afirma que ao final da I Guerra Mundial foi preciso realizar interpretação do francês (idioma da diplomacia, à época) para o inglês, diante da exigência do Primeiro Ministro inglês, Lloyd George, e do Presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson quando da negociação do armistício e do tratado de Versalhes (que criou a Liga das Nações - um embrião do que viria a ser a ONU). Observa Pagura que nenhum dos intérpretes era profissional na área. Vários deles eram professores, que aprenderem a interpretar na prática e servindo-se largamente da improvisação, sem ter clareza a respeito de suas funções (se atuavam como tradutores/intérpretes, redatores ou revisores de atas). No mesmo sentido, Delisle e Woodsworth (2012) discutem o caso do coronel Léon Dostert, chefe dos serviços de tradução e interpretação durante os julgamentos em Nuremberg. Entre todos os T/Is por ele recrutados para servirem no referido julgamento, apenas dois (Édouard Roditi e Haakon Chevalier) tinham experiência anterior em interpretação simultânea;

O chefe dos serviços de interpretação e tradução em Nuremberg era o Coronel Léon Dostert (1904-71). Americano de origem francesa e com notáveis habilidades de organização, ele recrutou intérpretes dentre estudantes e professores da Escola de Tradução e Interpretação da Universidade de Genebra, juntamente com pessoas que tinham familiaridade com diversos idiomas, em virtude de razões familiares ou vicissitudes da Guerra. (DELISLE; WOODSWORTH, 2012, p. 253)⁴⁴

⁴³ cf. Tabelas 9, 9.1, 9.2 e 9.3.

⁴⁴ Trecho original: "The chief of interpreting and translation services at Nuremberg was Colonel Léon Dostert (1904-71), An American of French extraction with remarkable organizational abilities, he recruited interpreters among students and teachers of the School of Translation and Interpretation at the University of Geneva, along with people who happened to be familiar with several languages through family circumstances or the vicissitudes of the War."

Os exemplos de Pagura (2010) e de Delisle e Woodsworth (2012) dão mais força à nossa hipótese de que os T/Is contratados localmente para atuar em zonas de conflito assumem esse papel de uma hora para outra e, muitas das vezes, não possuem os conhecimentos necessários do idioma estrangeiro para realizarem a atividade. Ou, quando conhecem o idioma estrangeiro, não têm domínio da terminologia militar ou jornalística, por exemplo, para poder melhor atender os seus principais contratantes.

Na mesma linha de Pagura (2010) e Delisle e Woodsworth (2012) sobre o recrutamento de T/Is autóctones para suprir demandas urgentes de comunicação durante conflitos, temos Luo (2016), estudando o Teatro China-Burma-Índia, durante a II Guerra Mundial (1941-1945). De acordo com este autor, o termo “Teatro China-Burma-Índia” foi cunhado pelo exército americano para estas respectivas zonas de conflito durante a II Guerra Mundial, nas quais o exército americano lutou contra o exército japonês:

Em 1941, as forças japonesas ocuparam Burma e interromperam a rodovia China-Burma, a última linha de suprimentos entre a China e o mundo exterior. Para ajudar a China a conseguir ajuda internacional, o Teatro China-Burma-Índia foi estabelecido em 1942 pelos Aliados. Em abril de 1945, os Aliados tiveram uma grande vitória, com as tropas japonesas sendo expulsas de Burma e do sudoeste da China, e a reabertura da Rodovia China-Índia – outra rota terrestre de suprimentos – para a China. A vitória no Teatro China-Burma-Índia garantiu a segurança do sudoeste da China e apoiou a contraofensiva americana no Teatro do Pacífico, além de constituir uma grande contribuição à luta mundial contra o Fascismo. (LUO, 2016, p. 147)⁴⁵.

O trabalho de Luo (2016) concentra-se sobre a atuação de T/Is contratados localmente para suprir uma demanda militar, exatamente o que encontramos em nosso trabalho sobre os T/Is afegãos e iraquianos. Este autor afirma que devido à falta de tempo e às restrições financeiras, era impossível treinar todos os principais oficiais e soldados nos dois idiomas (inglês e chinês). A solução encontrada foi localizar dentro da China pessoas que soubessem o inglês e treiná-las para que

⁴⁵ Trecho original: “In 1941, the Japanese forces occupied Burma and cut off the China-Burma Road, the last supply line between China and the outside world. In order to help China to reach international aid, the CBI Theater was established in 1942 by the Alliance. In April 1945, the Alliance won a great victory, with the Japanese troops being driven out of Burma and southwest China, and the China-Indian Road, another overland supply route, being reopened for China. The victory in the CBI Theater ensured the safety of southwest China, supported the American counter-offensive in the Pacific Theater and constituted a great contribution to the global war against Fascism.”

prestassem serviços linguísticos. Inicialmente, o Governo Nacionalista Chinês se encarregou do recrutamento desses T/Is dentro da comunidade local. Quando a demanda cresceu muito, essa tarefa passou para o Escritório de Relações Internacionais da China (*Chinese Foreign Affairs Bureau*). Nas palavras de Luo (2016),

Posteriormente, quando a demanda por intérpretes no Teatro China-Burma-Índia cresceu drasticamente, o Escritório de Relações Internacionais da China (FAB, na sigla em inglês) tornou-se responsável pelo recrutamento de mais intérpretes e por criar escolas de intérpretes para oferecer treinamentos em ambos os idiomas e em assuntos militares. Ao todo, mais de 4.000 intérpretes foram recrutados dentro da China, a maioria deles eram alunos universitários que sabiam tanto chinês quanto inglês. Eles receberam um treinamento rápido de diversas semanas, e foram encaminhados para várias regiões na Índia, em Burma e na China para executarem serviços linguísticos no exército. (...) Quando a guerra do Teatro China-Burma-Índia terminou em abril de 1945, a maioria dos intérpretes deixou o exército. (LUO, 2016, p. 149)⁴⁶

Como veremos no próximo tópico a respeito dos T/Is recrutados para proverem a interpretação simultânea nos julgamentos de Nuremberg ao fim da II Guerra Mundial, Pagura (2010) afirma que, quando cessaram os julgamentos, esses T/Is voltaram para suas antigas profissões, pois não se consideravam intérpretes profissionais. Podemos supor que o mesmo aconteceu com os intérpretes chineses acima analisados e que o mesmo pudesse ocorrer aos T/Is afegãos e iraquianos, caso não fossem mortos por “insurgentes”, como apontam as narrativas jornalísticas. A respeito do recrutamento de T/Is dentre pessoas da comunidade local palco do conflito, temos por hipótese que não houve qualquer alteração entre os exemplos históricos citados e os que analisamos em nosso corpus. Nossos estudos demonstram que, independentemente do conflito e da época histórica, a questão coloca-se sempre em termos de “ativar” os possíveis tradutores/intérpretes em função das necessidades conjunturais relacionadas a conflitos ou mediações culturais.

⁴⁶ Trecho original: “Later, when the demand for interpreters in the CBI Theater increased drastically, the Chinese Foreign Affairs Bureau (FAB) took the responsibility of enlisting more interpreters and running interpreter schools to offer training in both language and military affairs. Altogether, over 4,000 interpreters were recruited from within China, most of them were college students who knew both Chinese and English (Luo, 2011). They were given a brief training of several weeks, and dispatched to various locations in India, Burma and China for bilingual service in the army. (...) When the war in the CBI Theater ended in April 1945, most of the interpreters left the army.”

Luo (2016) observa que os T/Is desempenham um papel importante na disseminação de conhecimentos militares entre os exércitos aliados nas guerras. No caso por ele analisado, um dos exemplos citados é que quando chegavam armas e munições vindas dos EUA, os T/Is traduziam os manuais para o exército chinês. No caso dos T/Is iraquianos e afegãos, as narrativas jornalísticas também mostram que os exércitos autóctones foram treinados para resistir aos ataques de grupos contrários à intervenção militar estrangeira na guerra civil que se seguiu à ocupação, conforme mostram alguns artigos⁴⁷. Logo, os T/Is afegãos e iraquianos trabalharam para possibilitar esta comunicação entre forças de ocupação ocidentais e forças de resistência locais.

Luo (2016) também observa a importância de T/Is locais formados em áreas específicas (engenharia, por exemplo) serem recrutados para prestarem serviços de tradução relativos ao seu campo de formação para os militares; bem como a atuação massiva de T/Is em hospitais, no sentido de que se a comunicação fosse bem realizada nesses ambientes, haveria mais chance de recuperação dos feridos na guerra e logo, mais soldados estariam disponíveis para lutar nas linhas de frente. Semelhante abordagem sobre os T/Is no Afeganistão e no Iraque não foi por nós identificada nas narrativas jornalísticas que compõem o corpus. Entretanto, percebemos que a utilização do T/I como um instrumento militar aparece tanto no caso do Teatro China-Burma-Índia, quanto no caso da “Guerra ao Terror”. A respeito do papel do T/I local na coleta de informações de inteligência, Luo (2016) afirma que foram indispensáveis para descobrir a localização das barracas, armazéns, arsenais, navios e aeroportos, bem como das manobras das forças japonesas. Essas informações coletadas foram repassadas à força aérea americana, a qual bombardeava as instalações japonesas. A atuação de T/Is afegãos e iraquianos na coleta de informações de inteligência também foi encontrada em nosso corpus, a exemplo da interceptação de comunicações de rádio, realizada por intérprete afegão a respeito de onde estaria localizado um explosivo no caminho de uma patrulha americana (GAYLE, 2015).

⁴⁷ Como exemplo, podemos citar o artigo intitulado *A Bullet Proof Mind* (MAASS, 2002), em que um soldado americano descreve o treinamento de um pelotão afegão realizado para retomada de um hospital que havia sido invadido por membros da Al- Qaeda. A intermediação linguística foi feita por meio de um intérprete local.

Como visto acima, no caso dos drogomanos (no Império Otomano) e dos chineses (no teatro China-Burma-Índia), havia uma preocupação com o treinamento dos T/Is. No próximo tópico analisaremos os exemplos históricos aplicados ao nosso objeto de estudo no tocante à formação do T/I autóctone para o desempenho das atividades de tradução e interpretação em zonas de conflito.

2.2 TRADUÇÃO/INTERPRETAÇÃO COMO OBJETO DE UMA FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Conforme já mencionado no item 2.1 e comprovado mais uma vez por Delisle e Woodsworth (2012) (e as narrativas constantes de nosso corpus apresentam indícios no mesmo sentido), a tradução e a interpretação em zonas de conflito são desempenhadas por indivíduos que não tiveram a formação específica para atuarem como T/Is; por pessoas que, até o início dos conflitos, não tinham por profissão a tradução e/ou interpretação nem qualquer orientação acerca dos limites de sua atuação e dos perigos aos quais estão expostos. Trata-se de uma atividade que, apesar de ter existido desde a Antiguidade, passou a ter um manual de conduta (RED-T, 2012) apenas em 2012. Referido manual foi elaborado por meio de uma parceria entre a Associação Internacional de Intérpretes de Conferência (AIIC), a Federação Internacional de Tradutores (FIT), e a *Red-T*, uma organização sem fins lucrativos, criada em 2010 (LUCCARELLI, 2013), sediada em Nova York, que se dedica a criar mecanismos de proteção aos T/Is em zonas de conflito. Como mencionado anteriormente, o treinamento de T/Is para atuação em zonas de combate é recente, remontando à primeira metade do século XX. De acordo com Delisle e Woodsworth (2012), os Ministérios de Relações Exteriores de diversos países começaram a se organizar para suprir necessidades diplomáticas de interpretação, como os Estados Unidos, o Reino Unido e a Alemanha. Apesar disso, os autores salientam que os T/Is aprendiam sua atividade na prática, por tentativa e erro.

O projeto *Languages at War*, fruto de uma parceria entre a Universidade de Reading, a Universidade de Southampton e o *Imperial War Museum* de Londres foi criado com o objetivo de entender qual o papel dos idiomas e intermediários linguísticos em contextos de conflitos. Os pesquisadores Hilary Footitt e Michael

Kelly editaram um dos livros do projeto *Languages at War* intitulado *Policies and Practices of Language Contacts in Conflict*, no qual, por meio de dois estudos de caso (a II Guerra Mundial e a dissolução da ex-Iugoslávia) são apresentadas diversas situações de intermediação linguística em conflitos, políticas de idiomas durante a guerra e depoimentos de T/Is acerca de suas atividades. A respeito da preparação prévia dos militares para se comunicarem com as populações civis na Europa recém-libertada ao fim da II Guerra, os pesquisadores descobriram que o Ministério de Relações Exteriores britânico teve a missão de criar guias de bolso a serem distribuídos aos 3,5 milhões de militares que atuaram em 12 países da Europa continental em 1944. Os guias continham informações sobre os países envolvidos, uma lista de vocabulário, com sugestões de como lidar de maneira cortês e atenciosa com os civis que encontrariam pela frente, além de informações práticas sobre pesos e medidas, e o que era permitido ou não fazer em cada país. Os guias também foram utilizados quando as tropas britânicas se dirigiram para a Bósnia-Herzegovina nos anos 1990.

As primeiras universidades a organizarem o treinamento profissional do T/I foram as Universidades de Genebra, em 1941 (UNIVERSITÉ DE GENÈVE, 2017) e Heidelberg, em 1950 (UNIVERSITÄT HEIDELBERG, 2017). Delisle e Woodsworth (2012) também afirmam que as Universidades de Viena, Mainz/Germersheim, Saarland e Georgetown também sistematizaram cursos para a formação de T/Is respectivamente em 1943, 1946; 1948 e 1949. Assim, temos por pressuposto que justamente essas localidades que estavam no epicentro da II Guerra Mundial e que se depararam com a falta de T/Is qualificados para atender a demanda do conflito, trataram de desenvolver cursos para a formação e capacitação de indivíduos interessados em prestar serviços linguísticos. Isto é, as datas de criação dos cursos acima mencionados coincidem com o período da II Guerra, fornecendo indícios de que a interpretação e a tradução estão diretamente ligadas aos conflitos mundiais.

Visando evitar outra guerra nas proporções da II Guerra Mundial, representantes de 50 países, dentre eles China, França, União Soviética, Reino Unido e Estados Unidos assinaram, em 1945, a Carta das Nações Unidas, criando esta instituição que ficaria responsável por manter a paz mundial, desenvolver relações amigáveis entre as nações, além de adotar medidas para tentar melhorar a vida de comunidades pobres ao redor do mundo, dentre outras (ORGANIZAÇÃO

DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015). A ONU tornou-se um centro de enorme demanda de T/Is haja vista a necessidade de comunicação entre os países para consecução dos objetivos acima elencados. Pagura (2010) afirma que os primeiros intérpretes que trabalharam nesta instituição (entre os anos 40 e 50), eram pessoas sem formação específica em tradução e interpretação, e que aprenderam os idiomas em virtude de exílio, guerras, deslocamentos e outras condições sociais, conforme veremos mais adiante, no raciocínio de Baigorri-Jalón:

Em minha vida profissional eu conheci muitos intérpretes, inclusive alguns que participaram dos julgamentos em Nuremberg, que chegaram a este negócio por acaso, porque tinham conhecimento do idioma exigido no local certo e na hora certa. Seu processo de aquisição linguística era sempre motivado por eventos sociais e políticos prévios, os quais afetaram suas vidas. (BAIGORRI-JALÓN, 2011, p. 173)⁴⁸

O que as narrativas jornalísticas que compõem nosso corpus nos mostram, por meio da Tabela 3.1 e do depoimento de militares e jornalistas constantes dos artigos é exatamente o que vimos acima: não há formação específica para o T/I contratado localmente atuando em zonas de conflito. Também os T/Is em atuação no Afeganistão e no Iraque nos conflitos pós-11 de setembro desempenhavam suas funções linguísticas sem o treinamento para tal, considerando-se as poucas informações narradas pelos jornais a respeito das profissões desses T/Is anteriores aos conflitos e já mencionadas diversas vezes ao longo deste trabalho⁴⁹. Isto é, nenhum dos T/Is antes do conflito trabalhavam como tradutores ou intérpretes ou estudaram as técnicas de como exercer essas atividades. Delisle e Woodsworth (2012) asseveram que a atividade de “interpretação sempre foi praticada por pessoas deslocadas e desabrigadas” de sua terra natal – “vítimas de sequestros, conflitos e revoltas políticas – as quais se tornaram bilíngues ou políglotas por causa de seu deslocamento entre as culturas”⁵⁰.

No mesmo sentido e a respeito do treinamento ou preparo profissional de T/Is para atuar em zonas de conflito encontramos diversas questões interessantes no

⁴⁸ Trecho original: “In my professional life I have met many interpreters, including some from the Nuremberg trials, who arrived at the trade by chance, because they had a knowledge of the languages required at the right place and at the right time. Their language acquisition process was often motivated by previous social and political events that had affected their lives.”

⁴⁹ cf. gráfico intitulado “profissões dos T/Is antes dos conflitos”, à página 25.

⁵⁰ Trecho original: “Interpretation has often been practised by the displaced and dislocated – victims of kidnappings, conflict and political upheaval – who have become bilingual or multilingual through their movement across cultures.” (DELISLE; WOODSWORTH, 2012, p. 248).

trabalho de Baigorri-Jalón (2011), anteriormente citado. Referido estudioso analisa a atuação de tradutores e intérpretes também na Guerra Civil Espanhola, na I e II Guerras Mundiais, na Guerra da Coreia e na Guerra Fria. Este autor afirma que as guerras foram e continuam sendo as escolas de intérpretes. Muitos dos intérpretes de russo que trabalharam no Tribunal de Nuremberg ao final da II Guerra Mundial o fizeram por terem fugido da Revolução Soviética e subsequente guerra civil russa e emigrado para a França e a Alemanha. Baigorri-Jalón (2011) cita outro exemplo de guerra como fomentador do aprendizado linguístico de futuros intérpretes, agora envolvendo os idiomas russo e espanhol:

Durante a Guerra Civil Espanhola (1936–1939), milhares de crianças foram enviadas para fora da Espanha para escapar dos horrores das bombas. A maioria delas voltou com o fim da guerra, frequentemente após testemunhar o início da II Guerra Mundial, mas cerca de 3000 dessas crianças permaneceram na União Soviética sem conseguir voltar em virtude da conflagração da guerra e do rompimento de relações entre a Espanha e a União Soviética. Elas se tornaram intérpretes hispano-soviéticos, como foram chamadas, as quais ajudaram os conselheiros soviéticos, engenheiros e forças armadas em suas missões na Cuba de Fidel Castro após a revolução de 1959. (BAIGORRI-JALÓN, 2011, p. 173)⁵¹

Baigorri-Jalón narra, ainda, a história de três pessoas que se tornaram intérpretes de um momento para outro para atender demandas durante a II Guerra Mundial. Em abril de 1943, Vernon Walters era um tenente americano e tinha conhecimento do espanhol, do italiano e do francês. Diante da necessidade de recepcionar um grupo de portugueses, seu coronel ordenou que recebesse o grupo e falasse com ele em português, já que Walters sabia falar todas “essas coisas” que, para o coronel, eram bastante parecidas (BAIGORRI-JALÓN, 2011, p. 174). Um fato curioso sobre a biografia de Walters é que ele foi adido militar-assistente dos EUA no Brasil de 1945 a 1948 e cooperou de forma ativa nas articulações que culminaram com a deposição do presidente João Goulart, em 1964. Ademais, tinha

⁵¹ Trecho original: “During the Spanish Civil War (1936-1939) several thousands of children were sent abroad by their parents in order to protect them from the horrors of the bombings. Most of them reunited with their parents after the war ended, often after witnessing the outbreak of the Second World War, but around 3,000 of those children stayed in the Soviet Union, unable to return due to the world conflagration and the severance of contacts between the USSR and Franco’s Spain. They became the *Hispano-Soviet* interpreters, as they were called, who helped Soviet advisers, engineers and armed forces in their missions to Fidel Castro’s Cuba after the 1959 revolution.”

estreitas relações com o presidente militar brasileiro Castelo Branco⁵². Walters também foi intérprete dos presidentes americanos Harry Truman, Eisenhower e Nixon. W.C. Archie, em 30 de julho de 1945, tornou-se o intérprete para o francês do General Eisenhower na primeira reunião do Conselho de Controle Aliado⁵³ quarenta e cinco minutos antes de o evento acontecer e sem ter ideia de sua pauta. Finalmente, temos Richard Sonnenfeldt, que se tornou intérprete chefe para os interrogadores americanos quando arguíram os líderes nazistas em seu julgamento.

Similarmente, encontramos o depoimento de Eugen Dollmann, narrado por Delisle e Woodswoorth (2012). Dolmann foi intérprete do Eixo durante a II Guerra Mundial e foi chamado para fazer uma interpretação de um discurso de Hitler para um grupo de jovens italianos partidários de Mussolini. O discurso era para ter sido breve, mas durou cerca de meia hora. Dollmann ainda não estava habituado às técnicas de anotação taquigráfica e admite ter realizado um discurso em italiano que não tinha nada a ver com o proferido por Hitler, mas que foi efusivamente aplaudido ao final.

A partir desses três casos acima apresentados por Baigorri-Jalón (2011), este autor, assim como os demais estudiosos anteriormente mencionados, conclui que qualquer um que conheça dois idiomas é imediatamente convertido em intérprete em um conflito, independentemente de seu arcabouço cultural, suas origens, seu código de ética, estatuto moral, neutralidade, autoconfiança etc. No mesmo sentido, ao pesquisar nos Arquivos Nacionais britânicos (*British National Archives*), os estudiosos participantes do projeto *Languages at War* se depararam com diversos documentos sobre a participação de T/Is na II Guerra Mundial. Colacionamos abaixo um trecho de um documento encontrado que reflete bem a questão do papel marginal atribuído aos T/Is nos conflitos, sua falta de treinamento, bem como a falta de confiança nas pessoas que realizavam estas atividades:

⁵² Fonte: < http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/vernon_walters>. Acesso em 21 jul. 2017.

⁵³ O Conselho de Controle Aliado foi a instituição criada para controlar as quatro zonas de ocupação em que foi dividida a Alemanha ao final de II Guerra Mundial. Seus membros eram os Comandantes em Chefe de cada uma das potências que se sagraram vencedoras após o conflito e que ocuparam a Alemanha: França, Reino Unido, Estados Unidos e União Soviética. (SHEEHAN; WALLACE-HADRIL, 2017).

Jakob Gamper, pseudônimo Georges Vernier: suíço. Um criminoso de menor potencial ofensivo, Gamper foi recrutado em Dijon em 1944 como tradutor/intérprete para o SD [Sicherheitsdienst, o serviço de inteligência alemão]. Sua contribuição não foi grande e, como era de se esperar, ele não era confiável, diz-se que ele traiu seus chefes, roubou seu dinheiro e, por fim, desertou (entrada no catálogo KV2/555).(FOOTITT; KELLY, 2012, p. 10)⁵⁴

Isso nos leva a pensar sobre a quantidade de T/Is contratados para atender os diversos grupos envolvidos na ocupação do Iraque e do Afeganistão (jornalistas, ONGs, Médicos sem Fronteiras e especialmente as forças armadas pertencentes à coalizão da Otan), bem como na qualidade das traduções e interpretações realizadas por esses indivíduos. Considerando-se que o T/I é o único elo entre culturas tão díspares (oriental e ocidental), presume-se que a ligação por ele promovida é importante, especialmente em tempos de guerra, quando as hostilidades são abertas e vidas estão em jogo. Logo, sua capacidade de promover a comunicação é fundamental. Por esta razão, no próximo tópico, aborda-se outro aspecto da tradução e interpretação em zonas de conflito: a competência linguística dos T/Is em atividade nesses cenários.

2.3 T/IS E A COMPETÊNCIA LINGUÍSTICA

De acordo com dados de 2008 do jornal *NYT* (MULCAHY, 2008), cerca de 20.000 T/Is foram contratados entre 2003 e 2008 para prover os serviços linguísticos aos grupos acima mencionados e este quantitativo foi insuficiente para atender a demanda (HAMMES, 2005). Sabe-se, ainda, que Afeganistão e Iraque são países que conhecidamente possuem população não alfabetizada; no caso do Afeganistão, por exemplo, em dados numéricos tem-se que 90% das mulheres e 63% dos homens não sabem ler nem escrever (GEZARI, 2013)⁵⁵. Conforme analisamos acima, apenas 9 (nove) artigos jornalísticos que compõem o corpus narraram a profissão do T/I antes de desenvolver atividades de tradução e interpretação durante o conflito. Referidos artigos mostram que as pessoas com o domínio de inglês eram

⁵⁴ Trecho original: “Jakob Gamper, alias Georges Vernier: Swiss. A petty criminal, Gamper was recruited in Dijon in 1944 as a translator/interpreter for SD. His contribution was not great and, as might be expected, he was unreliable, is said to have double-crossed his masters, stolen their Money, and finally deserted (catalogue entry KV2/555).”

⁵⁵ cf. item 1.5.3.

pertencentes à comunidade letrada dos países: professores e universitários, especialmente. Logo, deduzimos que a alta demanda e a pouca oferta de T/Is favoreceram a que se concretizasse o que Baigorri-Jalón e demais autores acima mencionados já haviam estudado: os T/Is a atuar em zonas de conflito pertencem à comunidade local e desenvolvem essas atividades precariamente. Isto é, sem o treinamento adequado, e pior, muitas vezes sem domínio suficiente da língua estrangeira para produzir a comunicação. Isto, provavelmente, compromete a qualidade das traduções e interpretações realizadas e possivelmente, as missões em si.

Essa precariedade linguística do T/I fica clara no artigo *How to Read Afghanistan*, o qual compõe o corpus. Na fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão, as forças militares americanas, por meio de seu intérprete afegão, perguntam a um ancião falante do idioma pashto, onde estão os “terroristas do Talibã”, conforme o artigo. De acordo com Vanessa Gezari, autora do referido artigo jornalístico, o ancião, assim como a maior parte da população daquele país, fala por meio de metáforas, pois estava amedrontado com a guerra e evitava pronunciar-se diretamente sobre o assunto. Eis o que diz o ancião ao T/I:

*‘Os Talibãs estão lá – não muito longe’, o velho disse em pashto. ‘Eu gostaria de contar [aos americanos] uma estória. Em nosso país, nós plantamos trigo e temos formigas. Não há forma de impedirmos as formigas de roubar o trigo. Existem formigas demais e é quase impossível pará-las. Eu contei esta estória para ajudar os americanos a entenderem a situação no Afeganistão.’⁵⁶ (GEZARI, Vanessa. “How to Read Afghanistan”. *The New York Times*. [Nova York, NY]. 10 de agosto de 2013.*

O intérprete, por sua vez, afirma apenas que o ancião está dando muitos exemplos e, ao final, não compreende a metáfora e simplesmente diz ao soldado americano que os talibãs estão do outro lado da montanha. Trata-se de um exemplo claro da falta de competência cultural do T/I que serve para levantar o questionamento acerca das consequências de uma má tradução ou interpretação em uma zona de conflito.

⁵⁶ Trecho original: “ ‘The Taliban are over there — not far away,’ the old man says in Pashto. ‘I would like to tell [the Americans] a story. In our country, we grow wheat and we have ants. There is no way we can stop the little ants from stealing the wheat. There are so many little ants it is almost impossible to stop them. I’ve told this story to help the Americans understand the situation in Afghanistan.’”

Mila Dragovic-Drouet (2007), estudando a prática da tradução e interpretação durante os conflitos na ex-Iugoslávia (1991-1999), conclui que os pré-requisitos da tradução profissional propostos por Danica Seleskovitch – conhecimento sobre as línguas fonte e alvo, conhecimento sobre o assunto e metodologia profissional – simplesmente caem por terra na prática dos T/Is por ela estudados na zona de conflito em tela. Isto porque o conhecimento do idioma estrangeiro era insuficiente, especialmente quando aplicado ao contexto militar e, pelo fato de os T/Is locais não serem profissionais da tradução/interpretação, desconhecem a metodologia desse trabalho. Dragovic-Drouet observa que os conhecimentos linguísticos dos T/Is eram inadequados e sua objetividade era questionável, consoante o fato de estarem pessoalmente relacionados às partes em conflito, pois estavam vendo sua própria população em situação de miséria e privações de toda sorte. Logo, a autora afirma que eles interferiam nas narrativas (tradução/interpretação) que faziam para a mídia. A autora argumenta que a presença constante da ONU e forças de manutenção da paz na região fizeram com que a demanda por T/Is aumentasse, culminando na contratação de não profissionais. De acordo com o relato de uma intérprete profissional treinada, instada por seus empregadores a recrutar dezenas de assistentes-intérpretes para a ONU:

A alta do desemprego provocada pela guerra civil e as altas taxas de remuneração oferecidas atraíam inúmeros candidatos. Mas a sua capacidade linguística era, muitas vezes, inadequada e a sua competência de traduzir, desenvolvida apressada e improvisadamente, aliada à insuficiente formação, foi adquirida somente depois que eles começaram a praticar. (DRAGOVIC-DROUET, 2007, p.34)⁵⁷

Dragovic-Drouet afirma que os intérpretes que trabalharam com os jornalistas eram especialmente designados pelo governo, justamente por sua fidelidade partidária. Quando o jornalista desconfiava da neutralidade do intérprete, ele solicitava que a entrevista fosse feita com uma pessoa que pudesse falar em seu idioma. De acordo com esta autora, entretanto, isso poderia colocar o entrevistado em situação de dificuldade, pois quando se fala em idioma próprio é mais fácil

⁵⁷ Texto original: “High unemployment brought about by the civil war, and the proffered high pay rates attracted numerous candidates. But their linguistic ability was often inadequate, and their translating competence, following hasty improvised and insufficient training, was mostly acquired only after they had begun practicing.”

expressar os sentimentos; em idioma estrangeiro, pode ser difícil encontrar as palavras apropriadas e o raciocínio do entrevistado passaria a ser moldado pela língua estrangeira e não por aquilo que, de fato, ele sentia e gostaria de externar.

Diferentemente do caso servo-croata, as guerras no Afeganistão e no Iraque não eram nacionalistas. Os governos nesses locais estavam sendo depostos pelas forças de ocupação. Nesse sentido, não havia possibilidade de que os governos locais indicassem T/Is de sua confiança para acompanhar a mídia e, assim, formatar uma realidade a ser transmitida pela imprensa mundo afora, como ocorreu no caso da ex-Iugoslávia. Entretanto, nada impede que os T/Is locais contratados tenham interferido nas traduções/interpretações que fizeram para ajudar a contar uma história que defendesse seu ponto de vista sobre o conflito, haja vista serem eles também parte interessada no desenrolar dos eventos. Todavia, como será melhor discutido no próximo capítulo, os dados do corpus não permitem comprovar cabalmente se estes T/Is afegãos e iraquianos chegaram a interferir nas narrativas sobre o conflito, em virtude de seu trabalho para jornalistas e militares, pois são estes dois segmentos que constituem os autores da maior parte das narrativas do corpus. A nossa hipótese é que tenham interferido pouco nas narrativas.

A questão do salário pago no caso croata e no caso de iraquianos e afegão também parece ser diferente, pois conforme citação acima, os salários pagos aos T/Is na ex-Iugoslávia eram altos, já os dos iraquianos e afegão, conforme as narrativas, não eram altos: cerca de U\$ 400 a U\$ 500 por mês (TAVERNISE, 2004). Os salários nem sempre estão presentes nas narrativas sobre os T/Is atuando em conflitos. Existem T/Is que foram forçados a desempenhar estas atividades e gratuitamente, como os que atuaram na conquista das Américas⁵⁸. Existem T/Is que desempenham suas funções gratuitamente, porque queriam ajudar seu país, como os primeiros croatas contratados pela Missão de Observação Europeia, no caso da ex-Iugoslávia, como veremos em seguida. Porém, o ponto de contato entre o percebido por Dragovic-Drouet no caso croata e por nós no caso de afegãos e iraquianos, é que os serviços linguísticos acabaram sendo prestados por pessoas sem o treinamento adequado e com pouco conhecimento do idioma estrangeiro.

Diversos são os momentos em que a intermediação linguística se faz necessária em ambientes de conflito (como veremos mais adiante com Baigorri-

⁵⁸ cf. item 2.1.

Jalón), não apenas quando das atividades militares em campo. Desde o primeiro momento de uma guerra convencional em âmbito internacional, quando se decide por iniciá-la, tem-se que informar aos contendores e à comunidade internacional da existência do conflito. Nesse sentido, Baker (2006) afirma que a declaração de guerra precisa ser traduzida para a outra nação envolvida para que ela compreenda que está em guerra; bem como o fim das hostilidades e a declaração de paz, são todos atos linguísticos. Também as operações militares precisam ser traduzidas e compreendidas no idioma estrangeiro caso os pelotões sejam formados por um contingente multiétnico. Todas essas são atividades de comunicação que dependem de T/Is treinados e capacitados.

Baigorri-Jalón (2011) cita as dificuldades de se dar ordens dentro das brigadas e batalhões durante a Guerra Civil Espanhola, devido à impossibilidade de comunicação em meio à Babel de idiomas. Dessa forma, os pelotões tiveram de ser organizados com base na proximidade linguística para facilitar a passagem de informações. O autor prossegue afirmando que, na Guerra da Coreia, credita-se o grande número de baixas no batalhão da Turquia devido a falhas de competência linguística. Trata-se de caso similar ao mencionado anteriormente, diante da dificuldade do intérprete afegão em traduzir para as tropas americanas a fala metafórica do ancião na fronteira entre Afeganistão e Paquistão. Mas a dificuldade jaz não apenas na compreensão do idioma, mas na compreensão cultural, haja vista que a metáfora está inserida no nível cultural da compreensão linguística. A precariedade do conhecimento dos idiomas e culturas envolvidos na operação de tradução e interpretação pode ser um fator complicador e mortal em zonas de conflito.

O entendimento com a população que vive no palco do conflito é outro aspecto que não pode ser negligenciado e ele também ocorre em idioma distinto do das tropas invasoras. As mensagens do inimigo, porventura interceptadas e que podem ser fundamentais no deslinde do conflito, precisam ser corretamente traduzidas. A depender do local físico do conflito em que o T/I vá atuar, bem como das atividades que irá desenvolver, certas habilidades são mais importantes que outras. Footitt e Kelly (2012) destacam que os T/Is trabalhando na mediação e coleta de informações de inteligência na II Guerra Mundial, por exemplo, tinham de possuir três características principais: lealdade, falar a língua do inimigo e ter o melhor

conhecimento possível da cultura do inimigo. Já os T/Is que trabalhavam com as escutas dos prisioneiros de guerra nas cadeias tinham de ter excelentes habilidades de audição e fala. Os T/Is que trabalhavam nas linhas de frente, deveriam possuir amplo vocabulário técnico e militar.

Temos por premissa que ter o conhecimento das línguas e culturas estrangeiras em contato durante um conflito e mais, saber atuar administrando o estresse da situação, são elementos fundamentais em ambientes de crise. No mesmo sentido, Baigorri-Jalón (2011) afirma que o aprendizado de idiomas pelos militares deveria ser considerado tão importante quanto o desenvolvimento de uma arma ou o treinamento para a luta corporal. Nossas pesquisas apontam que os militares vêm prestando cada vez mais atenção ao aspecto linguístico dos conflitos. Como exemplos, podemos citar os trabalhos de Snellman (2014), que estuda a atuação de intérpretes militares nas operações de gerenciamento de crises finlandesas, e Probirskaja (2016), estudando os intérpretes militares russos de 1941 a 2016. Outro exemplo são as forças armadas americanas, que vêm investindo na formação linguística de suas tropas com cursos em diversos idiomas, ministrados no *Defense Language Institute*, em Monterey, na Califórnia, conforme consta de um dos artigos do corpus (BARDENWERPER, 2008). Existe, ainda, o InZone (2017), um centro que é fruto de uma parceria entre a Faculdade de Tradução e Interpretação (FTI) e o Instituto de Assuntos Globais (GSI), ambos da Universidade de Genebra, que se volta para a Educação Superior em Emergências. O InZone desenvolve programas, cursos e ferramentas pedagógicas capazes de possibilitar às pessoas vivendo em campos de refugiados, principalmente, a oportunidade de continuar seus estudos em ambientes de altas privações e tornarem-se intérpretes em ambientes de conflito. Observamos, por meio dessas iniciativas, uma tentativa de melhora na preparação de T/Is que atuarão em zonas de conflito.

Especificamente em relação aos T/Is que servem militares em zonas de guerra, Baigorri-Jalón (2011) discute a existência de algumas peculiaridades atribuídas a tarefas da interpretação militar, como, por exemplo, a cadeia hierárquica de comando, que pode interferir no desempenho profissional apropriado do intérprete, gerando estresse adicional. Ademais, a confiança que os oficiais de alta patente têm nos especialistas em idiomas é tanta que isso leva a uma inversão da hierarquia e eles passam a se tratar como iguais, algo impensável em outras

circunstâncias, considerando que a guerra quebra as estruturas sociais. Esse foi o caso do intérprete de Eisenhower acima citado. Inicialmente encarregado de trabalhos manuais mais pesados dentro da cadeia de comando, rapidamente passou a circular entre oficiais e generais e ser tratado como um igual, conforme explicado por Baigorri-Jalón (2011). Observamos isso em vários artigos do corpus, em que as narrativas jornalísticas apontam que os militares da coalizão consideram seus T/Is como um igual, ou, para usar o mesmo termo por eles empregados, um irmão de armas (*brother in arms*). Acreditamos que a maioria dos T/Is contratados localmente não tivessem acesso às mesmas áreas ocupadas pelos militares. Entretanto, há narrativas como a intitulada *Iraqi Ex-Employees of U.S. Face Death Threats or Exile*, do *NYT*, em que o autor destaca que o T/I passava as manhãs nos campos de tiros com os militares americanos e as tardes jogando videogames com eles. Acreditamos que essas atividades aconteciam na base americana em que o T/I trabalhava e que ele, de fato, frequentava os mesmos espaços dos militares.

Outra situação interessante é que, em tempos de guerra, esses intérpretes tanto podem trabalhar em confortáveis centros de comando, realizando operações de inteligência e contrainteligência, quanto irem para o interrogatório de prisioneiros e mesmo para a linha de frente. Como exemplo encontrado em nosso corpus, podemos citar o caso de George Tyldesley, um ex-soldado do exército britânico, o qual testemunha que seu intérprete afegão o salvou da explosão de uma bomba durante um patrulhamento (TYLDESLEY, 2015).

Baigorri-Jalón (2011) afirma que muitos T/Is na linha de frente tinham que mudar seus nomes para mascarar sua verdadeira identidade. Neste sentido, encontramos em nosso corpus depoimentos de iraquianos contratados para servir às forças de ocupação, inclusive T/Is, informando que levavam vidas duplas ou triplas, escondendo de suas comunidades seus laços com os estrangeiros⁵⁹. Como nota Baigorri-Jalón, os intérpretes que participam de guerras respondem às leis da oferta e da demanda, raramente sendo intérpretes profissionais e realizam esse trabalho por acaso, por terem conhecimento dos idiomas envolvidos. Eles têm um conhecimento funcional do idioma, que adquiriram por alguma circunstância de vida, como uma matéria na universidade, por exemplo. São pessoas com outros

⁵⁹ cf. o artigo *In Life of Lies, Iraqis Conceal Work for U.S.* e o artigo *After the war: occupation; Iraqis keep working for allies, but danger makes them fearful*, ambos do *NYT* (Tabela 11).

empregos civis ou outros cargos militares que não o de intérprete e que aceitam interpretar por não poder se opor ao chamado ou porque veem nesse chamado uma chance de melhorar suas condições de vida e financeiras, exatamente como observamos nos depoimentos dos T/l's afegãos e iraquianos constantes de nosso corpus.

Palmer (2007), citado no item 2.1, é um jornalista que escreveu um artigo científico a respeito dos tradutores e intérpretes que auxiliaram os jornalistas da imprensa ocidental cobrindo a guerra no Iraque em 2003. O artigo foi escrito com base no depoimento de jornalistas, principalmente franceses e britânicos, que estiveram no Iraque desde 2003. Ele afirma que qualquer iraquiano trabalhando para instituições ocidentais era visto de forma diferente pelos autóctones, como em um conflito de lealdade. Ademais, corrobora o que foi dito por Baigorri-Jalón (2011) e demais autores citados, no que tange à afirmação de que os intérpretes servindo em zonas de conflito não são profissionais nesta atividade. Palmer afirma que os intérpretes eram sobretudo professores, doutores, guias de turismo não oficiais, dentre outros. Isso mostra que o recrutamento de intérpretes locais desde os eventos bélicos mais recentes abordados por Baigorri-Jalón (como as duas Grandes Guerras) não mudou. Continuam trabalhando como intérpretes em zonas de conflito aqueles que sabem o idioma, e não se profissionalizou muito a questão linguística em se tratando da guerra. O autor cita que as guerras no Golfo e no Iraque aumentaram exponencialmente a procura nos EUA por pessoas que falam o árabe. Ainda que o país disponha de intérpretes em seus quadros de assuntos internacionais, esses são inadequados para um esforço de guerra.

Embora já tenhamos mencionado alguns momentos durante a guerra nos quais a atuação do T/l é necessária (como na própria declaração de guerra, abordada por Baker), aprofundamos o assunto aqui com o trabalho de Baigorri-Jalón (2011). Segundo este autor, os momentos durante a guerra em que a atividade do intérprete é necessária são: 1) no processo de preparação da guerra; 2) no estado de guerra em si; 3) no fim das hostilidades (armistício e assinatura de tratados de paz); 4) durante a responsabilização e julgamentos nos tribunais. Neste sentido, no momento de preparação para a guerra, em que as atividades de sondagem sobre o inimigo são importantes, percebemos indícios, na guerra por nós estudada, de que não houve T/l's locais contratados previamente aos conflitos. As contratações

ocorreram já quando a guerra estava em seu auge e diante de uma necessidade premente de entender o idioma alienígena. Embora os exércitos estrangeiros tivessem soldados linguistas para servir nesse momento preliminar ao conflito, seu número era insuficiente para atender a demanda, conforme narrado por Will Bardenwerper (2008), militar autor do artigo *For Military, Slow Progress in Foreign Language Push*, constante de nosso corpus.

Baigorri-Jalón (2011) afirma que os intérpretes têm de ser leais não apenas na transmissão da mensagem, mas em termos de convicções filosóficas com a causa. Prossegue o autor afirmando que em 1944, os EUA possuíam um claro entendimento sobre a importância de as forças armadas aprenderem línguas estrangeiras, pois isso auxiliaria a vencer a guerra e a estabelecer a paz. Estavam cientes de que o idioma estrangeiro ajudaria a manter relações com os aliados, com a população civil e com os inimigos. Criaram, assim, entre 1943 e 1944, o Programa de Treinamento Especializado do Exército (*the US Army Specialized Training Program*), o qual tinha mais ou menos 500 cursos intensivos de idiomas em mais de 30 línguas, espalhados em 55 universidades nos EUA. Entretanto, segundo o referido artigo, o programa foi abandonado repentinamente por necessidades de combate. Também narra a criação da Escola de Idiomas do Exército Norte-Americano (*US Army Language School*), conhecida como a Escola de idiomas do Serviço de Inteligência Militar (*Military Intelligence Service Language*), sem, contudo, explicitar qual o fim dessa escola. Estuda, ainda, a formação de um centro de treinamento/ensino do idioma japonês para americanos entre 1941 e 1946, onde mais de 6000 homens foram capacitados. Durante a II Guerra Mundial, os EUA também criaram, por questões de segurança e desconfiança em relação aos imigrantes em seu país, campos de detenção, nos quais foram mantidos cidadãos americanos de etnia japonesa, alemã e italiana. Essas pessoas também serviram de intérpretes, na falta de profissionais devidamente qualificados para tal. Observamos, assim, que havia uma preocupação com o preparo linguístico das tropas para atuar em zonas de conflito, mas que ocorria de maneira incipiente e já no momento em que a demanda era alta.

Na atualidade, como citado anteriormente, o exército americano vem investindo de maneira mais consistente na formação linguística de seus soldados por meio do treinamento no *Defense Language Institute Foreign Language Center*

(DLIFLC, 2017), o qual oferece cursos de francês, espanhol, indonésio, árabe moderno, árabe egípcio, árabe iraquiano, árabe levantino, árabe sudanês, mandarim, japonês, coreano, pashto, hebraico, farsi, russo e urdu. Entretanto, a quantidade de egressos é insuficiente para atender a demanda em caso de guerra prolongada, como as estudadas nesta dissertação, levando à contratação de enorme quantidade de locais para atuarem como T/Is e expondo esses civis aos perigos do campo de batalha e às represálias de grupos contrários à ocupação, conforme as narrativas.

Baigorri-Jalón (2011) afirma que nas guerras modernas a população civil, de maneira voluntária ou não, tem-se envolvido com operações bélicas. Esta informação é comprovada por 13 artigos jornalísticos constantes do corpus, sendo 7 do *NYT* e 6 do *GU*, os quais apontam que nas guerras no Afeganistão e no Iraque, o número de civis mortos é praticamente o mesmo dos militares (BRODER; RISEN, 2007), muito provavelmente em virtude da característica não convencional desses conflitos. O mesmo autor cita o caso de estudantes checos e eslovacos que se ofereceram para interpretar para os soviéticos quando estes ocuparam seu país após o fim da II Guerra Mundial. Nesse sentido, também veremos mais adiante o estudo de Zrinka Stahuljak (2000), a respeito dos T/Is na Guerra da Croácia, quando vários cidadãos da etnia croata se voluntariaram para trabalhar como tradutores e intérpretes para uma missão de observação da Comunidade Europeia naquele país, similarmente ao caso dos cidadãos civis afegãos e iraquianos que se oferecem para exercer atividades de interpretação às forças de ocupação de seus países.

A situação do pós-guerra tem numerosas implicações, as quais envolvem o deslocamento de populações em massa, desmobilizações, reabilitação e reintegração de combatentes na vida civil, e todas essas situações ocorrem por meio da utilização do idioma e dos códigos culturais, os quais podem não ser adequadamente manejados por pessoas que não tiveram o treinamento profissional adequado, como parece ser o caso da quase totalidade dos tradutores e intérpretes atuando em zonas de conflito, como vimos até aqui.

Baigorri-Jalón conclui afirmando que não há regras que definam os papéis de tradutores e intérpretes em ambientes de guerra, sendo o engajamento definido pelos superiores na cadeia de comando a respeito de qual o idioma necessário e quando. Também conclui o autor que é difícil determinar ser esta uma profissão,

considerando que o intérprete se torna intérprete acidentalmente e como tal não se identifica (BAIGORRI-JALÓN, 2011, p. 200). Ademais, com o fim do esforço de guerra eles são desmobilizados, retornando a suas profissões anteriores. Isso ocorreu inclusive em Nuremberg, segundo Pagura (2010). Mesmo os intérpretes que tiveram algum treinamento para atuar utilizando os equipamentos da IBM de interpretação simultânea, com o término dos julgamentos, não permaneceram na profissão, pois não se consideravam intérpretes profissionais, conforme já discutido. O recrutamento de T/Is para trabalhar no Tribunal de Nuremberg também foi ponto de interesse de Baker e Tobia (2012). De acordo com estas pesquisadoras, o Sr. Suro, tradutor chefe do Departamento de Estado Americano, organizou o recrutamento em duas fases: a primeira verificava o conhecimento do idioma e a segunda, as habilidades específicas de audição e interpretação ao mesmo tempo, com a técnica da simultânea. O recrutamento envolvia situações em que simulavam os julgamentos e nas quais os T/Is, dentro das cabines, tinham de ter excelente domínio dos idiomas envolvidos, amplo arcabouço cultural, compostura e permanecer calmos em situações extremamente estressantes. De acordo com os depoimentos dos recrutas, os melhores T/Is tinham entre 35 e 45 anos; haviam sido educados em seu próprio país e posteriormente tinham tido experiência profissional em outro país. O treinamento podia durar de apenas poucos dias até 2 meses, a depender da habilidade da pessoa e da demanda.

Entretanto, a qualidade dos T/Is de Nuremberg não se repetiu em outros cenários da II Guerra, segundo Baker e Tobia (2012). Na zona de ocupação britânica havia, pelo menos, 19.500 criminosos de guerra aguardando julgamento. Como não havia gente altamente qualificada, aliás, poucos eram os que falavam alemão, acabaram sendo contratados alemães, austríacos, checos e judeus para prestarem os serviços de interpretação, pessoas cujas origens depunham contra a neutralidade de seus trabalhos.

Para tentar resolver a falta de T/Is qualificados na zona britânica de ocupação, um T/I chefe, o Capitão Peter Forest, criou um sistema de treinar os T/Is enquanto realizavam as interpretações mediante sua supervisão. Ele ia até os julgamentos e encorajava os T/Is a trabalharem na difícil atmosfera do Tribunal. Aqueles que Forest percebia que se destacavam, passavam a acompanhar os demais, de forma que ele criou uma hierarquia de T/Is. Em sua opinião, só deveriam

ser contratados T/l's alemães em último caso. Baker e Tobia (2012) chamam a atenção para o fato de que a imparcialidade só era exigida dos T/l's de origem alemã, não sendo questionada no caso de T/l's britânicos ou judeus. Isto mostra que a origem étnica dos T/l's contratados localmente é um ponto relevante para o empregador, indicando que nem a sua escolha nem o fruto de seu trabalho atendem a critérios de objetividade.

O treinamento para ser T/l na Alemanha ocupada não era para todos e compreendia a habilidade de se mover rapidamente por meio de motocicleta, e a habilidade crucial de fazer interpretação consecutiva. O papel do T/l ia muito além da interpretação, como fazer a contagem dos prisioneiros, inspecionar as refeições da companhia de guardas britânicos, ouvir reclamações, dentre outras.

No caso da ex-Iugoslávia, Kelly (2012) esclarece que o treinamento em idiomas foi diferente, sendo que houve cursos de idiomas, com aulas ministradas durante semanas por profissionais habilitados. Nos dois conflitos, entretanto, a grande maioria dos militares não era especialista em idiomas. Ademais, diferentemente do que ocorreu no caso dos T/l's fornecendo mediação linguística aos britânicos em sua zona de ocupação da Alemanha ao final de II Guerra, em que sua origem étnica era muito relevante, no caso da ex-Iugoslávia, a etnia do T/l não era relevante. No caso da II Guerra, os britânicos temiam pela falta de neutralidade do T/l caso ele fosse alemão. No caso da ex-Iugoslávia, a origem do T/l local contratado não inspirava preocupação dessa sorte nos britânicos. Novamente aqui, são retomados os aspectos acerca da falta de pessoal qualificado para ser T/l durante os conflitos, que o treinamento, quando há, é feito às pressas e a onipresente desconfiança em relação à neutralidade dos T/l's, algo que parece se relacionar à origem cultural da pessoa e não necessariamente à tarefa de traduzir ou interpretar puramente.

Recapitulando, observamos, então, que egípcios (século XV a.C.) e otomanos (séculos XVIII-XIX) possuíam uma escola de ensino de idiomas para os funcionários do governo (os escribas e *dragomen*, respectivamente) e que têm em sua narrativa a demonstração de respeito e admiração pelos intérpretes; em Granada (século XV) a profissão de intérprete municipal existia e era remunerada, também sendo remunerada no Império Otomano, em Roma (século IV), em alguns casos na conquista das Américas (séculos XV-XVI), e por holandeses e britânicos, nas

Guerras Sino-Holandesa (1661-1662) e do Ópio (1839-1842) respectivamente. À exceção de Egito Antigo, do Império Otomano e recentemente, a partir do século XX, de alguns exércitos como o americano, o finlandês, o britânico e o russo que começaram a investir no treinamento linguístico de suas tropas, a tradução e a interpretação parecem tratar-se de atividade exercidas mediante livre demanda em zonas de conflito, sem qualquer preparo para o seu exercício ou reconhecimento às pessoas que as fornecem. Isto é, tanto Delisle e Woodsworth (2012) a respeito dos T/Is nas guerras expansionistas de gregos e romanos, quanto Araguás e Jalón (2004) a respeito dos T/Is atuantes na conquista das Américas, quanto Wong (2007) sobre os T/Is na Guerra do Ópio, quanto Pagura (2010), acerca dos T/Is na I Guerra Mundial e Baigorri-Jalón (2011), sobre os T/Is nas duas Guerras Mundiais e Guerra Civil Espanhola (para citar alguns autores que constam de nossa digressão histórica) têm por hipótese a precariedade da formação dos T/Is atuantes nessas zonas de conflito. Os trabalhos dos estudiosos acima parecem apontar na mesma direção: de que a atividade era aceita por falta de opção de outro trabalho ou por imposição, que os T/Is eram pessoas jovens, como Malinche, Fellipilo, e os demais intérpretes citados nominalmente por Pagura e Baigorri-Jalón e em sua maioria eram homens; também observamos a dificuldade desses autores, especialmente citada por Merino, para encontrar informações pessoais capazes de fornecer um perfil desses personagens. Todos esses são dados que fortalecem nossas hipóteses acerca dos T/Is atuando no Afeganistão e no Iraque. Passemos, agora, a verificar a situação pessoal do T/I ao realizar esse trabalho em ambientes hostis.

2.4 T/IS E A MEDIAÇÃO LINGUÍSTICA EM ZONAS DE CONFLITO

Os principais motivadores da hostilidade de que são vítimas os T/I em zona de combate é que, como já vimos, as forças de ocupação ou de socorro internacionais não levam em número suficiente para a região palco de contendas os profissionais linguistas que irão auxiliá-los. Também como já mencionado, a preocupação com o fator comunicação/idiomas nas guerras, ou seja, na existência de profissionais previamente treinados para exercer essas atividades, é algo que apenas vem gerando interesse dos contendores em tempos relativamente recentes, a partir da segunda metade do século XX. Assim, quem as realiza em larga escala

em conflitos prolongados é a própria comunidade habitante do palco do conflito. De acordo com Baker (2012), a realidade é que é impossível prever em quais idiomas os militares e agentes humanitários devem ser treinados, pois não se sabe em que local do mundo será necessária a próxima intervenção e nem o escopo desse conflito. Há conflitos pequenos e que duram pouco tempo, para os quais não é necessário o treinamento de amplo contingente. Há conflitos longos, como o da ex-Iugoslávia (que veremos nos próximos parágrafos), que demandam muitos tradutores/intérpretes. Neste conflito, inclusive, além de as tropas externas conhecerem muito pouco sobre o país, sua cultura e idioma, havia três etnias (bósnios, sérvios e croatas). Entretanto, por questões de reafirmar a nacionalidade, cada lado tentava modificar o idioma para deixá-lo como se pertencesse a cada uma das etnias. Os T/Is tinham de aprender um idioma complicado para eles e em três variações. A atitude das forças estrangeiras em produzir documentos/traduições nas três línguas, segundo a autora, reforçava essa separação de etnias, favorecendo os desejos políticos das elites de manter as nações separadas e usar o idioma como uma ferramenta de discriminação. Nas palavras de Nick Stansfield, intérprete militar e instrutor, sobre o treinamento linguístico no caso da ex-Iugoslávia: “Houve pouquíssimo planejamento sobre como organizar apoio linguístico para uma operação desse tipo antes de ela realmente ocorrer.” (KELLY; M, 2012, p. 91)⁶⁰. Segundo Kelly, (2012), em 1992, o servo-croata não era ensinado na *Defence School of Languages* (DSL). E cursos rápidos tiveram de ser criados para os militares. O parco treinamento dos militares britânicos, combinado com o pouco tempo em que serviam, impediam que tivessem um conhecimento apropriado do idioma. Isso contrastava com o pessoal contratado localmente, que tinha amplos conhecimentos do idioma inglês. Face à imprevisibilidade de qual o idioma necessário, quando e qual o contingente de T/Is será demandado, a resposta inicial dos militares é encontrar primeiramente aqueles que já sabem o idioma necessário seja por histórico familiar, educação, treinamento ou experiência profissional. Em seguida, é encontrar formas de treinar as pessoas nas línguas necessárias, mas isso não é suficiente, já que os T/Is precisam saber bem mais que os idiomas. Precisam saber traduzir, interpretar, interrogar, resolver questões administrativas,

⁶⁰ Trecho original: “There was very little thought or planning done to how to organize linguistic support for an operation of that kind before it actually took place.”

etc. Diante desse quadro, vários são os T/l's contratados localmente, os quais devem mediar conversações entre tropas que ocuparam o seu país (e muitas vezes massacram seus nacionais) e os habitantes locais. Dessa forma, acabam sendo vistos com desconfiança por quem os contrata, pois são parte interessada no conflito, e como traidores pelos conterrâneos, por serem os instrumentos que possibilitam o acesso do estrangeiro à comunidade local. Também podem ser testemunhas de situações que os marquem para o resto de suas vidas, especialmente quando desempenham atividades de inteligência, interceptações de mensagens ou interrogatórios, em que tenham acesso direto ao idioma no qual as palavras são pronunciadas ou escritas, ou tenham de ficar cara a cara com um detento. Tobia (2012) cita o caso de Vera Atkins, uma romena, que passou parte de sua vida na França estudando línguas modernas, antes de se mudar para a Inglaterra. Ela passou a trabalhar para a WCIU (*War Crimes Investigation Unit*, Unidade de Investigação de Crimes de Guerra) na zona de ocupação britânica na Alemanha no fim da II Guerra. Vera foi chamada para participar do interrogatório de Rudolf Höss, oficial alemão nazista, que comandou Auschwitz por quase dois anos. Apesar dos anos de experiência como intérprete em operações de inteligência, Vera descreve como foi esta experiência, da seguinte forma:

*Ele estava disfarçado como um camponês local, com um grande bigode de disfarce. O interrogatório começou assim: 'Então você é Blinky Blonk – o nome fictício', e ele disse 'Sim!' 'e você esteve no campo, trabalhando na fazenda?' 'Sim' 'e você teve a falta de senso de roubar uma bicicleta de um dos fazendeiros'. Fingíamos acusá-lo por isso, e ele alegou que aquilo estava absolutamente errado. 'Bem, possivelmente seja verdade. Mas sabemos que você não é X X, porque sabemos que você é Rudolph Höss, ex-comandante de Auschwitz'. Höss foi levado para fora até o pátio, e o sargento tirou o seu bigode. Ele não mais negou quem ele era. A acusação era que 1 milhão e 500 mil pessoas foram mortas sob sua supervisão, mas ele alegou que esses eram os números segundo a acusação, mas que o correto era 2 milhões, acerca de 2 milhões e 300 mil. **Ficamos todos em silêncio por um momento** (grifo nosso). (TOBIA, 2012, p. 61-62)⁶¹*

⁶¹ Trecho original: "He was disguised as a local countryman, with big moustache disguise. The interrogation started as; 'So you are Blinky Blonk – the assumed name', and he said 'Yes! 'and you've been on the farm, working on the farm?' 'Yes' 'and you had the lack of feeling to steal a bike from one of the farmers'. That was what we pretended to accuse him of, and he claimed that that was absolutely wrong. 'Well possibly, possibly, possibly that's true. But we know you are not X X, because we know that you are Rudolph Höss, former commandant of Auschwitz'. Höss was taken outside to the courtyard, and the sergeant removed his moustache. He no longer denied who we was. 1 million 500 thousand people were killed under his surveillance was the accusation, but he claimed that that was their own figure, but the correct one was over 2 million, about 2 million and 300 thousand. We were all stuck silent for a moment."

Vera também destaca a perturbação quando interpretou, cara a cara, o depoimento de Bruno Tesch, criador e produtor do gás Zyklon B, usado nos campos de concentração, quando ele estava na prisão de Landsberg:

Esta foi uma experiência da qual me arrependo; quando fui à sua cela senti como se eu fosse desmaiar ao chegar à porta desse indivíduo. Ele discutiu os detalhes técnicos do Zyklon B e a disposição dos corpos. Ele tinha uma vasta quantidade de cinzas humanas e decidiu fazer experimentos com essas cinzas para tentar cultivar tabaco. (TOBIA, 2012, p. 62)⁶²

A respeito desse drama experimentado pelos T/Is em zonas de conflito, Baker (2014) apresenta algumas ideias interessantes. A pesquisadora, estudando a ocupação militar do Iraque por forças ocidentais, atribui a tensão experimentada por tradutores e intérpretes em zonas de conflito à violência da qual são testemunhas nesses locais, mas também à forma como são narrados por outros participantes da zona de conflito, inclusive por si próprios, a partir de seu senso de identidade e pertencimento à comunidade em guerra e à equipe estrangeira para a qual prestam serviços linguísticos. A teoria narrativa da qual se serve Baker é interessante para entendermos a questão do estresse pessoal dos intérpretes, mas também para a construção da imagem do T/I como uma vítima, como veremos mais adiante⁶³, quando do estudo da teoria da narrativa e da interpretação dos dados colhidos com base na análise do material jornalístico publicado pelos jornais *The New York Times* e *The Guardian*.

Ainda a respeito da tensão psicológica vivenciada pelo T/I atuando em zona de conflito, o trabalho que melhor aborda esta questão é o de Stahuljak (2000). Esta autora analisa a atuação de tradutores e intérpretes croatas na Guerra da Croácia, ocorrida entre 1991-1995, nas fronteiras da Croácia com a Sérvia, durante a separação da ex-Iugoslávia, da qual já falamos no item anterior. A autora afirma que seus argumentos são baseados em entrevistas realizadas pelo psicólogo social Ivan Magdaleneć com os tradutores que serviram na guerra. Os resultados dessa pesquisa nos interessam pois são provenientes do relato dos próprios intérpretes narrando os motivos pelos quais aceitaram atuar como T/Is em uma zona de guerra,

⁶² Trecho original: "This was a regretful experience; when I went to his cell I felt like I was fainting to reach the door of this chap. He discussed the technical details of Zyklon B, and the disposal of the bodies. He had this vast amount of human ashes and decided to experiment with these ashes to try and grow tobacco."

⁶³ cf. capítulo 3.

o que esperavam obter a partir de seu trabalho e, o mais importante, como se sentiam realizando essa atividade para forças estrangeiras que estavam em seu país⁶⁴. Trata-se de situação parecida com a vivenciada pelos T/Is atuando no Afeganistão e Iraque, e o trabalho de Stahuljak lança luz sobre estes aspectos das percepções pessoais dos T/Is em zonas de conflito, os quais são pouco apresentados nas narrativas jornalísticas foco deste estudo.

De acordo com Stahuljak (2000), o pano de fundo para a guerra foi a declaração de independência da Croácia em relação à República Federal Socialista da Iugoslávia, após um referendo em que foi obtida a aprovação de 94% da população croata pela separação. Em julho de 1991, o exército iugoslavo, comandado pela Sérvia, iniciou uma campanha no território da ex-República da Croácia, afirmando que a minoria sérvia que vivia em território croata estaria ameaçada e precisaria de proteção. Assim, desde o início até o fim do conflito, em janeiro de 1992 - quando a independência da Croácia foi reconhecida internacionalmente - a guerra ocorreu em solo croata, e seu estado perdeu 1/3 de território, o qual foi ocupado por povos vindos da Sérvia e da Bósnia-Herzegovina, segundo a autora. Nessa região, a população croata foi totalmente exterminada. Stahuljak assevera que, até que a Croácia fosse reconhecida como uma nação independente no cenário internacional, a Comunidade Europeia não interferiu, por não se caracterizar aquele conflito como ocorrendo entre nações soberanas.

Entretanto, era o primeiro grande conflito armado em solo europeu desde a II Guerra Mundial, e as potências ocidentais aliadas decidiram observar de perto a situação, por meio da criação da Missão de Monitoramento da Comunidade Europeia (ECMM, na sigla original). Segundo Stahuljak (2000), essa missão era neutra e tinha por objetivo informar uma grande comunidade político-militar internacional sobre o que ocorria naquela região do mundo, negociar um cessar-fogo e monitorar o respeito aos direitos das minorias. As informações transmitidas eram colhidas nas linhas de frente da guerra, entre seus participantes, militares e civis. A ECMM, por meio do Serviço de Ligação Croata (*Croatian Liaison Office*), convidou croatas que sabiam falar inglês para atuar como intérpretes. A autora afirma, na verdade, que a ECMM deixou a cargo desse serviço croata a seleção dos intérpretes

⁶⁴ Ainda neste capítulo, analisaremos com mais detalhes e citações a questão de como se sentiam os T/Is na Guerra da Croácia.

e todos os selecionados eram da etnia croata. Logo, em sua opinião, a própria noção de neutralidade da missão europeia poderia ser arguida, consoante o fato de que todos os seus intérpretes eram de uma das etnias envolvidas no embate.

Já Baker (2012), afirma que para trabalhar como T/I neste conflito das nações que compunham a ex-Iugoslávia, foram contratados diversos civis que, em sua maioria, eram estudantes de línguas estrangeiras ou disciplinas profissionalizantes que exigiam o conhecimento de línguas estrangeiras, como engenharia. Vários engenheiros e filhos de engenheiros foram contratados (relembrando: no teatro China-Bruma-Índia, Luo (2016) pontua que os T/Is locais eram principalmente estudantes de engenharia). Diversos adolescentes também foram contratados como T/Is. A maioria desempenhava tarefas de intérpretes de campo, acompanhando as tropas em patrulhas e reuniões e não trabalhavam em contextos mais formais, como conferências. De acordo com Baker (2012), a vasta maioria das pessoas que interpretaram para as forças estrangeiras na Bósnia-Herzegovina foram civis contratados localmente, selecionados por causa de seu inglês oral, convicção e autoconfiança. Abaixo, o depoimento de Sinan Halilovic, contratado aos 18 anos para ser intérprete de militares estrangeiros e organizações policiais, comentando sobre os outros intérpretes que conheceu trabalhando para os britânicos. Neste depoimento, deparamo-nos com mais um indício da dificuldade de se encontrar T/Is qualificados em zonas de conflito e que estes personagens só desempenham estas atividades por necessidade da guerra, abandonando-a com o término das hostilidades, conforme vimos no item 2.3:

Alguns deles estavam estudando inglês...Os outros, não...Não me lembro agora. Sei de dois. Esses dois que estavam trabalhando no nível do comandante eram estudantes de inglês, isso eu sei com certeza. Os outros não estavam. Os outros eram garotos como eu. Como garotos comuns, jovens capazes de captar um pouco de inglês. Que eram capazes de aprender inglês no ensino médio e melhorar ao nível de conseguir um trabalho. Eles não eram treinados, de verdade. Eu não era treinado. Eu era – eu tinha que fazer por minha conta. Eu não tinha ninguém que me sentasse e dissesse, “Escuta, é assim que você faz as coisas”. Eu não sou treinado para ser um intérprete, sou apenas, sabe...essa provavelmente não seria minha carreira se não houvesse a guerra. Provavelmente não. Definitivamente não. (BAKER, 2012, p. 188)⁶⁵

⁶⁵ Trecho original: “Some of them were studying English. The others didn’t...I can’t remember now. I know for two. These two who were working at the CO [commanding officer] level, they were English students, I know that for sure. The others were not. The others were kids like me. Like common kids, youngsters who were able to pick up some English. Who were able to learn English in high school and pick it up to the level sufficient to get a job. They were not trained, really. I wasn’t trained. I was – I had

De acordo com Stahuljak (2000), o trabalho dos T/Is, no caso da Croácia, funcionava da seguinte forma: a entrevista era realizada por um monitor da missão ECMM, a testemunha era um croata ou um sérvio, e o tradutor que mediava era um croata étnico. Os depoimentos de T/Is presentes no trabalho de Stahuljak não contêm os nomes dos entrevistados por questão de confidencialidade. A autora uniformiza, então, referidos depoimentos na voz feminina por duas razões: porque parte de sua própria experiência pessoal e também porque mais da metade de seus colegas eram mulheres. Baker e Tobia (2012) afirmam que trabalhar como T/I neste conflito significava não precisar aceitar ajuda humanitária para sobreviver nos territórios da ex-Iugoslávia e que os pagamentos eram altos, de modo que existiam vários candidatos para o cargo. E confirmam o que diz Stahuljak: a proporção era de 60/40 (mulheres/homens) trabalhando como T/Is. Esta é uma realidade diferente da que encontramos nas guerras no Afeganistão e Iraque, em virtude da religião muçulmana e da baixa alfabetização feminina nessas localidades. A seguir, trecho que explica um pouco da experiência desses T/Is na Guerra da Croácia:

Traduzir é estar em guerra, estar em uma “missão”, por isso o uso da terminologia militar. Ela participa em uma guerra de informação; ela é, como ela mesma diz, parte de um “exército civil”. Ela sente que está ajudando na guerra precisamente por estar participando como um “soldado” na guerra da transmissão histórica das narrativas conflitantes de croatas e sérvios. Não é de se surpreender, então, que muitos tradutores voluntários se considerem “veteranos”. Eles sentem o vínculo de ser “irmãos de armas”. Além disso, ela se voluntaria pelo desejo de ser testemunha: “Eu quero ver por mim mesma o que realmente está acontecendo nas linhas de frente”. (STAHULJAK, 2000, p. 37)⁶⁶

As narrativas sobre os tradutores e intérpretes do Afeganistão e do Iraque publicadas pelo *NYT* e pelo *GU* não trazem elementos capazes de demonstrar tamanho patriotismo por parte desses personagens, até porque não se trata de uma

to do it myself. I had no-one who would sit me down and say, ‘listen, this is how you do things.’ I’m not trained to be an interpreter, I’m just, you know...this probably wouldn’t be my career if there was no war. Probably not. Definitely not.”

⁶⁶ Trecho original: “To translate is to be at war, to be on a “mission”, hence the use of military terminology. She participates in a war of information; she is, as translators say, a part of a “civilian army”. She feels that she is helping in the war precisely because she is participating as a “soldier” in the war of historical transmissions of the Croats’ and the Serbs’ conflicting accounts. It is not surprising then that many volunteer-translators call themselves “veterans”. They feel the bond of being “brothers in arms”. In addition, she volunteers out of the desire to witness: I want to see for myself what is really happening on the front lines”.

guerra de expansão territorial, como a descrita por Stahuljak. Os jornais acima referidos, em alguns artigos constantes do corpus, narram que, entre os motivos apresentados pelos T/Is para fornecer serviços linguísticos aos estrangeiros está o desejo de democratização de seus países e de reconstrução de seus Estados. Como exemplo, podemos citar o artigo *Home Fires: Interview With an Iraqi Translator*, do *GU*.

O desejo dos T/Is croatas de serem testemunhas no que ocorre nas linhas de frente da guerra tampouco é apresentado nas narrativas jornalísticas para os T/Is afegãos e iraquianos. Entretanto, o termo “irmãos de armas” aparece algumas vezes, mas em sentido diferente do visto acima. Pela perspectiva croata, o termo “irmãos de armas” seria o vínculo dos intérpretes civis com os militares croatas que defendem seu território comum. Nas narrativas sobre Afeganistão e Iraque, a expressão “irmãos de armas” é utilizada pelos militares americanos simbolizando uma aliança entre eles e seus T/Is contratados localmente. Isto explicaria, por conseguinte, a posição de certos militares em querer defender aqueles que consideraram irmãos, adotando uma postura percebida moralmente como apropriada à narrativa do herói americano, personificado, neste caso, pelos militares. Também justificaria o seu trabalho árduo para obter vistos de imigrantes aos T/Is afegãos e iraquianos, ou seja, aqueles que foram deixados para trás. Isto porque estes T/Is estariam correndo perigo de retaliação em seus respectivos países e não seria honrado que os militares abandonassem à própria sorte os seus “irmãos de armas”⁶⁷.

Outro aspecto relevante para nossa pesquisa apontado por Stahuljak (2000) diz respeito a um poder que a tradutora croata pensou que teria sobre seu empregador: o poder de, ao traduzir ou interpretar, permear a narrativa sobre a Guerra na Croácia e influenciar o ponto de vista de seu contratante, no sentido de convencê-lo de que a Croácia estava sendo vítima das ações da Sérvia. O texto não revela se isto se verificou. No tocante a este comportamento invasivo do T/I nas narrativas, Delisle e Woodsworth (2012) afirmam que os tradutores são forçados, em razão do trabalho que desenvolvem, a permanecer confiáveis, de modo a não desviar as narrativas para o seu ponto de vista e de manter segredos oficiais para

⁶⁷ Como exemplo, podemos citar o artigo *The US promised a visa to my Afghan interpreter. Now it's been revoked*, de Zeller (2013).

continuar empregados ao longo da missão. Assim, ao T/I é concedido um poder de mediação da comunicação que não lhe pertence, mas aos interlocutores, e ele só se mantém nesta função caso permaneça uma figura de confiança; “na análise final, os tradutores são excluídos dos relacionamentos poderosos que realmente importam”⁶⁸ (DELISLE; WOODSWORTH, 2012, p. 127). Por este ponto de vista, poderíamos supor que a intérprete croata foi, na verdade, ingênua ao imaginar que realmente poderia manipular o ponto de vista de seu contratante, pois as decisões finais acerca dessa guerra seriam tomadas nos altos escalões dos governos, independentemente de seu trabalho.

Assim, o que se depreende do exemplo acima é que o T/I é excluído das grandes decisões políticas, sendo concebido como um objeto. A intérprete, no caso acima, tinha uma visão inocente a respeito do seu trabalho e do seu poder de atuação e de intervenção, pois o contratante a utiliza como um mero instrumento para chegar ao seu fim. Tudo indica que a confiança que se tem no T/I depende de sua nacionalidade e de quem o contrata. Ademais, dentro de um mesmo conflito, há quem o perceba de maneira totalmente antagônica: há militares americanos e britânicos que elogiam bastante seus T/Is afegãos e iraquianos, como vimos nos artigos do corpus, assim como há militares e jornalistas que os veem com desconfiança.

Retomando a citação anterior no que diz respeito aos testemunhos, para Stahuljak, os tradutores não podem ser testemunhas, eles não podem se intrometer no testemunho alheio enquanto traduzem. Eles são o canal condutor por onde a entrevista se dá. Assim, para esta autora, o desejo inicial do voluntário de participar para ajudar seu país, para mostrar que a Croácia estava sendo vítima da minoria sérvia na Croácia e da própria Sérvia, não era possível pelo dever profissional de não interferir no testemunho alheio. Infiltrar-se na estrutura de depoimento para também depor conflita com o papel profissional do tradutor. Ademais, os T/Is croatas começam a perceber que se mantivessem o autoapagamento que o profissionalismo exige, o motivo pelo qual se voluntariaram seria neutralizado, pois não poderiam agir politicamente como inicialmente imaginaram. Como exemplo, citamos o trecho abaixo:

⁶⁸ Trecho original: “In the final analysis, translators are excluded from the power relationships that really matter.”

Por ser uma “profissional”, a tradutora deve se autoapagar, pelo menos enquanto traduz. Este autoapagamento é uma violência que a estrutura da tradução faz com a tradutora. O que é apagado é o testemunho da tradutora. Em outras palavras, à tradutora que concorda em traduzir para testemunhar é negada exatamente a possibilidade de testemunho. As duas condições que fazem a tradução na guerra e da guerra possível, o desejo de ser testemunha e a neutralidade (linguística) estrutural, entram em conflito entre si. As posições da testemunha e da tradutora são mutuamente excludentes. (STAHULJAK, 2000, p. 38).⁶⁹

Esta é uma faceta do desempenho de atividades de tradução e interpretação em zonas de conflito que consideramos ser da mais alta relevância. Infelizmente, as narrativas do corpus não abordam este aspecto do possível drama psicológico enfrentado pelos T/Is afegãos e iraquianos e acreditamos ser um ponto de pesquisa importante em futuros trabalhos sobre o tema. Temos como pressuposto que este aspecto não é abordado pelas narrativas por não ser o foco em relação à opinião pública. Afinal, abordar o drama psicológico dos T/Is relacionado à tradução ou interpretação em si, isto é, focar o possível sentimento de culpa do T/I por trair seu país, seria ruim em termos de convencimento do leitorado estadunidense e britânico para que continuasse apoiando as guerras e os aliados linguistas desses exércitos estrangeiros. Lançar luz sobre a discussão de que o T/I que ajuda as tropas de ocupação pode se sentir psicologicamente mal por usar seu idioma contra sua nação e facilitar a invasão não ajudaria no convencimento da opinião pública internacional acerca da legitimidade dos conflitos, bem como contrariaria a narrativa dominante que constrói um T/I vitimizado pela violência da guerra. Aliás, esse é o drama psicológico que as narrativas jornalísticas em comento apresentam largamente: o temor que os T/Is afegãos e iraquianos têm de serem mortos em decorrência de sua associação com os estrangeiros. Tanto que cerca de 69% das narrativas⁷⁰ concentram-se na questão da concessão de vistos a estes T/Is, para retirá-los dos países onde correm risco de morte; cerca de 56% dos artigos narram o

⁶⁹ Trecho original: “Because she is a ‘professional’, the translator must erase herself, at least while translating. This self-erasure is a violence that the structure of translation does to the translator. What is erased is the translator’s testimony. In other words, the translator who agrees to translate in order to testify is denied the very possibility of testimony. The two conditions that make translation in and of a war possible, the desire to bear witness and structural (linguistic) neutrality, come into conflict with each other. The positions of the witness and of the translator are mutually exclusive.”

⁷⁰ cf. Tabelas 9 a 9.3.

assassinato de T/Is; e 64% dos T/Is entrevistados pelo *NYT*⁷¹ e 50% dos T/Is entrevistados pelo *GU*⁷² sentiam que suas vidas corriam perigo e narravam-se em uma situação desesperadora.

O drama psicológico dos T/Is afegãos e iraquianos não se relaciona à questão do espaço por eles ocupado nas narrativas sobre a guerra em seus países, como era o caso dos T/Is da Croácia. Stahuljak (2000) deixa claro que os T/Is croatas queriam um lugar na narrativa, queriam ajudar seu país diante da missão de observação europeia. Entretanto, em face de estarem realizando profissionalmente as atividades de tradução e interpretação, não poderiam se infiltrar nos depoimentos que interpretavam. Então, eram apagados das narrativas. No caso dos T/Is afegãos e iraquianos, o drama, segundo o *NYT* e o *GU*, é outro: preocupam-se com suas vidas. Têm medo de serem mortos por serem identificados como traidores de seus nacionais. Por esta razão sentem-se desesperados.

Stahuljak (2000) relata que a população local começa a identificar os T/Is com os membros da missão de observação europeia, de modo que sua neutralidade passa a ser percebida como filiação às forças internacionais e descaso com a Croácia. Os garçons deixam de servi-los nas mesas. As crianças passam a gritar com eles nas ruas e a atirar-lhes pedras⁷³. Neste aspecto, encontramos similaridade entre as narrativas apresentadas pelo *NYT* e *GU* sobre os T/Is afegãos e iraquianos. Porém, a associação destes últimos às forças estrangeiras tem como consequência ameaças fortes e, conforme narrado em 56,33% dos artigos do corpus⁷⁴, culminam no assassinato dos T/Is afegãos e iraquianos por adversários políticos.

A segurança física dos T/Is pode ser outro ponto de estresse para aqueles que desempenham atividades de tradução e interpretação em zonas de conflito. Footitt (2012) mostra o depoimento de Jovana Zoric, estudante de Belgrado, que trabalhou para as forças britânicas no fim dos anos 1990 no conflito da Bósnia-Herzegovina, acerca da forma como os militares britânicos dirigiam seus veículos:

⁷¹ cf. Tabela 11.

⁷² cf. Tabela 11.1.

⁷³ Sometimes [Croats] yell at me for what angers them in monitors. [T]he animosity towards monitor is transferred onto the translator. It affects me that [Croats] identify us with the monitors, so that sometimes waiters refuse to serve us, children yell or throw stones at us. (STAHULJAK, 2000, p.38).

⁷⁴ cf. Tabelas 10 e 10.1.

Para mim era mais sobre ...vou sobreviver a este patrulhamento, porque este motorista idiota de 17 anos, que aprendeu a dirigir ontem e está dirigindo como louco, e ele não tem nem ideia, e vamos todos morrer, agora. Porque vamos virar de cabeça para baixo, e é isso. Para mim era isso. Uma constante, 'OK, o que vão fazer em seguida? (FOOTITT, 2012, p. 148)⁷⁵

Ademais, o tratamento do T/I apenas como um objeto que possibilita a comunicação e o cumprimento das tarefas militares é outro aspecto que o perturba e que demonstra o quão frágil é o seu status nas zonas de conflito. Jovana Zoric, em outro depoimento no livro editado por Footitt e Kelly (2012) assim se manifesta:

Aquelas eram as nossas instruções favoritas aos soldados quando eles se dirigiam para o patrulhamento. Não esqueça o seu kit. Sei lá, capacetes, coletes a prova de balas. Não esqueça seu receptor de sinal de satélite, a caixa alaranjada do telefone via satélite. Não esqueça seu intérprete. E nós ficávamos assim, como se fôssemos uma ferramenta, desculpa, como é que é? (risos) Eu sou humana, sabe, esse tipo de coisa. BAKER; TOBIA, 2012, p. 208)⁷⁶

Este depoimento mostra claramente que os T/Is são objetos, e, ao que tudo indica, são utilizados na estratégia militar e política a que servem. Stahuljak (2000) assevera que, além desse conflito interno, os T/Is croatas ainda estavam posicionados geograficamente no local mais violento da guerra, que são as linhas de frente. Ali, os intérpretes relataram momentos difíceis, quando tiveram de se esconder de um tiroteio em que sérvios começaram a metralhar ônibus nos quais os croatas estavam; quando interpretaram durante reconhecimento de corpos numa exumação; ou viram corpos de soldados e civis croatas massacrados; ou uma aldeia pegando fogo durante a noite. Os intérpretes também narram que a situação mais difícil era quando os próprios monitores da ECMM não tinham familiaridade com as técnicas de tradução e os culpavam por não entenderem os relatos.

As narrativas produzidas pelo *NYT* e *GU* sobre os T/Is afegãos e iraquianos contêm cerca de 30 artigos (42,25% do corpus) nos quais são apresentadas as

⁷⁵ Trecho original: “[F]or me it was about...am I going to survive this patrol, because this idiot. 17-year-old driver, he just learned yesterday to drive and he is driving like mad, and he doesn’t have a clue, and we’re going to all die, right now. Because we’re going to turn upside down, and that’s it. For me it was more about that. Like a constant, ‘OK, what are they going to do next?’”

⁷⁶ Trecho original: “[T]hat was our favourite briefing for soldiers when they were going on a patrol. Don’t forget your kit. I don’t know, helmets, body armour. Don’t forget your satellite box, the orange box of the satellite phone. Don’t forget your interpreter. And we were like, as if I am a tool, sorry, excuse me? (laughs) I’m human, you know, kind of thing.”

impressões desses personagens sobre suas condições nas zonas de conflito⁷⁷. Em sua maioria, quase a totalidade, esses T/Is descrevem condições adversas de trabalho, como serem vítimas de ataques junto com os militares, ou testemunhar mortes e ainda as constantes entrevistas com a população local, nas quais podiam acabar sendo reconhecidos. No artigo intitulado *After the war: Occupation; Iraqis Keep Working for Allies, But Danger Makes them Fearful*, Zanaib Muhammad Mohyaldeen, uma intérprete do exército americano, assim se pronuncia: “Existem algumas pessoas que procuram por aqueles que trabalham com americanos” (...) “Se eles descobrirem, essas pessoas, tenho certeza de que serei morta”⁷⁸. Em outro artigo intitulado *Afghan interpreter who worked with British army refused UK asylum*, o intérprete do exército inglês Aslam Yousaf Zai descreve suas atividades:

Eu estava na linha de frente, todos os dias em patrulhamento, todos os dias em contato, emboscada (...) Estávamos conversando com os locais e perguntando às pessoas: ‘onde estão os Talibãs, a que horas eles vêm para a vila, o que estão fazendo?’ (...) Quando você está em patrulha, eles colocam dispositivos de explosão improvisados ou tem uma emboscada, ouvimos suas comunicações” (...) Eles dizem: ‘Agora estão chegando. Nós traduzimos: ‘Chefe, tem um explosivo, há um contato’. Paramos a patrulha. E os Talibãs falam: ‘O intérprete de novo’. (GAYLE, Damien. “Afghan interpreter who worked with British army refused UK asylum”. *The Guardian* [Londres, UK] 7 de abril de 2015).⁷⁹

De acordo com as narrativas, quando reconhecidos, os T/Is são executados por “insurgentes”, para usar um termo que os artigos empregam. Diferentemente do caso croata, que parece se concentrar no desejo de participação política do T/I para o deslinde da guerra, as narrativas do *NYT* e *GU* concentram-se na construção da figura do T/I afegão e iraquiano mais como uma vítima desses conflitos, no sentido de que por se aliarem às forças estrangeiras e lhes serem leais, tornam-se traidores

⁷⁷ cf. Tabelas 11 e 11.1.

⁷⁸ Trecho original: “There are some people who look for those who are working with the Americans” (...) “If they know, those people, I’m sure I will be killed”. (DEWAN, 2003).

⁷⁹ Trecho original: “I was in the frontline, every day in patrol, every day in contact, ambush,” (...) “We were talking with the locals asking people: ‘Where is the Taliban, what time are they coming to the village, what are they doing?’ (...) “When you go in a patrol, they put IED or there is ambush, we hear their communication,” (...) “They say: ‘Now they are arriving.’ [We] translate [then say]: ‘Boss there is an IED, there is a contact.’ We stop the patrol. They [the Taliban] go: ‘There is the interpreter again.’” (GAYLE, 2015).

de seu país e passam a ser caçados pelos citados “insurgentes” e, portanto, precisariam de urgente proteção.

Retornando ao caso croata, após meses de conflito sem nenhuma definição, Stahuljak constata por meio das entrevistas com os T/Is croatas que os intérpretes falharam, que não conseguiram mais se apagar o tempo todo e que entravam no testemunho alheio, distorcendo para si a narrativa. Dessa forma, eles não realizavam nem o seu próprio testemunho, já que não podiam, porque deveriam estar sendo neutros como intérpretes (em tese, estavam interpretando exatamente o que o entrevistado dizia), como também apagavam o testemunho da pessoa sendo entrevistada (já que, na verdade, estavam alterando um pouco os depoimentos). A ECMM, por outro lado, ao perceber a falha do T/I, o repreendia veementemente, pois essa falha comprometia a neutralidade da missão de observação, conforme dito pela autora, uma neutralidade que já foi questionada por Stahuljak, no momento em que esclareceu como era feita a seleção de intérpretes. Kaohane (2007), ao estudar os limites da neutralidade no caso dos T/Is em zonas de guerra, conclui ser esta neutralidade uma violência, não no sentido de se negar ao T/I um lugar neutro e vago entre os discursos (pois este lugar não existe, uma conclusão à qual Tymoczko (2003) também chega), mas a violência de não lhe permitir ocupar qualquer espaço: nem como testemunhas, nem como participantes, nem como colaboradores de seu país. Ademais, de acordo com Stahuljak, a ECMM, atuando ali como um observador da guerra, falhou ao não perceber o embate em que vivia o próprio intérprete, o qual era parte do conflito.

De acordo com depoimentos dos intérpretes croatas, as atitudes dos monitores da ECMM indicam que eles desconfiavam da neutralidade dos intérpretes:

Alguns pensam que fomos “designados” para este trabalho – eles nos consideram funcionários representantes da República da Croácia.

Alguns deles são funcionários da inteligência, e então, pensam que nós também somos – um deles me convidou para conversarmos como “colegas”. Um dos monitores admitiu a um tradutor que havia vasculhado seus pertences a procura de equipamentos de espionagem.

Alguns monitores acham que tenho um trabalho clandestino como espião.

A situação mais difícil é quando a equipe de liderança desconfia do tradutor, pensando que, como um croata, ele será parcial. (STAHULJAK, 2000, p.44).⁸⁰

Segundo a autora, se a ECMM não confiava em seus intérpretes, pois sendo croatas, não eram neutros, então o próprio trabalho da ECMM não era neutro. Ela prossegue afirmando que a falha da neutralidade serve para lembrar que o choque, a violência de uma guerra, não podem ser traduzidos ou processados sem chocar também a própria estrutura de sua transmissão (o T/I) e especialmente o argumento da neutralidade. Isto é, a neutralidade não existe, especialmente em zonas de conflito, em que vidas estão em jogo o tempo todo. Os T/Is, por pertencerem a alguma origem étnica relativa ao conflito nunca serão considerados neutros. O escopo da Guerra da Croácia era diferente do escopo da “Guerra ao Terror”. No caso croata, houve conflito com uma nação vizinha em decorrência da separação entre os países; ademais os serviços de T/I foram prestados a uma missão de observação que primava pela neutralidade, segundo Stahuljak. Nos casos afegão e iraquiano, o argumento para a guerra foi combater o terrorismo e acabar com armas de destruição em massa, sendo que os serviços de T/I foram prestados, em sua maioria, para as forças militares de ocupação, que tinham seus próprios interesses a serem defendidos. Em que pese esses diferentes escopos, a questão da confiabilidade da tradução ou interpretação prestada, acima referida sobre o caso croata, é de extrema relevância e foi abordada com alguma frequência nas narrativas dos dois jornais estudados⁸¹ para os casos do Afeganistão e do Iraque. Ademais, é importante destacar que dos 71 artigos jornalísticos que compõem o corpus, 8 foram escritos por militares⁸², isto é, um dos maiores interessados na guerra. Nessas narrativas, fica evidente a confiança que estes oficiais tinham em seus intérpretes e o grande valor que atribuíam aos serviços de tradução e interpretação que lhes foram prestados. A estima dos militares pelos T/Is não é

⁸⁰ Trecho original: “Some think we were “assigned” to this job – they consider us to be official representatives of the Republic of Croatia. Some of them are intelligence officers, and so they think we are too – one of them invited me to talk as “colleagues.” One of the monitors admitted to a translator that he searched her personal belongings for spying equipment. Some monitors think that I moonlight as a spy. The most difficult situation is when the team leader mistrusts the translator, thinking that, as a Croat, he will be partial.”

⁸¹ Como exemplos, pode-se citar o artigo *Lost in Translation* (HAMMES, 2005), do *NYT*, bem como os artigos *This Veterans Day, we must remember the Iraqi translators* (BREEN, 2011) e o artigo *Afghan interpreters who fell in love with US soldiers struggle in visa limbo* (GRAHAM-HARRISON, 2013), ambos do *GU*.

⁸² cf. Tabelas 4 e 4.1.

proveniente apenas da questão linguística, mas do fato de haverem compartilhado diversos momentos de tensão e perigos; a confiança é resultado da proteção que os T/Is proporcionavam aos militares, haja vista que o universo cultural era tão distante e diferente, que os militares não teriam conseguido sobreviver sem os T/Is.

De volta ao caso croata e para encerrar a questão do conflito interno vivido pelo T/I segundo Stahuljak (2000), esta autora entende que na estrutura de comunicação montada, esse intérprete que se voluntariou para influenciar os monitores perde totalmente sua voz: ele não fala por meio dos testemunhos, mas traduz as histórias de outros; ainda que extraoficialmente tenha conversado com os monitores sobre a situação da Croácia, esses relatos não constam dos registros válidos; e quando o T/I falha e se intromete no depoimento alheio, isso é fortemente repreendido pelos monitores da ECMM. Seu ato de voluntarismo não é considerado por ninguém, nem pela comunidade internacional que o vê como politicamente motivado e nem por seu país, porque os voluntários não constam das estatísticas. A situação desse T/I piorou quando a ECMM passou a remunerar os tradutores. Os T/Is que se apresentaram para o serviço logo no início dos trabalhos da ECMM faziam o trabalho de maneira voluntária, posteriormente esse trabalho passou a ser remunerado. A partir desse momento, diversas pessoas apareceram para o trabalho, não com o fim dos voluntários (que era ajudar o país), mas apenas pelo dinheiro (“mercenários”). Todos, indistintamente, passaram a fazer parte dos contratos e listas de pagamento da ECMM, de modo que inexistia distinção entre os “veteranos” e os “mercenários”. Isto é, Stahuljak esclarece que os próprios T/Is entrevistados intitularam de “veteranos” os primeiros T/Is que trabalhavam voluntariamente para a ECMM; e de “mercenários”, os T/Is que só apareceram depois que o serviço passou a ser remunerado. Esse é um último apagamento que sofreram esses intérpretes. Isso ajudou a macular ainda mais sua imagem diante dos nacionais, a ponto de a Ministra da Educação declarar que o patriotismo de todos aqueles que trabalharam com organizações internacionais era questionável, pois além de receberem por isso, trabalharam para organizações ditas neutras, e não defenderam os interesses da Croácia. Nas palavras de Stahuljak:

O “patriotismo da tradutora é questionável” porque ela integra a folha de pagamentos da ECMM. Na verdade, a Ministra da Educação considera verdadeiro o fato de que os tradutores “estão trabalhando apenas por dinheiro”. E ser pago por uma organização cuja neutralidade é percebida

como contrária aos interesses da Croácia denuncia a aliança política do tradutor como não patriótica. Por outro lado, para a Ministra da Educação, o “patriotismo da tradutora é questionável” porque a tradução, certamente, é uma traição; a tradutora não convenceu a parte que recebe a tradução a ficar do lado croata e sua neutralidade continuada a proíbe de defender esta causa ou, pelo menos, de reconhecer a causa croata. (STAHULJAK, 2000, p. 46)⁸³

A questão do patriotismo do tradutor ao aceitar receber dinheiro para trabalhar para forças internacionais em seu país é bastante relevante, em que pese ter sido comentada em apenas um único artigo constante do corpus; exatamente o único artigo que narra os T/l's de maneira negativa. Trata-se da matéria do jornalista Neil Clark, do *GU*, intitulada *Keep these quislings out* (CLARK, 2007). De acordo com a narrativa de Clark, todos os jornalistas que escreveram matérias favoráveis à entrada do Reino Unido na guerra e que, de certa forma, incentivaram a opinião pública a aceitar a participação de seu país em um conflito que Clark considera ilegal (por se tratar da invasão injustificada de um estado soberano, no caso específico do Iraque) são os responsáveis pelas mortes dos T/l's que se juntaram à coalizão. Logo, para ele, é um absurdo a quantidade de matérias jornalísticas publicadas no Reino Unido a respeito da necessidade de o governo inglês fornecer vistos de imigrantes especiais aos T/l's que estão em perigo em sua terra natal em razão de terem-se filiado aos estrangeiros. Clark entende que, se não tivesse havido guerra, nada disso teria acontecido. Em suas palavras:

*Mas no Iraque, foi a Grã-Bretanha a agressora, e todos aqueles que ajudaram a ocupação são cúmplices naquilo que o julgamento de Nuremberg considerou como “o crime internacional supremo”: o lançamento de uma guerra ilegal de agressão contra um estado soberano. Os intérpretes não trabalharam para “nós”, os britânicos, mas para eles mesmos – eles recebem cerca de £ 16 por dia, um ótimo salário no Iraque – e para uma força de ocupação ilegal. Não os consideremos heróis. Os verdadeiros heróis são aqueles que resistiram à invasão de seu país. (CLARK, Neil. “Keep these quislings out.” *The Guardian* [Londres, UK] 10 agosto de 2007.).⁸⁴*

⁸³ Trecho original: “The translator’s “patriotism is questionable” because she is on the ECMM’s payroll. The minister of education indeed holds it for true that the translators are “only work[ing] for the money”. And to be paid by an organization whose neutrality is perceived as acting against Croatia’s interest denounces the translator’s political allegiance as unpatriotic. On the other hand, for the minister of education her “patriotism is questionable” because translation, surely, is a betrayal: the translator has not compelled the party on the receiving end of translation to take the Croatian side and its continuing neutrality prohibits it from championing or, at the very least, recognizing the Croatian cause.”

⁸⁴ Trecho original: “But in Iraq, it was Britain that was the aggressor, and all those who aided the occupation are complicit in what the Nuremberg judgment laid down as “the supreme international crime”: the launching of an illegal war of aggression against a sovereign state. The interpreters did not

Dos 71 artigos que compõem o corpus, 16 não assumem uma posição em relação aos T/Is afegãos e iraquianos; 54 artigos contêm uma narrativa bastante favorável aos T/Is (do ponto de vista de que prestaram serviços valiosos aos estrangeiros e, em virtude disso, estão em perigo); e apenas este artigo acima referido narra os T/Is contrariamente, a partir de uma perspectiva em que são considerados mercenários e traidores (como Stahuljak identifica no caso croata)⁸⁵. Questionamo-nos como é possível que um ponto tão importante quanto este (o T/I abordado de maneira adversa, como um mercenário) tenha sido analisado por um único jornalista e ainda assim com a seguinte nota do editor:

Este tópico foi fechado durante o fim de semana (quando não poderia ser efetivamente moderado), e não será agora reaberto. Mas para os interessados, Neil Clark respondeu a alguns de seus críticos e se envolveu em discussões adicionais em seu próprio blog. (The Guardian [Londres, UK] 10 agosto de 2007.⁸⁶

Isto é, o jornal coloca uma nota para se eximir da responsabilidade de ter de responder pelo ponto de vista de seu jornalista. Clark adota uma postura diferente de todos os outros artigos publicados no *GU* e mesmo no *NYT* sobre a situação do T/I. Para ele, o T/I não é vítima de “insurgentes”, mas um traidor que está pagando o preço de se aliar a forças de ocupação numa guerra ilegítima. O jornalista contraria a posição do Estado que participou da guerra e dá uma visão que, em tese, não deveria aparecer na imprensa. As instituições jornalísticas, por outro lado, também não são neutras. Elas estão alinhadas aos interesses governamentais, pois sua própria existência depende do Estado. Logo, as matérias jornalísticas circulam narrativas que fomentam as guerras que são lucrativas, sob vários aspectos, aos seus governos, e constroem a imagem favorável daquele personagem que viabiliza os conflitos em um ambiente tão culturalmente diverso: os T/Is.

work for "us", the British people, but for themselves - they are paid around £16 a day, an excellent wage in Iraq - and for an illegal occupying force. Let's not cast them as heroes. The true heroes in Iraq are those who have resisted the invasion of their country.”

⁸⁵ cf. Tabelas 7 e 7.1.

⁸⁶ Trecho original: “Note from CifEditor: this thread was closed over the weekend (when it could not be effectively moderated), and will not now be re-opened. But for those interested, Neil Clark has responded to some of his critics and engaged in further discussion on his own blog.”

Deixando de lado a questão político-ideológica dos jornais e focando no estresse enfrentado pelos T/Is em zonas de conflito, Piotr Kuhlczak (2007), ao escrever sobre os testemunhos do holocausto, cita que os depoimentos dos sobreviventes são repletos de momentos de perturbação na comunicação. De momentos de ruptura na comunicação. Momentos em que as testemunhas não encontram as palavras corretas para descrever o que sentem e se emudecem. Tal situação leva o autor a questionar se isso ocorre porque os testemunhos foram dados em idioma estrangeiro ao do sobrevivente - de modo que se ele o fizesse em sua língua natal talvez conseguisse expressar o que queria dizer, ou se questiona se a ruptura é apenas decorrência de fatores emocionais⁸⁷. Se há rupturas na comunicação entre vítimas do holocausto, conforme defendido por Piotr Kuhlczak acima, podemos supor que provavelmente há rupturas entre as vítimas de guerra ao serem entrevistadas em campos de refugiados, como no caso descrito acima na Croácia, porque, guardadas as devidas proporções, ambas são situações extremas e de guerra. E o T/I que se coloca a serviço da organização que o contrata (no caso, a Comunidade Europeia) pode deixar passar informações importantes nesse momento, por agir mecanicamente. O agir mecanicamente para produzir uma tradução rápida que atenda à demanda militar e não apenas a falta de conhecimento linguístico pode ser um dos fatores que prejudicou a tradução realizada pelo afegão que acompanhava as tropas americanas na fronteira entre Afeganistão e Paquistão.⁸⁸

Grande parte dos autores citados neste capítulo parecem apontar na mesma direção do que temos por hipótese acerca da tradução e da interpretação prestada por T/Is locais atuando em zonas de conflito e que recapitularemos de maneira sintética da seguinte forma: trata-se de atividade que acaba sendo realizada por pessoas que têm domínio, mesmo instrumental, das línguas em contato, de maneira não profissional. Ainda que os atores envolvidos em um conflito (forças armadas, jornalistas, ONGs, ativistas humanitários etc.) tenham um certo número de profissionais treinados em idiomas, quando o conflito irrompe, a quantidade de

⁸⁷ Trecho original: "(...) the moments when all parties involved in the act of witnessing have no adequate words to express the past and respond to it, and the survivors' testimonies abound in such moments of communicative disruption. However, when the disruption happens in a second language, we are left wondering whether the issue is only emotional, or perhaps what cannot be expressed in a second language could have been expressed in the native one?" (KULHCZAK, 2007, p. 68).

⁸⁸ cf. item 2.3.

pessoas habilitadas a prestar serviços de tradução e interpretação não é suficiente para atender a demanda. Com isso, acabam sendo contratados civis locais para o desempenho dessas atividades. Também encontramos vários autores analisando a difícil posição do T/I ao oferecer seus serviços a forças estrangeiras, pois seus contratantes não confiam nele por pertencer à população local, e seus nacionais desconfiam dele por vê-lo como um aliado dos invasores, como já mencionado. Acerca do estresse psicológico do T/I, por ser visto com tanta desconfiança enquanto tenta manejar as narrativas de guerra (o assunto que talvez mais nos interesse), apenas Stahuljak aborda. Creditamos isso à provável dificuldade de se encontrar T/Is para fornecer esses dados, considerando-se que frequentemente têm de se disfarçar e ocultar até mesmo de suas famílias o desempenho dessas atividades, para protegê-las de perseguições e atentados.

No próximo capítulo, veremos como a teoria narrativa desenvolvida por Somers, Gibson e Mona Baker nos auxiliam a compreender de que maneira a narrativa constrói um único ponto de vista, em detrimento de todos os demais. Observaremos, assim, que a narrativa é uma construção da realidade.

CAPÍTULO 3 - CONSTRUÇÃO DA REALIDADE E TEORIAS NARRATIVAS APLICADAS AO CORPUS

Neste capítulo, estudaremos o agir humano moldado a partir das diversas narrativas que permeiam a sociedade em que se insere o agente social, assim como estudaremos as teorias narrativas das autoras Somers e Gibson, por um lado, e Baker, por outro, a fim de compreender como as narrativas moldam a sociedade. Após o desenvolvimento teórico, identificaremos, no item 3.2, os elementos narrativos propostos pelas três estudiosas acima às narrativas que constituem nosso corpus.

De acordo com os sociólogos Berger e Luckmann (1966), diferentemente de uma comunidade de cachorros ou cavalos, que invariável e biologicamente agem da mesma forma independentemente do lugar do mundo onde se encontrem, o comportamento humano é guiado a partir da sociedade na qual determinado indivíduo se encontra. Assim, postulam esses autores que o ser humano somente pode ser entendido como pertencendo a um determinado contexto social que o modela. Ademais, esse contexto social não é construído pelo homem de maneira isolada, mas uma coletividade:

Os homens juntos produzem um ambiente humano, com a totalidade de suas formações socioculturais e psicológicas. (...) Assim como é impossível para o homem se desenvolver como homem em isolamento, também é impossível ao homem em isolamento produzir um ambiente humano. (BERGER; LUCKMANN, 1966, p. 67).⁸⁹

Em outras palavras, a interação entre os homens cria o contexto social. Este contexto é fortalecido com base no estabelecimento de atividades habituais, as quais passam a ser realizadas de maneira padronizada e são transmitidas de geração em geração. De acordo com Berger e Luckmann (1966), assim nascem as instituições, quando se tipifica que determinadas atividades realizadas sempre da mesma forma padronizada e habitual devem ser empreendidas por determinados tipos de agentes. Entretanto, para que as instituições se formem e sejam sólidas é necessário tempo. De acordo com os autores acima, as instituições sempre têm uma história. Não podem ser criadas instantaneamente:

⁸⁹ Trecho original: "Men together produce a human environment, with the totality of its social-cultural and psychological formations. (...) Just as it is impossible for man to develop as man in isolation, so it is impossible for man in isolation to produce a human environment."

É impossível entender uma instituição adequadamente sem uma compreensão do processo histórico no qual ela foi produzida. As instituições também, exatamente pelo fato de sua existência, controlam a conduta humana ao estabelecer padrões pré-definidos de conduta, os quais a guiam em uma direção em vez de várias outras direções que seriam teoricamente possíveis. (BERGER; LUCKMANN, 1966, p. 72)⁹⁰

Assim, as instituições servem para controlar o agir humano a partir de um conjunto de conhecimentos que é transmitido a cada geração e que passa a constituir a realidade das pessoas que vivem consoante aquelas normas de conduta. Ou seja, esses conhecimentos institucionalizados e transmissíveis por narrativas somente fazem sentido de acordo com o que cada comunidade estabelece como real e como norma para si.

No mesmo sentido, Bruner (1991) afirma que a capacidade do homem de adquirir e utilizar o conhecimento está ligada à cultura da qual ele e seus ancestrais são membros. Isto é, o conhecimento a ser transmitido só faz sentido se for coerente com a cultura da sociedade na qual o indivíduo está imerso, quer dizer, com a cultura construída a partir daquela formação social.

A identidade também é formada a partir da realidade construída pelos processos sociais. Para os referidos autores, a estrutura social determina a formação e a manutenção da identidade. Da mesma forma, “as identidades produzidas pela interação do organismo, consciência social e estrutura social reagem sobre uma dada estrutura social, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a”⁹¹ (BERGER; LUCKMANN, 1966, p. 194).

Em nosso caso concreto, as duas empresas jornalísticas produzem artigos jornalísticos e tais artigos, que compõem nosso corpus de pesquisa, são, no âmbito do trabalho, definidos como narrativas jornalísticas cujo intuito é divulgar e afirmar o ponto de vista das Administrações norte-americana e britânica. Dessa forma, neste capítulo, estudaremos como as narrativas jornalísticas são construídas para atingir este fim.

⁹⁰ Trecho original: “It is impossible to understand an institution adequately without an understanding of the historical process in which it was produced. Institutions also, by the very fact of their existence, control human conduct by setting up predefined patterns of conduct, which channel it in one direction as against the many other directions that would theoretically be possible.”

⁹¹ Trecho original: “(...) the identities produced by the interplay of organism, individual consciousness and social structure react upon the given social structure, maintaining it, modifying it, or even reshaping it.”

As populações dos países ocidentais envolvidos na coalizão da Otan foram expostas a narrativas segundo as quais seus governos estavam empenhados em destruir e desacreditar o outro, definido, a partir daí, como inimigo antidemocrático que foi nomeado de “terror” (BUSH, 2006). O artigo do *GU Our weasel words betray these decent Iraqis* assim descreve a atuação dos militares britânicos no Iraque:

*Quase sem exceção, os militares britânicos, homens e mulheres que estão morrendo no Iraque e no Afeganistão, não são pilotos da Royal Air Force (Força Aérea Real) enviados em uma missão absurda por um governo trabalhista para jogar democracia como se joga bombas. Eles são esquadras em campo combatendo inimigos totalitários em um combate corpo a corpo. (COHEN, Nick. “Our weasel words betray these decent Iraqis.” *The Guardian* [Londres, UK] 7 outubro de 2007).⁹²*

O tipo de guerra “não convencional” que foi a “Guerra ao Terror”, conforme definição do exército americano (U.S. ARMY, 2017), torna o T/I local um ativo de fundamental importância para os exércitos de ocupação, haja vista que este personagem faz a ligação cultural entre os envolvidos, e não apenas a ligação linguística⁹³. Esta utilidade instrumental do T/I para o bom andamento da guerra do ponto de vista da coalizão faz com que as narrativas jornalísticas construam sua identidade como a de um indivíduo que desempenha um papel de vital importância para as sociedades democráticas do mundo ocidental, assim como para a salvação do país que está em guerra. Observa-se, assim, que a narrativa constrói a identidade do T/I e tudo o que se refere a ela a partir deste ponto de vista, e não do ponto de vista do T/I.

Ainda segundo as narrativas, estes T/Is estão expostos aos perigos de uma zona de conflito muitas vezes sem proteção física (capacetes, coletes etc.) e sem o amparo dos governos internacionais quando suas vidas são caçadas em virtude de retaliação por sua aliança com forças estrangeiras. Neste sentido, segue trecho extraído da narrativa *Foreign Office staff ‘planned picnic near Afghan frontline*, do *GU*, em que o ex-gerente de segurança Robert Stevens, à época empregado na província de Helmand, informa em audiência aos funcionários do Ministério de

⁹² Trecho original: “Almost without exception, the British servicemen and women who are dying in Iraq and Afghanistan aren't RAF pilots sent on a preposterous mission by a Labour government to drop democracy like bombs. They are squaddies on the ground fighting totalitarian enemies in close combat.”

⁹³ cf. item 1.5.2.

Relações Exteriores britânico (Foreign and Commonwealth Office – FCO) sobre a situação de trabalho de T/Is afegãos contratados:

*Entre os assuntos levantados por Stevens junto aos funcionários do FCO em Helmand, Cabul e Londres foram seus alertas de que não eram fornecidos capacetes aos intérpretes afegãos e foram forçados a andar nos veículos traseiros em comboios blindados.⁹⁴ (BOWCOTT, Owen. “Foreign Office staff ‘planned picnic near Afghan frontline”. *The Guardian*. [London, UK]. 7 jun. 2010.*

De acordo com a narrativa, os veículos traseiros dos comboios eram utilizados para bloquear o inimigo em caso de emboscadas e que civis não deveriam andar neles, mas que os T/Is afegãos foram lá colocados porque “não cheiravam muito bem⁹⁵”. A respeito da falta de amparo dos governos internacionais aos T/Is contratados localmente, segue excerto da narrativa *Afghan Interpreters for the U.S. Are Left Stranded and at Risk*, do NYT:

*Sulaiman, 26, que pediu para ser identificado apenas por seu primeiro nome para não colocar sua família em risco maior, é um dos relativamente sortudos. Ele ainda está empregado e seus colegas militares americanos estão trabalhando duro para ajudá-lo. Mas ele ainda está esperando. Ele acredita que um pedido de visto de 2008 foi perdido na burocracia. Um segundo pedido, no fim de 2011, produziu uma entrevista na embaixada no ano passado. Desde então, ele tem recebido respostas automáticas aos seus pedidos. O Departamento de Estado negou-se a comentar o caso.⁹⁶ (AHMED, Azam. “Afghan Interpreters for the U.S. Are Left Stranded and at Risk”. *The New York Times* [Nova York, NY] 14 de abril de 2013.*

Nos dois casos acima, percebemos que as narrativas se concentram na transmissão da imagem do T/I como um contratado das forças de ocupação para o qual não é dispensada nenhum tipo de proteção: nem física, diante da ausência de

⁹⁴ Trecho original: “Among issues Stevens raised with FCO officials in Helmand, Kabul and London were warnings that Afghan interpreters were not provided with helmets and were forced to ride in the rear vehicles in armoured convoys.”

⁹⁵ Trecho original: “The rear vehicle would more than likely have been used to block or engage the enemy [if ambushed] and civilians would have been put at risk. Someone said [they were put in the last vehicle] because they did not smell very nice” (BOWCOTT, 2010).

⁹⁶ Trecho original: “ Sulaiman, 26, who asked to be identified only by his first name so as not to put his family at greater risk, is one of the relatively lucky ones. He is still employed, and his American military colleagues are working hard to help him. But he is still waiting. He believes a 2008 visa application was lost in the bureaucratic ether. A second application, in late 2011, yielded an embassy interview last year. Since then, though, he has received automated responses to his entreaties. The State Department declined to talk about his case.”

equipamentos para ir às zonas de combate, nem administrativas, considerando-se a demora (ou negativa) na concessão de vistos aos T/l's.

Berger e Luckmann desenvolvem um raciocínio que explica sociologicamente o poder de criação e morte da sociedade. De acordo com esses autores, a depender do local em que um indivíduo habita na sociedade americana ele pode viver mais ou menos. A expectativa de vida das pessoas de classe baixa é menor que a das classes altas, sendo que as pessoas pobres adoecem mais vezes. Entretanto, o tipo das doenças varia muito de uma classe para outra. Então, este poder sobre a vida e a morte é o último controle que a sociedade tem sobre a vida do indivíduo. Utilizando este raciocínio para o caso dos T/l's afegãos e iraquianos, podemos pensar que, pelo fato de serem originários de nações empobrecidas e prestarem serviços linguísticos que favorecem a ocupação e os interesses econômicos e bélicos de nações abastadas, eles são apenas instrumentos dessas nações poderosas, sua morte não significando nada a ninguém, a não ser para os seus próximos e familiares.

Como observamos acima, as narrativas têm a função de sedimentar um conhecimento (o qual é pertinente a cada sociedade, conforme suas construções sociais) e de passar esse conhecimento adiante. Dando continuidade à reflexão acima, de acordo com Bruner (1991), é por meio das narrativas que organizamos nossas experiências e memória de acontecimentos. Isto é, as narrativas circulantes no meio em que vive o indivíduo explicam a ele os eventos ao seu redor. Com base na repetição dos eventos e resultados, o indivíduo pode passar a esperar que resultados semelhantes ocorram diante de situações parecidas. Diante disso, ele pode adotar determinado comportamento para atingir aquele resultado esperado. Dessa forma, as narrativas têm um importante papel na construção da realidade e na forma de agir das pessoas. No caso da presente pesquisa, a visão de mundo afirma o modelo ocidental de sociedade. Veremos abaixo, com base nos trabalhos de Somers, Gibson e Mona Baker como elas são utilizadas pelos jornais *NYT* e *GU* na edificação da imagem e narração das experiências dos T/l's atuando no Afeganistão e no Iraque.

3.1 NARRATIVA SEGUNDO SOMERS, GIBSON e BAKER: A VISÃO OCIDENTAL DA GUERRA

Considerando-se que este trabalho é realizado a partir das narrativas fornecidas pelos jornais *NYT* e *GU*, com base na teoria desenvolvida pelas sociólogas Margaret R. Somers e Gloria D. Gibson, estudaremos, em nosso corpus, como se constroem as narrativas jornalísticas a respeito da atuação dos T/Is na “Guerra ao Terror”. Seu trabalho sobre a narração foi largamente utilizado por Mona Baker, a qual também nos servirá de referencial teórico, como forma de entendermos a maneira como são construídas as narrativas sobre os T/Is que constituem nosso objeto de estudo.

De acordo com as autoras, os estudiosos na área de ciências humanas (filósofos, psicólogos, antropólogos, entre outros) estão concluindo que a vida social advém das histórias, contadas por meio de narrativas, sendo estas uma condição ontológica da vida social (SOMERS; GIBSON, 1993, p. 2)⁹⁷. As autoras afirmam que essas pesquisas, caso se provem verdadeiras, mostrarão que toda a ação social, incluindo a forma como as pessoas constituem suas famílias, lidam com as enfermidades, realizam greves e revoluções derivam, pelo menos em parte, das narrativas nas quais esses agentes se inserem, pois as narrativas têm o poder de moldar o agir humano.

Outro aspecto interessante por elas destacado é que a formação de conceitos modela permanentemente suas dimensões lógicas e significados sociais. A formação dos conceitos não ocorre apenas com base em dados históricos e temporais, mas com base na localização espacial deste conceito:

Trata-se de outra abordagem para historiar ao se localizar problemas conceituais não apenas no tempo, mas em espaços conceituais. Os locais incluem “sentenças, pronunciadas ou transcritas, sempre em um amplo local da vizinhança, instituição, autoridade, idioma” sem as quais as ideias seriam apenas palavras, não conceitos (SOMERS; GIBSON, 1993, p. 9).⁹⁸

⁹⁷ cf. item 1.1 deste trabalho.

⁹⁸ Trecho original: “It is another approach to historicizing by locating conceptual problematics not only in time, but in conceptual space. Sites include “sentences, uttered or transcribed, always in a larger site of neighborhood, institution, authority, language” without which ideas would be just words, not concepts.”

Percebemos, assim, que a repetição das narrativas dos jornais estudados, às vezes com uma mesma estrutura, por exemplo, *T/Is who risked their lives*⁹⁹, mostra o objetivo dos periódicos de formar o conceito de que os T/Is, ao trabalharem para a coalizão, arriscaram suas vidas pela causa das nações ocidentais. Isto é, eles são narrados como pertencentes ao lado ocidental da guerra, logo, como o lado bom.

Para as autoras, a narrativa é um conceito da epistemologia social e da ontologia social, sendo que, por meio da narração “nós descobrimos, entendemos e extraímos sentido do mundo social e é por meio da narração e da narrativa que constituímos nossa identidade social.” (SOMERS; GIBSON, 1993, p. 27).¹⁰⁰ Elas identificam quatro características na narração reformulada: 1) a relação entre as partes; 2) o enredo; 3) a apropriação seletiva e 4) a temporalidade, sequência e lugar. A conexão entre as partes da narração ocorre por meio do enredo. A apropriação seletiva determina como os eventos são processados e quais critérios serão utilizados para conferir a eles significados.

Somers e Gibson estabelecem quatro diferentes dimensões da narrativa: ontológica, pública, conceitual e metanarrativa. A narrativa ontológica é a que define quem nós somos e, a partir daí, como agimos. Agimos, ou não, de acordo com a forma pela qual entendemos nosso lugar na narrativa. Segundo as autoras, “ter algum senso de ser social no mundo exige que a vida seja mais que uma série de eventos isolados ou variáveis e atributos combinados; as narrativas ontológicas, assim, processam os eventos em episódios” (SOMERS; GIBSON, 1993, p. 30)¹⁰¹. Veremos adiante, no item 3.2, que as narrativas jornalísticas de nosso corpus foram escritas privilegiando a fragmentação do tempo e eventos, dificultado ou impossibilitando compreender as relações de causa e efeito entre os acontecimentos com o possível objetivo de evitar explicar a guerra em si. Ademais, como a maioria dos artigos jornalísticos que compõem o corpus narra os T/Is como pertencentes ao lado ocidental da guerra, hipoteticamente, as narrativas ontológicas dos leitores dos artigos os levam a considerar que devem agir de maneira que todos os interesses e todas as ações devam se relacionar apenas com o lado ocidental da guerra. Logo,

⁹⁹ cf. tabelas 7.2 a 7.4.

¹⁰⁰ Trecho original: “(...) through narrativity that we come to know, understand, and make sense of the social world, and it is through narratives and narrativity that we constitute our social identities.”

¹⁰¹ Trecho original: “To have some sense of social being in the world requires that lives be more than different series of isolated events or combined variables and attributes; ontological narratives thus process events into episodes.”

os leitores passariam a apoiar os T/Is e programas como os de concessão de vistos para tirá-los da situação de risco em que se encontram. Entretanto, percebemos ser isso uma construção narrativa, haja vista que os T/Is pertencentes à cultura do povo no país ocupado jamais poderiam ser descritos como pertencentes ao lado ocidental, por ele ser o inimigo nesta construção.

As narrativas públicas são as ligadas a formações culturais e institucionais que ultrapassam o indivíduo e passam a circular em ambientes maiores, como as famílias, as igrejas, os locais de trabalho, os governos e as nações. Como explicam as autoras: “A mídia principal organiza e conecta os eventos para criar um “argumento geral” sobre a origem das desordens sociais” (SOMERS; GIBSON, 1993, p. 31).¹⁰² As narrativas jornalísticas dos dois jornais estudados nesta pesquisa circulam um argumento geral de que a guerra empreendida pelos EUA e demais países da coalizão é contra o “terror”, legitimando uma guerra dita ilegal de invasão do Iraque, e retratam os T/Is iraquianos que prestam serviços às forças estrangeiras como vítimas de ataques de “insurgentes” e do “Talibã”. Entretanto, não abordam a situação do ponto de vista da população local, que está vendo seu país ser ocupado, seus nacionais serem dizimados pelo exército invasor e diversos de seus compatriotas utilizarem seu idioma como arma contra eles próprios. Os jornais não explicam quem são os “insurgentes” ou os “Talibãs” e não explicam ao que estão se opondo. Como já abordamos anteriormente, narrar o outro lado do conflito, o ponto de vista do inimigo, não faz parte da estratégia jornalística na moldagem da opinião pública.

As narrativas conceituais, segundo as autoras,

*referem-se aos conceitos e explicações construídos por nós enquanto pesquisadores sociais, afinal, para haver ação social e construção de instituições não bastam as narrativas públicas e pessoais. Precisamos embasar a ação pública e pessoal em material fundamentado em pesquisas, modelos de mercado e práticas institucionais (SOMERS AND GIBSON, 1993, 32).*¹⁰³

¹⁰² Trecho original: “The mainstream media arrange and connect events to create a “mainstream plot” about the origin of social disorders.”

¹⁰³ Trecho original: “These are the concepts and explanations that we construct as social researchers. Because neither social action nor institutional-building is solely produced through ontological and public narratives, our concepts and explanations must include the factors we call social forces – Market patterns, institutional practices, organizational constraints.”

As “meta” ou máster narrativas são, segundo Somers e Gibson (1993, p. 32) “aquelas nas quais estamos imersos como atores contemporâneos na história”¹⁰⁴, como a Industrialização, o Iluminismo, o Capitalismo x Comunismo, para citar alguns exemplos. São as narrativas que atravessam fronteiras geográficas e nacionais, circulam o mundo impactando as vidas das pessoas de maneira generalizada. Baker (2006) acredita que a Guerra Fria seja uma dessas meta-narrativas, pois, segundo ela, ainda hoje esta guerra gera consequências em nossas vidas e nas relações internacionais. Somers e Gibson (1993) apresentam um conceito que importa a este trabalho: a abordagem da identidade narrativa como motivadora da ação das pessoas em contraposição aos interesses pessoais como fatores motivadores do agir humano. Para elas, de acordo com esta abordagem da narração como identidade,

*(...) a ação social somente pode ser entendida se reconhecermos que as pessoas são guiadas a agir em virtude dos relacionamentos nos quais estão envolvidas e por causa das histórias com as quais se identificam – e raramente por causa dos interesses que as imputamos. (...) Enquanto uma abordagem centrada no interesse supõe que as pessoas agem com base em suas preferências racionais de meios-fins ou por internalizar um conjunto de valores, a abordagem da identidade narrativa supõe que as pessoas agem de maneiras específicas porque **não** (ênfase no original) fazê-lo fundamentalmente seria uma violação do seu senso de existência naquele momento e lugar específicos (SOMERS AND GIBSON, 1993, p. 37).*¹⁰⁵

Este conceito nos é útil porque nos ajuda a entender o motivo pelo qual as narrativas circuladas nas matérias jornalísticas em análise têm aderência do leitorado dos dois países (EUA e Inglaterra). As histórias narradas constroem o T/I como: uma pessoa desprotegida em um ambiente de guerra; que está sendo caçado (descrito como vítima) pela população local (descrita como “insurgente”), portanto, observa-se uma oposição entre a construção da figura do T/I-vítima em relação à figura da população local-insurgente; que está sem apoio ou proteção dos governos locais; e que são personagens sem os quais as atividades de guerra da coalizão

¹⁰⁴ Trecho original: (...) “master-narratives” in which we are embedded as contemporary actors in history and as social scientists”.

¹⁰⁵ Trecho original: “(...) social action can only be intelligible if we recognize that people are guided to act by the relationships in which they are embedded and by the stories with which they identify – and rarely because of the interests we impute to them.(...) Whereas an interest approach assumes people act on the basis of rational means-ends preferences or by internalizing a set of values, a narrative identity approach assumes people act in particular ways because **not** do so would fundamentally violate their sense of being at that particular time and place.”

ocidental jamais poderiam ter sido realizadas (ou seja, são descritos como aliados das forças estrangeiras). Assim, torna-se fácil convencer a opinião pública a se mobilizar e ser favorável à concessão de benefícios, como os vistos de imigrantes especiais, aos T/Is. Isto é, questões pontuais que dizem respeito aos T/Is individualmente, evitando-se abordar as questões macro. Sabe-se que a política atual dos principais países da coalizão é não receber imigrantes, especialmente advindos de países muçulmanos. Entretanto, em virtude dos acontecimentos da guerra, alguns militares passaram a ver seus T/Is como soldados que os protegeram durante os conflitos e a escrever diversos textos sobre esta situação, inclusive alguns constantes de nosso corpus. Além dos militares, outros atores da guerra contemporânea, como organizações humanitárias se envolveram nesse sentido. Kirk Johnson, um ex-funcionário da USAID em Bagdá, fundou uma organização, chamada *The List Project to Resettle Iraqi Allies* (2017), especialmente voltada para ajudar iraquianos em perigo por terem prestado serviços aos EUA.

A percepção acerca da situação na qual os T/Is se inserem não chega livremente à mente do leitor, mas é moldada com base no direcionamento dos dois jornais, ou, nas palavras de Somers e Gibson (1993, p. 38): “as narrativas não são incorporadas pelo ser humano de maneira direta, mas são **mediadas** (grifo no original) por meio de um enorme espectro de relações sociais e políticas que constituem nosso mundo social”¹⁰⁶. Por exemplo, no que tange ao vocabulário utilizado para a construção das narrativas, observamos a repetição, nos artigos jornalísticos, de uma série de palavras ou expressões que ajudam a constituir a figura do T/I¹⁰⁷, como já mencionamos acima. Dessa forma, *T/Is killed*, *T/Is murdered*, *T/Is who risked their lives/who are at risk*, *asylum grant*, *our comrades*, *visas grant*, *T/Is as traitor e threats*, aparecem frequentemente ao longo do corpus. Somers e Gibson têm uma explicação para isso. Segundo essas autoras, as narrativas conceituais, ou seja, aquelas que nos explicam os acontecimentos por meio de conceitos, são forjadas a partir da utilização de um vocabulário próprio

106 Trecho original: “(...) narratives are not incorporated into the self in any direct way; rather they are **mediated** through the enormous spectrum of social and political relations that constitute our social world.”

¹⁰⁷ cf. tabelas 7.2 a 7.4.

capaz de localizar as narrativas em “configurações espaciais e temporais de relacionamentos e práticas culturais (instituições e discursos)”¹⁰⁸.

Segundo estas autoras, existe um repertório finito de narrativas disponíveis das quais podemos nos apropriar para nos explicar o mundo. Este repertório é formado pelas histórias e culturas específicas de cada local onde circulam as narrativas. Em suas palavras:

Já que os atores sociais não constroem livremente suas próprias narrativas públicas ou privadas, podemos também esperar descobrir que a confusão, a falta de poder, o desespero, a vitimização e até a loucura sejam alguns dos resultados de uma inabilidade ou falta de poder de acomodar certos acontecimentos dentro de uma gama de narrativas culturais, públicas e institucionais disponíveis. (SOMER; GIBSON, 1993, 46).

Nosso entendimento acerca do acima exposto é que existe um número limitado de narrativas para nos explicar a realidade e, geralmente, elas são definidas por grupos dominantes. Aqueles que não conseguem encontrar explicações para os eventos que lhes circundam dentro desta variedade limitada de narrativas públicas, culturais e institucionais disponíveis podem sentir-se “confusos, sem poder, desesperados, vitimizados e até loucos” pela impossibilidade de se encontrar representados adequadamente ou pela impossibilidade de reconhecer um local que os acolha. Neste sentido, as narrativas acerca dos T/Is oferecidas pelos jornais em comento mostram que essas pessoas realmente não encontram acolhida ou proteção sob o ponto de vista de nenhum dos lados do conflito. Como mencionamos acima, seu status é precário porque não contam, muitas vezes, com nenhum tipo de proteção: nem física (coletes, capacetes, seguros contra acidentes ou morte), nem legal (os jornalistas correspondentes de guerra, a título de exemplo, são protegidos pela Convenção de Genebra e suas mortes em combate são cuidadosamente analisadas e catalogadas pelo Comitê de Proteção dos Jornalistas – *Committee to Protect Journalists*, o que não é o caso dos tradutores/intérpretes em situação de conflito). Neste sentido, podemos exemplificar com o depoimento de Khan, um intérprete das forças armadas britânicas:

¹⁰⁸ Trecho original: “(...)another challenge of conceptual narrativity is to develop a vocabulary that will allow us to locate actors’ social narratives in temporal and spatial configurations of relationships and cultural practices (institutions and discourses).”

Eu não tenho reclamações com relação aos britânicos; eles são boas pessoas e são gentis. Eu os amo e os respeito. Aprendi muito com eles. Há pessoas ótimas em nossas áreas de operação. Mas não temos um futuro seguro. O exército americano tem uma política para os intérpretes, mas os britânicos não têm. Eu não tenho seguro ou plano de saúde. Se algo acontecer comigo o que devo fazer? Como vou sustentar minha família? (BUTT, Riazat. "Khan's kitchen: the difficult life of an Afghan interpreter for the British military." *The Guardian* [Londres, UK] 30 de agosto de 2007.¹⁰⁹

Nenhum dos artigos constantes do corpus aborda a existência de registros precisos quanto à morte de T/Is em zonas de conflito. Alguns, entretanto, narram a existência do Comitê de Proteção dos Jornalistas:

O Comitê de Proteção dos Jornalistas baseado em Nova York mantém uma contagem dos jornalistas e profissionais da mídia mortos no desempenho de seu trabalho – 902 mortes até agora desde 1992. O comitê oferece uma análise detalhada, categorizando as mortes por país, pelo gênero do profissional morto, por furo jornalístico – política, guerra, corrupção, crime, direitos humanos e assim por diante – por meio de reportagem, por tipo de morte, em fogo cruzado ou em combate, em uma atividade perigosa, se assassinado, caso o motivo tenha sido confirmado ou se permanece sem confirmação. (FARRELL, Stephen. "Conflict Reporting in the Post-Embed Era." *The New York Times* [Nova York, NY] 27 de fevereiro de 2012.)¹¹⁰

Nossas pesquisas apontam que apenas a partir de 2012 a organização sem fins lucrativos *Red T* passou a trabalhar exclusivamente em defesa dos T/Is atuando em zonas de conflito e uma de suas atividades é a catalogação da morte de tradutores e intérpretes nesses contextos. E é interessante pensar que existem T/Is morrendo em zonas de conflito desde o Egito Antigo, mas apenas em 2012 pensou-se em criar uma estatística a este respeito. Talvez isso seja decorrência da visibilidade que esses personagens passaram a ter após a "Guerra ao Terror". Além disso, de acordo com as narrativas jornalísticas, os T/Is são mortos por insurgentes em seu país e os poucos que conseguem vistos especiais para morar em outros países não são benquistos pela população deste novo local que os recebeu e têm dificuldades de encontrar trabalho. Isto pode ser encontrado nos artigos *Officers*

¹⁰⁹ Trecho original: "I have no complaint with the British; they are good people and kind. I love them and respect them. I have learned a lot from them. There are great people in our AOs [areas of operation]. "But we don't have a secure future. The US military has a policy for interpreters but the British don't. I don't have any insurance, I don't have a medical allowance. If something happens to me what am I supposed to do? How am I supposed to support my family?"

¹¹⁰ Trecho original: "The New York-based Committee to Protect Journalists keeps a tally of journalists and media workers killed while doing their jobs – 902 killed so far since 1992. It offers detailed analysis, categorizing the deaths by country, by male or female, by beat – politics, war, corruption, crime, human rights and so on – by medium of reporting, by type of death, in crossfire or in combat, on dangerous assignment, if murdered, whether motive has been confirmed, or remains unconfirmed."

Battle Visa Hurdles for Iraq Aides, do NYT e *Army's Iraqi interpreters face hardship after fleeing to UK*, do GU, para citar alguns.

No primeiro caso, este exemplo mostra que o intérprete mesmo tendo conseguido o visto, permanece na condição de vítima, pois a narrativa enfatiza o tempo em que a Administração demorou em conceder-lhe o visto para os Estados Unidos, pois, como já foi dito, a narrativa constrói a identidade do T/I a partir do ponto de vista ocidental, e nunca de um ponto de vista que possa contrariar esta posição. Nesse sentido, a narrativa sempre verá o T/I como uma vítima, perseguido pela população independentemente da sua situação. Ao chegar lá, ficou morando no porão da casa do militar americano com quem trabalhou no Iraque. Depois de trabalhar brevemente na loja de departamento Macy's e no serviço de manutenção de um hotel e não conseguir trabalhos melhores, Jack recebeu a oferta dos militares para voltar ao Iraque como intérprete. Diante da falta de opções de trabalho nos EUA, Jack retornou ao Iraque. Observamos que a narrativa também constrói os integrantes das forças armadas como heróis, pois, no fim das contas, quem ofereceu trabalho ao T/I foram eles.

No segundo caso, o intérprete que conseguiu ser acolhido no Reino Unido tinha um bacharelado em língua inglesa e uma pós-graduação em administração de empresas. Entretanto, não conseguiu sequer um emprego de faxineiro, por falta de experiência no Reino Unido, segundo a reportagem. Esta construção negativa vitimizadora em relação ao T/I é uma constante no corpus, o que reforça a hipótese da construção do T/I apenas do ponto de vista ocidental.

Ademais, alguns aceitaram trabalhar como T/Is para forças de ocupação por acreditarem que estavam fazendo o bem pela reconstrução de sua terra natal, mas, com o passar do tempo, constatam que, na realidade, seu país não foi redemocratizado, que a situação política se deteriorou com o acirramento de conflitos étnicos e a ascensão terrorista e que colaboraram, no fim das contas, para uma ocupação que se arrastou por longos anos, causando a morte de diversos conterrâneos. Como exemplo, podemos citar o artigo *Home Fires: Interview with an Iraqi Translator*, do NYT. Trata-se de uma entrevista realizada por um militar com um ex-intérprete iraquiano para as forças armadas inglesas. Perguntado se queria dizer algo para os americanos em geral, o intérprete, de nome Waleed, responde:

*Como iraquiano, queríamos a deposição de Saddam. E esse era nosso sonho como iraquianos. Mas uma vez que fizeram isso, eles declararam a ocupação, certo? [Posteriormente, Waleed menciona que quando diz “eles”, não se refere ao povo americano”, mas à Administração norte-americana da época]. (...) Antes de entrarem no Iraque eles disseram ‘Vamos espalhar a democracia; vamos tirar Saddam’, mas após entrar no Iraque, Bush disse às pessoas que não se tratava do início de uma nova era. Era ocupação. E foi isso que nos desapontou, de fato. Sim. Queríamos que vocês viessem, mas o preço foi a ocupação. (TURNER, Brian. “Home Fires: Interview with an Iraqi Translator.” *The New York Times* [Nova York, NY] 6 de dezembro de 2009.)¹¹¹*

Após identificarmos em nosso corpus diversos exemplos de como a narrativa segundo Somers e Gibson pode ser utilizada para moldar o agir humano, passemos, em seguida, aos trabalhos de Mona Baker, a fim de mostrar, mais uma vez, que nas narrativas públicas circulantes no meio ocidental, o T/I é sempre construído como vítima.

Baker (2009), ao estudar a forma como são constituídos os grupos de tradutores que têm o objetivo de contestar as narrativas homogeneizantes e dominantes circulando mundo afora, assevera que a teoria narrativa explica a forma como as tais comunidades são formadas, crescem e se modificam a partir da existência de identidades e crenças em comum. Da mesma forma, a maneira como as narrativas jornalísticas aqui estudadas são construídas e a maneira pela qual exaustivamente descrevem os T/Is atuando no Afeganistão e Iraque como vítimas do conflito, ajuda a consolidá-los como pertencentes a uma comunidade homogênea e sofredora que está sendo ameaçada pela população local em sua terra natal por ajudar as forças de ocupação. Por este motivo, estes T/Is precisariam de ajuda para saírem da guerra e encontrarem abrigo nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha.

Esta narrativa pública dominante que constrói a opinião pública em circulação nos países acima mencionados molda a opinião dos leitores, fazendo-os compreender que os principais países da coalizão não agiram de maneira tão brutal, porque durante a guerra preocuparam-se com aqueles que colaboraram com a ocupação, isto é, os T/Is. Estas narrativas também dificultam o desenvolvimento de

¹¹¹ Trecho original: “As an Iraqi, we wanted the toppling of Saddam. And this was our dream as Iraqis. But once they did, they declared the occupation, right? [He later mentions that when he says “they” he doesn’t mean “the American people” but, rather the American administration of the time.](...) Before entering Iraq they said “We’ll spread democracy; we’ll take Saddam,” but after entering Iraq, Bush told people that it was not the opening of a new era. It was occupation. And this is what disappointed us, in fact. Yeah. We wanted you to come, but the price was occupation.”

um raciocínio crítico por parte do leitor destas sociedades por onde as narrativas circulam no sentido de que, do ponto de vista da narrativa da população local, o T/I pode ser visto como um traidor que utiliza seu idioma como arma contra o próprio país e seus conterrâneos, já que muitos autóctones são vítimas de violência das forças de ocupação.

Esta violência pode ser observada no artigo *Afghan families sceptical as US reopens investigation of bodies found near base*, do *GU* e constante de nosso corpus. Constam dessa narrativa os depoimentos de diversos familiares de pessoas que foram mortas em decorrência de suposta violência praticada pelas forças americanas de ocupação. Ao mesmo tempo em que as narrativas mostram que os governos vêm adotando medidas para ajudar os T/Is, como a concessão de vistos especiais, elas também denunciam que as iniciativas são insuficientes, que o processamento dos vistos é extremamente lento e que há poucas vagas para refugiados nos programas. E mesmo das poucas vagas, várias ficavam sem ser preenchidas pela enorme demora dos departamentos de imigração competentes na verificação dos documentos apresentados. Enquanto, em média, levava-se dois anos para o T/I conseguir o visto, ele permanecia em risco, podendo ser assassinado a qualquer tempo. Então, as narrativas constroem os T/Is como vítimas dos governos ocidentais, inclusive. Fica evidente, quando destacam a demora na concessão de vistos, que essas narrativas foram apresentadas como críticas dos jornais às administrações dos principais países da coalizão.

Baker (2014) estuda o poder de que dispõe o T/I para manipular a narrativa da guerra quando este atua em zona de conflito prolongado. Para a estudiosa, o T/I local permanece na zona de conflito durante o desenrolar da guerra enquanto jornalistas e militares ficam temporariamente. A cada nova equipe de profissionais que chega, os T/Is têm a chance de montar a narrativa do enredo de maneira a favorecer um ou outro lado do conflito. Nas palavras da autora:

Além do impacto que eles têm na formatação da narrativa de qualquer guerra simplesmente por estarem lá e juntar os pedaços da história para os grupos e indivíduos em trânsito, os tradutores e intérpretes exercem considerável influência na forma como a guerra é narrada em relação a outros aspectos. Para começar, e apesar da desconfiança com a qual são geralmente tratados, eles têm paradoxalmente considerável liberdade para construir a natureza de suas atividades e de interpretar o evento imediato para os interlocutores. (...) A maneira como executam suas tarefas em zonas de guerra tem, portanto, altas consequências: têm considerável

latitude como narradores e podem influenciar o desenrolar da narrativa de maneiras que dificilmente são percebidas pelos interlocutores. (BAKER, 2010, p. 214).¹¹²

No caso dos T/Is trabalhando com correspondentes de guerra, eles teriam, segundo Baker, a oportunidade de escolher as pessoas a serem entrevistadas ou mesmo realizarem, eles próprios, as entrevistas em momentos nos quais o perigo da guerra é alarmante, como já vimos no capítulo 2. Este poder de enquadrar a realidade e ajudar a narrar eventos de guerra em nível internacional que Baker atribui aos T/Is no Iraque não foi por nós identificado nas narrativas do corpus. Em que pese haveremos encontrado uma narrativa em que a T/I entrevistada afirma ela mesma ter selecionado as pessoas para concederem entrevistas aos jornalistas ocidentais em hotéis de Bagdá (trata-se do artigo do *GU* intitulado *Deadlines of the frontline: Stephen Farrell, Sultan Munadi and the perils of war reporting*, constante de nosso corpus), não há como afirmar categoricamente que os T/Is têm realmente poder de formatar as narrativas sobre a guerra. As narrativas constantes de nosso corpus não apontam que o T/I tenha esta capacidade de narrar a guerra com base em seu ponto de vista. Elas não mostram o T/I como um agente empoderado capaz de influenciar na maneira como a guerra é contada. Logo, não identificamos, em nossa pesquisa, esse poder que Baker acredita que o T/I possui. Ademais, vemos que o estudo realizado por Baker é o contrário da pesquisa de Stahuljak sobre os T/Is no caso croata. Enquanto esta autora defende que não houve qualquer espaço concedido aos T/Is na construção das narrativas sobre a Guerra na Croácia, Baker e Palmer (2007) argumentam que no caso do Iraque o T/I tinha papel importante na construção das narrativas sobre a guerra.

Entender as atividades de tradução e interpretação também como formas de renarração é a alternativa mais perspicaz, segundo Baker (2008), à ideia de tradução como construção de pontes e facilitadora de entendimentos. Muitas vezes, especialmente em momentos de guerra, o conflito, o caos e o desentendimento são

¹¹² Trecho original: "In addition to the impact they have on shaping the narrative of any war merely by being there and piecing the story together for transient groups and individuals, interpreters and translators exercise considerable influence on the way the war is narrated in other respects. To start with, and despite the mistrust with which they are generally treated, they are paradoxically often given considerable freedom in construing the nature of their task and interpreting the immediate event for their interlocutors. (...)The way they perform their task in war zones is thus highly consequential: they have considerable latitude as narrators and can influence the unfolding narrative in ways that are hardly ever acknowledged by their interlocutors."

causados propositadamente. Dessa forma, e assim como Tymoczko (2003), a autora salienta que o T/I nunca é neutro porque ele interpreta a realidade a partir das narrativas construídas à sua volta, às quais ele adere ou não. Por não ser neutro, o T/I pode adentrar a narrativa e deslocá-la para um contexto mais favorável ao seu interesse ou de sua comunidade, o que Baker considera ético em algumas situações, especialmente quando o empregador é alguém que oprime o tradutor e seu povo, situação extremamente comum em zonas de conflito. E justamente por hipoteticamente poder infiltrar-se na narrativa e também por possuir uma nacionalidade diferente da das forças de ocupação, no caso dos T/Is estudados neste trabalho, eles também experimentam o dissabor de não terem a confiança de seus empregadores.

No próximo item, estudaremos as principais características da narrativa conforme lecionam Baker e Somers e Gibson, aplicando-as ao caso concreto das narrativas jornalísticas produzidas pelo *NYT* e *GU* acerca dos T/Is contratados localmente na “Guerra ao Terror”. Nosso objetivo será identificar como as narrativas constroem a identidade dos T/Is no conflito e como podem moldar a opinião pública acerca deles e da própria guerra.

3.2 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DAS NARRATIVAS IDENTIFICADOS NOS ARTIGOS DO *GU* E DO *NYT*

Neste item faremos a análise das características da narrativa presentes nos artigos do *NYT* e *GU*, dedicando algumas páginas ao estudo de quais características são essas e qual o seu poder em formatar o que lemos e nossa compreensão de mundo, por conseguinte, tendo como base o trabalho de Baker (2006). O que faremos na sequência é verificar como essas características aparecem nos artigos de nosso corpus. Para tanto, a fim de identificar alguns elementos estruturantes do nosso corpus, dez artigos foram escolhidos aleatoriamente do total de 71 reportagens. Dentre esses dez artigos, 5 são do *NYT* e 5 do *GU*. Os artigos foram escritos nos anos de 2005, 2007, 2008, 2010, 2011, 2013, 2016 e 2017. Apenas 3 artigos retratam o Afeganistão. Os demais são sobre o Iraque. Estes números reforçam o padrão do corpus original, que é composto por quase 10% a mais de artigos abordando o Iraque.

Bruner (1991) defende que as pessoas organizam suas memórias e experiências por meio das narrativas e mais, essas narrativas ou histórias não devem ser rotuladas como verdadeiras ou falsas, pois não podem ser testadas empiricamente, com formas matemáticas e lógica. Essas histórias precisam apenas alcançar a verossimilhança. Este autor, ao estudar como a realidade é construída por meio das narrativas, analisa dez de suas características, algumas são compatíveis com as que Baker, Somers e Gibson também estudam. Para fins deste trabalho, como mencionado anteriormente, o esteio será o trabalho das três pesquisadoras e, no que houver analogias, incluiremos as visões de Bruner.

Passemos, então, à análise do entendimento de Baker sobre cada uma dessas características, mas não sem antes frisar o seguinte ponto: as quatro características da narrativa que serão abaixo analisadas possuem aspectos que se inter-relacionam. Por este motivo, estes aspectos poderão ser discutidos quando da análise de mais de uma característica, a exemplo do prisma moralizante das narrativas, que é discutido tanto na característica “temporalidade” quanto na característica “envolvimento causal”.

3.2.1 Temporalidade

Leciona Baker que a temporalidade não quer dizer que os eventos são narrados em uma ordem correta para refletir um tempo real ou cronológico, mas que os elementos da narrativa são apresentados em uma sequência e esta ordem tem uma razão de ser. Nas palavras da autora:

Primeiramente, a temporalidade significa que a sequência é um princípio de organização na experiência de interpretação. O conjunto de eventos, relacionamentos e protagonistas que constituem qualquer narrativa – seja ela ontológica, pública ou conceitual – tem de estar embutido em um contexto sequencial e em uma configuração temporal e espacial específica que os tornem inteligíveis (...) Em segundo lugar, (...) a sequência na qual a narrativa é apresentada é um fator constitutivo daquela narrativa no sentido de que direciona e restringe a interpretação de seu significado. A forma como ordenamos os elementos em uma narrativa, seja temporal ou espacialmente, cria as conexões e relações que transformam um conjunto de episódios isolados em uma narrativa coerente¹¹³. (BAKER, 2006, p. 51-52)

¹¹³ Trecho original: “First, temporality means that sequence is an organizing principle in interpreting experience. The set of events, relationships and protagonists that constitute any narrative – whether ontological, public or conceptual – has to be embedded in a sequential context and in a specific

Aplicamos a metodologia proposta por Baker aos sete primeiros parágrafos dos 10 artigos aleatoriamente selecionados do corpus inicial de 71 artigos. Não aplicamos a metodologia à integralidade dos artigos por estarmos testando uma hipótese e porque já é possível observar um padrão da narrativa jornalística logo nos primeiros parágrafos dos textos. Entretanto, ao longo da análise que se seguirá, quando foi mais contundente, a título de argumentação, utilizamos como exemplo um trecho da narrativa que não estava incluído nos sete primeiros parágrafos de cada artigo. Uma das principais funções dos textos jornalísticos é produzir e difundir informações sobre os eventos que nos cercam; em nosso caso concreto, sobre as guerras no Afeganistão e Iraque. Ocorre que a temporalidade criada com base em uma sequência de eventos nas narrativas de nosso corpus não é capaz de informar o leitor sobre a guerra. Os eventos são fragmentados e não há uma sequência cronológica que permita entender com clareza os acontecimentos. Isto é, o leitor é encaminhado aos Estados Unidos em um primeiro parágrafo, a Falluja em um segundo parágrafo, de volta aos Estados Unidos em um terceiro parágrafo em anos que vão e voltam no tempo. A título de exemplificação, vejamos o artigo *Allies in Combat, Now Unwanted*, do *NYT*. O primeiro item da reportagem é uma foto (abaixo) que retrata um soldado americano ferido sendo ajudado por um T/I iraquiano, em que a legenda identifica que o evento representado é do ano de 2007, no Iraque.

temporal and spatial configuration that renders them intelligible. (...) Second, (...) the sequence in which a narrative is presented is constitutive of that narrative in the sense that it directs and constrains interpretation of its meaning. The way we order elements in a narrative, whether temporally or spatially, creates the connections and relations that transform a set of isolated episodes into a coherent account.”



Figura 4. Legenda: Um intérprete iraquiano, à esquerda, ajudou um soldado americano ferido no Iraque em 2007¹¹⁴. Fonte: < <https://www.nytimes.com/2017/01/29/opinion/allies-in-combat-now-unwanted.html>>

Já no primeiro parágrafo desta narrativa, o ano abordado é 2004 e o local é Faluja. No segundo parágrafo, encontramos expressões temporais como “naquele novembro” e “neste dia”, e o local também é Faluja. O terceiro parágrafo não menciona tempo ou espaço. No quarto parágrafo, o ano é 2006 e o local é a Jordânia. No quinto parágrafo, o momento é janeiro de 2007, e o local é o Senado dos EUA. No sexto parágrafo, a expressão temporal encontrada é “após aquela audiência” e o local é o Congresso norte-americano. No sétimo parágrafo, as expressões temporais são “sete meses depois” e “5 anos atrás” e o local é os EUA.

No artigo *Officers Battle Visa Hurdles for Iraq Aides*, também do NYT, o mesmo padrão acima se repete. O primeiro parágrafo aborda o ano de 2005 e o local é o Iraque. No segundo parágrafo, a expressão temporal é “no ano que passaram juntos”, e o local é Iraque/Faluja. O terceiro parágrafo não menciona nem tempo nem lugar. No quarto parágrafo, tem-se a expressão “levou dois anos” e não há referência a nenhum lugar físico, o que não permite uma contextualização

¹¹⁴ Trecho original: “An Iraqi interpreter, left, helped a wounded American soldier in Iraq in 2007.”

geográfica dos fatos. No quinto e sexto parágrafos, não há menção a tempo ou espaço. No sétimo parágrafo, volta-se aos anos de 2003 e 2004, e os locais são Iraque e EUA.

Vejamos agora o caso dos artigos do *GU*. Na narrativa intitulada *A friend in need*, no primeiro parágrafo encontramos as expressões temporais “seis meses atrás” e “poucos dias atrás” e o local é a Dinamarca. No segundo parágrafo, as expressões de tempo são “esta segunda-feira” e “há meses”, e não há menção ao local. No terceiro parágrafo temos o tempo “desde o Natal” e o local é Basra. No quarto parágrafo, a expressão temporal é “há meses” e o local é o Iraque. No quinto parágrafo encontramos “desde a primavera” e os locais são Dinamarca, Reino Unido e Síria. No sexto parágrafo não há menção de tempo e os locais são Iraque e Reino Unido. No sétimo parágrafo também não há menção de tempo e os locais são Iraque e Grã-Bretanha. No artigo *Home Office ‘to review’ policy on returning Afghan military interpreters*, também do *GU*, o que encontramos não foi diferente. No primeiro parágrafo não há menção de tempo e o local é o Reino Unido. No segundo parágrafo temos as expressões temporais “por sete anos”, “na quinta-feira” e “no último abril”. Os locais abordados são Reino Unido e Afeganistão. No terceiro parágrafo a expressão temporal é “na audiência anterior” e não se fala o local. No quarto parágrafo as expressões temporais são “no último verão” e “neste mês” e o local é Afeganistão/Cabul. No quinto parágrafo a expressão temporal é janeiro e o local é o tribunal britânico. O sexto e sétimo parágrafos não apontam tempo e o local é Reino Unido e Afeganistão, respectivamente.

Este padrão de desconexão entre datas e locais se repete em 9 artigos da amostragem aleatória. Isto é, o leitor é levado à frente e atrás no tempo, por lugares diversos, através de uma narrativa que não o esclarece sobre a guerra, mas o conduz a pensar em como as relações de amizade entre os T/Is contratados localmente e os militares das forças de ocupação se construíram, nos serviços leais que esses T/Is prestaram, que são heróis tanto quanto os militares.

Em um segundo momento, as narrativas conduzem aos locais de decisão política em que os militares/representantes favoráveis aos T/Is adotam medidas para salvá-los das perseguições de seus nacionais. Expressões como “naquele verão” não favorecem a compreensão da temporalidade dos eventos bélicos, até porque a época de incidência do verão em determinada localidade varia conforme o

hemisfério. As narrativas focam o tempo que estes militares e T/Is tiveram de aguardar até que as burocráticas administrações norte-americana e inglesa emitissem os vistos para entrada desses T/Is nos países considerados seguros. As narrativas procuram focar momentos de descontração entre os T/Is e seus contratantes militares, como no artigo *Iraqi Ex-Employees of US Face Death Threats or Exile*, em que o T/I joga vídeo game com os militares americanos em uma base em Bagdá, ou o artigo *Officers Battle Visa Hurdles for Iraqi Aides*, ambos do *NYT*, em que todo dia no fim da tarde, o T/I e o militar americano conversavam e tomavam chá. Assim, observamos que a temporalidade, segundo a metodologia proposta por Baker acima, nos indica que o encadeamento dos eventos se dá numa sequência não inteligível acerca da compreensão da guerra. Isto é, às vezes, não há indicação de lugar, às vezes, não há indicação temporal, o que não permite a aproximação desta narração com nenhuma das grandes narrações conhecidas no sistema ocidental, a exemplo do Imperialismo, da Revolução Francesa, do Iluminismo etc, conforme lecionam Somers e Gibson (1993).

Baker ainda alerta que a temporalidade também está relacionada com o envolvimento causal¹¹⁵. Trata-se de uma ligação entre os eventos narrados, os quais são apresentados nas narrativas não só em relação ao passado e ao presente, mas fazendo uma projeção para o futuro, o que, em última análise, ajuda a moldar o comportamento do destinatário da narrativa diante do que foi previsto para esse futuro. Nas palavras da autora:

A temporalidade não se refere apenas ao passado e ao presente, mas também e crucialmente, ao futuro. As narrativas sempre projetam um final cronológico que também é um final com uma moral da história, com um propósito, uma previsão, uma aspiração. Por esta razão, as narrativas guiam o comportamento e a ação. (BAKER, 2006, p. 54)¹¹⁶

Os parágrafos de cada uma das 10 narrativas, ao serem estudados pormenorizadamente, nos apresentam dados interessantes sobre a “moral da história”, conforme dito acima por Baker. Por exemplo, na narrativa *Iraqi Ex-Employees of U.S. Face Death Threats or Exile* (ZOEPF, 2005), do *NYT*, temos no

¹¹⁵ cf. item 3.2.3.

¹¹⁶ Trecho original: “Temporality is not just about the past and the present, but also, and crucially, about the future. Narratives Always Project a chronological end that is also a moral end, a purpose, a forecast, an aspiration. This is why narratives guide behavior and action.”

segundo parágrafo que o T/I iraquiano chamado Nashwan Hassan Ahmed trabalhou de maneira “corajosa e incansável, lado a lado com as tropas em perigosas caçadas noturnas por insurgentes¹¹⁷”(ZOEPEF, 2005). No parágrafo quinto há a informação de que por causa de seu trabalho, a família deste T/I sofreu “ameaças e abusos” e teve de se esconder dos “insurgentes”. Quando o Sr. Ahmed implorou ajuda de seus chefes americanos, soube que estes não poderiam lhe ajudar. Pela segurança de sua família, o Sr. Ahmed se mudou do Iraque sozinho¹¹⁸(ZOEPEF, 2005). Em conclusão, após identificarmos os diferentes períodos do artigo, observamos que a “moral da história” (Baker, 2006) é que os T/Is que agiram lealmente para com as forças de ocupação estão ou sendo mortos no Iraque ou fugindo para um país vizinho para evitar o extermínio e que os EUA não estão ajudando seus ex-empregados.

Outro exemplo a respeito da “moral da história” é encontrado na narrativa *Few Iraqis Reach Safe U.S. Havens Despite Program*, também do *NYT*. Logo no primeiro parágrafo temos a frase ‘iraquianos que estão em perigo porque trabalharam para o governo e os militares americanos¹¹⁹’ e a “moral da história” é que a Administração americana tem feito muito pouco por estes seus aliados. No mesmo sentido, encontramos a narrativa *Army’s Iraqi interpreters face hardship after fleeing to UK* (ASTHANA, 2010), do *GU*, em que no primeiro parágrafo consta “iraquianos que arriscaram suas vidas trabalhando para o exército britânico como intérpretes (...) falaram de seu choque diante da privação que enfrentam desde que deixaram seu país natal¹²⁰”. O motivo apresentado para deixarem seu país é a perseguição de milícias, conforme consta do segundo parágrafo. E a razão das dificuldades é apresentada no parágrafo terceiro: em que pese o T/I ter bacharelado e pós-

¹¹⁷ Trecho original: “working bravely and tirelessly, side by side with troops on dangerous nighttime hunts for insurgents...”.

¹¹⁸ Trecho original: “Because of his work with American troops, some Iraqis saw Mr. Ahmed as a collaborator. Mr. Ahmed said his family was harassed and abused, and they moved three times in an effort to hide from insurgents. When Mr. Ahmed begged his American bosses for help, he was told they could do nothing. He said he finally realized that for his family’s safety, he would have to leave Iraq.”

¹¹⁹ Trecho original: (...)“Iraqis who are in danger because they worked for the American government and military...”

¹²⁰ Trecho original: “Iraqis who risked their lives working for the British army as interpreters before settling in the UK have spoken of their shock at the hardship they have faced since leaving their home country.”

graduação, não consegue encontrar trabalho no Reino Unido. A “moral da história” está no último parágrafo do texto:

estas são pessoas que foram forçadas a fugir do Iraque devido ao seu trabalho para as forças britânicas – particularmente nesses momentos econômicos difíceis, o mínimo que o Reino Unido pode fazer é ajudá-los com emprego, para que eles possam não apenas se sustentar e às suas famílias, mas para que tenham reconhecimento pelas habilidades e qualificações que eles possuem, de forma a evitar ter de começar do zero.¹²¹ (ASTHANA, Anushka. “Army’s Iraqi interpreters face hardship after fleeing to UK.” The Guardian. [London, UK]. 7 de novembro de 2010.

Percebemos que a orientação moral de ambos os jornais é a mesma: os T/Is se arriscaram, são aliados, e não estão sendo devidamente recompensados pelas administrações americana e britânica. Esta é a tônica de 8 das 10 narrativas analisadas neste tópico.

Retomando Baker, veremos agora o último aspecto com o qual a temporalidade se relaciona, segundo esta autora: a história. Como notamos acima ao refletirmos sobre o trabalho de Berger e Luckmann, o que se apresenta como realidade é o resultado de uma construção da narrativa que molda uma visão de mundo. Com base nas várias histórias que nos são contadas construímos nossa identidade e criamos nossas narrativas ontológicas, assim como as histórias circulantes em nosso meio nos ajudam a compreender as narrativas públicas produzidas pelas instituições jornalísticas. Para fazermos a interpretação dos eventos narrados, estamos sempre fazendo conexões entre as histórias que permeiam nossas vidas, pois, geralmente, são desdobramentos de acontecimentos anteriores.

No caso analisado em nosso corpus, há quem entenda, como Fradkin e Libby (2015), por exemplo, que a “Guerra ao Terror” tem suas origens bem antes do atentado às Torres Gêmeas, tratando-se de um desdobramento da política externa americana à época da Guerra do Golfo (1990-1991). Dessa forma, para entender melhor as narrativas sobre a “Guerra ao Terror” seria necessário ter um conhecimento prévio sobre o evento histórico do qual ela decorre, ou que as

¹²¹ Trecho original: “These are people who were forced to flee Iraq due to their work for the British forces – particularly in these difficult economic times, the least the UK can do is to support them into employment so they can not only support themselves and their families, but get recognition for their existing skills and qualifications to avoid starting from scratch again.”

narrativas produzidas sobre este assunto tragam elementos históricos que a expliquem ou a contextualizem. Nos artigos por nós observados, existem poucas referências a eventos históricos, mas aparecem alguns como a Guerra do Vietnã e a Guerra Fria quando, de acordo com os argumentos dos autores das narrativas, os EUA fizeram mais por aliados em países estrangeiros que nesta guerra de 2003. Conforme a narrativa *Iraqi Ex-Employees of U.S. Face Death Threats or Exile*, do *NYT*, por exemplo, nos anos 1990 e 1996, os EUA retiraram do próprio Iraque milhares de aliados para evitar que sofressem perseguição pelo governo de Saddam Hussein. Outro exemplo é encontrado no artigo *Few Iraqis Reach Safe US Havens Despite Program*, do *NYT*. Os autores argumentam que os EUA, na década de 70, processaram os vistos dos aliados vietnamitas no próprio Vietnã e nos anos 80, fizeram o mesmo pelos aliados na extinta URSS. No Iraque, por outro lado, os EUA, mesmo tendo uma de suas maiores embaixadas lá localizada, não processava o visto dos T/Is aliados em Bagdá, de modo que estes T/Is tinham de se deslocar até os países vizinhos, Síria e Jordânia, para darem entrada em pedidos de visto como refugiados. A menção a outro evento histórico também aparece de maneira fragmentada e sem encadeamento lógico no artigo *For Military, Slow Progress in Foreign Language Push*, do *NYT*. Um dos entrevistados no artigo, John Nagl, Tenente-Coronel aposentado do exército americano, especialista em táticas de contra insurgência, afirma que a postura norte-americana quando a Rússia lançou o Sputnik foi diferente da postura adotada na “Guerra ao Terror”. Naquela oportunidade, os EUA teriam preparado pessoas para entender o idioma russo enquanto que na “Guerra ao Terror”, os esforços militares foram insuficientes no treinamento das forças armadas em idiomas estratégicos. Ou seja, o artigo faz uma clara menção à Guerra Fria e à corrida espacial russa, mas isto só seria percebido por aqueles que tivessem conhecimento do que era o Sputnik mencionado na narrativa. Assim, fazer citações de nomes/eventos históricos, segundo Baker, é um recurso de que se serve o narrador para enriquecer sua narrativa com detalhes. Ocorre que em textos jornalísticos, a escolha dos eventos históricos nos induz a uma fragmentação, impossibilitando uma relação lógica com estas grandes narrativas existentes. Percebemos que, embora existam referências a eventos de fatos históricos nos artigos, eles não chegam a constituir uma historicidade, isto é, a construção de uma cronologia que explique os fatos. Há a simples menção a ‘Guerra

Fria', 'Guerra do Vietnã' e a anos (anos 70, anos 80, anos 90) sem que se informe a ligação desses eventos e anos aos acontecimentos recentes no Afeganistão e Iraque. Assim, nota-se que não há uma relação de causa e efeito entre os eventos históricos citados e a guerra atual narrada nas reportagens, isto é, a historicidade é fragmentada. Ocorre, na realidade, uma justaposição dos episódios, acarretando uma impossibilidade de estabelecer ligações lógicas entre os fatos.

No artigo *Khan's kitchen: the difficult life of an Afghan interpreter for the British military*, do *GU*, há outra referência histórica, quando o T/I entrevistado, que tem o pseudônimo de Khan, diz temer a retirada das tropas da coalizão ao fim dos conflitos, pois acreditava que haveria uma carnificina no Afeganistão, análoga à ocorrida nos 1990, quando os russos deixaram o país. E o último exemplo calcado em eventos históricos está contido no artigo *Home Office 'to review' policy on returning Afghan military interpreters*, também do *GU*. Neste artigo, as forças ocidentais que compõem a coalizão são chamadas de forças aliadas, exatamente como eram chamados os países que combatiam a ditadura nazista e outras durante a II Guerra Mundial. Isto é, ocorre uma associação entre as forças aliadas de outrora e as atuais no combate ao mal que era personificado por Hitler e atualmente o era por Saddam Hussein e depois dele, os "terroristas", os "fundamentalistas religiosos", os "insurgentes", os "extremistas".

Em que pese para Baker a questão de a relação com fatos históricos facilitarem o entendimento dos eventos narrados, no caso concreto, observamos que isso não ocorre. Há apenas menção a alguns eventos do passado que não explicam o motivo e escalada da atual "Guerra ao Terror". Os leitores continuam sem entender o motivo pelo qual seus países estavam envolvidos em uma guerra que custou às suas nações muitas vidas e dinheiro. Considerando-se que as narrativas produzidas não são claras a respeito da origem e dos objetivos da guerra, as populações dos EUA e da Grã-Bretanha permaneceram insuficientemente informadas e não questionaram firmemente seus governos sobre a permanência ou não de seus países nesses conflitos. De certa maneira, a desinformação fomenta a guerra, motivo pelo qual percebemos que a forma como as narrativas são construídas molda o comportamento das pessoas que as leem.

3.2.2 Relação

A relação, segundo Baker, é a característica da narrativa que nos permite compreender as histórias sempre fazendo paralelos com outras histórias. Isto é, é impossível que entendamos os eventos presentes em uma narrativa sem que façamos relações entre fatos, dados e outros eventos relativos à história principal abordada. Dessa forma, a coerência e a viabilidade da narrativa dependem de como as partes se juntam. Acerca da conectividade entre as partes da narrativa, Somers e Gibson assim se manifestam:

A conectividade das partes é precisamente o motivo pelo qual as narrativas transformam “eventos” em episódios, caso a sequência de episódios seja apresentada ou experimentada de alguma forma que pareça uma ordem cronológica. Isso é feito por meio do “envolvimento”. É o envolvimento que confere significância a instâncias independentes, não sua ordem cronológica ou categórica. E é o envolvimento que traduz os eventos em episódios. (SOMERS; GIBSON, 1993, p. 28)¹²²

Analisaremos, em seguida, como as narrativas fazem a relação entre os eventos apresentados, convertendo-os em episódios. Começando pela narrativa intitulada *Allies in Combat, Now Unwanted*, do NYT. No quarto parágrafo encontramos a seguinte construção:

*Em 2006, outro de meus intérpretes, Abood, e sua família foram forçados a fugir do Iraque depois que militantes deixaram uma cabeça de cachorro na porta de sua casa com um bilhete dizendo que eles seriam os próximos. Eu devo minha vida a Abood e não posso contar o número de vezes que ele se colocou em perigo para proteger os “seus” fuzileiros. Duas das quatro filhas de Abood também serviram como intérpretes. Á época, não havia como eles imigrarem para os Estados Unidos, então, ele e sua família fugiram para a Jordânia, onde aguardaram com poucas esperanças que a América abrisse suas portas.¹²³ (ISCOL, Zachary. “Allies in Combat, Now Unwanted”. *The New York Times*. [Nova York, NY]. 29 de janeiro de 2017.*

¹²² Trecho original: “The connectivity of parts is precisely why narrativity turns “events” into episodes, whether the sequence of episodes is presented or experienced in anything resembling chronological order. This is done through “emplotment.” It is emplotment that gives significance to independent instances, not their chronological or categorical order. And it is emplotment which translates events into episodes.”

¹²³ Trecho original: “In 2006, another one of my interpreters, Abood, and his family were forced to flee Iraq after militants left a dog’s head outside their door with a note saying that they would be next. I owed my life to Abood and cannot count the number of times he put himself in harm’s way to protect “his” Marines. Two of Abood’s four daughters also served as interpreters. At the time, there was no

O que percebemos é que uma frase se sobrepõe à outra sem uma relação direta de causa e efeito. O T/I Abood e sua família fogem do Iraque porque foram ameaçados. O militar autor do artigo deve sua vida à Abood. Duas das quatro filhas de Abood também foram T/Is das tropas de ocupação. Como não havia maneira de Abood e sua família mudarem-se para os EUA, eles fugiram para a Jordânia. Não há uma linha temporal/sequencial nesses eventos. E eles também não trazem ao leitor explicações para compreender a guerra. O que encontramos no artigo é a abundância de palavras de cunho afetivo para descrever o T/I e as relações de amizade desenvolvidas entre os T/Is e os militares americanos; há a exposição da vida pessoal dos militares, tudo isso com o objetivo de produzir uma história sensibilizante e emotiva, que desvia dos assuntos centrais sobre a guerra. Ademais, os eventos vão de histórias individuais para histórias gerais. Por exemplo, no oitavo parágrafo desta narrativa, o autor fala da história individual de um outro T/I que lhe serviu no Iraque, de pseudônimo Frank:

*Há dois meses recebi um e-mail de Frank. Ele ainda estava vivendo em Bagdá, temendo diariamente por sua segurança e de sua família. Após seis anos de vetos, inclusive o que parecia incontáveis entrevistas e verificações de antecedentes por várias agências governamentais, ele finalmente foi liberado para vir para os Estados Unidos com sua esposa grávida e um filho de 18 meses. Minha esposa e eu começamos a preparar nosso quarto de hóspedes para sua chegada.¹²⁴ (ISCOL, Zachary. “Allies in Combat, Now Unwanted”. *The New York Times*. [Nova York, NY]. 29 de janeiro de 2017.*

No parágrafo imediatamente seguinte, o autor escreve: “Mas agora, por causa de um decreto do Presidente Trump, Frank não é mais bem-vindo”¹²⁵. Isto é, passou-se da história pessoal de Frank e do autor para uma questão de política interna dos EUA: o banimento de imigrantes provenientes de 7 países predominantemente muçulmanos, decidido por Trump em janeiro de 2017. Ademais,

way for them to immigrate to the United States, so he and his family fled to Jordan, where they waited with faint hopes that America would open its doors.”

¹²⁴ Trecho original: “Two months ago, I got an email from Frank. He was still living in Baghdad with daily fears for his and his family’s safety. After six years of vetting, including what seemed like countless interviews and background checks by various government agencies, he had finally been cleared to come to the United States with his pregnant wife and 18-month-old son. My wife and I began to prepare our guest room for their arrival.”

¹²⁵ Trecho original: “But now, because of a new executive order by President Trump, Frank is no longer welcome.”

o T/I recebe um pseudônimo inglês, o que ajuda a posicioná-lo no lado Ocidental da coalizão. Outra relação (Baker, 2006) detectável nas narrativas é a criação de um envolvimento afetivo, ou a utilização de palavras ou expressões que provocam um sentimento afetivo no leitor. Neste exemplo, vemos que o autor cita que deve sua vida ao T/I; que juntamente com sua esposa preparava o quarto de hóspedes de sua casa para receber um T/I e sua esposa grávida, além do filho bebê do casal iraquiano. Isto é, constrói-se uma narrativa que mais se assemelha a um romance, e não a um texto jornalístico que deveria primar, em tese, pela objetividade e pela informação. E enquanto o leitor é conduzido a pensar sobre as histórias emotivas narradas ele não reflete sobre a guerra em si.

Na narrativa do *NYT Iraqi Ex-Employees of U.S. Face Death Threats or Exile*, encontramos outra situação em que se passa de uma história individual para uma história geral, além da utilização de palavras emotivas para construção de um envolvimento afetivo que descreve o T/I como pertencente ao lado americano da coalizão. No vigésimo parágrafo, Erik Schiemann, ex-capitão de infantaria do exército americano, assim se manifesta sobre seu T/I Nashwan Hassan Ahmed:

*Ele é um cara ótimo. (...). Todos em nossa companhia o conheciam como Nash. Às vezes, tínhamos missões à noite, coisa bem perigosa, e nossas tropas estavam lá com coletes à prova de balas. E Nash estava lá com os caras, totalmente desarmado, mas trabalhando lado a lado com eles.*¹²⁶
(ZOEPEF, Katherine. "Iraqi Ex-Employees of U.S. Face Death Threats or Exile." *The New York Times*. [Nova York, NY] 5 de junho de 2005.

Em seguida, no vigésimo primeiro parágrafo, o autor aborda uma questão geral de política externa norte-americana: pelo menos duas vezes no passado, os EUA fizeram arranjos políticos para apoiar iraquianos que lhes foram leais durante os anos 1990. A construção de uma narrativa com foco afetivo, buscando demonstrar uma relação de dívida para com os T/Is é comum, encontrada em 9 dos 10 artigos analisados. Baker afirma que "no processo de importar elementos de outra narrativa, tanto a narrativa original quanto a nossa própria narrativa tornam-se

¹²⁶ Trecho original: "He's just a great guy," Mr. Schiemann said of Mr. Ahmed. "Everyone in our company knew him as Nash. Sometimes we'd have missions at night, very dangerous stuff, and our troops are out there with body armor. And Nash would be right there with the guys, totally unarmed, but working side by side with them."

inevitavelmente reconstituídas¹²⁷ (BAKER, 2006, p. 62). A mescla das narrativas pessoais dos autores dos artigos, contendo suas impressões subjetivas sobre os T/l's, aos assuntos gerais de política interna ou externa dos países envolvidos na guerra culmina na produção de histórias reconstituídas sob um prisma romanceado que desvia o foco do assunto sobre a guerra. Como exemplo, vejamos o caso narrado em *Afghan interpreters' resettlement scheme 'does not go far enough'*, do *GU*. A respeito do programa britânico de concessão de vistos aos T/l's afegãos, o então vice primeiro-ministro Nick Clegg assim se manifesta:

*Nunca escondi minha própria opinião de que a noção de que pudéssemos, de alguma forma, virar nossas costas aos intérpretes afegãos que colocaram suas próprias vidas em risco pelos militares britânicos é moralmente inaceitável. (...). Devemos isso a eles, garantir que onde estejam sob real ameaça de represálias ou intimidação, nós cuidemos deles.*¹²⁸ (SIDDIQUE, Haroon. "Afghan interpreters' resettlement scheme does not go far enough". *The Guardian*. [London, UK]. 22 de maio de 2013.

Observamos nos 10 artigos analisados que há a utilização de palavras específicas pelos autores as quais nos permitem fazer relações com eventos passados e compreender a forma de construção das narrativas e seus objetivos, não de informação, mas de convencimento do leitor acerca dos fatos narrados. Depreende-se do trabalho de Baker (2006) que a escolha de determinadas palavras para figurarem nas narrativas tanto pode obscurecer quanto lançar luz sobre determinados eventos, provocando ou apagando uma relação entre os fatos narrados, o que implica em uma impossibilidade de relacionar os fatos entre si, portanto, de construir uma visão sobre a guerra.

Nos artigos *Officers Battle Visa Hurdles for Iraqi Aides* e *Few Iraqis Reach Safe US Havens Despite Program*, os T/l's recebem, literalmente, o nome de "aliados" das forças de ocupação. Percebemos que eles são colocados como pertencentes ao lado ocidental da coalizão e é apagado o seu pertencimento à comunidade iraquiana. No primeiro artigo acima citado, inclusive, o autor, ao

¹²⁷ Trecho original: "In the process of importing elements from another narrative, both the original narrative and our own narrative are inevitably reconstituted."

¹²⁸ Trecho original: "I have never hidden my own view that the notion that we could somehow turn our backs on the Afghan interpreters who have put their own life and limb at risk for British servicemen and women is morally unacceptable," he said. "We owe it to them to make sure that where they are under real threat of retribution or intimidation, we look after them."

descrever como funcionava a rede de ajuda criada por um militar americano e seu estafe para tirar do Iraque os T/Is que serviram as forças americanas, diz que os militares pastoreavam (“shepherd”) os T/Is pela Jordânia e Síria, até que conseguissem chegar em segurança aos EUA. A escolha da palavra “pastorear” tem cunho religioso, e remete a Jesus pastoreando suas ovelhas rumo à salvação, ou os militares pastoreando os T/Is rumo aos EUA. Vejamos o trecho e o parágrafo imediatamente seguinte:

*O Tenente-Coronel Steven Miska, um oficial de infantaria do Exército, teve mais de 50 intérpretes trabalhando para ele durante os anos em que serviu no Iraque. Após verificar o processo de visto, ele decidiu que “nenhum iraquiano entenderia aquela coisa”, e organizou os membros da sua equipe para estabelecerem uma rede. Eles emparelham iraquianos com veteranos americanos que ajudam a pastoreá-los para fora do Iraque, através da Jordânia e da Síria até chegar aos Estados Unidos. “Isto não é apenas a coisa certa a se fazer do ponto de vista moral, é a forma para se ganhar”, disse o coronel Miska, destacando que a assistência ajudará a tranquilizar os iraquianos, no sentido de que podem confiar nos americanos apesar do risco em ajuda-los.¹²⁹ (MULCAHY, Conrad. “Officers Battle Visa Hurdles for Iraq Aides. *The New York Times*. [Nova York, NY]. 14 de maio de 2008.*

Temos acima, além da narrativa que constrói uma relação de lealdade e afetividade entre militares e T/Is, a qual é estendida aos leitores dos jornais em virtude desse tipo de texto, outra questão importante: garantir a continuidade da guerra e sua vitória. Fica explícito pela paráfrase do Coronel Miska que é preciso encorajar os T/Is a continuarem prestando um serviço fundamental para a continuidade do conflito: a intermediação linguística. Sem T/Is não é possível garantir a vitória na guerra, pois não se terá acesso à população local que participa ativamente do conflito. Logo, é necessário garantir a este T/I que ele não será desamparado.

Em 9 dos 10 artigos analisados, aqueles que ameaçam, sequestram e/ou matam os T/Is são nomeados de “insurgentes”, “extremistas”, “militantes” ou “Talibã”. A escolha destas palavras ou itens nas narrativas estudadas vincula, isto é, relaciona (para usar o termo de Baker) aqueles que perseguem os T/Is com a

¹²⁹ Trecho original: “Lt. Col. Steven Miska, an Army infantry officer, has had more than 50 interpreters work for him during his years in Iraq. After looking into the visa process, he decided that “no Iraqi would ever figure that thing out,” and set his staff members to establish a network. They pair Iraqis with American veterans who help shepherd them out of Iraq, through Jordan and Syria and into the United States. “Not only is it the right thing to do from a moral perspective, it’s the way to win,” Colonel Miska said, stressing that the assistance will help reassure Iraqis that they can trust Americans despite the risk in helping them.”

personificação do mal. Vejamos excerto da narrativa *Home Office 'to review' policy on returning Afghan military interpreters*, do GU:

*Advogados do intérprete no caso desta semana, o qual não teve seu nome divulgado por questões jurídicas, dizem que ele regularmente colocava sua vida em risco e que ele e sua família receberam diversas ameaças do Talibã, escritas e por telefone.*¹³⁰ (TAYLOR, Diane. "Home Office 'to review' policy on returning Afghan military interpreters". The Guardian. [London, UK]. 25 de março de 2016.

Isto é, esses personagens - além de não serem entrevistados nas reportagens para contarem suas versões dos fatos, - como são os militares, porta-vozes dos governos, membros de organizações humanitárias e T/Is - são sempre considerados malfeitores e já têm nomes certos para serem identificados pela mídia.

Complementado nossa argumentação, foi possível detectar, ainda, outra relação construída pela imprensa: a de que o Iraque permanece sendo o país de Saddam Hussein. Isto, em tese, explicaria a dificuldade na concessão de vistos de refugiados aos T/Is. Por exemplo, o artigo *Officers Battle Visa Hurdles for Iraqi Aides*, escrito em 2008, esclarece que os passaportes emitidos pelo governo de Saddam Hussein não têm validade, motivo pelo qual os T/Is deveriam se dirigir aos países vizinhos, como Síria e Jordânia, para conseguirem passaportes e vistos. Ocorre que Saddam já estava morto desde 2006. Ou seja, mesmo após 2 anos morto, o país continuava sendo identificado como administrado por Saddam. Retomando o pensamento de Baker (2006) acima, a escolha de itens para integrar as narrativas é essencial na construção das relações que se deseja fazer e destacar. Neste caso concreto, a relação destacada na narrativa é que o Iraque continuava sendo o país do "ditador", possivelmente dando a entender que a guerra era uma guerra de libertação, organizada pelo exército norte-americano.

Outra relação presente nas narrativas é a do T/I com uma grande vítima desses conflitos. Esta relação é feita com a escolha quase que onipresente da palavra implorar ("*beg*", em inglês), que aparece descrevendo a posição de sofrimento dos T/Is, os quais imploram aos seus contratantes, sejam militares, sejam ocupantes de postos burocráticos da administração ocidental nesses países, para

¹³⁰ Trecho original: "Lawyers for the interpreter in this week's case, who has not been named for legal reasons, say he regularly put his life at risk and he and his family received numerous written and telephone threats from the Taliban."

que lhes tirem do Afeganistão e do Iraque. E, por fim, encontramos a relação de um artigo (“A friend in need”) com a tragédia Hamlet, de Shakespeare. O autor, para narrar que a Dinamarca também não estava adotando providências para salvar os T/Is que lhe serviram no Iraque, utiliza a muito conhecida frase: “há algo podre no reino da Dinamarca”.

Bruner (1991) assevera que o ato de contar uma história e o ato de compreendê-la dependem da capacidade das pessoas de processar o conhecimento de maneira interpretativa. A forma como a narrativa é montada por quem a narra e é interpretada por quem a escuta, segundo este autor, ainda carece de mais dedicação da academia. Entretanto, Bruner salienta que a interpretação das narrativas pode estar associada a algo que encontramos presente em nosso corpus: a banalização narrativa. Para ele: “(...) podemos considerar uma narrativa tão socialmente convencional, tão bem conhecida, tão de acordo com o cânone, que podemos avaliá-la como uma rotina interpretativa muito bem ensaiada e virtualmente automática” (BRUNER, 1991, p. 9)¹³¹. O argumento de que os T/Is são vítimas e devem ser salvos pelos valorosos serviços prestados às forças da coalizão está presente em nove dos dez artigos analisados neste capítulo, um padrão encontrado quando considerada a integralidade do corpus. A banalização desta narrativa impede uma interpretação mais profunda dos acontecimentos, como, por exemplo, considerar a versão/opinião de afegãos e iraquianos sobre conterrâneos que aceitaram prestar esses serviços.

3.2.3 Envolvimento causal

Segundo as explicações de Baker (2006), o envolvimento causal é a característica da narrativa que nos permite dar peso e explicação aos eventos, e não apenas listá-los. Em suas palavras:

[o envolvimento nos permite] tornar um conjunto de proposições em uma sequência inteligível sobre a qual podemos formar uma opinião. Dessa

¹³¹ Trecho original: “(...) we can take a narrative as so socially conventional, so well known, so in keeping with the canon, that we can assign it to some well-rehearsed and virtually automatic interpretive routine.”

forma, o envolvimento atribui aos eventos descritos uma significância moral e ética. (BAKER, 2006, p. 67)¹³²

Para exemplificar, Baker (2006) cita o caso de israelenses e palestinos: um ataque suicida nessa região do Oriente Médio realizado por um palestino pode ser narrado como um ato desesperado contra o estado de terrorismo criado por Israel; já outra narrativa sobre o mesmo atentado, pode descrever que os atos de assassinato dos israelenses são uma resposta a esses ataques perpetrados por palestinos. Os leitores podem concordar com diversos tópicos acerca dessa narrativa: que o ataque, de fato, ocorreu, onde foi, quem o fez, qual a quantidade de pessoas mortas etc. Entretanto, leitores diversos, a depender de suas origens/culturas e da relação que fizerem entre as histórias passadas desses locais, vão depreender o referido ataque como uma agressão palestina ou uma resposta da Palestina às agressões israelenses.

Isto remete a outro elemento fundamental da narrativa estudado por Somers e Gibson (1993): o critério avaliativo. Segundo essas autoras, a avaliação nos permite fazer distinções léxicas e qualitativas quando somos confrontados por uma variedade de eventos, experiências, personagens, promessas institucionais e fatores sociais que nos são apresentados. Entretanto, a forma como as pessoas irão agir diante desses acontecimentos, como esses eventos serão por elas interpretados, dependerá de seu arcabouço avaliativo, o qual é constituído por seus princípios e valores. Por exemplo, os soldados americanos, ao conhecerem os T/Is afegãos e iraquianos, foram motivados a produzir narrativas favoráveis a estes personagens, levados pelo sentimento de lealdade de não deixar para trás, na guerra, pessoas que consideravam valorosas. Princípios e valores também servem como elementos discriminatórios no que tange às narrativas. Nas palavras de Somers e Gibson:

(...) diante de uma gama potencialmente ilimitada de experiências sociais que derivam de contato social com eventos, instituições e pessoas, a capacidade avaliativa do envolvimento demanda e habilita a apropriação seletiva na construção das narrativas. (SOMERS; GIBSON, 1993, p. 29)¹³³

¹³² Trecho original: "(...) to turn a set of propositions into an intelligible sequence about which we can form an opinion. It thus charges the events depicted with moral and ethical significance."

¹³³ Trecho original: "(...) in the face of a potentially limitless array of social experiences deriving from social contact with events, institutions, and people, the evaluative capacity of emplotment demands and enables *selective appropriation* in constructing narratives (Somers 1986)."

No item 3.2.1, ao discutirmos a temporalidade conforme entendimento de Baker, a pesquisadora alerta que o posicionamento moral é um elemento partilhado não apenas pela característica da narrativa “temporalidade”, mas também pelo “envolvimento causal”. No nosso caso, as narrativas produzidas pelos jornais que estudamos têm uma orientação/opinião em relação aos T/Is que pode ou não ser a mesma dos leitores das narrativas, a depender se esse leitor partilha dos mesmos conhecimentos, cultura, ética do autor do artigo, pois já vimos que o eco que as narrativas têm depende do local em que circulam e do conhecimento partilhado entre autor e destinatário das narrativas. Ao retomarmos a orientação moral das narrativas para análise, deparamo-nos com o parágrafo que fecha a narrativa intitulada *Allies in Combat, Now Unwanted*, do *NYT*. O autor, um ex-militar americano, defende o ponto de vista de que não é moralmente correto abandonar à própria sorte os T/Is que arriscaram suas vidas pelos ideais americanos, em crítica severa à política imigratória do presidente Donald Trump. Vejamos o trecho:

*Mais importante, eles fizeram algo que menos e menos americanos têm escolhido fazer: Eles usaram, apesar do grande risco, o uniforme de nossos militares. Frank lutou e sangrou ao nosso lado. E agora, em seu momento de necessidade, viramos nossas costas para ele e para os ideais que fazem deste um grande país.*¹³⁴ (ISCOL, Zachary. “Allies in Combat, Now Unwanted”. *The New York Times*. [Nova York, NY]. 29 de janeiro de 2017.

Em outro artigo do *NYT*, intitulado *Officers Battle Visa Hurdles for Iraq Aides*, o ex-militar americano Jason Faler além de pagar as taxas do pedido de visto de dois de seus ex-T/Is, criou uma fundação com sede no Óregon (*Checkpoint One Foundation*) cujo objetivo era ajudar famílias iraquianas e afegãs a irem para os EUA. Também nesta narrativa há a informação de que as próprias famílias dos militares receberam em suas casas, por algum tempo, os que chegaram do Iraque e Afeganistão. Segue um dos trechos em que fica clara a orientação moralizante da narrativa: “A fundação tornou-se um segundo trabalho que, às vezes, o afasta de

¹³⁴ Trecho original: “More important, they did something that fewer and fewer Americans have chosen to do: They wore, at great risk, the uniform of our military. Frank fought and bled alongside us. And now, in his time of need, we have turned our backs on him, and on the very ideals that make this country great.”

seu trabalho e família, disse o Sr. Faler. Mas ele está decidido em apoiar os intérpretes. ‘Há um senso de lealdade que, para mim, é quase impossível articular’, disse ele”¹³⁵.

Entretanto, a visão moralizante não está presente apenas do ponto de vista dos militares. No artigo do *GU* intitulado *A friend in need*, o jornalista chama a atenção do leitorado britânico para o fato de, em sua opinião, os EUA ajudarem mais seus aliados contratados nos locais dos conflitos que os britânicos. Segue excerto da narrativa:

*Somos, muitas vezes, cínicos em relação aos americanos, mas, na verdade, são eles que agiram nesta questão. Na época do Vietnã, eles ofereceram asilo aos vietnamitas que trabalharam para o Exército americano e no Iraque o plano é dar asilo a 7.000 iraquianos; 700 deles, intérpretes. Existem cerca de 2 milhões de iraquianos em campos de refugiados na Jordânia e na Síria e a Anistia [Internacional] relata que cerca de 2000 estão cruzando a fronteira com a Síria todos os dias. Nós criamos esta catástrofe humana e precisamos ajudar a resolver isso*¹³⁶. (ILLEBORG, Jakob. “A friend in need.” *The Guardian*. [London, UK]. 21 de junho de 2007.

O trecho acima constrói um envolvimento causal que introduz os elementos afetivos na narração. Isto acarreta uma visão moral dos fatos. Nesse sentido, segundo Baker,

*O envolvimento causal, então, nos permite pegar um mesmo conjunto de eventos e narrá-los na forma de histórias ‘morais’ totalmente diferentes. Esta é, talvez, a característica mais importante na narratividade, porque ela está identificando uma causa para um conjunto de eventos que nos ajude a determinar que curso de ação tomar, e isto, por sua vez, nos permite apelar para outros que veem seus próprios sentimentos ou interesses refletidos naquela escolha de uma cena social.*¹³⁷ (BAKER, 2006, p. 67)

¹³⁵ Trecho original: “The foundation has become a second job that at times takes him away from work and family, Mr. Faler said. But he is unwavering in his support of interpreters. “There is a sense of loyalty that is almost impossible for me to articulate,” he said.”(MULCAHY, 2008).

¹³⁶ Trecho original: “We are often cynical about the Americans, but actually they are the ones who have got their act together on this issue. Back in Vietnam they offered asylum to those Vietnamese who had worked with the US army and in Iraq the plan is to give asylum to 7,000 Iraqis; 700 of these being interpreters. There are about 2 million Iraqis in refugee camps in Jordan and Syria and Amnesty report that as many as 2,000 are crossing the border to Syria every day. We created this human catastrophe and we need to help sort it out.”

¹³⁷ Trecho original: “Causal emplotment thus allows us to take the same set of events and weave them into very different ‘moral’ stories. It is perhaps the most important feature of narrativity, because it is identifying a cause for a set of events that helps us determine what course of action we should take, and this in turn allows us to appeal to others who see their own sentiments or interests reflected in that choice of social scene.”

Vimos no item 2.4 a existência de um único jornalista do *GU* que elaborou uma narrativa contendo um ponto de vista contrário à imagem do T/I como uma vítima da situação e nas próximas linhas veremos uma outra narrativa questionando a habilidade linguística dos T/Is. Aspectos negativos sobre estes personagens são apagados das histórias enquanto que os aspectos favoráveis são enaltecidos. Então, o mesmo conjunto de eventos, qual seja, a prestação de serviços linguísticos por afegãos e iraquianos no contexto da “Guerra ao Terror” para contratantes ocidentais, pode ser narrado de maneira diametralmente oposta. Entretanto, ao optar por destacar o lado positivo sobre os T/Is, os jornais buscam evocar na opinião pública um sentimento de aceitação deste personagem que facilitou a guerra. Apesar de notarmos o mesmo posicionamento majoritariamente favorável dos jornais aos T/Is, no sentido de que não devem ser esquecidos para morrerem em seus países, notamos que o *NYT* o faz de maneira mais contundente que o *GU* neste corpus de 10 artigos. Expressões como “graças aos esforços dos T/Is” (ISCOL, 2017), o intérprete “estudou diligentemente e aprendeu as complexidades da tradução militar de maneira rápida” (MULCAHY, 2008), ou “soldados americanos retornando do Iraque frequentemente se preocupam com a segurança de seus colegas iraquianos” (ZOEPEF, 2005), encontradas nos artigos do jornal americano atestam isso. No único artigo, dentre os 10, em que percebemos uma opinião negativa ao T/I, ela é apresentada em relação à competência linguística desse personagem e não em relação aos “valorosos” serviços que ele presta às tropas, nem às características de seu caráter. Vejamos este trecho em que o Capitão do Exército Americano Eric Nelson, na época em Bagdá, fala sobre a falta de T/Is:

*Em razão de não haver soldados em número suficiente que falam línguas estrangeiras, os militares tiveram de depender de mais de 10.000 civis linguistas contratados, muitos afegãos e iraquianos locais de habilidades amplamente diferentes. O Capitão Nelson disse que sua companhia de infantaria de 120 homens tinha 11 intérpretes iraquianos, mas que apenas nove eram capazes de fazer o trabalho*¹³⁸. (BARDENWERPER, Will. “For Military, Slow Progress in Foreign Language Push”. *New York Times*. [Nova York, NY]. 21 e setembro de 2008.

¹³⁸ Trecho original: “Because not enough soldiers speak foreign languages, the military has had to rely on more than 10,000 civilian contract linguists, many local Afghans and Iraqis of widely differing abilities. Captain Nelson said that his 120-man infantry company had 11 Iraqi interpreters, but that only nine were capable of doing the work.”

Neste ponto, é importante observar, no entanto, como as narrativas construídas pelo *NYT* e *GU* conectam os eventos para construir as histórias sobre a situação dos T/Is no Afeganistão e no Iraque (esta é uma ferramenta de análise que será retomada no item 3.2.4 quando da abordagem da apropriação seletiva, pois algumas características das narrativas se inter-relacionam, como já discutido mencionado). Por exemplo, como são narrados os habitantes desses países quando adotam posturas contrárias às forças de ocupação. Nas narrativas desses jornais, é possível perceber que os “insurgentes” e a população local do Afeganistão e Iraque estavam massacrando os T/Is que colaboraram com as forças de ocupação a depender do local da narrativa em que o leitor se encontre. Retomando o raciocínio de Baker anteriormente citada:

Os proponentes das duas narrativas concorrentes podem aceitar que os eventos individuais (ou episódios) ocorreram, e até mesmo concordam sobre os detalhes de cada evento (quem fez o que, onde e quando), mas discordar fortemente de como os eventos se relacionam e sobre o que motiva os atores em cada conjunto de eventos. (BAKER, 2006, p. 67)¹³⁹

Aplicando esta lógica ao caso concreto do nosso corpus, caso o leitor dos jornais *NYT* e *GU* se posicionasse contestando essas narrativas, também poderia entendê-las do ponto de vista desta população local (o qual não é retratado nas narrativas); isto é, os T/Is não estão sendo massacrados a troco de nada. Ou seja, este é outro prisma pelo qual seria possível interpretar as narrativas. Entretanto, esta abstração é impossível de ser comprovada em nosso corpus, haja vista que não existem informações mostrando o ponto de vista da população iraquiana e afegã acerca da guerra e/ou da atuação dos T/Is, conforme dito acima. Estas pessoas traíram seus respectivos países e conterrâneos ao oportunizar às tropas estrangeiras o acesso à cultura local. Isto é, não há discordância quanto ao fato de os T/Is prestarem serviços a estrangeiros em geral (imprensa, forças de ocupação, organizações humanitárias), nem quanto ao fato de estarem sendo mortos. A discordância é quanto ao status destes T/Is, pois, enquanto os jornais em comento os narram como vítimas dos “insurgentes”, estes últimos, se representados nas

¹³⁹ Trecho original: “Proponents of the two competing narratives may accept that the individual events (or episodes) took place, and even agree on the details of each event (who did what, where and when), but disagree strongly on how the events relate to each other and what motivates the actors in each set of events.”

narrativas, provavelmente diriam que seus atos são uma resposta à traição desses T/Is que facilitaram a ocupação. Logo, estariam os autóctones agindo em defesa de seus países, que foram atacados. Pelo fato de um mesmo evento poder ser interpretado a partir de perspectivas morais totalmente diferentes em razão do envolvimento causal, Baker considera ser esta a característica mais importante da narrativa. A interpretação das narrativas, segundo Bruner (1991), está relacionada ao conhecimento partilhado por parte do contador da história e do seu ouvinte, e a forma como cada um interpreta o conhecimento partilhado pelo outro.

Segundo Baker (2006), o envolvimento pode ser sinalizado pela sequência e ordenamento dos eventos. Mas não apenas isso. No caso de matérias jornalísticas, podemos interpretar que são escritas em resposta a algum evento da vida real. Isto é, na sequência de algum acontecimento um artigo jornalístico foi escrito para explicar, contestar ou reforçar posições dominantes acerca desses episódios. Por exemplo, o artigo *Officers Battle Visa Hurdles for Iraqi Aides* foi escrito em maio de 2008. Barack Obama estava em plena campanha presidencial. Uma de suas bandeiras era retirar as tropas americanas do Iraque e encerrar esta guerra que ele considerava infrutífera e dispendiosa. Em seu discurso que pôs fim à guerra ao Iraque, proferido do Salão Oval no dia 31 de agosto de 2010, Obama assim se manifesta:

O término desta guerra não é apenas em interesse do Iraque, mas em nosso próprio interesse. Os EUA pagaram um preço alto para colocar o futuro do Iraque nas mãos de seu povo. Enviamos nossos jovens, homens e mulheres, para fazerem enormes sacrifícios no Iraque, e gastamos muitos recursos no exterior em épocas de orçamento apertado internamente... Agora é hora de virar a página.”(MACASKILL, Ewen. “Barack Obama ends the war in Iraq. ‘Now it’s time to turn the page.’” *The Guardian* [Londres, UK] 1º de setembro de 2010).¹⁴⁰

Este ordenamento de eventos depreendido do envolvimento causal também é encontrado no artigo *Officers Battle Visa Hurdles for Iraqi Aides*, que apresenta diversos depoimentos de militares americanos em favor dos T/Is e suas campanhas pessoais para retirar estes personagens do Iraque em razão do perigo que corriam lá, algo que seria maior com a retirada das tropas da coalizão. Logo,

¹⁴⁰ Trecho original: “Ending this war is not only in Iraq’s interest – it is in our own. The US has paid a huge price to put the future of Iraq in the hands of its people. We have sent our Young men and women to make enormous sacrifices in Iraq, and spent vast resources abroad at a time of tight budgets at home...Now, it is time to turn the page.”

uma interpretação possível para a circulação deste artigo seria que ele foi escrito em resposta à intenção anunciada de Obama de encerrar a guerra. Isto é, o encerramento da guerra e a retirada das tropas ocidentais do Afeganistão e do Iraque implicaria deixar os “valorosos” T/Is sozinhos. E o artigo destaca a opinião de militares americanos que a forma de vencer a guerra é mostrando aos aliados dos EUA (os T/Is) que podem contar com a América.

Outro exemplo é encontrado no artigo *Iraqi Ex-Employees of US Face Death Threats or Exile*, escrito em junho de 2005. Também esta narrativa é dedicada a descrever a difícil situação de atentados, ameaças e mortes em que viviam os T/Is das forças de coalizão que permaneceram no Iraque e também há depoimentos de militares bastante favoráveis aos T/Is. Ademais, há informações da *International Organization for Migration* sobre a quantidade de iraquianos que deixaram o país em virtude da guerra e que se encontravam desalojados em campos de refugiados nas fronteiras do Iraque com a Síria; além disso, que a comunidade internacional não estava fazendo muito para ajudá-los. No mesmo ano de 2005, segundo Macaskill (2010), o jornal *The Washington Post* havia feito uma pesquisa segundo a qual a maioria da população americana já não apoiava a Guerra no Iraque, por não considerar que as mortes de seus militares e o dinheiro gasto valiam a pena. Além disso, comparavam esta guerra à Guerra do Vietnã. Logo, é possível interpretar que o artigo foi escrito para lembrar aos estadunidenses de que, caso a guerra fosse mesmo acabar por falta de apoio popular, eles deveriam se lembrar que há milhões de refugiados produzidos por essa guerra, além dos T/Is que estavam sendo caçados e mortos. Um outro exemplo de artigo que pode ter sido escrito em resposta a um acontecimento do mundo real foi *Allies in Combat, Now Unwanted*. O militar autor deste artigo, após tecer toda sorte de comentários elogiosos aos seus T/Is, informa que o decreto presidencial assinado por Donald Trump em janeiro de 2017 estava banindo a entrada nos EUA dos muçulmanos que lutaram pelos ideais americanos, arriscando suas vidas.

Nas palavras de Somers e Gibson, “acima de tudo, as narrativas são constelações de relacionamentos (partes conectadas) cravadas no tempo e no espaço, constituídas pelo envolvimento causal¹⁴¹” (SOMERS; GIBSON, 1993, p. 27).

¹⁴¹ Trecho original: “Above all, narratives are *constellations of relationships* (connected parts) embedded in *time and space*, constituted by *causal emplotment*.”

Como mencionamos acima, é o envolvimento causal que possibilita conferir a um mesmo conjunto de eventos uma interpretação completamente diferente da outra, assim como compreender que uma narrativa pode ser produzida em resposta a uma outra. Esta característica da narrativa pode ser encontrada com base em uma leitura mais cuidadosa dos artigos e do momento em que foram escritos. Observe-se a seguinte situação: em agosto de 2010, o presidente Obama anunciou que o desemprego e a crise nos EUA eram mais importantes para ele que o Iraque, motivo pelo qual ele iniciaria a retirada das tropas daquele país (ROWEN, 2000-2017). Em novembro de 2010, encontramos o artigo *Army's Iraqi interpreters face hardship after fleeing to UK*, em que o autor narra que os T/Is iraquianos que estavam chegando ao Reino Unido não estavam conseguindo empregos para se sustentar e estavam passando por dificuldades, motivo pelo qual a população britânica deveria ajudar aqueles que tanto a ajudou. Logo, com as retiradas das tropas e o fim da guerra, os britânicos deveriam acolher os refugiados que chegavam, pois não lhes restaria mais nada.

De acordo com Bowman (2016), não havia local seguro no Afeganistão, pois com a retirada das tropas da coalização do país, somente o exército afegão treinado por essas tropas não conseguiria lidar com as forças contrárias ao novo regime. Por isso, era preciso que um contingente de forças estrangeiras permanecesse no Afeganistão. O artigo *Home Office 'to review' policy on returning Afghan military interpreters*, de março de 2016, mostra justamente que o Departamento do Interior inglês resolveu mudar sua política, que considerava algumas áreas do Afeganistão seguras e, por isso, deportava os T/Is que pleiteavam asilo na Inglaterra. A reportagem mostra que o referido departamento deixou de deportar os T/Is, pois passou a considerar que não havia segurança no Afeganistão. Ou seja, uma outra possível resposta para uma situação real existente à época.

Baker salienta que o peso que damos aos eventos e como os dotamos de significado é importantíssimo para a transformação de uma crise em um ponto de transição, um divisor de águas. O exemplo que esta autora utiliza é o Holocausto e as narrativas produzidas sobre ele. Inicialmente ele foi entendido como uma

(...) crise, uma aberração que constituiu um sério rompimento da moralidade, mas que mesmo assim poderia ser racionalmente examinado, prevenido e impedido de acontecer novamente. Identificado como uma crise, os eventos em questão poderiam ser colocados no contexto de uma

narrativa progressiva que prometia uma resolução e um futuro melhor. Mas uma vez que o evento foi reconstituído como um divisor de águas, não poderia haver um retorno a um mundo pré-Holocausto e não poderia haver redenção (...) (Baker, 2006, p.68)¹⁴²

Por meio das narrativas, o Holocausto tornou-se a representação dominante do trauma, segundo Baker, algo que, para ela, está ocorrendo com as narrativas do 11 de setembro de 2001. Existem outros exemplos na história de atos terríveis praticados contra o ser humano por motivações religiosas. Entretanto, nenhum desses acontecimentos tomou a proporção do 11/9/2001 porque as narrativas construídas sobre esses eventos não conferem a eles essa característica de magnitude. Tomemos como exemplo o caso ocorrido no território do estado americano de Utah, chamado Mountain Meadows, coincidentemente em um dia 11 de setembro, mas do ano de 1857. De acordo com o jornal *NYT*, em um artigo publicado em maio de 2003:

Em 11 de setembro de 1857, em um prado na região sudoeste do Utah, uma milícia da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, ou Mórmons, atacou um comboio de carroças de famílias do Arkansas que se dirigiam à Califórnia. Depois de um cerco de 5 dias, a milícia persuadiu as famílias a se renderem com uma bandeira propondo a trégua e a garantia de que passariam de forma segura. Então, na pior carnificina de pioneiros brancos contra pioneiros brancos em toda a colonização da América, cerca de 140 homens, mulheres e crianças foram assassinados. Apenas 17 crianças menores de 8 anos – a idade da inocência na fé dos Mórmons – foram poupadas. (DENTON, Sally. “A Utah Massacre and Mormon Memory.” *The New York Times* [Nova York, NY] 24 de maio de 2003).¹⁴³

Na mesma reportagem há uma citação direta ao historiador Geoffrey Ward, segundo o qual este foi o ataque mais horrível a vidas humanas ocorrido em solo americano motivado por fanatismo religioso até o 11/9/2001. Entretanto, o massacre de Mountain Meadows é praticamente desconhecido da população fora dos EUA e

¹⁴² Trecho original: “(...) as a crisis, some aberration that constituted a serious breach of morality but could nevertheless be rationally examined, taken heed of, and then prevented from ever happening again. Identified as a crisis, the events in question could be placed in the context of a progressive narrative that promised a resolution and a better future. But once the event was reconstituted as a turning point, there could be no going back to a pre-holocaust world, and there could be no redemption (...)”

¹⁴³ Trecho original: “On Sept. 11, 1857, in a meadow in southwestern Utah, a militia of the Church of Jesus Christ of Latter-day Saints, or Mormons, attacked a wagon train of Arkansas families bound for California. After a five-day siege, the militia persuaded the families to surrender under a flag of truce and a pledge of safe passage. Then, in the worst butchery of white pioneers by other white pioneers in the entire colonization of America, approximately 140 men, women and children were slaughtered. Only 17 children under the age of 8 -- the age of innocence in the Mormon faith -- were spared.”

quicá dentro do solo americano. As narrativas sobre este evento são escassas e não foi dado a ele o mesmo peso do ocorrido em 2001. Baker (2006) afirma que é esta característica de dar peso aos eventos, em vez dos detalhes sobre eles, que nos permite contestar as narrativas dominantes. Isto é, o atentado cometido em solo americano por motivos religiosos 144 anos antes do ataque às Torres Gêmeas também poderia ter motivado diversas narrativas/histórias e interpretações, mas a ele não foi conferida, nem de longe, a notoriedade do evento de 2001, porque não interessava. Assim, observa-se que o foco é dado àquilo que interessa. Em nosso caso concreto, 8 das 10 narrativas evidenciam características altamente favoráveis dos T/Is, todo o peso das histórias é focado em sua lealdade, que correm perigos por causa de “insurgentes”, “milícias”, “Talibã” e nos laços de amizade entre T/Is e militares das forças de coalizão. Enquanto as histórias privilegiam estes aspectos, as grandes questões sobre a guerra (quanto do orçamento de EUA e Grã-Bretanha já foi gasto numa guerra sem vencedores; ou que a guerra não exterminou o “Terror”, por exemplo) não são abordadas.

3.2.4 Apropriação seletiva: o autóctone apagado

Baker explica que esta característica da narrativa se refere à escolha de alguns conjuntos de eventos disponíveis dentro de uma vasta gama de eventos que se sobrepõem a fim de que sejam narrados. Isto é, por meio de uma seleção, alguns eventos são escolhidos para constarem das narrativas enquanto outros são excluídos das histórias e não constarão da experiência humana. Entretanto, existe uma lógica que guia a escolha do que será privilegiado e do que será esquecido, para que a narrativa seja coerente. Segundo Baker, esta lógica não está limitada ao tema ou assunto geral a ser abordado na narrativa, mas ao tempo e lugar no espaço em que se encontra o narrador, bem como à sua exposição às narrativas conceituais, públicas e meta, as quais modelam nossa forma de compreensão dos eventos e nosso agir, conforme discutido no início deste capítulo.

Baker apresenta um exemplo interessante da apropriação seletiva no caso das histórias produzidas pelos britânicos sobre suas viagens de exploração à África no final do século XVIII e primeira metade do século XIX. Em suas narrativas, não há menção aos habitantes locais. A falta desses personagens nos livros sobre as

viagens é uma preparação ideológica, um prelúdio para o que viria em seguida; a sua falta em seu próprio ambiente, já que os exploradores europeus capturaram milhões de africanos e os enviaram ao mundo todo como escravos, conforme narra a história. Se eles não existem nas narrativas sobre a África, se não povoam aquele local, podem ser de lá retirados sem que ninguém perceba.

Um exemplo de apropriação seletiva por nós observado nos artigos aleatoriamente selecionados para esta análise é que quase nunca há menção, depoimentos, entrevistas com a população local do Afeganistão ou do Iraque. Esses autóctones, quando aparecem, o fazem por meio de cifras indicando o número de civis mortos em decorrência da guerra. Um exemplo deste fato é encontrado no artigo do *GU* intitulado *Home Office 'to review' policy on returning Afghan military interpreters*. A reportagem apresenta um link que conduz a relatórios produzidos pelo Departamento do Interior inglês. No relatório de agosto de 2017, a respeito da morte de civis, encontra-se informação da UNAMA (Missão de Assistência das Nações Unidas para o Afeganistão), no sentido de que de 1º de janeiro de 2009 até 30 de junho de 2017, houve 75.443 acidentes com civis, dos quais 26.512 mortes e 48.931 feridos (HOME OFFICE, 2017). Estes números acima elencados nos mostram que devido a uma apropriação seletiva dos fatos e dos números, existe um total anonimato e reificação dos seres humanos. Outra forma da população local ser retratada nas narrativas é quando é responsabilizada pelas mortes dos T/Is locais (as grandes vítimas, segundo os artigos) e rotulada como “insurgente” ou mesmo membro dos “Talibãs”. Já mencionamos no item 3.2.2 acima, que 9 das 10 narrativas adotam esta postura de só localizar a população autóctone nas histórias como perpetradora de violência contra as forças de ocupação e seus T/Is. Logo, pode haver uma construção da narrativa que não estabelece verdadeiramente a separação entre “Talibã” e população autóctone. Colacionamos abaixo outro excerto no mesmo sentido, extraído da narrativa *Khan's kitchen: the difficult life of an Afghan interpreter for the British military*, do *GU*:

Eles regularmente enfrentam intimidação e ameaças de morte por parte do Talibã. O próprio Khan já recebeu 40 avisos do Talibã, dizendo a ele para parar de trabalhar para a ISAF [Força Internacional de Assistência para a Segurança]. Seus parentes no Paquistão também receberam ameaças,

*assim como sua família vivendo em outras partes do Afeganistão.*¹⁴⁴ (BUTT, Riazat. "Khan's kitchen: the difficult life of an Afghan interpreter for the British military." *The Guardian* [Londres, UK] 30 de agosto de 2007.

Assim, verificamos que a opinião da população local praticamente não consta das reportagens, estes personagens estão apagados das histórias. Outra apropriação seletiva por nós observada em 7 dos 10 artigos analisados neste capítulo, são as opiniões dos militares da força de coalizão para enaltecer a figura do T/I que os serviu. Geralmente, temos nos artigos uma opinião favorável ao trabalho do T/I, avaliando positivamente a qualidade das traduções ou interpretações por eles realizadas e não levantando dúvidas sobre as reais motivações desses personagens para arriscarem suas vidas e de suas famílias em um trabalho tão perigoso. Abaixo, trecho extraído da narrativa de Illeborg (2007) intitulada *A friend in need*, do *GU*: "Infelizmente, até que a imprensa anunciasse a história sobre o assassinato, ninguém estava prestando atenção aos locais que, de acordo com os militares dinamarqueses no Iraque, foram de grande ajuda para as tropas."¹⁴⁵

Duas apropriações seletivas ainda foram encontradas no artigo *Allies in Combat, Now Unwanted*. O autor, um militar que serviu no Iraque, destaca em seu artigo que as filhas de um de seus T/Is acolhido nos EUA são pessoas de bem, tanto que uma delas tornou-se policial na cidade de Nova York e a outra estava tentando se juntar às forças armadas americanas. Nesse sentido, segundo o autor do mencionado artigo, contrariamente ao que o presidente Trump pensa, nem todos os muçulmanos provenientes do Iraque são ameaças aos EUA. Ou seja, o autor deliberadamente escolhe quais as características que ele considera louváveis dos personagens para abordar. A segunda apropriação seletiva é a foto escolhida para estampar a reportagem (Figura 4, página 116). Nela, há a imagem de um militar americano ferido sendo carregado por um T/I iraquiano, conforme a legenda. Isto evidencia o ponto de vista do autor de que estes T/Is são valorosos e participam das operações como aliados. Logo, para o autor, não são merecedores do banimento proposto por Trump.

¹⁴⁴ Trecho original: "They regularly face intimidation and death threats from the Taliban. Khan himself has received 40 warnings from the Taliban, telling him to stop working with Isaf or else. His relatives in Pakistan have also received warnings as have his family living in other parts of Afghanistan."

¹⁴⁵ Trecho original: "Sadly, until the press broke the story about the killing no one was paying any attention to the locals who, according to Danish military personnel in Iraq, have been a great help to the troops."

Se acreditamos ou não nas narrativas que nos são apresentadas, se aderimos ou não a elas, vai depender do local e tempo em que nós leitores estamos posicionados, e a qual tipo de narrativas fomos expostos durante a vida e dos nossos valores pessoais. Mais um aspecto importante a ser lembrado: as narrativas circulam por meio dos jornais *NYT* e *GU*, em nosso caso concreto. Bruner (1991) traz à baila a questão do motivo pelo qual uma narrativa é contada. Em suas palavras: “As narrativas não são, para usar a feliz frase de Roy Harris, “textos sem patrocinadores”, como se existissem de maneira não intencional, como que lançados pelo destino em uma folha impressa”¹⁴⁶(BRUNER, 1991, p. 10).

Não devemos perder de vista que ambas são organizações corporativas, como tal, objetivam lucro, haja vista os vultosos investimentos necessários para a criação de instituições como os dois jornais em tela: espaço físico em áreas valorizadas de Nova York e Londres, folha de pagamento de uma equipe gigantesca e espalhada em várias localidades do mundo, manutenção dos escritórios em países estrangeiros, manutenção dos correspondentes, para citar apenas alguns. As narrativas que escolhem circular, muito provavelmente, têm relação direta com seus objetivos empresariais. Portanto, ainda que o gênero literário dessas narrativas seja um artigo jornalístico, que, em tese, apresenta fatos “reais”, “verdadeiros”, a imparcialidade jornalística está fora de questão quando nos lembramos da lição de Bruner: as narrativas “têm patrocinadores” e são, portanto, construídas.

¹⁴⁶ Trecho original: “Narratives are not, to use Roy Harris’s felicitous phrase, “unsponsored texts” to be taken as existing unintentionally as if cast by fate on a printed page.”

4 CONCLUSÃO

A análise desse corpus constituído por narrativas jornalísticas produzidas pelos jornais *NYT* e *GU* nos revelou que na “Guerra ao Terror” quem mais contratou os T/Is afegãos e iraquianos foram as forças armadas integrantes da coalização da Otan. Verificamos também que menos da metade das narrativas mencionam os T/Is de maneira específica (apresentando informações como seus nomes, idade, gênero, profissão anterior ao conflito etc). Logo, uma análise mais acurada acerca da identidade destes personagens, a exemplo de sua formação específica para realizar atividades de tradução e interpretação, ficou prejudicada diante do silêncio das narrativas jornalísticas. Nas poucas narrativas que mencionavam os T/Is de maneira específica, comprovamos que eram majoritariamente homens. Isto justifica-se pela baixa escolarização feminina no Afeganistão e no Iraque e também em virtude da religião muçulmana. Entre os motivos apresentados pelos T/Is para desempenharem estas atividades em ambientes de guerra estavam: necessidade de dinheiro para sustento próprio e familiar; necessidade de dinheiro para fugir de perseguições políticas e religiosas e desejo de mudança política em seu país.

Diante das poucas informações disponíveis a respeito dos tradutores e intérpretes na “Guerra ao Terror”, decidimos realizar uma pesquisa bibliográfica para buscar elementos que permitissem entender mais sobre este personagem que presta serviços linguístico-culturais aos exércitos estrangeiros em zonas de conflito. Sabe-se que os dados sobre guerras são protegidos por razões de segurança e geopolíticas, de modo que a pesquisa historiográfica foi fundamental para encontramos semelhanças e identificarmos diferenças no tocante à atuação dos tradutores e intérpretes em contextos de conflitos. Isto é, para identificarmos esses acontecimentos históricos no tempo presente. Esta pesquisa nos revelou que a atuação de T/Is em zonas de conflito se inicia no século XV a.C e perdura até hoje, conforme verificamos na “Guerra ao Terror”. Ao longo desses 36 séculos, percebemos que os T/Is, apesar de prestarem relevantes serviços de mediação entre culturas, são pouco presentes nas narrativas sobre as guerras, sendo praticamente uma figura escondida nos relatos sobre os conflitos, aparecendo unicamente do ponto de vista ocidental. Ao longo dos anos, permanece sendo uma figura recrutada em meio à população que está na zona de guerra e conhece os idiomas necessários; continua sendo uma pessoa que dispõe de poucos recursos de

proteção física para atuar em ambientes de conflito e ocupando a desconfortável posição daquele em quem não se pode confiar, tanto por parte de quem o contrata, pois pertence a uma origem étnica diferente de seu contratante, tanto por parte de seus conterrâneos, pois presta serviços aos “inimigos”.

Considerando-se que acessamos as histórias dos T/Is afegãos e iraquianos por meio das narrativas produzidas pelos jornais *NYT* e *GU*, dedicamos um capítulo a entendê-las segundo os critérios estabelecidos por Baker (2006) e Somers e Gibson (1993). Estudar as narrativas é importante porque elas produzem os relatos que constituem a realidade em que vivemos, as histórias nas quais acreditamos ou as quais contestamos. São essas narrativas que nos explicam o mundo e que são utilizadas para formar uma opinião pública e moldar o seu comportamento. Em nosso caso concreto, as narrativas circuladas pelo *NYT* e *GU* modelam a opinião pública nos EUA e na Inglaterra sobre a “Guerra ao Terror” e sobre os T/Is afegãos e iraquianos. As quatro principais características da narrativa segundo as autoras acima mencionadas são: temporalidade, relação, envolvimento causal e apropriação seletiva. Assim, aplicamos as características acima ao nosso corpus para verificar em que medida a construção narrativa poderia afetar o público, construindo uma realidade que torna difícil, ou até mesmo impossível uma compreensão do conflito e do papel do T/I. O que está em jogo é a visão de mundo e o papel dos exércitos no conflito. Descobrimos que a temporalidade é construída de maneira fragmentada, com sobreposição de eventos e não há uma cronologia que possibilite a compreensão das histórias. Ademais, existe uma “moral da história” onipresente: os T/Is foram leais às forças de ocupação e não merecem morrer vítimas de “insurgentes”. A relação mostra um foco nos vínculos entre militares e T/Is contratados, com a construção de narrativas emotivas sobre as histórias pessoais destes personagens. O envolvimento causal nos mostra que as narrativas podem ser produzidas em resposta a algum acontecimento da realidade. E a apropriação seletiva deixa claro que há aspectos escolhidos para serem narrados e outros para serem calados. A opinião da população local do Iraque e do Afeganistão nunca é mencionada nas narrativas. Só há espaço para os ocidentais e seus aliados, embora isto não apareça enquanto elemento constitutivo da narrativa.

Em relação à maneira como as narrativas jornalísticas controem a imagem do T/I, percebemos que várias de nossas hipóteses mostraram-se confirmadas. Este

personagem contratado no local dos conflitos é descrito como um indivíduo que arrisca a própria vida em campos de batalha sem proteção adequada; que sofre perseguição por parte da população autóctone por ser associado com as tropas de ocupação; que embora alguns contratantes nutram sentimentos de afinidade por eles, esta não é a tônica das Administrações americana e inglesa. Isto é, as narrativas mostram este T/I como um personagem que não tem acolhida em seu país, nem em um país estrangeiro e, muitas vezes, têm de deixar suas nações para fugir de perseguições e evitar que suas famílias também sejam vítimas de abusos, sequestros e assassinatos. A respeito do treinamento linguístico desses personagens, tanto as narrativas da História quanto do nosso corpus demonstram que os T/Is têm tido pouco treinamento. Ao longo do tempo histórico que foi o objeto da nossa pesquisa, o T/I continua tendo um status instável dentro da estabilidade em que aparece nos conflitos que permeiam as sociedades humanas.

5 BIBLIOGRAFIA

5.1 REFERENCIAL TEÓRICO

ABBASBEYLI, Elvin. **The Role of Dragomans in the Ottoman Empire**. 2015. Disponível em: <<https://aiic.net/page/7219/the-role-of-dragomans-in-the-ottoman-empire/lang/1>>. Acesso em 30 maio 2017.

AMADEO, Kimberly. War on Terror Facts, Costs and Timeline: Whose Spent More on War? Bush, Obama or Trump?. **The Balance**. Nova York. out. 2017. Disponível em: <<https://www.thebalance.com/war-on-terror-facts-costs-timeline-3306300>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

BAIGORRI-JALÓN, J.. Wars, language and the role(s) of interpreters. In: ÉCOLE DE TRADUCTEURS ET D'INTERPRÈTES DE BEYROUTH (BEYROUTH). ÉDITEUR SCIENTIFIQUE (Beirute) (Ed.). **Les liaisons dangereuses: Langues, traduction, interprétation**. Beirute: Beyrouth : Université Saint-joseph, Ecole de Traducteurs Et D'interprètes de Beyrouth, 2011. p. 173-204. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/268381831_Wars_languages_and_the_roles_of_interpreters>. Acesso em: 16 jul. 2017.

BAKER, Mona. **Translation and Conflict: A Narrative Account**. Nova York: Routledge, 2006.

_____. **Narratives in and of Translation**. Disponível em: <http://www.academia.edu/218861/Narratives_in_and_of_Translation>. Acesso em 10/07/2015

_____. Interpreters and Translators in the War Zone: Narrated and Narrators. **The Translator**, Manchester, v. 16, n. 2, p. 197-222, 21 fev. 2014. Disponível em: <http://www.academia.edu/228635/Interpreters_and_Translators_in_the_War_Zone_Narrated_and_Narrators>. Acesso em: 20 jul. 2015.

_____. Ethics of Renarration. Mona Baker is interviewed by Andrew Chesterman. **Cultus**, Bologna, v.1, n.1, p. 10-33, 2008. Disponível em: <http://www.cultusjournal.com/files/Archives/interview_baker_chesterman.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2015.

_____. Non-Cognitive Constraints and Interpreter Strategies in Political Interviews. In: SIMMS, Karl (Ed.). **Translating Sensitive Text. Linguistic Aspects**. Amsterdam: Rodopi, 1997. p. 113-131.

_____. Translation and Activism: Emerging Patterns of Narrative Community. **The Massachusetts Review**, Amherst, MA, v. 47, n. 3, p. 462-484, 2006. Disponível em: <http://www.academia.edu/397249/Translation_and_Activism_Emerging_Patterns_of_Narrative_Community>. Acesso em: 10 nov. 2015.

_____. Resisting State Terror: Theorizing Communities of Activist Translators and Interpreters. In: BIELSA, E.; HUGHES, C. (Ed.). **Globalization, Political Violence and Translation**. Londres: Palgrave Macmillan UK, 2009. p. 222-242. Disponível em: <<https://www.escholar.manchester.ac.uk/api/datastream?publicationPid=uk-ac-man-scw:42174&datastreamId=FULL-TEXT.PDF>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

BAKER, Catherine. Frameworks for Understanding. In: FOOTITT, Hilary; KELLY, Michael (Ed.). **Languages at War: Policies and Practices of Language Contacts in Conflict**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2012.

_____. Civilian Interpreting in Military Conflicts. In: FOOTITT, Hilary; KELLY, Michael (Ed.). **Languages at War: Policies and Practices of Language Contacts in Conflict**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2012.

BAKER, Catherine; TOBIA, Simona. Being an Interpreter in Conflict. In: FOOTITT, Hilary; KELLY, Michael (Ed.). **Languages at War: Policies and Practices of Language Contacts in Conflict**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2012.

BBC. **The war in Afghanistan**. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/history/the_war_in_afghanistan>. Acesso em: 28 maio 2017.

BBC NEWS. **Iraq war illegal, says Annan**. 2004. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/3661134.stm>. Acesso em: 15 maio 2017.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **The Social Construction of Reality**. Londres: Penguin Books, 1966. Disponível em: <<http://perflensburg.se/Berger%20social-construction-of-reality.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2017.

BOWMAN, Tom. Afghanistan: A Tragic Return to A War With No End. 2016. Disponível em: <<https://www.npr.org/sections/parallels/2016/07/06/483839687/afghanistan-a-tragic-return-to-a-war-with-no-end>>. Acesso em: 20 set. 2017.

BRASIL. Lei nº 12527, de 18 de novembro de 2011. **Lei Nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011..** Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 01 jun. 2017.

BRITANNICA, Editores da Enciclopédica (Ed.). **Iraq War: 2003-2011**. Chicago: Encyclopædia Britannica, Inc., 2016. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Iraq-War>>. Acesso em: 22 maio 2017.

BRUNER, Jerome. The Narrative Construction of Reality. **Critical Inquiry**, Chicago, v. 18, n. 1, p. 1-21, 1991. Disponível em: <https://www.academia.edu/9503047/The_Narrative_Construction_of_Reality>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BUSH, George W. **President Bush Addresses the Nation**. 2001. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp->

srv/nation/specials/attacked/transcripts/bushaddress_092001.html>. Acesso em: 20 jun. 2017.

_____. **President Bush's Speech on Terrorism**. 2006. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2006/09/06/washington/06bush_transcript.html?mcubz=1>. Acesso em: 27 jul. 2017.

BUTTRY, Steve. **The 5 W's (and How) of writing for the web**. 2011. Disponível em: <<https://stevebuttry.wordpress.com/2011/11/14/the-5-ws-and-how-of-writing-for-the-web/>>. Acesso em: 29 maio 2017.

CHANG, Pin-ling. Wartime interpreting during the Sino-Dutch War (1661-1662). **Linguistica Antverpiensa, New Series: Themes in Translation Studies**, Antuérpia, n. 15, p: 51-71, 2016. Disponível em: < <https://lans-tts.uantwerpen.be/index.php/LANS-TTS/article/view/388/371>>. Acesso em: 23 maio 2017.

CHAVERRI, José Otilio Umaña. **Interpretación y Traducción de America em el Diario de Navegación de Cristobal Colon**. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5476214.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2017.

CONFLICT ZONE ID CARD.FIT. Disponível em: <<http://www.fit-ift.org/?p=4848>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

Congresso Nacional. **LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011**. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 01 jun. 2017.

DEFENSE LANGUAGE INSTITUTE FOREIGN LANGUAGE CENTER. **DLIFLC: News**. Monterey, 2017. Disponível em: < <http://www.dliflc.edu/>>. Acesso em: 9 mai. 2017.

DELISLE, Jean; WOODSWORTH, Judith. **Translators through History**. Revised Edition. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2012.

DENTON, Sally. **A Utah Massacre and Mormon Memory**. 2003. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2003/05/24/opinion/a-utah-massacre-and-mormon-memory.html?mcubz=1>>. Acesso em: 22 de setembro de 2017.

DRAGOVIC-DROUET, Mila. The Pactice of Translation and Interpreting During the Conflicts in the Former Yugoslavia (1991-1999). In SALAMA-CARR, Myriam (Ed.). **Translating and Interpreting Conflict**. Amsterdam, NY: Rodopi, 2007. p. 29-40. Disponível em: <<http://english.360elib.com/datu/P/EM083579.pdf> >. Acesso em: 30 jun. 2015.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. THE WHITE HOUSE. **Executive Order 13526 of December 29, 2009**. 2009. Disponível em: <<https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/CFR-2010-title3-vol1/pdf/CFR-2010-title3-vol1-eo13526.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

_____. U.S. DEPARTMENT OF STATE. **NATO: Coalition Contributions to the War on Terrorism**. 2002. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/p/eur/rls/fs/14627.htm>>. Acesso em: 22 maio 2017.

EUA. Executive Order nº 13526, de 29 de dezembro de 2009. **Classified National Security Information**. Washington, Disponível em: <<https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/CFR-2010-title3-vol1/pdf/CFR-2010-title3-vol1-eo13526.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

FISHER, W.R. Narration, Reason, and Community. In HINCHMAN, Lewis. P.; HINCHMAN, Sandra K. (Ed.). **Memory, Identity, Community: the Idea of Narrative in the Human Sciences**. Albany: State University of New York Press, 1997. p. 307-327.

FITCHETT, Linda. **Interpreters in conflict areas: a new AIIC project**. 2009. Disponível em: <<http://aiic.net/page/3203/interpreters-in-conflict-areas-a-new-aiic-project/lang/1>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

FOOTITT, Hilary. Fraternization. In: FOOTITT, Hilary; KELLY, Michael (Ed.). **Languages at War: Policies and Practices of Language Contacts in Conflict**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2012.

FOOTITT, Hilary; KELLY, Michael (Ed.). **Languages at War: Policies and Practices of Language Contacts in Conflict**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2012.

FRADKIN, Hillel; LIBBY, Lewis. **The First Gulf War and Its Aftermath**. 2015. Disponível em: <<https://www.hudson.org/research/11787-the-first-gulf-war-and-its-aftermath>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

GARDINER, Nile. **Great Britain and the International Coalition in Iraq**. 2007. Disponível em: <<http://www.heritage.org/middle-east/report/great-britain-and-the-international-coalition-iraq>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

GUIMARÃES, Eduardo (Org.). Conceitos Linguísticos: Língua Franca. In: GUIMARÃES, Eduardo. **Enciclopédia das Línguas no Brasil**. Campinas, 2017. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua_franca.htm>. Acesso em: 22 maio 2017.

GUSTERSON, Hugh. **Iraq had a Long Tradition as a Center of Higher Learning**:: How America's War Destroyed Iraq's Universities. 2011. Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/iraq-had-a-long-tradition-as-a-center-of-higher-learning-how-america-s-war-destroyed-iraq-s-universities/27418>>. Acesso em: 29 maio 2017.

Home Office. **Country Policy and Information Note: Afghanistan: Security and humanitarian situation**. Londres: ?, 2017. 35 p. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/638653/Afghanistan_-_Security_-_CPIN_-_v4.0__August_2017_.pdf>. Acesso em: 29 set. 2017.

HUNTINGTON, Samuel. The Clash of Civilizations? **Foreign Affairs**, Nova York, v. 72, n. 3, p.22-49, 1993. Disponível em: <<http://users.metu.edu.tr/utuba/Huntington.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

INZONE: **Who we are**. Genebra, 2017. Disponível em: <<http://www.unige.ch/inzone/who-we-are/>>. Acesso em: 1 nov. 2017.

KAHANE, Eduardo. **Interpreters in conflict zones: the limits of neutrality**. 2007. Disponível em: <<http://aiic.net/page/2691/interpreters-in-conflict-zones-the-limits-of-neutrality/lang/1>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

_____. **The AIIC resolution on interpreters in war and conflict zones**: thoughts towards a new ethical, contractual and political understanding with society. 2009. Disponível em: <<http://aiic.net/page/3196/the-aiic-resolution-on-interpreters-in-war-and-conflict-zones/lang/1>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

_____. **Conflict zones**: the first hurdle. 2010. Disponível em: <<http://aiic.net/page/3460/conflict-zones-the-first-hurdle/lang/1>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

KELLY, Michael. Languages and Peace Operations. In: FOOTITT, Hilary; KELLY, Michael (Ed.). **Languages at War**: Policies and Practices of Language Contacts in Conflict. Nova York: Palgrave Macmillan, 2012.

KUHIWCZAK, Piotr. The Grammar of Survival. How Do We Read Holocaust Testimonies? In SALAMA-CARR, Myriam (Ed.). **Translating and Interpreting Conflict**. Amsterdam, NY: Rodopi, 2007. p.61-74. Disponível em: <<http://english.360elib.com/datu/P/EM083579.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

KURZ, Ingrid. The Rock Tombs of the Princes of Elephantine. Earliest references to interpretation in Pharaonic Egypt. **Babel**, Paris, Fr, v. 31, n. 4, p. 213-218, 1985. Disponível em: <<http://www.jbe-platform.com/content/journals/10.1075/babel.31.4.05kur>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

LAVIER, Richard. **Interpreters are being killed. Help save a life**. 2013. Disponível em: <<https://aiic.net/page/6573/interpreters-working-in-war-zones-face-grave-risks-it-s-time-to-act/lang/1>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

LORENZ, Jesse. **The Coalition of the Willing**. 2003. Disponível em: <<https://web.stanford.edu/class/e297a/The%20Coalition%20of%20the%20Willing.htm>>. Acesso em: 28 maio 2017.

LUCCARELLI, Luigi. **Interview**: Maya Hess of Red T. 2013. Disponível em: <<http://aiic.net/page/6483/interview-maya-hess-of-red-t/lang/1>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

LUO, Tian. Augmenting combat power: Military translation in China-Burma-India Theater. **Linguistica Antverpiensa, New Series: Themes in Translation Studies**, Antuérpia, n. 15, p: 143-161, 2016. Disponível em: <<https://lans->

tts.uantwerpen.be/index.php/LANS-TTS/article/view/396/355>. Acesso em: 23 mai. 2017.

MAIER, Carol. The Translator's visibility: the Rights and Responsibilities Thereof. In SALAMA-CARR, Myriam (Ed.). **Translating and Interpreting Conflict**. Amsterdam, NY: Rodopi, 2007. p. 253-266. Disponível em: <<http://english.360elib.com/datu/P/EM083579.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

MAIRS, Rachel. Translator, Traditor: The Interpreter as Traitor in Classical Tradition. **Greece and Rome**, [s.l.], v. 58, n.01, p.64-81, abr. 2011. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0017383510000537>. Disponível em: <http://www.academia.edu/420760/Translator_Traditor_The_Interpreter_as_Traitor_in_Classical_Tradition>. Acesso em: 18 jul. 2015.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. **Afeganistão**: profissionais de MSF são mortos e hospital da organização é parcialmente destruído em Kunduz. 2015. Disponível em: <<https://www.msf.org.br/noticias/afeganistao-profissionais-de-msf-sao-mortos-e-hospital-da-organizacao-e-parcialmente>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

MERRIAM-WEBSTER DICTIONARY. Drogoman. In: MERRIAM-WEBSTER DICTIONARY. **Merriam-Webster Dictionary**. Springfield, 2017. Disponível em: <<https://www.merriam-webster.com/dictionary/drogoman>>. Acesso em: 30 maio 2017.

MOERMAN, Ruth E. **Interpreters under fire**. 2008. Disponível em: <<http://aiic.net/page/2977/interpreters-under-fire/lang/1>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

MOSER-MERCER, Barbara; BALI, Grégoire. **Interpreting in zones of crisis and war**. 2008. Disponível em: <<http://aiic.net/page/2979/interpreting-in-zones-of-crisis-and-war/lang/1>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

NEWPORT, Frank; CARROLL, Joseph. **Iraq Versus Vietnam**: A Comparison of Public Opinion. 2005. Disponível em: <<http://news.gallup.com/poll/18097/iraq-versus-vietnam-comparison-public-opinion.aspx>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

NORDQUIST, Richard. **The 5 Ws (and an H)**: Glossary of Grammatical and Rhetorical Terms. 2017. Disponível em: <<https://www.thoughtco.com/journalists-questions-5-ws-and-h-1691205>>. Acesso em: 29 maio 2017.

OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS. **Overview of the UK population: March 2017**. 2017. Disponível em: <<https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/populationandmigration/populationestimates/articles/overviewoftheukpopulation/mar2017>>. Acesso em: 28 maio 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Children and armed conflict**. Disponível em: <<https://childrenandarmedconflict.un.org/virtual-library/>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

_____. **History of the UN. 2015.** Disponível em: <<http://www.un.org/un70/en/content/history>>. Acesso em: 22 maio 2017.

PAGURA, Reynaldo José. **A interpretação de conferências no Brasil: história de sua prática profissional e a formação de intérpretes brasileiros.** 2010. 232 f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos de Letras Modernas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-09022011-151705/pt-br.php>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

PALMER, Jerry. Interpreters and Translators on the Front Line Interpreting and Translation for Western Media in Iraq. In SALAMA-CARR, Myriam (Ed.). **Translating and Interpreting Conflict.** Amsterdam, NY: Rodopi, 2007. p.13-28. Disponível em: <<http://english.360elib.com/datu/P/EM083579.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

PROBIRSKAJA, Svetlana. How do interpreters become heroes? Narratives on Soviet/Russian military interpreters. **Linguistica Antverpiensia New Series: Themes in Translation Studies (LANS-TTS)**, Antuérpia, v. 15, n. 01, p.205-226, 2016. Disponível em: <<https://lans-tts.uantwerpen.be/index.php/LANS-TTS/article/view/404/358>>. Acesso em: 22 maio 2017.

PUBLIC Records Act 1958. 1958. Disponível em: <<http://www.legislation.gov.uk/ukpga/Eliz2/6-7/51>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

RED-T. **Guia Prático de Zonas de Conflito para Tradutores/Intérpretes Cíveis e Usuários de Seus Serviços.** 2012. Disponível em: <http://red-t.org/documents/T-I_Field_Guide_2012_Braz-Portuguese.pdf>. Acesso em: 16 maio 2017.

REINO UNIDO. Lei, de 23 de julho de 1958. **Public Records Act.** Disponível em: <<http://www.legislation.gov.uk/ukpga/Eliz2/6-7/51>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

ROBERTSON, D.W. Jr. A Note on the Classical Origin of the “Circumstances” in the Medieval Confessional. **Studies in Philology**, [S.l.], v. 43, n.1, p. 6-14, 1946. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4172741?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em 25 ago. 2017.

ROSADO; Lucia Ruiz; PERSAUD, Clementina. Interpreting in conflict zones throughout history. **Linguística Antverpiensia, New Series: Themes in Translation Studies**, Antuérpia, n. 15, p. 1-35, 2016. Disponível em: <<https://lans-tts.uantwerpen.be/index.php/LANS-TTS/article/view/428/370>>. Acesso em: 23 mai. 2017.

ROWEN, Beth. **Iraq Timeline:** 2010. 2000-2017. Disponível em: <<https://www.infoplease.com/spot/iraq-timeline-2010>>. Acesso em: 20 set. 2017.

SANTOS, Washington dos. **Dicionário Jurídico Brasileiro.** Belo Horizonte: del Rey, 2001. Disponível em: <<http://www.ceap.br/artigos/ART12082010105651.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2017.

SHEEHAN, James J.; WALLACE-HADRIL, John Michael. **The era of partition: Allied occupation and the formation of two Germanys, 1945-49**. Chicago: Encyclopædia Britannica, Inc., 2017. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Germany/The-era-of-partition>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

SHEEHAN, Michael. The Changing Character of war. In BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia (Ed.). **The Globalization of World Politics**. Nova York, NY: Oxford University Press, 2011, p. 210-225. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/80192632/Michael-Sheehan-Chapter-12-The-changing-character-of-war>>. Acesso em: 25 maio 2017 (não mais disponível).

SNELLMAN, Pekka. **The Agency of Military Interpreters in Finnish Crisis Management Operations**. 2014. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos da Tradução, School Of Language, Translation And Literary Studies, University Of Tampere, Tampere, 2014. Disponível em: <<https://tampub.uta.fi/bitstream/handle/10024/95025/GRADU-1394089679.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 22 maio 2017.

SOMERS, Margaret R.; GIBSON, Gloria D. **Reclaiming the Epistemological “Other”**: *Narrative and the Social Constitution of Identity*. Michigan: Ann Arbor, 1993. Disponível em <<http://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/51265/499.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

SPECTOR, Ronald H.. **Vietnam War**. Chicago: Encyclopædia Britannica, Inc., 2017. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Vietnam-War>>. Acesso em: 8 jun. 2017.

STAHULJAK, Zrinka. Violent Distortions: Bearing Witness to the Task of Wartime Translators. **Ttr: traduction, terminologie, rédaction**, [s.l.], v. 13, n.1, p.37-51, 2000. Consortium Erudit. <http://dx.doi.org/10.7202/037392ar>. Disponível em: <<https://www.erudit.org/revue/ttr/2000/v13/n1/037392ar.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

TANG, Jun. Translation and Conflict Awareness - Encounters with Cross-Cultural Conflicts. In SALAMA-CARR, Myriam (Ed.). **Translating and Interpreting Conflict**. Amsterdam, NY: Rodopi, 2007. p.135-147. Disponível em: <<http://english.360elib.com/datu/P/EM083579.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

TAYLOR, Adam. These are America's 9 longest foreign wars. **The Washington Post**. Washington. 29 maio 2014. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2014/05/29/these-are-americas-9-longest-foreign-wars/?utm_term=.d18fb0c25cc5>. Acesso em: 29 maio 2017.

THE GUARDIAN: History of the Guardian. Londres, 06 jun. 2002. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/gnm-archive/2002/jun/06/1>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

THE LIST PROJECT TO RESETTLE IRAQI ALLIES. **Our Mission**. Disponível em: <<http://thelistproject.org/about-the-list-project/>>. Acesso em: 8 jun. 2017.

THE NEW YORK TIMES: **Our History**. Nova York, 10 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.nytc.com/who-we-are/culture/our-history/#1835-1880>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **The Times Sees Circulation Remain Steady in Fourth Quarter of 2015**. 2016. Disponível em: <<https://www.nytc.com/the-times-sees-circulation-remain-steady-in-fourth-quarter-of-2015/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

THE PULITZER PRIZES. **Prize Winners by Year**. 2017. Disponível em: <<http://www.pulitzer.org/prize-winners-by-year/2017>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

TOBIA, Simona. The Human in Human Intelligence. In: FOOTITT, Hilary; KELLY, Michael (Ed.). **Languages at War: Policies and Practices of Language Contacts in Conflict**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2012.

TOBIA, Simona. Military Interpreters in War. In: FOOTITT, Hilary; KELLY, Michael (Ed.). **Languages at War: Policies and Practices of Language Contacts in Conflict**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2012.

TYMOCZKO, Maria. Ideology and the position of the translator: in what sense is a translator "in between? PEREZ, María Calzada (Ed.). **Apropos of Ideology: Translation Studies on Ideology - Ideologies in Translation Studies**. Manchester, UK and Northampton, MA: St Jerome, 2003. p. 181-201.

UNESCO. **Enhancement of Literacy in Afghanistan (ELA) program**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/kabul/education/enhancement-of-literacy-in-afghanistan-ela-program/>>. Acesso em: 22 maio 2017.

_____. **Literacy and Non-Formal Education in Iraq**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/iraq-office/education/literacy-non-formal-education>>. Acesso em: 22 maio 2017.

United States Census Bureau. **Population and Housing Unit Estimates**. 2017. Disponível em: <<https://www.census.gov/programs-surveys/popest.html>>. Acesso em: 28 maio 2017.

UNIVERSITÄT HEIDELBERG. **Translation Studies**. Disponível em: <http://www.uni-heidelberg.de/courses/prospective/academicprograms/uebersetzwiss_ma_en.html>. Acesso em: 22 maio 2017.

UNIVERSITÉ DE GENÈVE. **Faculty of Translation and Interpreting: About us**. Disponível em: <<https://www.unige.ch/fti/en/faculte/>>. Acesso em: 22 maio 2017.

U.S. Army. **UNCONVENTIONAL WARFARE: TRAINING COVERTLY FOR SUCCESS.** Disponível em: <<https://www.goarmy.com/special-forces/primary-missions/unconventional-warfare.html>>. Acesso em: 22 maio 2017.

U.S. Department of Defense, Office of Public Affairs. **International Contributions to the War Against Terrorism.** 2002. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/coalition/cr/fs/12753.htm>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

U.S. Department Of State. **The Global War on Terrorism: The First 100 Days.** 2001. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/s/ct/rls/wh/6947.htm>>. Acesso em: 22 maio 2017.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Nova Ordem Global - Relações Internacionais do Século XX: O sistema de Westphália.** 2002. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo_75.htm>. Acesso em: 26 maio 2017.

von CLAUSEWITZ, Carl. **On War.** Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1989. Disponível em: <[http://home.sogang.ac.kr/sites/jaechun/courses/Lists/b7/Attachments/30/\(week%20_%20week%203\)%20Clausewitz%20On%20War%20Longer.pdf](http://home.sogang.ac.kr/sites/jaechun/courses/Lists/b7/Attachments/30/(week%20_%20week%203)%20Clausewitz%20On%20War%20Longer.pdf)>. Acesso em 28 maio 2017.

WRIGHT, Quincy. **A Study of War.** 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1964.

WYLER, Lia. **Líguas, Poetas e Bacharéis: Uma crônica da tradução no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

5.2 CORPUS

AHMED, Azam. Afghan Interpreters for the U.S. Are Left Stranded and at Risk. **The New York Times**, Nova York, 14 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2013/04/15/world/asia/american-visa-delays-put-safety-out-of-afghan-interpreters-reach.html>>. Acesso em: 6 jan. 2017.

ARANGO, Tim. Case Lays Bare the Media's Reliance on Iraqi Journalists. **The New York Times**, Nova York, 17 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2007/12/17/business/media/17apee.html>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

ARANGO, Tim. Visa Delays Put Iraqis Who Aided U.S. in Fear. **The New York Times**, Nova York, 12 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/07/13/world/middleeast/13baghdad.html>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

ASSOCIATED PRESS. Journalist David Gilkey and interpreter Zabihulla Tamanna killed in Afghanistan. **The Guardian**, Londres, 6 jun. 2016. Disponível em:

< <https://www.theguardian.com/media/2016/jun/05/npr-journalist-david-gilkey-zabihulla-tamanna-killed-afghanistan>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

ASTHANA, Anushka. Army's Iraqi interpreters face hardship after fleeing to UK. **The Guardian**, Londres, 7 nov. 2010. Disponível em:

< <https://www.theguardian.com/uk/2010/nov/07/iraqi-interpreter-refugees-jobless-britain>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

ATTEWILL, Fred e agências. Denmark secretly evacuates Iraqi aides from Basra. **The Guardian**, Londres, 20 jul. 2007. Disponível em:

< <https://www.theguardian.com/world/2007/jul/20/iraq>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

BARDENWERPER, Will. For Military, Slow Progress in Foreign Language Push. **The New York Times**, Nova York, 21 set. 2008. Disponível em:

< <http://www.nytimes.com/2008/09/22/washington/22language.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BARKHAM, Patrick. Deadlines of the frontline: Stephen Farrell, Sultan Munadi and the perils of war reporting. **The Guardian**, Londres, 12 set. 2009. Disponível em:

< <https://www.theguardian.com/theguardian/2009/sep/12/farrell-munadi-war-reporting>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

BATTY, David. Killed Afghan interpreter had written of love for his homeland. **The Guardian**, Londres, 9 set. 2009. Disponível em:

< <https://www.theguardian.com/world/2009/sep/09/afghan-interpreter-munadi-killed>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

BEAUMONT, Peter. War zone reporters expose the truth. **The Guardian**, Londres, 11 set. 2009. Disponível em:

< <https://www.theguardian.com/commentisfree/2009/sep/11/war-reporters-stephen-farrell-rescue>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

BOWCOTT, Owen. Foreign Office staff "planned picnic near Afghan frontline". **The Guardian**, Londres, 7 jun. 2010. Disponível em:

<<https://www.theguardian.com/world/2010/jun/07/foreign-office-picnic-afghan-frontline>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

BREEN, Michael. This Veterans Day, we must remember the Iraqi interpreters. **The Guardian**, Londres, 11 nov. 2011. Disponível em:

<<https://www.theguardian.com/commentisfree/cifamerica/2011/nov/11/veterans-day-time-remember-iraqi-interpreters>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

BRODER, John M.; RISEN, James. Contractor Deaths in Iraq Soar to Record. **The New York Times**, Nova York, 19 mai. 2007. Disponível em:

<<http://www.nytimes.com/2007/05/19/world/middleeast/19contractors.html>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

BUTT, Riazat. Khan's kitchen: the difficult life of an Afghan interpreter for the British military. **The Guardian**, Londres, 30 ago. 2011. Disponível em:

<<https://www.theguardian.com/news/blog/2011/aug/30/khan-kitchen-difficult-life-afghan-interpreter-british-military>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

CHULOV, Martin. et al. Iraq war logs: media reaction around the world. **The Guardian**, Londres, 28 out. 2010. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2010/oct/28/iraq-war-logs-media-reaction>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

CLARK, Neil. Keep these quislings out. **The Guardian**, Londres, 10 ago. 2007. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2007/aug/10/keepthesequislingsout>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

COHEN, Nick. Our weasel words betray these decent Iraqis. **The Guardian**, Londres, 7 out. 2007. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2007/oct/07/comment.homeaffairs>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

COLVIN, Marie. Marie Colvin: "Our mission is to report these horrors of war with accuracy and without prejudice". **The Guardian**, Londres, 22 fev. 2012. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2012/feb/22/marie-colvin-our-mission-is-to-speak-truth>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

CONSELHO EDITORIAL. An Unpaid Debt to Afghan Interpreters. **The New York Times**, Nova York, 4 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2016/02/04/opinion/an-unpaid-debt-to-afghan-interpreters.html>>. Acesso em: 8 dez. 2016.

CONSELHO EDITORIAL. Don't Abandon America's Afghan Helpers. **The New York Times**, Nova York, 29 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2016/04/29/opinion/dont-abandon-americas-afghan-helpers.html>>. Acesso em: 8 dez. 2016.

COOPER, Helene. U.S. Officials Admit Delays in Issuing Visas to Iraqis. **The New York Times**, Nova York, 23 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2007/07/24/world/americas/24iht-24diplo.6796458.html?mtrref=www.google.com.br&gwh=B91A955F65082ED3367F9B912093284E&gwt=pay>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

CUTCHER, Nicola. A less than generous spirit. **The Guardian**, Londres, 23 jun. 2008. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2008/jun/23/iraq>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

DEWAN, Shaila K. After the War: Occupation; Iraqis Keep Working for Allies, But Danger Makes them Fearful. **The New York Times**, Nova York, 8 jul. 2003. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2003/07/08/world/after-war-occupation-iraqis-keep-working-for-allies-but-danger-makes-them.html>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

EDITORIAL. Living in Fear for Helping America. **The New York Times**, Nova York, 1 set. 2007. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2007/09/01/opinion/01sat2.html>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

EDITORIAL. They Risked Their Lives. **The New York Times**, Nova York, 30 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/07/31/opinion/sunday/us-delays-entry-of-iraqis-who-risked-their-lives.html>>. Acesso em: 9 jan. 2016.

FARRELL, Stephen. Cactus, Tom Waits, California and Imam Hussein. **The New York Times**, Nova York, 27 jun. 2009. Disponível em: <https://atwar.blogs.nytimes.com/2009/06/27/cactus-tom-waits-california-and-imam-hussein/?_r=0>. Acesso em: 26 jun. 2016.

FARRELL, Stephen. Conflict Reporting in the Post-Embed Era. **The New York Times**, Nova York, 27 fev. 2012. Disponível em: <<https://atwar.blogs.nytimes.com/2012/02/27/conflict-reporting-in-the-post-embed-era/>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

FEENEY, David e agências. UK government taken to court by Afghan interpreter over assistance scheme. **The Guardian**, Londres, 6 mai. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/may/06/government-court-afghan-interpreter-assistance>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

FOLEY, Conor. Humanitarian aid workers getting caught in the crossfire. **The Guardian**, Londres, 13 mai. 2004. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2004/may/13/outlook.development2>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

FRASER, Giles. Stray dogs from Kabul are easier to save than our former Afghan comrades. **The Guardian**, Londres, 13 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/belief/2015/mar/13/stray-dogs-kabul-easier-to-save-than-afghan-comrades>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

GAYLE, Damien. Afghan interpreter who worked with British army refused UK asylum. **The Guardian**, Londres, 7 abr. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/uk-news/2015/apr/07/afghan-interpreter-british-army-refused-uk-asylum>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

GEZARI, Vanessa M. How to Read Afghanistan. **The New York Times**, Nova York, 10 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2013/08/11/opinion/sunday/how-to-read-afghanistan.html>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

GLANZ, James; SHANKER, Thom. U.S. Opens a Sheltered Path to Asylum for Some Iraqis. **The New York Times**, Nova York, 25 mai. 2007. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2007/05/25/washington/25asylum.html>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

GRAHAM-HARRISON, Emma. Afghan interpreters who fell in love with US soldiers struggle in visa limbo. Americans express sense of injustice at immigration process keeping them apart from their loved ones in Afghanistan. **The Guardian**, Londres. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2013/nov/29/afghan-interpreters-us-partners-visa-limbo>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

HAMMES, Thomas X. Lost in Translation. **The New York Times**, Nova York, 25 ago. 2005. Disponível em: <<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=950DE4DB1E3EF936A1575BC0A9639C8B63>>. Acesso em 9 jan. 2017.

HARSHAW, Tobin. In Iraq, Violence as Propaganda Tool. **The New York Times**, Nova York, 21 mai. 2007. Disponível em: <<https://opinionator.blogs.nytimes.com/2007/05/21/in-iraq-violence-as-propaganda-tool/>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

HOPKINS, Nick. Afghan interpreters could be offered relocation to Britain. **The Guardian**, Londres, 21 abr. 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/uk/2013/apr/21/afghan-interpreters-offer-relocation-britain>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

HSIA, Tim. Jacob, the Interpreter. **The New York Times**, Nova York, 22 set. 2009. Disponível em: <<https://atwar.blogs.nytimes.com/2009/09/22/jacob-the-interpreter/>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

HUSARSKA, Anna. From war to where? **The Guardian**, Londres, 23 nov. 2008. Disponível em: <<http://theguardian.com/commentisfree/2008/nov/23/immigration-iraq>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

ILLEBORG, Jakob. A Friend in need. **The Guardian**, Londres, 21 jun. 2007. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2007/jun/21/afriendinneed>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

ISCOL, Zachary. Allies in Combat, Now Unwanted. **The New York Times**, Nova York, 29 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/01/29/opinion/allies-in-combat-now-unwanted.html>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

JOHNSON, Kirk W. In Iraq, Abandoning Our Friends. **The New York Times**, Nova York, 15 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/12/16/opinion/in-iraq-abandoning-our-friends.html>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

KRISTOF, Nicholas. When Reporting is Dangerous. **The New York Times**, Nova York, 3 set. 2014. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2014/09/04/opinion/when-reporting-is-dangerous.html>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

LETSCHE, Constanze. Turkish crackdown leaves refugees in limbo. **The Guardian**, Londres, 10 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/dec/10/turkish-crackdown-leaves-refugees-limbo>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

LUO, Michael; MIZHER, Qais. Iraqi Family Says Missing Army Interpreter is Son-in-Law. **The New York Times**, Nova York, 30 out. 2006. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2006/10/30/world/middleeast/30iraq.html>>. Acesso em: 6 jan. 2017.

MAASS, Peter. A Bulletproof Mind. **The New York Times**, Nova York, 10 nov. 2002. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2002/11/10/magazine/a-bulletproof-mind.html>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

MULCAHY, Conrad. Officers Battle Visa Hurdles for Iraq Aides. **The New York Times**, Nova York, 14 mai. 2008. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2008/05/14/world/middleeast/14interpreters.html>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

MURPHY, Beth. Forgotten in Iraq. **The New York Times**, Nova York, 5 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2012/12/06/opinion/forgotten-in-iraq.html>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

NORTON-TAYLOR, Richard. Afghan interpreters' UK resettlement package "completely inadequate". **The Guardian**, Londres, 4 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2013/jun/04/afghan-interpreters-uk-resettlement-inadequate>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

NORTON-TAYLOR, Richard. Iraqi translator granted UK asylum this year. **The Guardian**, Londres, 8 ago. 2007. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2007/aug/08/iraq.iraq>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

NORTON-TAYLOR, Richard. Wives claim husbands' service in Iraq and Afghanistan damaging family life. **The Guardian**, Londres, 31 out. 2007. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/uk/2007/oct/31/military.immigrationpolicy>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

PRESS ASSOCIATION. UK Court rejects Afghan interpreters' discrimination claims. **The Guardian**, Londres, 8 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/jul/08/uk-court-rejects-afghan-interpreters-discrimination-claims>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

RASMUSSEN, Sune Engel. Afghan exodus grows as Taliban gains ground and hope for future diminishes. **The Guardian**, Londres, 29 out. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/global-development/2015/oct/29/afghan-exodus-grows-taliban-gain-ground-refugees>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

SALOMONE, Steve. Iraqi Translators' Big Risks. **The New York Times**, Nova York, 6 set. 2007. Disponível em:

<<http://www.nytimes.com/2007/09/06/opinion/lweb06translators.html>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

SIDDIQUE, Haroon e agências. Afghan interpreters "resettlement scheme" does not go far enough'. **The Guardian**, Londres, 22 mai. 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/uk/2013/may/22/afghan-interpreters-resettlement-scheme-concerns>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

STURCKE, James. Taliban leader and RAF gunner killed in Afghanistan. **The Guardian**, Londres, 30 ago. 2007. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2007/aug/30/afghanistan.jamessturcke>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

SWARNS, Rachel L. Against Odds, Iraqi Refugees Reach U.S. **The New York Times**, Nova York, 11 mar. 2007. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2007/03/11/us/11refugees.html>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

SYAL, Rajeev. Afghan interpreters win right to challenge UK resettlement restrictions. **The Guardian**, Londres, 13 jan. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/jan/13/afghan-interpreters-challenge-uk-resettlement-restrictions-equality-law>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

SYAL, Rajeev. Paddy Ashdown slams government for refusing entry to Afghan interpreter. **The Guardian**, Londres, 2 mai. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/2016/may/02/paddy-ashdown-slams-government-for-refusing-entry-to-afghan-interpreter>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

TAVERNISE, Sabrina. Caught in Rebels' Cross Hairs: Iraqis Working for Americans. **The New York Times**, Nova York, 18 set. 2004. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2004/09/18/world/middleeast/caught-in-rebels-cross-hairs-iraqis-working-for-americans.html>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

TAVERNISE, Sabrina. In Life of Lies, Iraqis Conceal Work for U.S. **The New York Times**, Nova York, 7 out. 2007. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2007/10/07/world/middleeast/07disguise.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

TAVERNISE, Sabrina; ROHDE, David. Few Iraqis Reach Safe U.S. Havens Despite Program. **The New York Times**, Nova York, 29 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2007/08/29/world/middleeast/29refugees.html>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

TAYLOR, Diane. Home Office "to review" policy on returning Afghan military interpreters. **The Guardian**, Londres, 25 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/uk-news/2016/mar/25/home-office-to-review-policy-on-returning-afghan-military-interpreters>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

TOPPING, Alexandra e agências. Brown orders review of asylum rules for Iraqi interpreters. **The Guardian**, Londres, 8 ago. 2007. Disponível em:

<<https://www.theguardian.com/politics/2007/aug/08/immigrationpolicy.iraq>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

TURNER, Brian. Home Fires: Interview With na Iraqi Translator. **The New York Times**, Nova York, 6 dez. 2009. Disponível em: <<https://opinionator.blogs.nytimes.com/2009/12/06/home-fires-interview-with-an-iraqi-translator/>>. Acesso em: 6 jan. 2017.

TYLDESLEY, George. Khushal saved my life and we have repaid him with contempt. **The Guardian**, Londres, 21 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2015/aug/21/khushal-saved-life-repaid-contempt-afghan-interpreters>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

WAINWRIGHT, Martin. Gunner and interpreter killed in Afghan attack on convoy. **The Guardian**, Londres, 31 ago. 2007. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2007/aug/31/afghanistan.military>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

WATT, Nicholas. Afghan interpreters' risk being failed by bureaucracy. **The Guardian**, Londres, 22 mai. 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2013/may/22/afghanistan-interpreters-visa-bureaucracy>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

WINTOUR, Patrick. Some Afghan interpreters to be allowed to settle in Britain. **The Guardian**, Londres, 21 mai. 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2013/may/21/afghan-interpreters-allowed-settle-uk>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

ZELLER, Matt. The US promised a visa to my Afghan interpreter. Now it's been revoked. **The Guardian**, Londres, 26 set. 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/sep/26/afghan-interpreter-janis-shinwari-visa-revoked>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

ZOEPF, Katherine. Iraqi Ex-Employees of U.S. Face Death Threats or Exile. **The New York Times**, Nova York, 5 jun. 2005. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2005/06/05/world/middleeast/iraqi-exemployees-of-us-face-death-threats-or-exile.html>>. Acesso em: 6 jan. 2017.

6 ANEXOS

6.1 TABELAS UTILIZADAS NA DISSERTAÇÃO

Tabela 1: % de artigos por jornal

Jornal	Percentual	Número de Artigos
<i>The Guardian</i>	54,92%	39
<i>The New York Times</i>	45,07%	32

Tabela 2: % sobre contratantes de T/l's, por jornal

Jornais	Contratantes	Percentual	Número de Artigos
<i>The New York Times</i>	Forças armadas	75%	24
	Jornalistas	12,5%	4
	Não Mencionado/Não se aplica	6,25%	2
	Outros	6,25%	2
	ONGs	0	0
<i>The Guardian</i>	Forças armadas	87,18%	34
	Jornalistas	10,25%	4
	ONGs	2,56%	1
	Não Mencionado/Não se aplica	2,56%	1
	Outros	0	0

- * Os artigos "Cactus, Tom Waits, California and Imam Hussein" e "Humanitarian aid workers getting caught in the crossfire" mencionam mais de um contratante"

Tabela 2.1: % totais sobre contratantes de T/l's

Contratantes	Percentual	Número de artigos
Forças armadas	81,69%	58
Jornalistas	11,26%	8
Não menciona/Não se aplica	4,22%	3
Outros	2,81%	2
ONGs	1,40%	1

Tabela 3: % sobre referências aos T/l's nos artigos

Jornais	Mencionam os T/l's	Percentual	Não mencionam os T/l's	Percentual	Mencionam genericamente os T/l's	Percentual
The Guardian	18	25,35%	1	1,40%	20	28,16%
The New York Times	15	21,12%	3	4,22%	14	19,71%

Tabela 3.1: % sobre as profissões dos T/l's antes dos conflitos em relação à totalidade dos artigos

Jornais	Profissões	Percentual	Número de Artigos
<i>The New York Times</i>	Não menciona	38,03%	27
	Professor	4,22%	3
	Soldado	1,40%	1
	Universitário	1,40%	1
	Jornalista	0	0
	Bacharel em língua inglesa e pós-graduado em administração de empresas	0	0
<i>The Guardian</i>	Não menciona	49,29%	35
	Jornalista	2,81%	2
	Universitário	1,40%	1
	Bacharel em língua inglesa e pós-graduado em administração de empresas	1,40%	1
	Soldado	0	0
	Professor	0	0

Tabela 3.2: % sobre as profissões dos T/l's antes dos conflitos, por jornal

Jornais	Profissões	Percentual	Número de Artigos
<i>The New York Times</i>	Não menciona	84,37%	27
	Professor	9,37%	3
	Soldado	3,12%	1
	Universitário	3,12%	1
	Bacharel em língua inglesa e pós-graduado em administração de empresas	0	0
	Jornalista	0	0
<i>The Guardian</i>	Não menciona	89,74%	35
	Jornalista	5,12%	2
	Universitário	2,56%	1
	Bacharel em língua inglesa e pós-graduado em administração de empresas	2,56%	1
	Soldado	0	0
	Professor	0	0

Tabela 3.3: % totais sobre as profissões dos T/Is antes dos conflitos em relação à totalidade dos artigos

Profissões	Percentual	Número de Artigos
Não menciona	87,32%	62
Professor	4,22%	3
Universitário	2,81%	2
Jornalista	2,81%	2
Soldado	1,40%	1
Bacharel em língua inglesa e pós-graduado em administração de empresas	1,40%	1

Tabela 3.4: % sobre gênero dos T/Is

Jornais	Masculino	Percentual	Feminino	Percentual
The New York Times	20	83,33%	4	16,66%
The Guardian	20	95,24%	1	4,76%
Total	40	88,88%	5	11,11%

As informações constantes dessa tabela foram extraídas dos artigos que mencionam os T/Is de forma específica, sendo que desses, vários artigos mencionam mais de um T/I. O The NYT tem 15 artigos que mencionam os T/Is de maneira específica. O The Guardian, tem 18, totalizando 33 artigos. O percentual apresentado na tabela leva em consideração esses 33 artigos.

Tabela 3.5: % sobre motivações dos T/Is para desempenharem essa função, em relação aos dois jornais

Jornais	Motivos	Percentual	Número de Artigos
<i>The New York Times</i>	Não menciona	30,30%	10
	Desejo de mudança política em seu país	9,09%	3
	Necessidade de dinheiro para sustento próprio e familiar	6,06%	2
	Necessidade de dinheiro para fugir de perseguições	3,03%	1
<i>The Guardian</i>	Não menciona	45,45%	15
	Necessidade de dinheiro para sustento próprio e familiar	6,06%	2
	Desejo de mudança política em seu país	6,06%	2
	Necessidade de dinheiro para fugir de perseguições	0	0

As informações constantes dessa tabela foram extraídas dos artigos que mencionam os T/Is de forma específica, sendo que desses, vários artigos mencionam mais de um T/I. O The NYT tem 15 artigos que mencionam os T/Is de maneira específica. O The Guardian, tem 18, totalizando 33 artigos. O percentual apresentado na tabela leva em consideração esses 33 artigos.

Tabela 3.6: % sobre motivações dos T/l's para realizarem essa função, em relação aos artigos que mencionam a informação, por jornal

Jornais	Motivos	Percentual	Número de Artigos
<i>The New York Times</i>	Não menciona	66,66%	10
	Desejo de mudança política em seu país	20%	3
	Necessidade de dinheiro para sustento próprio e familiar	13,33%	2
	Necessidade de dinheiro para fugir de perseguições	6,66%	1
<i>The Guardian</i>	Não menciona	83,33%	15
	Necessidade de dinheiro para sustento próprio e familiar	11,11%	2
	Desejo de mudança política em seu país	11,11%	2
	Necessidade de dinheiro para fugir de perseguições	0	0

As informações constantes dessa tabela foram extraídas dos artigos que mencionam os T/l's de forma específica, sendo que desses, vários artigos mencionam mais de um T/l. O The NYT tem 15 artigos que mencionam os T/l's de maneira específica. O The Guardian, tem 18, totalizando 33 artigos. O percentual apresentado na tabela leva em consideração esses 33 artigos.

Tabela 3.7: % sobre motivações dos T/l's para realizarem essa função, em relação à totalidade dos artigos que mencionam a informação

Motivos	Percentual	Número de Artigos
Não menciona	75,75%	25
Desejo de mudança política em seu país	15,15%	5
Necessidade de dinheiro para sustento próprio e familiar	12,12%	4
Necessidade de dinheiro para fugir de perseguições	3,03%	1

As informações constantes dessa tabela foram extraídas dos artigos que mencionam os T/l's de forma específica, sendo que desses, vários artigos mencionam mais de um T/l. O The NYT tem 15 artigos que mencionam os T/l's de maneira específica. O The Guardian, tem 18, totalizando 33 artigos. O percentual apresentado na tabela leva em consideração esses 33 artigos.

Tabela 4: % sobre profissões dos autores dos artigos, por jornal

Jornais	Profissões	Percentual	Número de Artigos
<i>The New York Times</i>	Jornalista	75%	24
	Militar	18,75%	6
	Jornalista e Cineasta	3,12%	1
	Ativista Humanitário	3,12%	1
	Jornalista e Padre	0	0
	Conselheiro Político	0	0
<i>The Guardian</i>	Jornalista	87,18%	34
	Militar	5,12%	2
	Ativista Humanitário	2,56%	1
	Conselheiro Político	2,56%	1
	Jornalista e Padre	2,56%	1
	Jornalista e Cineasta	0	0

Tabela 4.1: % sobre profissões dos autores dos artigos, no total

Profissões	Percentual	Número de artigos
Jornalista	81,69%	58
Militar	11,26%	8
Ativista Humanitário	2,81%	2
Conselheiro Político	1,40%	1
Jornalista e Padre	1,40%	1
Jornalista e Cineasta	1,40%	1

Tabela 5: % sobre elementos culturais presentes nos títulos dos artigos

Jornais	Número de artigos cujos títulos apresentam elementos culturais*	Percentual relativo a cada jornal	Percentual em relação à integralidade do corpus
The New York Times	15	46,87%	21,12%
The Guardian	14	35,89%	19,71%

- Elementos culturais são filmes, livros, expressões idiomáticas, adágios, etc. Ainda que o nome do livro, filme, expressão, etc., tenha constado de forma incompleta no título, o artigo foi contado para fins de estatística.

Tabela 5.1: % totais sobre elementos culturais presentes nos títulos dos artigos

Número de artigos cujos títulos apresentam elementos culturais*	Percentual em relação à integralidade do corpus
29	40,84%

Tabela 5.2: Elementos culturais presentes nos títulos dos artigos, por jornal

Jornais	Elementos Culturais	Percentual em relação ao corpus total (32 NYT e 39 GU)	Percentual em relação apenas aos artigos que contêm elementos culturais (15 NYT e 14 GU)	Número de Artigos
<i>The New York Times</i>	Filme/novela/série de TV	12,5 %	26,66%	4
	Música/álbum musical	12,5%	26,66%	4
	Título de livro/artigo de livro	9,37%	20%	3
	Idiom/expressões	6,25%	13,33%	2
	Título de Palestra	3,12%	6,66%	1
	Website	3,12%	6,66%	1
	Trechos de discursos/documentos	0	0	0
	Nome de restaurante	0	0	0
	Provérbio	0	0	0
<i>The Guardian</i>	Idiom/expressões	10,25%	28,57%	4
	Trechos de discursos/documentos	5,12%	14,28%	2
	Provérbio	5,12%	14,28%	2
	Filme/novela/série de TV	5,12%	14,28%	2
	Música/álbum musical	2,56%	7,14%	1
	Título de livro/artigo de livro	2,56%	7,14%	1
	Website	2,56%	7,14%	1
	Nome de restaurante	2,56%	7,14%	1
Título de palestra	0	0	0	

Tabela 5.3: Elementos culturais presentes nos títulos dos artigos, em relação aos dois jornais

Elementos Culturais	Percentual em relação ao corpus total (71 artigos)	Percentual em relação apenas aos artigos que contêm elementos culturais (29 artigos)	Número de Artigos
Filme/novela/série de TV	8,45%	20,69%	6
Idiom/expressões	8,45%	20,69%	6
Música/álbum musical	7,04%	17,24%	5
Título de livro/artigo de livro	5,63%	13,79%	4
Provérbio	2,81%	6,89%	2
Website	2,81%	6,89%	2
Trechos de discursos/documentos	2,81%	6,89%	2
Título de Palestra	1,40%	3,44%	1
Nome de restaurante	1,40%	3,44%	1

Tabela 6: % sobre local dos conflitos, por jornal

Jornal	Zona de Conflito	Percentual	Número de Artigos
The New York Times	Iraque	71,87%	23
	Afeganistão	15,62%	5
	Afeganistão e Iraque	6,25%	2
	Outras zonas de conflito	6,25%	2
The Guardian	Afeganistão	56,41%	22
	Iraque	33,33%	13
	Afeganistão e Iraque	7,69%	3
	Outras zonas de conflito	2,56%	1

Tabela 6.1: % sobre local dos conflitos, em relação à totalidade dos artigos

Zona de Conflito	Percentual	Número de Artigos
Iraque	50,70%	36
Afeganistão	38,02%	27
Afeganistão e Iraque	7,04%	5
Outras zonas de conflito	4,22%	3

Tabela 7: % sobre o posicionamento dos jornais a respeito dos T/Is, em relação a cada jornal

Jornais	Favoráveis ao T/Is		Contrários aos T/Is		Não se Manifestam/Não se aplica	
	Percentual	Nº de artigos	Percentual	Nº de artigos	Percentual	Nº de artigos
<i>The Guardian</i>	74,36%	29	2,56%	1	23,07%	9
<i>The New York Times</i>	78,12%	25	0	0	21,87%	7

Tabela 7.1: % sobre o posicionamento dos jornais a respeito dos T/Is, em relação à totalidade do corpus

Favoráveis ao T/Is		Contrários aos T/Is		Não se Manifestam/Não se aplica	
Percentual	Nº de artigos	Percentual	Nº de artigos	Percentual	Nº de artigos
76,05%	54	1,40%	1	22,53%	16

Tabela 7.2: % de palavras-chaves* constante do corpus de 62 artigos, no jornal NYT

Palavras-chaves	Percentual	Nº de Artigos
Interpreter(s)	68,96%	20
Translator(s)	41,38%	12
Visas	37,93%	11
T/Is who risked their lives/who are at risk	31,03%	9
Threat(s)	31,03%	7
T/Is Killed	24,13%	5
Conflict/battle/war zone(s)	17,24%	3
T/Is Murdered	10,34%	3
Asylum	10,34%	3
Traitor (s)	10,34%	3
Comrades	0	0

Tabela 7.3: % de palavras-chaves*constante do corpus de 62 artigos, no jornal GU

Palavras-chaves	Percentual	Nº de Artigos
Interpreter(s)	93,93%	31
T/Is who risked their lives/who are at risk	60,60%	20
Threat(s)	51,51%	17
Asylum	42,42%	14
Translator	39,39%	13
Visas	36,36%	12
T/Is Killed	33,33%	11
Conflict/battle/war zone(s)	18,18%	6
T/Is Murdered	15,15%	5
Comrades	9,09%	3
Traitor (s)	3,03%	1

Da planilha 7 e de suas sub-planilhas constam apenas 62 artigos, justamente os artigos que contêm a argumentação jornalística voltada à construção da imagem do T/I como vítima das atrocidades das zonas de conflito onde atuam. São 29 artigos do NYT, ou seja, do total do corpus deste jornal (32), 3 artigos foram excluídos; e 33 artigos do The Guardian, ou seja, do total de artigos do corpus desse jornal (39), 6 artigos foram excluídos.

Várias das palavras-chaves acima analisadas aparecem concomitantemente em um mesmo artigo.

Tabela 7.4: % totais de palavras-chaves*constante do corpus de 62 artigos

Palavras-chaves	Jornais The New York Times e The Guardian	
	Percentual	Nº de artigos
Interpreter(s)	82,25%	51
T/Is who risked their lives/who are at risk	46,77%	29
Threat(s)	41,93%	26
Translator(s)	40,32%	25
Visas	37,09%	23
T/Is Killed	29,03%	18
Asylum	27,41%	17
Conflict/battle/war zone(s)	17,74%	11
T/Is Murdered	12,90%	8
Traitor (s)	6,45%	4
Comrades	4,83%	3

Tabela 8: % sobre a faixa etária dos T/l's, por jornal

Faixa etária	The New York Times		The Guardian	
	Percentuais	Nº de indivíduos	Percentuais	Nº de indivíduos
Não menciona	56%	14	50%	13
20-25 anos	8%	2	11,54%	3
26-30 anos	20%	5	23,07%	6
31-35 anos	4%	1	15,38%	4
36-40 anos	8%	2	0	0
41-50 anos	0	0	0	0
51-60 anos	4%	1	0	0

Tabela 8.1: % totais sobre a faixa etária dos T/l's

Faixa etária	Percentuais	Nº de indivíduos
Não menciona	52,94%	27
20-25 anos	9,80%	5
26-30 anos	21,56%	11
31-35 anos	9,80%	5
36-40 anos	3,92%	2
41-50 anos	0	0
51-60 anos	1,96%	1

Tabela 9: % sobre a concessão de vistos aos T/l's, por jornal

Jornal	Percentual de artigos com resposta positiva aos pedidos de visto	Nº de artigos com resposta positiva aos pedidos de visto	Local de acolhimento (nº de artigos)		
			EUA	Reino Unido	Dinamarca
NYT	25%	8	7	1	0
GU*	23,07%	9	2	8	2

*Dois artigos do GU citam casos de mais de um intérprete sendo acolhido em países diferentes.

Tabela 9.1: % totais sobre a concessão de vistos aos T/l's

Percentual de artigos com resposta positiva aos pedidos de visto	Nº de artigos com resposta positiva aos pedidos de visto	Local de acolhimento (nº de artigos)		
		EUA	Reino Unido	Dinamarca
23,94%	17/71	9	9	2

Tabela 9.2: % sobre o número de artigos que abordam a questão dos vistos, por jornal

Jornal	Percentual de artigos que abordam a questão da concessão de vistos aos T/Is	Nº de artigos
NYT	62,5%	20
GU	74,35%	29

Tabela 9.3: % totais sobre o número de artigos que abordam a questão dos vistos

Percentual de artigos que abordam a questão da concessão de vistos aos T/Is	Nº de artigos
69,01%	49

Tabela 10: % sobre o número de artigos que abordam a questão do assassinato de T/Is, por jornal

Jornal	Percentual de artigos que abordam a questão do assassinato de T/Is	Nº de artigos
NYT	43,75%	14
GU	66,66%	26

Tabela 10.1: % totais sobre o número de artigos que abordam a questão do assassinato de T/Is

Percentual de artigos que abordam a questão do assassinato de T/Is	Nº de artigos
56,33%	40

Tabela 11: % sobre como o T/I se sente, segundo o NYT

Como o T/I se sente ¹⁴⁷	Percentual de T/Is	Nº de T/Is NYT
“Em perigo/ameaçado”	64%	16
“Decepcionado com o tratamento recebido dos contratantes”	24%	6
“Em conflito de identidade”	20%	5
“Em luto, por ter perdido amigos/familiares”	16%	4
“Como um irmão para os americanos”	4%	1
“Afastado da família”	4%	1
“Ninguém se importa com ele”	0	0
“Traumatizado pela experiência de atuar como T/I na guerra”	0	0

Esta tabela foi construída levando-se em conta os T/Is especificamente abordados nos artigos. No caso do NYT, há menção a 25 T/Is específicos

Tabela 11.1: % sobre como o T/I se sente, segundo o GU

Como o T/I se sente ¹⁴⁸	Percentual de artigos do GU	Nº de artigos do GU
“Em perigo/ameaçado”	50%	13
“Decepcionado com o tratamento recebido dos contratantes”	23,07%	6
“Afastado da família”	23,07%	6
“Traumatizado pela experiência de atuar como T/I na guerra”	15,38%	4
“Ninguém se importa com ele”	7,69%	2
“Empolgado/feliz”	7,69%	2
“Em luto, por ter perdido amigos/familiares”	3,84%	1
“Realizando um trabalho perigoso”	3,84%	1
“Responsável pela vida de seu contratante”	3,84%	1
“Tratado com desconfiança”	3,84%	1
“Em conflito de identidade”	0	0

Esta tabela foi construída levando-se em conta os T/Is especificamente abordados nos artigos. No caso do GU, há menção a 26 T/Is específicos

Em praticamente todos os depoimentos, os T/Is manifestam mais de um sentimento, de modo que um mesmo T/I entra na contagem em mais de uma categoria.

¹⁴⁷ As categorias abaixo relacionadas foram extraídas diretamente dos artigos do corpus de pesquisa, e, por isso, encontram-se entre aspas.

¹⁴⁸ Ver nota 147.